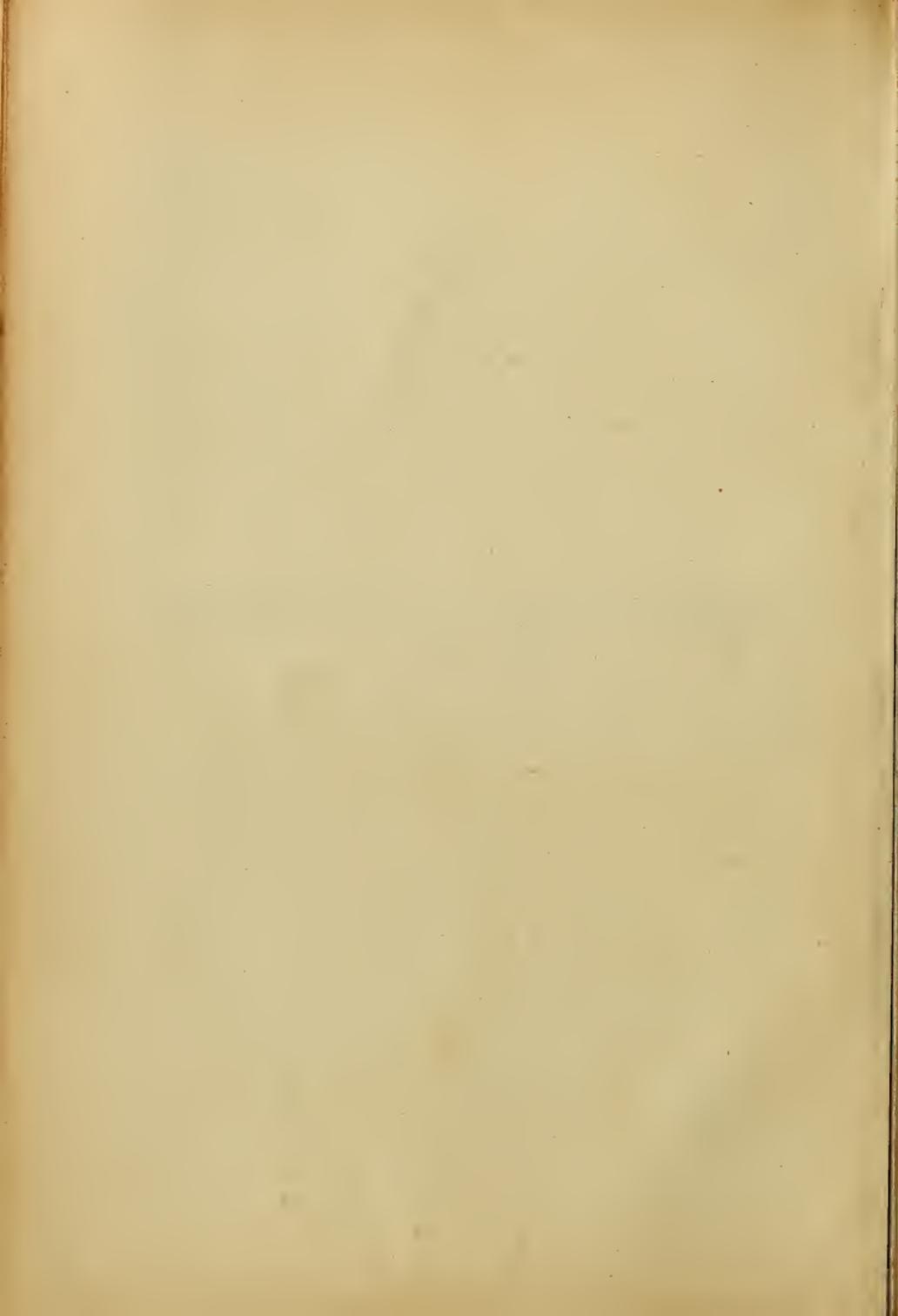


072
—
100

**A ADMINISTRAÇÃO PARAIBANA
EM 1941**

353.98133
V38.2



GOVÊRNO DA PARAÍBA

A ADMINISTRAÇÃO PARAIBANA EM 1941

RELATORIO apresentado ao Exmo.
Sr. Presidente GETÚLIO VARGAS
pelo interventor RUY CARNEIRO

353.98133
M548

IMPrensa OFICIAL
JOÃO PESSÓA — PARAÍBA
1942

12747

27 11 48

Ao Prezado Senhor,
 com a grande estima
 e admiração de
 Ruy Carneiro
 EXMO. SR. PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS:
 João Pessoa, 1-27-1943

EM OBEDIÊNCIA á prescrição legal, venho relatar
 a V. Excia. as atividades da administração paraiba-
 na no exercício de 1941.

Escolhido pela alta confiança do Chefe da Nação
 para o cargo de Interventor Federal neste Estado, as-
 sumi as funções respectivas em 16 de agosto de 1940.
 Ao tomar contacto com os problemas e responsabilida-
 des dêsse posto, senti a urgência de um largo progra-
 ma de iniciativas e reformas, para o reajustamento da
 vida pública da Paraíba ao ritmo reclamado pelo desen-
 volvimento de seu progresso.

Impunha-se uma mudança nos rumos da ação
 administrativa. Eram ostensivos os sinais da crise fi-
 nanceira que sobrecarregava o Tesouro de compro-
 missos elevados, sem que qualquer medida houvesse
 sido tentada pela administração anterior para estan-
 car despêsas excessivas e supérfluas.

A par disso, sofria a economia do Estado os efei-
 tos de uma política fiscal desordenada, desaperecebida
 das contingências da realidade paraibana, cuja riqueza
 repousa nas fontes de produção agrícola. Todas as ati-
 vidades se ressentiam do mal estar criado pela ausên-
 cia do poder público nas questões de interêsse geral —
 quando, por outro aspecto, o orçamento do Estado vi-
 nha, ano após ano, majorado pelo acúmulo de despê-
 sas nas rubricas de Pessoal, mercê do sistêma arbitrá-
 rio da ampliação dos quadros burocráticos, sem cor-
 respondencia com as reais exigências do serviço pú-
 blico.

O balanço procedido no Tesouro, logo após minha posse na Interventoria, revelou a existência de uma dívida no total de 20.199:689\$000. Adicionando-se a êsse montante a quantia de 6.898:837\$500 dos saldos de contas especiais indevidamente incorporados ao Tesouro, os compromissos do Estado, àquela época, somavam 27.098:526\$500.

Não era sedutora a perspectiva para quem, dez anos afastado de sua terra, mas sempre ligado a seus interesses e problemas, aspirava realizar alguma coisa.

Delegado da confiança de V. Excia., sentindo em toda parte o sopro criador do Estado Nacional, não me dispunha a governar a Paraíba pelos métodos da rotina e, muito menos, deixar-me atrair por influências partidárias, ainda não totalmente extintas.

Mas a realidade financeira não comportava um programa largo de realizações. Antes, reajustar a máquina administrativa á sua capacidade de rendimento útil, cortando despêsas até o limite tolerável, reaparelhando o sistêma arrecadador, estimulando as fontes vitais da economia paraibana.

Cumpria atingir o equilíbrio orçamentário, sem o qual não é possível administrar com acêrto nas unidades nordestinas, onde o fenômeno periódico da sêca desarticula planos e destróe, de um momento para outro, a riqueza particular, lentamente organizada nos anos normais.

Comecei por adotar o critério da mais rigorosa compressão nos gastos, animando, por outro lado, o movimento da arrecadação das rendas públicas, mediante um plano de fiscalização mais eficiente. Aliviando a pequena propriedade agrícola do onus do impôsto territorial, eliminando algumas taxas condenadas pela técnica tributária atual, estimulando as atividades econômicas, impedindo a intronissão do favoritismo nos setores da administração, pude verificar o êxito dêsse

programa nos algarismos da receita, sensivelmente melhorada em confronto com a do exercício anterior.

A leitura do que segue informa dos perseverantes esforços da atual administração no objetivo de restituir á Paraíba o ritmo que se interrompera nos quadros de sua vida pública. É ao mesmo tempo o sentido de equilíbrio imposto á tarefa de reconstrução que me confiou V. Excia.

Sob a pressão da crise econômica, trazida pela guerra que nos fechou os mercados externos, a produção exportável do Estado sofreu em escala nunca experimentada anteriormente. O algodão, que ainda representa a melhor fonte de arrecadação para as finanças do Estado, desceu a cotações irrisórias, á mingua de escoamento para o estrangeiro.

A despeito disso, e sem embargo da eliminação de várias taxas e da dispensa do impôsto territorial que gravava a pequena propriedade agrícola, conseguiu-se cobrir o deficit orçamentário e realizar um saldo animador.

Além da liquidação de compromissos deixados pela administração passada, manteve em dia as contas da atual, melhorei o equipamento administrativo e, com os recursos do Estado, empreendi e iniciei algumas realizações, dentre as quais se destaca, pelo seu vulto, a estrada de rodagem João Pessoa-Cabedêlo, começada em novembro de 1941 e hoje entregue ao tráfego.

Num ambiente de paz, ordem e trabalho, isento de parcialidade, o Govêrno permaneceu sobranceiro a sentimentos de fação e de grupo, ainda latentes em determinados setores e que apenas esperam ocasião azada para explodir desde que contem com um clima favorável

A destruição dêsses germes tem que ser obra de uma lenta educação política. Será o resultado de uma

orientação objetiva e serena, tendente a superestimar as realidades e os princípios do Estado Nacional, tão sabiamente proclamados pelo Chefe da Nação, na sua doutrina e na sua ação prática.

Arredando os políticos profissionais do poder, fazendo da função de governo uma escola de trabalho pelo bem geral, o novo regime terá assegurado ao Brasil uma consciência nova, pela supremacia dos valores autênticos da Nação.

A Paraíba se acha, felizmente, integrada nessa doutrina. As suas classes de elite, como as que se consagram ao labor humilde, vivendo honestamente dos seus esforços não se deixam iludir pelas promessas da solércia partidária, responsável pelos desregramentos administrativos e desorganização dos serviços públicos.

Essa é a minha direção, olhos fitos no exemplo de V. Excia. e guiado pelo propósito de honrar o compromisso de servir, incansavelmente, ao Brasil.

João Pessoa, outubro de 1942.

RUY CARNEIRO

Interventor Federal

**ORGANIZAÇÃO
ADMINISTRATIVA**



EM 1941 os serviços públicos estaduais obedeceram á seguinte distribuição pelos diversos órgãos administrativos:

INTERVENTORIA FEDERAL
(Govêrno do Estado)

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
(Órgão de colaboração)

SECRETARIA DO INTERIOR E SEGURANÇA PÚBLICA

SECRETARIA DA AGRICULTURA, VIAÇÃO E OBRAS
PÚBLICAS

SECRETARIA DA FAZENDA

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO
(Órgãos auxiliares diréto da Interventoria Federal)

SECRETARIA DO INTERIOR E SEGURANÇA PÚBLICA:

- 1 — Gabinêto do Secretário
- 2 — Justiça
- 3 — Diretoria Geral de Saúde Pública
- 4 — Departamento de Educação
- 5 — Polícia Civil
- 6 — Fôrça Policial
- 7 — Departamento Estadual de Estatística
- 8 — Imprensa Oficial
- 9 — Serviço de Rádio-Difusão
- 10 — Departamento das Municípalidades

- 11 — Abrigo de Menores "Jesús de Nazaré"
- 12 — Serviço de Reeducação e Assistência Social
- 13 — Serviço de Biblioteca Pública
- 14 — Serviço do Arquivo Público
- 15 — Comissão de Abastecimento

SECRETARIA DA AGRICULTURA, VIAÇÃO E OBRAS
PÚBLICAS:

- 1 — Gabinêto do Secretário
- 2 — Diretoria de Viação e Obras Públicas
- 3 — Diretoria do Fomento da Produção
- 4 — Diretoria de Classificação de Produtos Agro-Pecuários
- 5 — Administração do Pôrto de Cabedêlo
- 6 — Repartição dos Serviços Elétricos
- 7 — Departamento de Assistência ao Cooperativismo
- 8 — Repartição do Saneamento da Capital
- 9 — Repartição do Saneamento de Campina Grande
- 10 — Escola de Agronomia do Nordeste
- 11 — Junta Comercial
- 12 — Pôsto de Combustível do Estado.

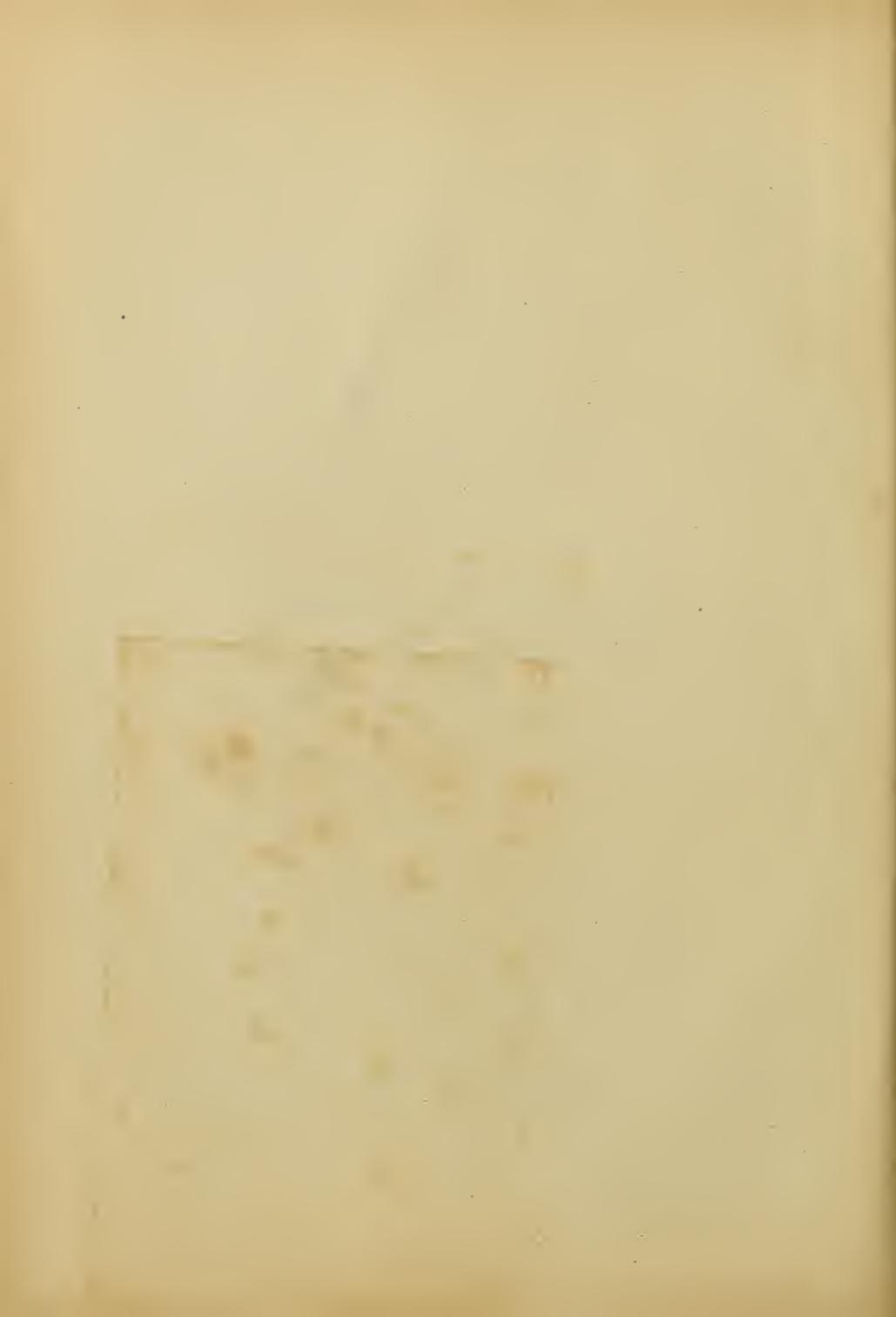
SECRETARIA DA FAZENDA:

- 1 — Gabinêto do Secretário
- 2 — Contadoria Geral
- 3 — Tesouro
- 4 — Procuradoria da Fazenda
- 5 — Inspetoria de Vendas e Consignações
- 6 — Patrimônio do Estado
- 7 — Recebedoria de Rendas da Capital
- 8 — Recebedoria de Rendas de Campina Grande

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO:

- 1 — Divisão de Organização e Orçamento
- 2 — Divisão de Pessoal, Seleção e Aperfeiçoamento
- 3 — Divisão de Material

**DEPARTAMENTO
ADMINISTRATIVO**



ORGÃO de colaboração com a administração pública, o Departamento Administrativo desempenhou em 1941, as suas tarefas, com pontualidade e exação.

Esta Interventoria tem a satisfação de registrar o concurso prestimoso e patriótico prestado pelo Departamento, no estudo de todas as medidas submetidas a seu exame, presidindo a esse esforço um honesto espírito de compreensão e devotamento aos interesses da Paraíba.

A orientação nova imposta á construção dos orçamentos, no sentido de afeiçoá-los á realidade economico-financeira, nas duas esferas administrativas, encontrou decidido apoio do Departamento, o qual deu sua aprovação a 94 dos 95 projectos de decretos-leis encaminhados pela Interventoria e a 356 dos 386 encaminhados pelas Prefeituras Municipais.



**SECRETARIA DO INTERIOR
E SEGURANÇA PÚBLICA**

JUSTIÇA



DECORRERAM com toda regularidade os serviços da Justiça, que teve a sua ação prestigiada pelo Poder Executivo.

Sem qualquer perturbação no ritmo de suas atividades, o Tribunal de Apelação realizou 219 sessões, assim distribuídas: Tribunal Pleno, 34 sessões ordinárias; Primeira Camara, 82 sessões ordinárias e 3 extraordinárias; Segunda Camara, 77 sessões ordinárias e 3 extraordinárias; Terceira Camara, 20 sessões ordinárias.

O número de julgamentos vem crescendo de ano para ano, como o demonstra o movimento das decisões proferidas no último triênio: 776 feitos julgados em 1939; 818 em 1940 e 998 em 1941. Para esse total de 998 contribuíram com maiores parcelas as apelações criminais, em número de 249. Os agravos criminais atingiram a cifra de 225, os agravos cíveis a de 168 e as apelações cíveis a de 132.

A estatística dos feitos entrados no Tribunal também apura considerável aumento sobre o número registrado em 1940. Naquele ano entraram 817 feitos diversos, ao passo que em 1941 as entradas subiram a 1.108, ou sejam 291 feitos a mais.

Quanto á procedência, verifica-se que a comarca da Capital concorreu com 336 feitos; Campina Grande com 67, Mamanguape com 55, Itabaiana com 14, Monteiro com 45, Sapé com 39, Ingá com 30, Alagôa Grande com 28, Piancó com 25, Laranjeiras e Princesa Isabel com 23, Joazeiro com 21, Patos com 20. As outras comarcas contribuíram com parcelas inferiores a 20, sendo que a de Cabaceiras nenhum feito deu entrada no Tribunal.

No quadro dos desembargadores, houve duas aposentadorias facultativas, sendo as respectivas vagas preenchidas uma por merecimento e outra por antiguidade.

Na primeira instancia houve uma aposentadoria, cinco promoções para entrancia superior e dezoito remoções na mesma entrancia. Para preenchimento de comarcas de primeira entrancia

criadas em 1940 realizou-se concurso em 12 de fevereiro de 1941, ao qual concorreram 11 candidatos, sendo classificados 5 e desclassificados 6. Com a nomeação dos classificados ficaram as vagas preenchidas.

Em virtude de vagas abertas posteriormente, ainda se realizaram dois concursos: um a 6 de agosto e outro a 15 de outubro.

A Corregedoria Geral do Estado esteve bastante ativa durante o ano, sendo apreciável o contingente de serviços prestados por esse órgão. Dois integros magistrados desempenharam sucessivamente as funções de Corregedor em 1941.

A pedido da Interventoria Federal constituiu-se uma Comissão Judiciária para a apuração de fatos criminosos ocorridos na comarca de Guarabira. Em 31 de dezembro a Comissão ainda não havia concluído os seus trabalhos.

Ao Presidente do Tribunal, desembargador Flodoardo da Silveira, muito deve a administração da Justiça na Paraíba, pelo seu devotamento e espírito público.

Servindo com inteligência e absoluta integridade, esse magistrado se esforçou junto ao Governo pela realização de um plano de ampliação e melhor adaptação da séde do Tribunal, a que procurei atender, dando início ás obras necessárias, que prosseguem, devendo culminar esse plano com a renovação do mobiliário em todas as dependências do magestoso edificio onde, além daquela côrte judiciária, deverão ficar funcionando o Tribunal do Juri, o Ministério Público e o serviço da Justiça de primeira instancia da comarca da Capital, com os respectivos cartórios.

Interessado no enriquecimento da bibliotéca, a Presidência fez aquisição de 131 volumes de obras diversas de Direito, nacionais e estrangeiras. Somado esse número ao das revistas assinadas e livros ofertados, fôram incorporados á bibliotéca, no ano relatado, 212 volumes.

Em correspondência com o aumento dos trabalhos de julgamento do Tribunal, correram os serviços de ordem administrativa. Dos quadros respectivos se destacam o recebimento de 944 officios e telegramas e a expedição de 476; a extração de 157 certidões, o registo de todos os acordãos e pareceres, a distribuição

de 1.077 feitos, a organização de 338 autos suplementares e a expedição de 181 editais.

Impressa nas oficinas da Imprensa Oficial do Estado, teve curso a REVISTA DO FÓRO, dirigida pelo Presidente do Tribunal de Apelação.

Semelhantemente ao que se verificou na estatística dos julgamentos proferidos pelo Tribunal, a dos trabalhos da Procuradoria Geral também mostra expressivo aumento. De 636 pareceres escritos emitidos em 1940, o movimento elevou-se a 873 em 1941, contando-se, assim, 237 pareceres a mais.

Com a supressão do cargo de Sub-Procurador, decretada logo que assumi o govêrno, como medida de economia, avolumaram-se, de maneira sensível, os trabalhos do Procurador Geral, dr. Renato Lima, que vem ocupando essas funções com integridade e compreensão dos seus deveres.

A lei de Organização Judiciária do Estado sofreu ligeiros retoques em 1941, estando, entretanto, a carecer de uma revisão geral, que está sendo objeto de estudos por parte da Secretaria do Interior e Segurança Pública.

Conselho Penitenciário

A extensão dos trabalhos levados a efeito pelo Conselho Penitenciário do Estado autorizam a afirmativa de que se elevou ao nível dos que melhores serviços têm prestado á Justiça do país. Um simples lance de vista sôbre o número de processos que fôram objeto de parecer, esclarece o incessante trabalho do Conselho, que se vem desincumbindo de suas obrigações com um zêlo digno de aplausos.

Os processos são objeto de cuidadoso estudo. São incansáveis as diligências efetuadas, afim de que os pareceres do Conselho se basêem em reais conhecimentos da causa, e as suas opiniões, ordinariamente, são apoiadas em estudos e observações dos diversos fatos que as possam esclarecer. Ao opinar nos pedidos de graça ou indulto, o Conselho jámais dispensou o exame dos autos originais do processo a que respondeu o condenado, antecipando-se, assim, a uma exigência legal somente agora expressa com a reforma da nossa lei processual.

SAÚDE PÚBLICA



AS atividades sanitárias da Diretoria Geral de Saúde Pública do Estado, reguladas pela Lei n.º 54, de 31 de dezembro de 1935, se desdobram em: Administração Geral, serviços localizados na Capital e serviços no interior, os quais se executam no duplo sentido da medicina preventiva e curativa ou assistência hospitalar.

OS SERVIÇOS GERAIS NO ESTADO COMPREENDEM :

- a) Coordenação e atuação da Diretoria Geral;
- b) Propaganda e Educação Sanitária e Estatística Vital;
- c) Engenharia sanitária;
- d) Inspetorias de Fiscalização do Exercício Profissional;
- e) Laboratórios;
- f) Hospital Colônia "Getúlio Vargas" (leprosario);
- g) Hospital Colônia "Juliano Moreira" e Sanatório "Clifford Beer" (assistência a psicopatas).

OS SERVIÇOS NA CAPITAL : — O Centro de Saúde com as atividades de :

- a) Epidemiologia e Profilaxia das Doenças Epidêmicas;
- b) Verificação de Óbitos;
- c) Higiêne da Alimentação e Polícia Sanitária;
- d) Higiêne do Trabalho;
- e) Carteiras de Saúde;
- f) Higiêne da Criança: pré-natal, infantil, pré-escolar e escolar;
- g) Profilaxia da tuberculose;
- h) Profilaxia da sífilis, doenças venéreas e lepra;
- i) Enfermagem de Saúde Pública;

j) Profilaxia das endemias rurais;

e: —

k) Maternidade;

l) Hospital Santa Izabel e Instituto de Proteção e Assistência á Infancia (subvencionados pelo Estado).

O interior do Estado é atendido por dez Postos de Higiêne e um sub-Posto, cujos cometimentos representam uma abreviatura das atividades do Centro de Saúde.

ESTATÍSTICA VITAL

Capital (1941)

Casamentos	419
Nascidos vivos	2.696
Nascidos mortos	179
Óbitos de 0 - 1 ano	766
Óbitos em geral	2.604

FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Diplomas registrados	17
Licenças de farmácias, drogarias, laboratórios, etc.	25
Revalidação de licenças de farmácias, drogarias, laboratórios, etc.	128
Termos de responsabilidades	6
Contratos	4
Livros de farmácias rubricados	12
Guias de requisições, blócos e mapas de entorpecentes fornecidos	569
Faturas de entorpecentes visadas	17
Guias para requisições de entorpecentes visadas e registradas	78
Receitas de entorpecentes visadas e registradas	2.532
Falanges e mapas de entorpecentes recebidos	546
Guias para a Recebedoria de Rendas	23
Correspondências expedidas	259
Correspondências recebidas	276
Requerimentos despachados	152
Denúncias recebidas	15
Intimações feitas	7
Autos de infração	1
Publicações feitas	10
Visitas ás farmácias	168

LABORATÓRIO BACTERIOLOGICO

a) Secção de Pesquisas:		
Exames de urina	4.159	
Exames de escarro — Bacilo de Kock	258	
Muco e serosidade — Bacilo de Hansen	137	
Muco faringe — Bacilo Difterico	75	
Exames de sangue	Hematozcários	1.177
	Hemocultura	152
	Reação de Widal	164
Exames de sangue	Reações de Wassermann	1.241
	Reação de Frei	4
Exames de fezes	8.145	
Serosidade diversas	435	
Pesquisas de Gonococcus	312	
Outros exames	868	
Total	17.117	
b) Secção anti-rábica e vacinogénica:		
Pessoas atendidas	265	
Matrículas	176	
Altas	143	
Abandono de tratamento	42	
Existem em tratamento	35	
Injeções aplicadas	2.432	
Coelhos inoculados	34	
Vitelos inoculados	34	
Tubos de linfa preparados	21.910	
Tubos de linfa fornecidos	20.819	
Tubos de linfa em depósito	100	
Polpa em depósito	97,9	
Vacina anti-tífica (dóses)	31.613	

LABORATÓRIO BROMATOLÓGICO

Análise prévias	70
Exames fiscais	838
Exames de classificação	3
Produtos julgados impróprios em análises prévias	3
Produtos julgados impróprios em exames fiscais	46
Outros exames	5

LABORATÓRIO FARMACEUTICO

a) Secção de manipulação: (
Fórmulas aviadas	50.301
b) Secção de hipodermoterapia	

Empôlas fabricadas:

Empôlas de água bi-distilada	2.955
Empôlas de arrenal	2.450
Empôlas de bismuto	19.118
Empôlas de cafeína	900
Empôlas de clorêto de cálcio	14.424
Empôlas de emetina	1.530
Empôlas de espartaina	570
Empôlas de gluconato de cálcio	10.160
Empôlas de hiposulfito de sódio	309
Empôlas de iodêto de sódio	6.810
Empôlas de óleo canforado	1.430
Empôlas de oxi-cianêto de mercúrio	2.730
Total	63.386

Assistência aos Lazaros E Defêsa Contra a Lepra

Além do Dispensário de profilaxia da lepra e do serviço de vigilância de Enfermagem de Saúde, mantidos no Centro de Saúde da Capital, possui o Estado, como articulação do seu armamento anti-leproso, o Hospital Colônia "Getúlio Vargas" e o Preventório "Eunice Weaver".

Hospital Colônia "Getúlio Vargas"

A Colônia "Getúlio Vargas", cuja construção foi iniciada pelo Governo Federal em 1936, em terreno doado pelo Governo do Estado, inaugurou-se a 12 de julho de 1941. A minha administração contribuiu com cerca de 50:000\$000, para as suas instalações e conclusão.

A construção obedeceu á orientação do plano de combate á Lepra, posto em prática pelo Governo Getúlio Vargas, dotando todos os Estados da Federação de leprosários sob um padrão único.

Até dezembro de 1941, existiam já construidos e em funcionamento os seguintes edificios :

Na zona intermediária: Reservatório d'água com capacidade para 30.000 metros cúbicos e Pavilhão de Administração.

Na Zona Sadia: Residências do Administrador e 2 casas geminadas para empregados.

Na Zona Doente: 3 Pavilhões Carville para 84 doentes, 4 casas geminadas para casais, cozinha e refeitório e o pavilhão para serviços médicos com enfermaria anexa.

MOVIMENTO DE INTERNAÇÃO

Logo após a inauguração, começaram a ser recolhidos á Colônia os contagiados. No quadro infra está discriminado o movimento de internação de julho a dezembro de 1941:

MES	HOMENS	MULHERES	CRIANÇAS	TOTAL	ÓBITOS
Julho	8	1	0	9	0
Agosto	10	6	0	16	0
Setembro	15	9	1	25	0
Outubro	20	13	1	34	0
Novembro	25	14	2	41	1
Dezembro	27	16	2	45	1

MEDICAÇÕES REALIZADAS: de 12 de julho a 31 de dezembro de 1941:

Injeções de Antilebrina	1.000 c.c.
Injeções de Chamoethyl	500 c.c.
Injeções de Clorêto de Cálcio	500 c.c.
Curativos diversos	350 c.c.

O HOSPITAL COLÔNIA "GETÚLIO VARGAS" funciona sob a orientação de um médico especialista em lepra e teve uma despesa prevista de 120:000\$000, para 1941.

PREVENTÓRIO: A meio quilômetro do Leprosário, fica situado o Educandário "EUNICE WEAVER", em terreno doado pelo Estado.

A construção ainda não foi concluída, mas já teve inauguradas em 10 de agosto de 1941 instalações para a administração, almoxarifado, cozinha, refeitório e alojamento-dormitório para cerca de 30 internados.

O meu Governo auxiliou com a importancia de 10:000\$000 as instalações atuais.

Essa instituição de destacado valôr social (internato de filhos sadios dos leprosos e assistência ás famílias de comunican-

tes), é subvencionada pelo Governo do Estado e mantida pela "Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra", representada por influentes elementos da sociedade local, notadamente um grupo de senhoras de rara abnegação e altruísmo.

O Educandário funciona atualmente com 11 crianças.

Em relação aos censos dessa endêmia, temos o levantamento apenas de 11 municípios. A Diretoria de Saúde Pública entretanto, aguarda, que êsse importante e imprescindível complemento á campanha da lepra seja feito por intermédio do S. N. L., conforme ficou deliberado no último Congresso de Saúde, realizada na Capital da República.

Com a conclusão do Censo da Lepra no Estado e a criação para 1942 de um órgão central de comando único de todo o aparelhamento anti-leproso, ficaremos em situação excepcional para um combate de exterminio ao terrível mal de Hansen.

Hospital Colônia "Juliano Moreira"

I — DESPÊSAS GERAIS: Rs. 298:758\$100, havendo em relação ao ano anterior, um aumento de verba correspondente a 37:278\$600.

II — MOVIMENTO DE DOENTES: Pelo quadro demonstrativo abaixo pôde-se verificar todo o movimento de doentes durante o ano de 1941:

Internados	462	doentes
Obtiveram altas	295	"
Falecimentos	56	"
Passaram para o ano seguinte	218	"
Fôram atendidos em ambulatório	1085	"

III — FARMÁCIA: A despesa com os medicamentos aplicados em 1941, nos doentes internados neste Hospital, elevou-se a um total de Rs. 20:632\$550, excluindo-se os medicamentos fornecidos pela Diretoria de Saúde Pública, que atingiram Rs. — 4:000\$000.

IV — LABORATÓRIO : O Laboratório de pesquisas clínicas funcionou regularmente e com os seus inúmeros exames correu satisfatoriamente, esclarecendo os diagnosticos no sentido de ser aplicada uma terapêutica mais firme e mais racional.

O quadro demonstrativo do movimento do Laboratório é o seguinte :

Reações de Wassermann	—	no sangue	385
Reações de Muller	—	“ “	68
Reações de Wassermann	—	no liquor	93
Reações de Muller	—	“ “	15
Reações de Pandey	—	“ “	108
Reações de Nony	—	“ “	108
Reações de Weichbrodt	—	“ “	108
Reações de Takata-Ara	—	“ “	108
Reações de Benjoin	—	“ “	108

EXAMES:

Albuminose	23
Linfocitose	23
Pesquisa de hematozoários	11
Escarro	6
Urina	48
Fézes	34
Exames de sangue — total	453
Punção lombar e sub-occipital — total	108

V — PENSIONISTA : A renda de pensionistas internados no Sanatório Clifford elevou-se a um total de Rs. — 48:296\$500.

VI — LAUDOS PERICIAIS : Além dos laudos médicos para fins de aposentadoria e de licença de funcionários públicos estaduais e federais, apresentou a Colônia 15 laudos médico-legais solicitados pela Justiça Pública.

Todos êsses exames, tiveram como finalidade esclarecer e fornecer elementos para um julgamento aos Srs. Juizes, em todos os casos em que se fazia necessário um exame de sanidade mental.

VII — CONDIÇÕES ATUAIS DA ASSISTÊNCIA A PSICOPATAS :

- a) — Quadro de funcionários:
- 3 — Médicos psiquiatras, sendo um diretor em comissão
 - 1 — Auxiliar de laboratório (prático)
 - 1 — Auxiliar de farmácia (prático)
 - 1 — Escrivão
 - 1 — Auxiliar de Escritório
 - 1 — Administrador
 - 3 — enfermeiros
 - 3 — enfermeiras
 - 28 — guardas
 - 1 — guarda de campo
 - 1 — Chefe de oficinas
 - 1 — porteiro
 - 12 — empregados, exercendo diversas funções
- TCTAL DE EMPREGADOS 57
- b) — A Assistência a Psicopatas consta atualmente de:
- 1 — Hospital Colônia com capacidade para 220 doentes de ambos os sexos e com as seguintes instalações:
 - 1 — Gabinete para a Diretoria
 - 1 — Secretaria
 - 1 — Sala de espera e visitas
 - 1 — Portaria
 - 1 — Gabinete para observações e exames médicos
 - 1 — Farmácia
 - 1 — Laboratório de pesquisas clínicas
 - 2 — Salas de curativos, pesquisas e intervenções
 - 3 — Enfermarias para mulheres indigentes, com capacidade para 20 doentes, cada uma.
 - 4 — Enfermarias para homens indigentes, com capacidade para 20 leitos, cada uma.
 - 12 — Alojamentos para agitados e doentes portadores de moléstias intercorrentes.
 - 2 — Refeitórios para doentes
 - 2 — Refeitórios para empregados
 - 1 — Cozinha, com dispensa
 - 1 — Almoarifado
 - 1 — Salão para costura e trabalhos manuais
 - 1 — Rouparia
 - 4 — Quartos para empregados
 - 1 — Necrotério
 - 1 — Alojamento para porteiro
 - 1 — Oficina de carpintaria e marcenária
 - Instalações sanitárias completas
 - II — Um sanatório para pensionistas (Sanatório Clifford), com capacidade para 30 doentes de ambos os sexos. Esse Sanatório consta do seguinte:
 - 20 — Alojamentos para doentes, inclusive 12 Apartamentos com instalações sanitárias completas.
 - 2 — Refeitórios

- 2 — Apartamento para médico interno
- 2 — Gabinêtes para exames médico e pequenas intervenções
- 2 — Salas de visitas, internas
- 2 — Salas de visitas, externas
- 2 — Salas de estar
- 4 — Salas de balneoterapia
- 2 — Pateos internos
- 2 — Pateos externos

Instalações Sanitárias completas.

III — Uma oficina de carpintaria e marcenária, onde os doentes trabalham na confecção de moveis.

IV — Uma lavanderia

V — Uma secção de costuras e trabalhos manuais

VI — Uma rouparia

PLANO PARA 1942 : — O Governo do Estado já tomou as providências no sentido de dar início, no exercício de 1942, á construção do Manicômio Judiciário e de um Hospital para mulheres indigentes.

MANICÔMIO JUDICIÁRIO : — O Manicômio Judiciário se destina aos alienados-delinquentes e aos delinquentes que apresentar perturbações mentais. Terá capacidade para 50 leitos, além das demais instalações necessárias ao perfeito funcionamento de um estabelecimento desse gênero : — laboratório, farmácia, almoxarifado, isolamento, gabinêtes médicos de psicologia e antropologia criminal.

HOSPITAL PARA AGUDOS MENTAIS E CONTAGIOSOS : — Projetado para 1942 a sua plan'a prevê capacidade para 60 leitos distribuidos em 4 enfermarias, e 10 celas individuais, inclusive um isolamento com uma enfermaria para tuberculosos e outra para doentes mentais portadores de molestias intercurrentes.

2.º CENTRO DE SAÚDE DA CAPITAL

Carteiras de saúde:

Carteiras de saúde expedidas	1.214
Carteiras de saúde revalidadas	499
Inspeções de saúde	458

EPIDEMIOLOGIA:

Notificações	5.232
Inunização contra febre tífica	9.271

Vacina contra variola	4.821
Vacina contra difteria	22
Vacina contra coqueluche	32
Vacina pelo B. C. B.	1.457
Atestado de vacina	3.390

INVESTIGAÇÕES FEITAS:

Tifoide	177
Paratifoide	1
Disenteria amebiana'	385
Disenteria bacilar	—
Difteria	38
Coqueluche	22
Gripe	43
Sarampo	1
Variola	—
Alastrim	—
Varicela	67
Paludismo	4.007
Tuberculose	391
Lepra	16
Parotidite	107
Paralisia infantil	6
Tracoma	1
Total	5.262

HIGIENE DA CRIANÇA:

a) Secção Prénatal

Matrículas	482
Atendidos	5.425
Receitas	733
Injeções	4.117
Exames de laboratório	901
Consultas	445

b) Secção de Lactentes:

Matrículas	1.562
Atendidos	20.657
Receitas	4.391
Injeções	11.222
Enviados á Cozinha Dietética	292
Enviados a Oto-rino-laringologista	125
Enviados a Olhos	124
Enviados a outros serviços	114
Exames de laboratório	410

Consultas	6.054
Curativos	35.567
Medicados contra paludismo	266
Medicados contra verminose	654

c) — COZINHA DIETÉTICA

Matriculas	414
Atendidos	87.685
Litros de leite gastos	73.785
Tiveram altas	287

d) — Secção de Pré-escolares:

Matriculas	1.143
Atendidos	16.570
Receitas	2.094
Injeções	9.233
Enviados a Oto-rino-laringologista	394
Enviados a Olhos	2
Enviados a outros serviços	4
Exames de Laboratório	478
Consultas	3.834
Curativos	2.882
Medicados contra paludismo	98
Medicados contra verminose	461

e) — Secção de escolares:

Matriculas	1.285
Atendidos	15.975
Receitas	4.247
Injeções	1.723
Enviados á Oto-rino-laringologia	556
Enviados a Olhos	547
Enviados a outros serviços	39
Exames de laboratório	1.408
Consultas	7.861
Curativos	4.550
Medicados contra verminose	2.267
Medicados contra paludismo	249
Vacinação anti-variolica	707
Atestado de vacina	1.514
Amidanoidectomia	36
Adnoidectomia	11
Pequenas intervenções	8

CLÍNICA DENTÁRIA:

Consultas	1.835
-----------------	-------

Extrações	485
Fichas	79
Curativos	529
Intervenções preparatórias	21
Obturações	1.001
Intervenções com anestésico	196
Altas	23

PROFILAXIA DA TUBERCULOSE:

(Dispensário de Tuberculose)

Matriculas	605
Atendidos	44.439
Receitas	4.237
Injeções	49.393
Exames de laboratório	734
Radioscopias	1.027
Radiografias	216
Roentgenfotografia	253
Consultas	5.586
Pneumos	1.164
Enviados a outros serviços	805
T. P. no 1. exame	180
T. P. no 2. exame	174
Comunicantes	771

PROFILAXIA DA SÍFILIS E DOENÇAS VENÉREAS (Dispensários): (HOMENS E MULHERES)

Matriculas	1.423
Atendidos	74.154
Receitas	2.787
Injeções	33.192
Curativos	22.972
Exames de laboratório	2.142
Consultas	11.496
Enviados a outros serviços	452

DISPENSÁRIO NOTURNO ANTIVENÉRIO:

(Homens)

Consultas	1.984
Desinfecções	1.557
Lavagens	5.475
Massagens	534
Dilatações	173
Endoscopias	—

Curativos	4.127
Injeções	7.425
Reações sorológicas-positivas	20
Reações sorológicas-negativas	33

PROFILAXIA DA LEPRO (DISPENSARIO)

Matrículas	499
Atendidos	19.751
Receitas	2.744
Injeções	4.388
Curativos	5.801
Exames de Laboratório	435
Consultas	5.627

PROFILAXIA DE ENDEMIAS RURAIS (Dispensário):

Matrículas	3.022
Atendidos	10.103
Receitas	1.867
Injeções	412
Consultas	2.445
Medicados contra paludismo	3.577
Medicados contra verminose	2.832
Exames de laboratório	2.053

HIGIENE DA ALIMENTAÇÃO E POLICIA SANITARIA E HIGIENE DO TRABALHO (Inspetoria):

Médicas	339
Visitas (Domiciliares	38.331
(Outras	—
(Fábricas de gêneros alimentícios	1.240
Visitas (Armazens de estivas	3.081
aos (.....	
Est. com (Hotéis, pensões e bars	2.054
(Mercados públicos	331
(Outros estabelecimentos	9.985
Estábulo visitados	2
(Para saneamentos	80
(Para construção de fossas	293
(Para remoção de lixo	1.045
Intimações (.....	
(Para limpeza de casas	362
(Diversas	3.443
(Cumpridas	3.362

Correspondências recebidas e expedidas	433
(Deferidas	156
Petições (
(Indeferidas	26
Mercadorias inutilizadas (quilos)	3.352
Frutas inutilizadas	5.621
Chaves apresentadas	2.984
Habite-se concedidos	1.679
Cutros serviços	1
(Apreensão	173
Autos de (Infração	12
(Infração justificadas	9
(Apreendidas por não estarem legalizadas	7
Mercadorias (Apreendidas e condenadas	76
(Apreendidas para Exame Fiscal	48
Editais publicados	28

ENFERMAGEM DE SAÚDE PÚBLICA:

Doentes fichados	23.932
Suspensos	2.949
Restantes	20.983

MOTIVOS DE SUSPENSÃO:

Curados	328
Mudança	1.228
Falecidos	330
Não encontrados	284
Não necessitam visita	732
Hospital	23
Mudança de diagnóstico	24
Total	2.949
Notificações recebidas	922

Dcentes enviados á Ambulatórios	5.454
Propaganda distribuida	1.196
(Antivarióllica	1.259
Vacina (
(Mista distribuida	3.921
Visitas feitas pelas enfermeiras	21.775

Maternidade

A Maternidade do Estado vem merecendo particular interesse por parte do meu govêrno que, a despeito de todas as dificuldades criadas pela situação atual, já deu início á construção do seu novo edificio, indo as obras em crescente adiantamento. Não obstante isso, as urgentes necessidades reclamadas pela deficiência do atual prédio mereceram a minha solicitude.

De ha muito, a Diretoria de Saúde Pública pleiteava um pavilhão de cirurgia para atender, não sómente aos imperativos da Clínica Obstétrica, como igualmente da Clínica Ginecológica, cujos casos estão a reclamar, insistentemente, intervenções de vulto, só compatíveis com instalações adequadas.

Acresce que para solucionar, provisoriamente, aquêlê problema, o gabinêto do Diretor e a sala destinada á Secretaria daquêlê estabelecimento, vinham sendo utilizados como salas de operações e esterilizações respectivamente, deixando a parte burocrática dessa repartição desalojadas das suas secções, com notavel prejuizo e incomodo. Ponderados fatos desta ordem, foi a questão immediatamente sanada com a construção do pavilhão que se fazia necessário, constante de sala de cirurgia sélica, sala de esterilizações e sala para arsenal cirúrgico. Além disso, fôram ligados por alpendres três dos pavilhões da Maternidade. Reduziu-o bastante o grave inconveniente do seu sistema de pavilhões isolados que obrigava o pessoal ao transitio desabrigado de sol e chuva, e se amparou a situação das enfêrnas operadas, antes tan-

bem expostas a travessias imprudentes, da sala de cirurgia aos pavilhões. A iniciativa do Governo foi nêsse particular de notável interêsse pela sorte das mulheres que na Maternidade buscam o socôrro de uma assistênciã á altura das suas necessidades.

CLÍNICA GINECOLÓGICA — COMBATE AO CANCER :

A Paraíba, como quasi todo o Brasil afóra, não organizou a sua campanha contra o grande flagelo do cancer. E' assunto que sómente agora está sendo encarado com a importância que merece.

Todavia, a Clinica Ginecológica da Maternidade de há muito vem se preocupando com a situação das cancerosas, procurando, com a equipe dos seus médicos, a efetivação de uma precoce diagnóstico, na sistematização cuidadosa de exames, visando a suspeita do mal em seu início, base elementar de toda a campanha bem orientada. Como elementos terapêuticos, além da cirurgia, tentando curar ou ao menos aliviar o sofrimento das infelizes, dispõe-se apenas da eletrocoagulação, essa mesma realizada com aparelhagem particular, á falta de instalações de Electrocirurgia. Os resultados obtidos são ainda muito a desejar. A nossa estatística, como se observará em seguida, é bem alarmante, e o que se tem feito é apenas um início. Sómente ha pouco tempo se estabeleceu a corrente dessas enfêrmas, pelo conhecimento de médicos e doentes do interêsse que despertam tais casos, pouco simpáticos e ainda menos interessantes ás Clínicas Cirurgicas existentes entre nós.

MATERNIDADE

(1941)

Consultas	2.184
Receitas	1.439
Exames	1.266
Injeções	345
Curativos	578
Frequência	3.054

SERVIÇO DE PARTOS:

Existentes no dia 1.º de janeiro de 1940	62
Entradas	1.777
Óbitos	54
Altas	1.755
Fassaram para o mês de janeiro de 1941	56
Partos	1.015
Nascidos vivos	894
Nascidos mortos	131
Reanimados	29
Fetos	1.025
(Naturais	900
Partos (Prematuros	76
(Operatórios	115
Plascenta prévia	3
Abortos	52
Retenção de Plascenta	146
Cesarianas (incluídas já nos partos operatórios)	11
Forceps	71
Zarató	8
Versão	18
Extração podalica	11
Infeccionadas	109
Operados (Serviço Gincológico)	205
Pensionistas (Partos e Operações)	204



Serviço Sanitário do Interior

POSTO DE HIGIENE DE CAMPINA GRANDE

a) Estatística vital:

Casamentos	316
Nascimentos	2.035
Nati-mortos	144
Óbitos de 0 - 1 ano	986
Óbitos em geral	1.972

b) Profilaxia:

Fessões atendidas pela primeira vez	1.502
Helmintoses	219
Paludismo	170
Bouba	835
Sífilis	

(com larvas culecides	13
Fócos de mosquitos (com larvas anofelinos	3
(aterrados	5
Imundícies encontradas	263
Imundícies destruidas	263
(expedidas	1.491
Intimações (cumpridas	731
(não cumpridas	120
Autos de multas expedidos	42
Autos de multas executados	11
Requerimentos informados	43
Requerimentos despachados	59
Exames de laboratório	989

e) *Educação, Propaganda, Polícia Sanitária e
higiene da alimentação:*

Folhêtos distribuídos	190
Visitas a fábricas	2
Visitas de enfermeiras	437
Inspeção de estábulos	2
Inspeções de gêneros alimentícios	49.524
Inspeções de carnes	17.622

POSTO DE HIGIENE DE AREIA

a) *Estatística vital:*

Casamentos	53
Nascimentos	237
Nati-mortos	14
Óbitos de 0 - 1 ano	331
Óbitos em geral	784

b) *Profilaxia:*

Pessoas atendidas pela primeira vez:

Helminthoses	967
Paludismo	81
Eczema	424
Sifilis	230
Gonorréia	4
Cancro mole	2

Outras doenças	71
Caso notificado de febres tifoide e paratifoide	1

Vacinação:

Antivariólica	948
Antitífica	124
Antidisentérica	124

Medicações:

Herminotoses	1.604
Paludismo	127
(Injeções arsenicais	209
(Injeções mercuriais	87
Sífilis (
(Injeções bismutadas (doses)	3 305
(Injeções iodêto sódio	672
Outras doenças venéreas	96
Bouba	2.845
Outras (sífilis contagiante)	1.734
Consultas	12.444
Curativos	786

c) Saneamento e Polícia Sanitária:

Visitas de inspeção domiciliar	2.870
Certificados de habite-se concedidos	96
Certificados de habite-se recusações	10
Fossas construídas absorventes	23
Fossas condenadas	2
Gabinetes sanitários melhorados	2
Gabinetes sanitários construídos	2
Imundícies encontradas	155
Imundícies destruídas	102
Intimações expedidas	65
Intimações cunpridas	4
Requerimentos informados	15
Requerimentos despachados	15

e) Educação, Propaganda, Polícia Sanitária e Higiene da Alimentação:

Folhêtos distribuídos	207
Visitas a fábricas	3
Visitas de enfermeiras	650

Inspeções de estábulos	9
Inspeções de gêneros alimentícios	3.119
Visitas a escolas	16
Inspeções de carnes	3.253

PÓSTO DE HIGIENE DE ALAGÓA GRANDE

a) *Estatística vital*

Casamentos	29
Nascimentos	395
Nati-mortos	16
Óbitos de 0 - 1 ano	188
Óbitos em geral	470

b) *Profilaxia:*

Pessoas atendidas pela primeira vez:

Helmintoses	752
Paludismo	382
Bouba	210
Sífilis	352
Gonorréia	7
Lepra	16
Tuberculose	4
Disenterias	9
Outras doenças	310

Vacinação:

Anti-variólica	2.705
Anti-tífica	2.340

Soroterapia:

Anti-rábico	33
-------------------	----

Casos notificados:

Lepra	1
Tuberculose	1
Febres tifoide e paratifoide	1

Medicações:

Helmintoses	1.445
Paludismo	1.279

(Injeções arsenicais	1.203
(Injeções mercuriais	161
Sífilis (Injeções bismutadas (doses)	3.800
(Injeções iodêto sódio	614
Outras	374
Bouba	1.895
Tuberculose	289
Disenterias	21
Outras injeções	2.308
Censultas	19.599
Curativos	1.093

c) *Saneamento e Policia Sanitária:*

Visitas de inspeção domiciliar	2.692
Fossas construídas absorventes	20
Fossas condenadas	8
Fossas melhoradas	34
Imundícies encontradas	39
Imundícies destruídas	39
(Expedidas	43
Intimações (cumpridas	32
(não cumpridas	11

d) *Laboratório*

Reação de Widal	2
Hematozoários	3
Bacilo de Koch	5
Bacilo de Hansen	17
Outros exames	62

e) *Educação, Propaganda, Policia Sanitária e Higiene da Alimentação:*

Folhêtos distribuídos	1.504
Visitas de enfermeiras	2.221
Inspeções de gêneros alimentícios	1.306
Inspeções de carnes	374

PÔSTO DE HIGIENE DE ITABAIANA

a) *Estatística vital:*

Casamentos	119
Nascimentos	407

Nati-mortos	16
Óbitos de 0 - 1 ano	87
Óbitos em geral	453

b) *Profilaxia:*

Pessoas atendidas pela primeira vez:

Helmintoses	2.010
Paludismo	981
Bouba	240
Sífilis	214
Gonorréia	5
Leishmaniose	1
Tuberculose	7
Difteria	2
Febres tifoide e paratifoide	1
Disenterias	19
Outras doenças	1.955
Casos notificados de febre tifoide e paratifoide	1

Vacinação:

Anti-variólica	1.501
Anti-tífica	1.624

Soroterapia:

Anti-disentérica	1
Anti-ofídica	1

Medicações:

Helmintoses	2.253
Paludismo	12.974
(Injeções arsenicais	963
(Injeções mercuriais	85
Sífilis (
(Injeções bismutadas (doses)	6.285
(Injeções iodéto sódio	331
Bouba	1.185
Leishmaniose	4
Tuberculose	561
Disenterias	66
Outras	1.323
Consultas	921
Curativos	575

c) *Saneamento e Polícia Sanitária:*

Visitas de inspeção domiciliar	2.571
Certificados de habite-se concedidos	145
Fossas construídas absorventes	13
Gabinêtes sanitários construídos	13
Gabinêtes sanitários melhorados	3
Poços aterrados	8
Fócos de moscas encontrados	4
Fócos de moscas destruídos	4
Fócos de mosquitos larvas culíneos	3
Imundícies encontradas	28
Imundícies destruídas	28
Intimações expedidas	11
Intimações não cumpridas	5
Intimações cumpridas	10

d) *Educação, Propaganda, Polícia Sanitária e Higiene da Alimentação:*

Folhêtos distribuídos	286
Inspeções de gêneros alimentícios	6.615
Visitas a escolas	14
Inspeções de carnes	1.910

PÓSTO DE HIGIENE DE GUARABIRA

a) *Estatística vital:*

Casamentos	91
Nascimentos	326
Nati-mortos	11
Óbitos de 0 - 1 ano	28
Óbitos em geral	395

b) *Profilaxia:*

Pessoas atendidas pela primeira vez:

Helmintoses	782
Paludismo	610
Bouba	333
Sífilis	232
Outras doenças	1.440

Vacinação:

Anti-variólica	557
--------------------------	-----

Anti-tífica	390
Outras	23

Medicações:

Helmintoses	2.247
Paludismo	8.579

(Injeções mercuriais	189
-----------------------------	-----

Sífilis (

(Injeções bismutadas (doses)	8.506
-------------------------------------	-------

Bouba	4.845
Outras	2.658
Consultas	19.851
Curativos	457

c) Saneamento e Polícia Sanitária:

Visitas de inspeção domiciliar	1.350
Fossas construídas absorventes	60
Fossas melhoradas	8
Gabinêtes construídos	60
Intimações expedidas	119
Intimações cumpridas	119

d) Educação, Propaganda, Polícia Sanitária e
Higiene da Alimentação:

Cartas e cartões expedidos	256
Visitas a fábricas	130
Inspeções de estábulos	87
Inspeções de gêneros alimentícios	735
Visitas a escolas	72
Inspeções de carnes	268

PÔSTO DE HIGIENE DE PATOS

a) Estatística vital:

Casamentos	81
Nascimentos	247
Nati-mortos	24
Óbitos de 0 - 1 ano	533
Óbitos em geral	770

b) *Profilaxia* :

Pessoas atendidas pela primeira vez:

Helmintoses	41
Paludismo	1
Bouba	15
Sifilis	109
Gonorréia	23
Cancro mole	11
Linfogranulomatose ing.	6
Tracoma	1
Leishmaniose	1
Tuberculose	6
Coqueluche	6
Febres tifoide e paratifoide	2
Disenterias	24
Outras doenças	590

Casos notificados:

Tuberculose	1
Difteria	1
Febres tifoide a paratifoide	12

Vacinação:

Anti-variólica	1.669
Anti-tífica	491
Anti-disentérica	28

Soroterapia:

Anti-ofídica	90
Anti-rábicas	52

Trabalhos epidemiológicos:

Isolamentos domiciliares	34
--------------------------------	----

Medicações:

Helmintoses	91
(Injeções arsenicais	295
Sifilis (Injeções mercuriais	547
(Injeções bismutadas (doses)	1.764
Bouba	38
Disenterias	88
Outras	669
Consultas	1.179
Curativos	2.696

c) *Saneamento e Polícia Sanitária:*

Casas cadastradas não esgotadas	3.599
Visitas de inspeção domiciliar	1.623
Certificados de habite-se concedidos	147
Certificados de habite-se recusados	3
Gabinêtes melhorados	612
Fôcos de moscas encontrados	6
Fôcos de moscas destruídos	6
Imundícies encontradas	27
Imundícies destruídas	27
Intimações expedidas	15
Intimações cumpridas	15

d) *Educação, Propaganda e Polícia Sanitária e
Higiene da Alimentação:*

Visitas a fábricas	39
Visitas de enfermeiras	560
Inspeção de saúde	121
Inspeções de gêneros alimentícios	890
Visitas a escolas	11
Inspeções de carnes	1.070

PÓSTO DE HIGIENE DE BANANEIRAS

a) *Estatística vital:*

Casamentos	47
Nascimentos	148
Nati-mortos	4
Óbitos de 0 - 1 ano	44
Óbitos em geral	198

b) *Profílatia:*

Pessoas atendidas pela primeira vez:

Helmintoses	2.696
Paludismo	311
Ecuba	1.086
Sifilis	341
Coqueluche	29

Vacinação:

Anti-variólica	2.023
----------------------	-------

Medicações:

Helmintoses	3.345
Paludismo	7.352
(Injeções arsenicais	159
(Injeções mercuriais	2
Sífilis (
(Injeções bismutadas (doses)	3.231
(Injeções iodêto sódio	321
Bouba	7.752
Outras	2.589
Consultas	1.031
Curativos	1.031

c) Saneamento e Polícia Sanitária:

Visitas de inspeção domiciliar	1.853
Fossas construídas absorventes	6
Fossas melhoradas	13
Imundícies encontradas	4
Imundícies destruídas	4
Intimações expedidas	54
Intimações cumpridas	40
Intimações não cumpridas	33
Requerimentos despachados	10

d) Laboratório:

Hematozoários	4
Ovohelminscopia	20
Gonococo	1
Ducrey	1
Bacilo de Koch	15
Outros exames	184

e) Educação, Propaganda e Polícia Sanitária e
Higiene da Alimentação:

Folhêtos distribuídos	556
Cartazes afixados	22
Inspeções de animais	229
Visitas de enfermeiras	1.336
Inspeções de gêneros alimentícios	974
Visitas a escolas	10
Inspeções de carnes	556

PÓSTO DE HIGIENE DE CAJAZEIRAS

a) *Estatística vital:*

Casamentos	66
Nascimentos	501
Nati-mortos	12
Óbitos de 0 - 1 ano	381
Óbitos em geral	675

b) *Profilaxia:*

Pessoas atendidas pela primeira vez:

Helminthoses	206
Paludismo	6
Bouba	1
Sifilis	242
Gonorréia	80
Cancro mole	40
Linfogranulomatose ing.	1
Lepra	2
Tuberculose	5
Difteria	6
Coqueluche	9
Febres tifoide e paratifoide ..	5
Disenterias	7
Outras doenças	742

Casos notificados:

Paludismo	1
Tracoma	1
Tuberculose	4
Difteria	14
Coqueluche	13
Febres tifoide e paratifoide ..	19
Disenterias	4
Outras doenças	32

Vacinação:

Anti-variólica	738
Anti-tífica	864

Medicações:

Helminthoses	255
(Injeções arsenicais	23

(Injeções mercuriais	81
Sífilis (Injeções bismutadas (doses)	2.283
(Injeções iodêto sódio	66
(Injeções outras	2.970
Outras doenças venéreas	67
Bouba	1
Tracoma	22
Disenterias	8
Consultas	3.403
Curativos	838

c) *Saneamento e Polícia Sanitária:*

Visitas de inspeção domiciliar	3.871
Fossas construídas absorventes	4
Gabinêtos sanitários construídos	4
Focos melhorados	2
Focos aterrados	1
Valas abertas (métrós)	469
Intimações expedidas	131
intimações cumpridas	106
Intimações não cumpridas	8
Requerimentos informados	12
Requerimentos despachados	12

d) *Educação, Propaganda, Polícia Sanitária e
Higiene da Alimentação:*

Artigos publicados	5
Folhetos distribuídos	1.365
Visitas de enfermeiras	2.274
Inspeções de estábulos	23
Inspeções de gêneros alimentícios	1.786
Visitas a escolas	24
Inspeções de carnes	1.127

PÓSIO DE HIGIENE DE MAMANGUAPE

a) *Estatística vital:*

Casamentos	111
Nascimentos	180
Nati-mortos	5
Óbitos de 0 - 1 ano	83
Óbitos em geral	249

b) *Profilaxia:*

Pessoas atendidas pela primeira vez:

Helminthoses	314
Paludismo	292
Bouba	83
Sífilis	289
Gonorréia	11
Cancro mole	15
Tuberculose	6
Disenterias	8
Outras doenças	75

Vacinação:

Anti-variólica	345
Anti-tífica	15

Medicações:

Helminthoses	404
Paludismo	2.064
(Injeções arsenicais	10
(Injeções mercuriais	113
Sífilis (
(Injeções bismutadas (doses)	1.666
(Injeções iodêto sódio	145
Outras doenças venéreas	156
Bouba	509
Tuberculose	85
Disenterias	43
Outras	573
Consultas	820
Curativos	778

c) *Saneamento e Polícia Sanitária:*

Visitas de inspeção domiciliar	164
Fossas construídas absorventes	3
Fossas condenadas	2

d) *Educação, Propaganda, Polícia Sanitária e
Higiene da Alimentação:*

Visitas de enfermeiras	761
------------------------------	-----

Inspecções de gêneros alimentícios	53
Visitas a escolas	3
Inspecções de carnes	51

PÔSTO DE HIGIENE DE CABEDELO

a) *Estatística vital:*

Nascimentos	113
Nati-mortos	1
Óbitos de 0 - 1 ano	54
Óbitos em geral	169

b) *Profilaxia:*

Pessoas atendidas pela primeira vez:

Helmintoses	632
Paludismo	240
Bouba	4
Sífilis	350
Gonorréia	23
Cancro mole	18
Lepra	2
Tuberculose	2
Coqueluche	1
Disenterias	21
Outras doenças	121

Casos notificados:

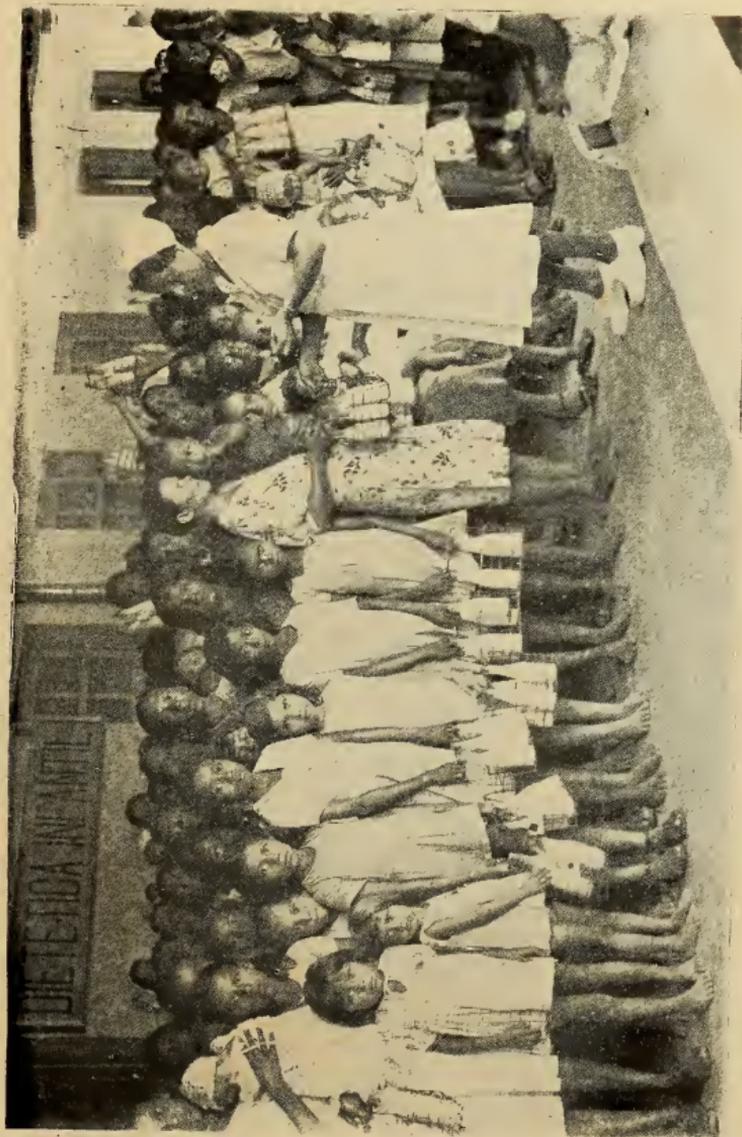
Lepra	2
Tuberculose	2
Coqueluche	1
Disenterias	21

Vacinação:

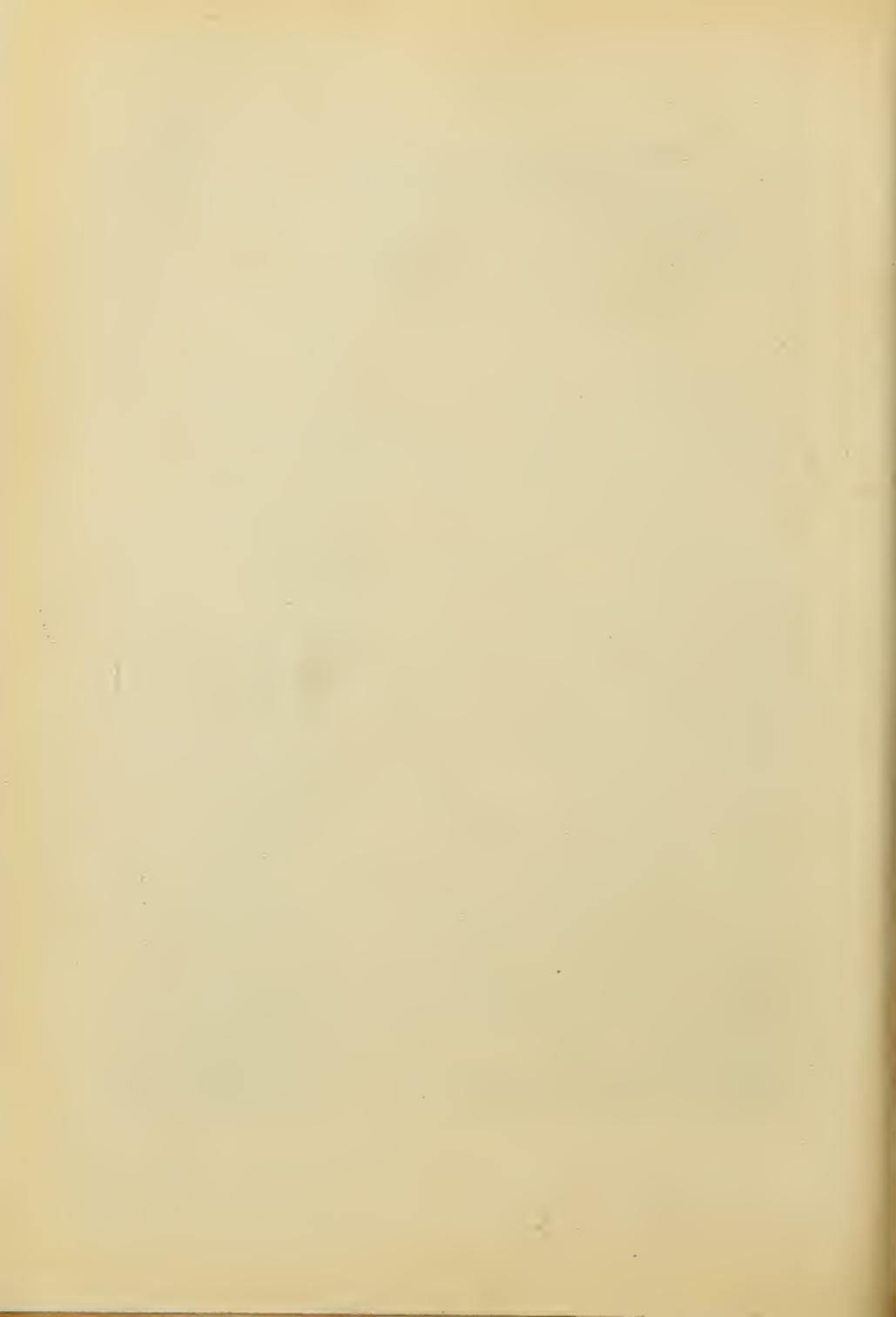
Anti-variólica	658
Anti-disentérica	715
Anti-tífica	715
Outras	37

Trabalhos epidemiológicos.

Isolamentos domiciliares	1
--------------------------------	---



Dietética Infantil do Centro de Saúde da Capital — Ampliada no governo do interventor Ruy Carneiro —
Distribuição de leite.



Medicações:

Helmintosos	908
Paludismo	6.032
(Injeções arsenicais	20
(Injeções mercuriais	12
Sifilis (
(Injeções bismutadas (doses)	5.597
(Injeções iodêto sódio	54
Outras doenças venéreas	1.366
Lepra	64
Disenterias	152
Outras	2.318
Consultas	2.557
Curativos	3.499

a) Saneamento e Polícia Sanitária:

Visitas de inspeção domiciliar	553
Fossas construídas absorventes	15
Fossas condenadas	13
Fossas melhoradas	18
Gabinêtes sanitários construídos	5
Gabinêtes sanitários melhorados	2
Intimações expedidas	29
Intimações cumpridas	9

d) Laboratório:

Facilo de Koch	1
Outros exames	117

e) Educação, Propaganda, Polícia Sanitária e
Higiene da Alimentação:

Folhêtos distribuídos	588
Cartazes afixados	4
Visitas de enfermeiras	2.197
Inspeções de gêneros alimentícios	1.159
Visitas a escolas	38
Inspeções de carnes	286

O Governo do Estado, em 1941, fez ampliações na Cozinha Dietética do Centro de Saúde desta Capital, e aumentou de 150 para 250 o número de litros de leite ali fornecidos.

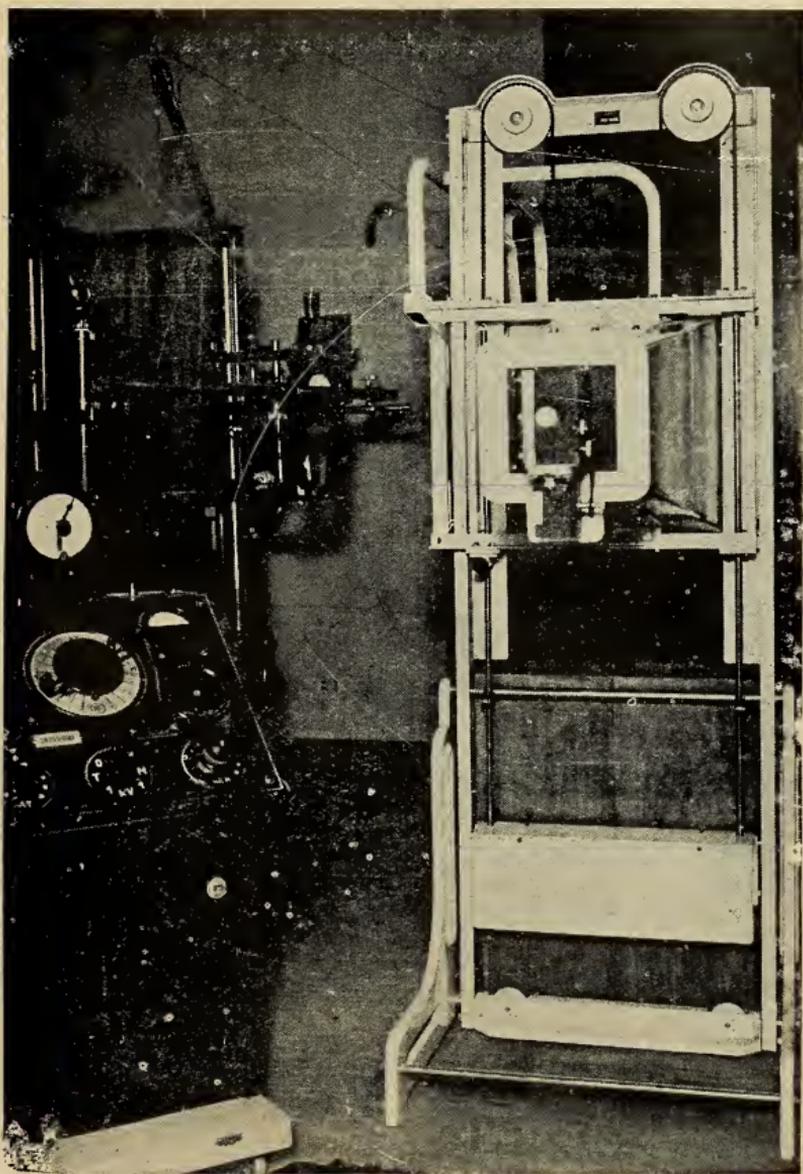
Construiu ainda, ao lado do Dispensário de Tuberculose do Centro de Saúde, um pavilhão destinado a exames ligados ao funcionamento do "Mannel de Abreu", aparelho de roentgen-fotografia, notável conquista, que veio atender às justas aspirações do meio médico paraibano e às nossas reais necessidades, no terreno da profilaxia e do tratamento da tuberculose.

Conferência de Saúde

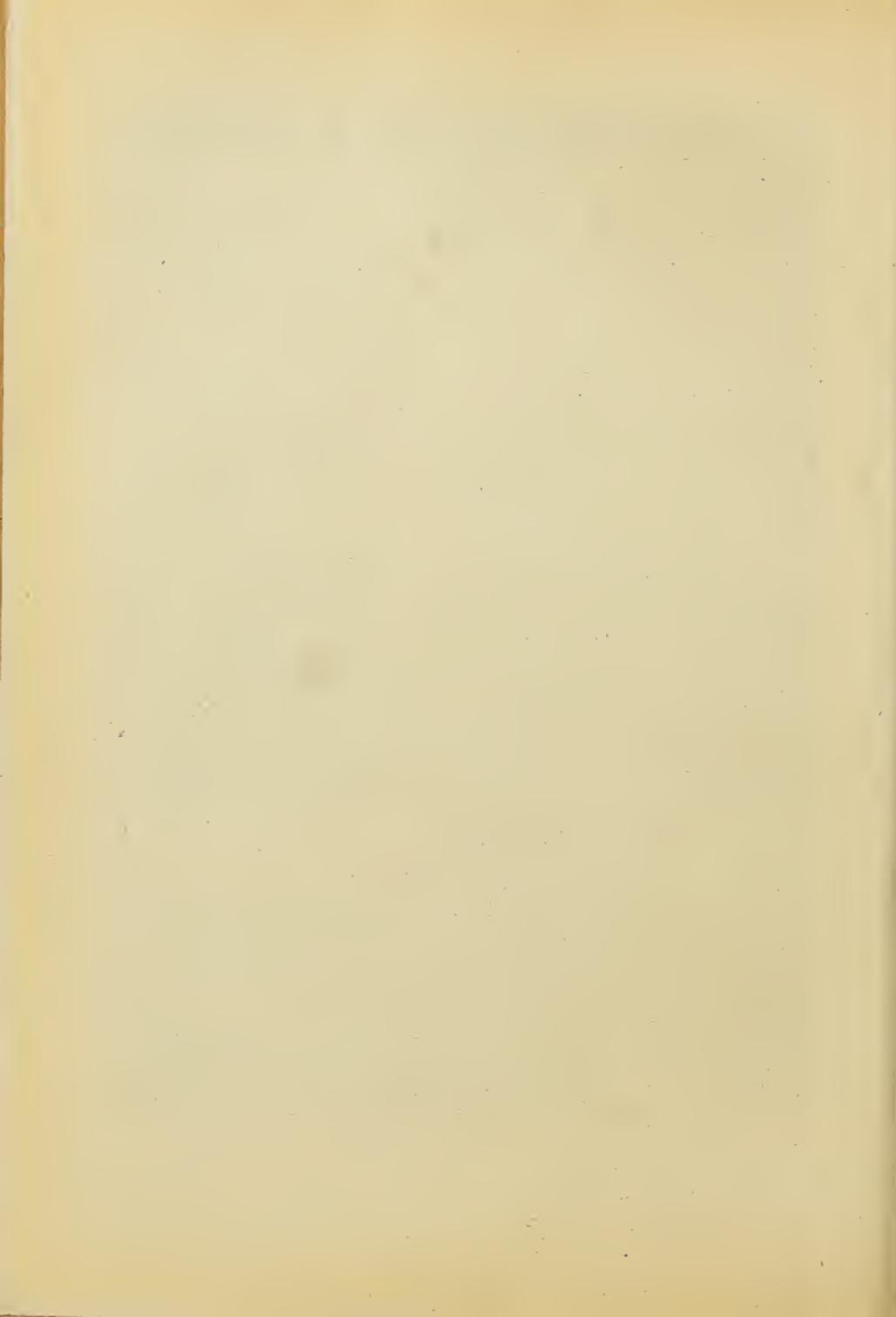
A Paraíba esteve presente, por intermédio do Diretor Geral da Saúde Pública do Estado, dr. Janduhy Carneiro, á Conferência de Educação e Saúde, realizada a 10 de novembro de 1941 na Capital Federal.

O delegado paraibano áquêle certame, no que respeita á Saúde, teve oportunidade de apresentar á consideração da assembléia geral algumas sugestões sob a fórmula de propostas de resoluções, acêrca de diversos assuntos atualizados, destacandose: 1.º o projéto sôbre a inclusão obrigatória da higiêne mental nas atividades dos Centros de Saúde do Brasil; 2.º a introdução, na administração pública brasileira, do sistema *leito-dia*, como norma controladora na distribuição de subvenções destinadas a hospitais particulares subvencionados pelos govêrnos federal, estadual e municipal; 3.º um plano de combate ás endemias rurais.

Todas as propostas paraibanas mereceram estudo das comissões especiais e aprovação em plenário.



Diretoria Geral de Saúde Pública — "Roentgen" — Fotografia



EDUCAÇÃO

AO ser nomeado Interventor Federal, cogitei de melhorar o aparelhamento educacional do Estado, procurando integrá-lo nas diretrizes nacionais da Educação.

Invoquei, para isso, a colaboração do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, cujo diretor Professor Lourenço Filho franqueou á Paraíba a assistência daquele órgão técnico e as luzes de sua experiência pessoal.

Conhecedor dos problemas do ensino, aquêle eminente educador brasileiro ficou aguardando as providências do Estado no sentido de possibilitar a vinda de um técnico federal, que se encarregasse do plano da reforma do nosso Departamento de Educação. Circunstancias imperiosas impediram que esse programa tivesse início em 1941, sem que o meu Govêrno, entretanto, se descurasse do assunto, cuja solução foi, assim protelada para 1942.

Contando, como tenho contado, com o concurso esclarecido do Ministro Gustavo Capanema, espero encaminhar o problema com os promissores resultados que é lícito prevêr de um programa renovador ao qual o eminente titular da pasta da Educação empresta o seu valioso e patriótico apôio.

No orçamento do Estado para o exercício de 1941 foram consignadas as seguintes dotações para as despêsas com os serviços de ensino:

A) DESPESAS COM O ENSINO:

Departamento de Educação

1) Administração

8300 — Pessoal Fixo	106:620\$000
8303 — Material de consumo	18:800\$000
8304 — Despêsas Diversas	117:500\$000

Os dados que se transcrevem abaixo representam o movimento do ensino primário do Estado em 1941 e foram extraídos da contribuição paraibana á estatística do ensino primário geral do Brasil no aludido ano.

Conforme se pôde verificar nos computos da tabéla abaixo, a matrícula geral nêsse período escolar, compreendendo o ensino particular e o público, atingiu a seguinte cifra: 75.717 alunos, sendo 34.913 masculinos e 40.804 do sexo feminino. Distribuindo-se a mesma matrícula (para ambos os sexos) segundo as modalidades do ensino, encontramos ainda o seguinte resultado: ensino pré-primário infantil 845; fundamental comum 64.984; supletivo (ensino noturno) 9.432 e complementar pré-vocacional 456. A matrícula efetiva do ensino público e particular elevou-se a 69.711 escolares, sendo 31.973 do sexo masculino e 37.738 do sexo feminino.

Confrontando-se a matrícula efetiva com a geral, obtemos o percentual de 92,21 da primeira sôbre a segunda, o que quer dizer que o número de eliminados das escolas representa apenas 7,79% da matrícula geral. Quanto á frequência média, encontramos 44.420 escolares, sendo que dêstes 20.016 eram do sexo masculino e 24.404 do sexo feminino.

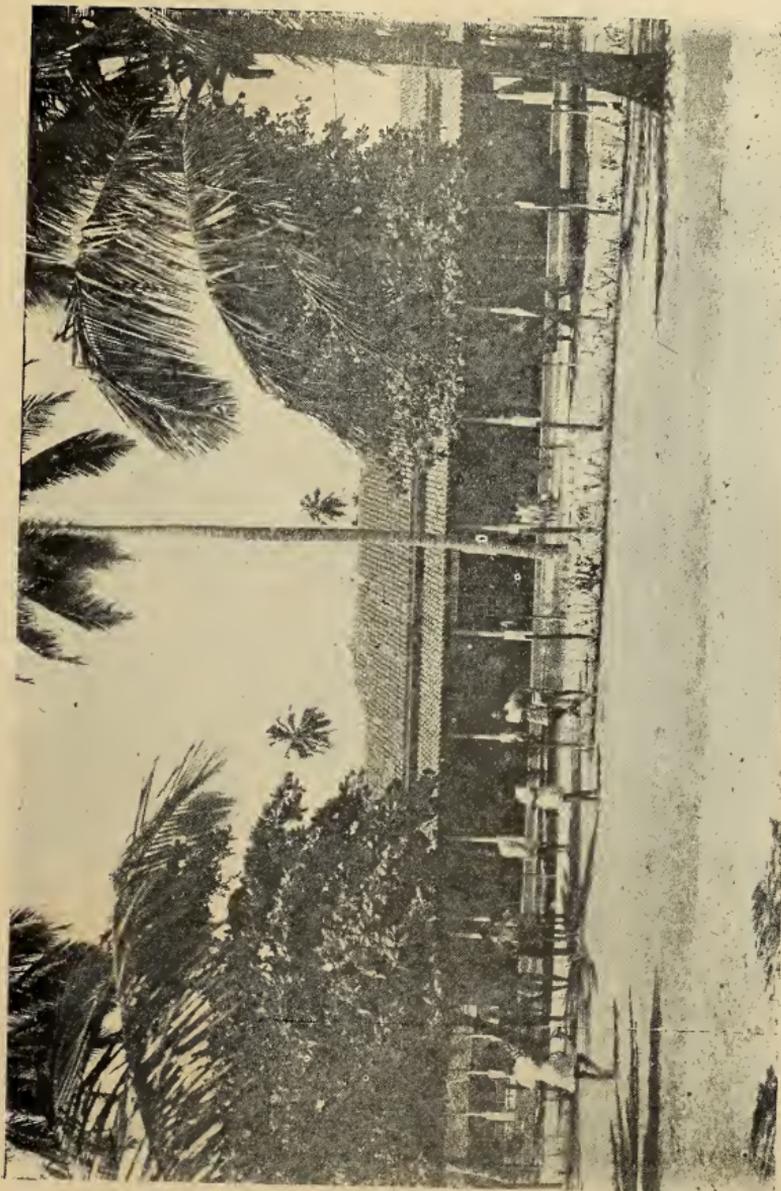
Pelos algarismos acima evidencia-se ainda que o percentual da frequência média foi de 63,72 sôbre a matrícula efetiva, o que indica que continúa ainda bem fraca a média da frequência escolar no Estado.

Relativamente ás promoções em geral, registrou-se um movimento pouco elevado: promoções 19,758, sendo 14.886 no ensino público e 4.872, no ensino particular; as conclusões de cursos atingiram a 2.725, sendo que, destas 2.041 no ensino público e 684 no particular. Dos dados acima se conclue que o rendimento das escolas no Estado ainda não representa um índice animador, pois, apenas atingiu ele a 50,61% da matrícula efetiva.

Ainda o quadro abaixo consigna o número de estabelecimentos, unidades escolares e corpo docente.

ORGANIZAÇÃO ESCOLAR E MOVIMENTO DIDÁTICO

E S P E C I F I C A Ç Ã O	Ensino	Ensino	
	Estadual	Particular	
Estabelecimentos escolares	692	324	
Unidades escolares	Masculinas	84	33
	Femininas	54	29
	Mistas	82	278
	TOTAL	720	340
Corpo docente	Masculino	29	55
	Feminino	1.070	445
	TOTAL	1.099	500
Corpo docente	Normalistas	605	173
	Não normalistas	494	327
	TOTAL	1.099	500
Matrícula geral	Masculina	25.002	9.911
	Feminina	30.892	9.912
	TOTAL	55.894	19.823
Matrícula efetiva	Masculina	22.898	9.075
	Feminina	28.493	9.245
	TOTAL	51.391	18.320
Frequência média	Masculina	14.184	5.832
	Feminina	18.205	6.199
	TOTAL	32.389	12.031
Promoções	Masculinas	6.071	2.083
	Femininas	8.815	2.789
	TOTAL	14.886	4.872
Conclusões de curso	Masculinas	731	252
	Femininas	1.310	432
	TOTAL	2.041	684
Aprovações em geral	Masculinas	6.802	2.325
	Femininas	10.125	3.221
	TOTAL	16.927	5.556



Colônia de Férias "João Pessoa" — (Tambauí)

C) — ENSINO NORMAL

Escola de Professores

Com a transformação da antiga Escola Normal do Estado, em Escola Secundária do Instituto de Educação, desapareceu o curso oficial de formação de professores primários. Subsistiram apenas as chamadas "Normais Livres" espalhadas pelo interior do Estado e cujos programas equivalem ao currículo da antiga Escola Normal Oficial.

Urgia, portanto, fazer executar a lei que reformara o curso de preparação de professores primários, exigindo para ingresso na classe inicial o certificado de conclusão do curso secundário.

De acôrdo com o entendimento entre o meu Governô e o Prof. Lourenço Filho, diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, ficou estabelecido que o programa dos dois anos do Curso de Formação de Professores obedeceria ao padrão proposto na reforma nacional do ensino primário, organizada pelo Governô Federal.

Pelo decreto-lei n.º 156, de 5 de Maio do corrente ano, foi criada a "Escola de Professores", fixadas as disciplinas do curso e aberto o crédito necessário á sua manutenção. A matrícula no 1.º ano, que se acha funcionando, atingiu 39 alunos.

D) — ENSINO SECUNDÁRIO

1) Curso Fundamental

O ensino secundário fundamental foi ministrado em oito institutos. Dêstes, um é oficializado, o Colégio Paraibano (antigo Licen Paraibano); os demais, sob inspeção do Governô Federal, recebem subvenção do Estado.

Durante o ano de 1941 fôram matriculados no Colégio Paraibano 778 alunos.

No corrente ano, tomou maior incremento o ensino de música e educação física no Colégio Paraibano. Esse Estabelecimento

que reúne mais de 800 alunos, aos quais proporciona ensino inteiramente gratuito, ainda não dispõe de ginásium e praça de esportes. Entretanto, como medida provisória, foram construídos campos de voleiból, basqueteból, pistas de corridas, etc. Foi organizado também um "Serviço de Biotipologia", a-fim-de executar o controle médico do ensino de educação física, através da organização de um fichário completo de todos os alunos.

Contratei um maior número de professores de Educação Física, cujo ensino tem progredido consideravelmente no corrente ano.

A Superintendência de Educação Artística, além de orientar o ensino de música no Colégio, tem organizado concertos educativos para escolares e incrementou o ensino de canto orfeônico nos Grupos Escolares da Capital. Em demonstrações dadas nesta Cidade ficou patenteada a eficiência com que vem sendo conduzido o ensino de música das escolas públicas.

Ainda nêsse Estabelecimento de Ensino foi instalada, nos primeiros dias do ano letivo, uma sala de física, com todo o material necessário ás projeções e experiências de ética. Foram também, melhorados os laboratórios de Química e História Natural.

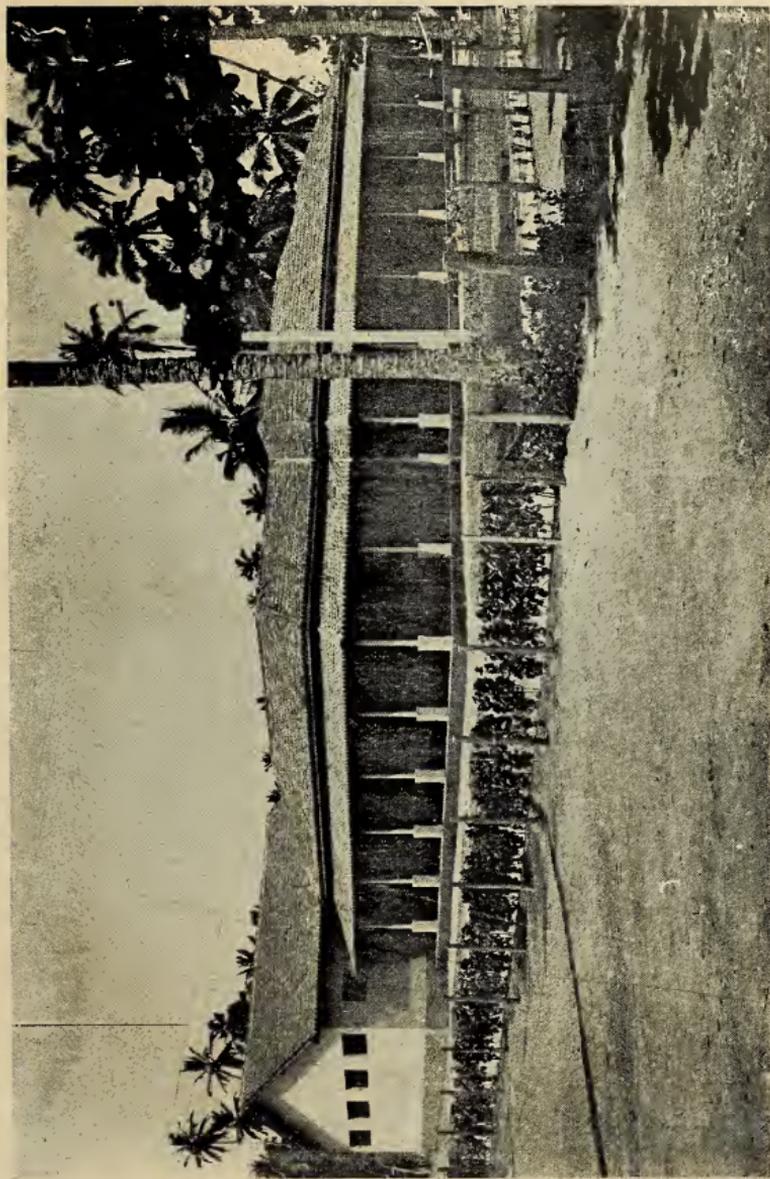
2) Curso Complementar

Abolido, sem uma razão plausível, acarretando prejuízos incomputáveis aos estudantes nêle matriculados, urgia ser estabelecido o Curso Complementar.

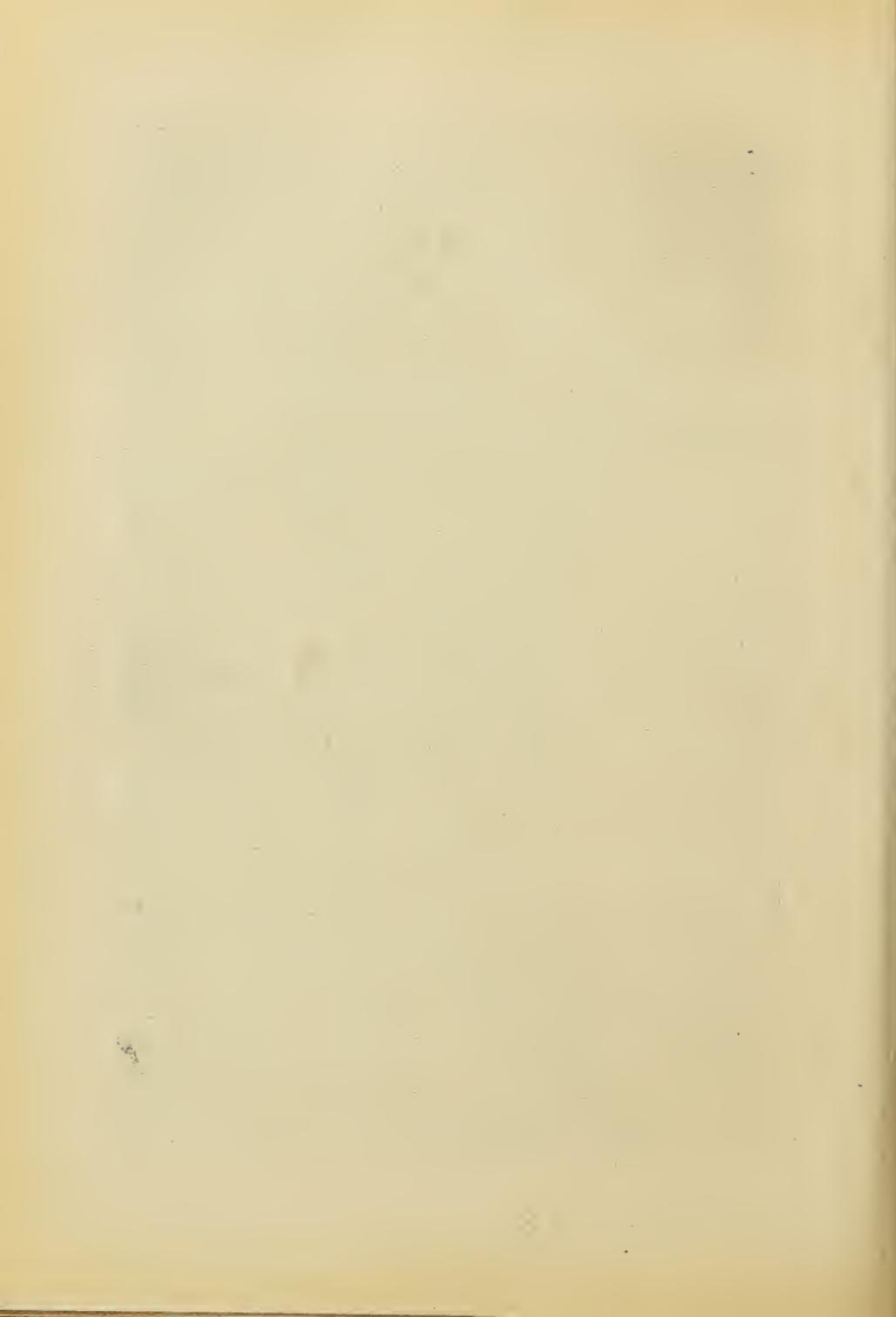
Tal iniciativa constituia uma das mais justas aspirações de numerosos jovens que não dispunham de meios para prosseguir os estudos em outros centros mais favorecidos em matéria de educação.

Atendendo a êsses imperativos, empenhei-me vivamente junto ao Governo Federal, no sentido de ser quanto antes, restaurado o Curso Complementar, o que se verificou, em fins de Março de 1941.

E' assim que os alunos do Colégio Paraibano e dos outros estabelecimentos de ensino, terminada a série ginasial, pôdem, ago-



Colônia de Férias "João Pessoa" — (Tambau)



ra, habilitar-se aos cursos superiores sem que para isso necessitem ausentar-se do Estado.

Compreende êsse curso o ensino pré-jurídico, o pré-médico e o pré-engenharia.

Durante o ano de 1941 fôram matriculados nêsse Curso 84 alunos.

E) — ENSINO COMERCIAL

Bastante difundido no Estado é o ensino comercial, ministrado por vários estabelecimentos dêsse gênero que, contando com espontâneo apôio da administração, apresentam apreciavel frequência.

Destacam-se entre elas a Academia de Comércio Epitácio Pessoa, mantida pela Associação dos Empregados no Comércio e subvencionada pelo Estado, o Curso Comercial do Colégio de Nossa Senhora das Neves, a Escola Underwood e o Instituto Comercial Presidente "João Pessoa", todos localizados na Capital.

Vale salientar que dentre êstes têm ensino equiparado ao Federal a Academia de Comércio Epitácio Pessoa e o Colégio de Nossa Senhora das Neves, os quais funcionam em prédios confortáveis e dispõem de instalações á altura de suas finalidades.

F) — ENSINO PROFISSIONAL

Confiada á administração de padres holandêses, a Escola Profissional Presidente João Pessoa destina-se, exclusivamente, a menores delinquentes e abandonados.

E' justo destacar a excelência dos métodos adotados na orientação dêsse estabelecimento, cujos benéficos resultados se evidenciam, plenamente, pelo ambiente de disciplina e trabalho que caracteriza a sua administração.

A administração federal mantém no Estado o Patronato Agrícola Vidal de Negreiros e o Liceu Industrial destinados ao ensino da agricultura e de officios diversos.

G) — ENSINO SUPERIOR

Índice dum desenvolvimento de maior significação vem a Escola de Agronomia do Nordeste ministrando, com plena eficiência, o ensino técnico superior.

Desnecessário se torna ressaltar os incalculáveis benefícios que êsse moderno estabelecimento traz para toda a região do nordeste, que reclama, constantemente, uma assistência especializada, imprescindível ao seu integral desenvolvimento e progresso.

No justo afan dum melhoramento sempre progressivo do seu corpo docente, a par de uma firme orientação no sentido de imprimir feição modelar às suas condições materiais, o Governo não tem medido esforço a-fim-de colocá-la á altura das mais notáveis organizações congêneres existentes no sul do país.

A Escola de Agronomia do Nordeste, localizada no município de Areia, acha-se, diretamente, subordinada á Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas.

H) — ASSISTENCIA AO ESCOLAR

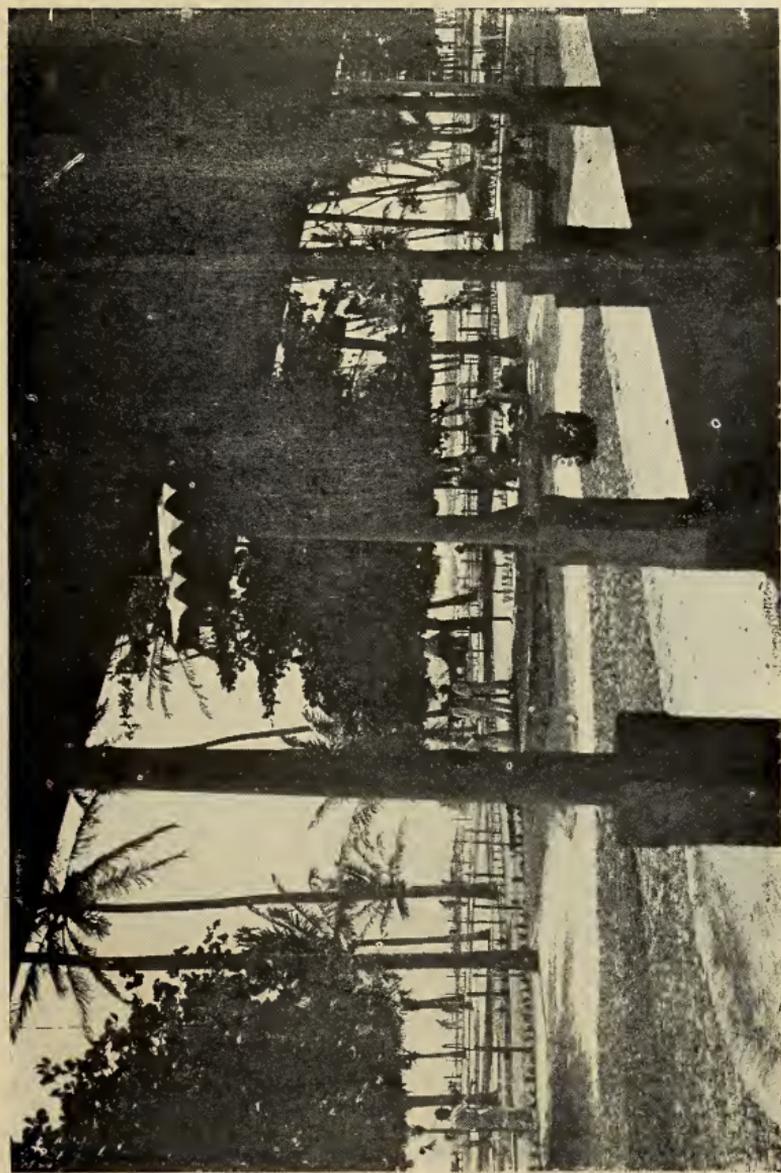
Caixas Escolares

No ano de 1941 o Governo do Estado dispendeu cerca de cinquenta contos de réis (50:000\$000) destinados ás Caixas Escolares de inúmeros estabelecimentos de ensino.

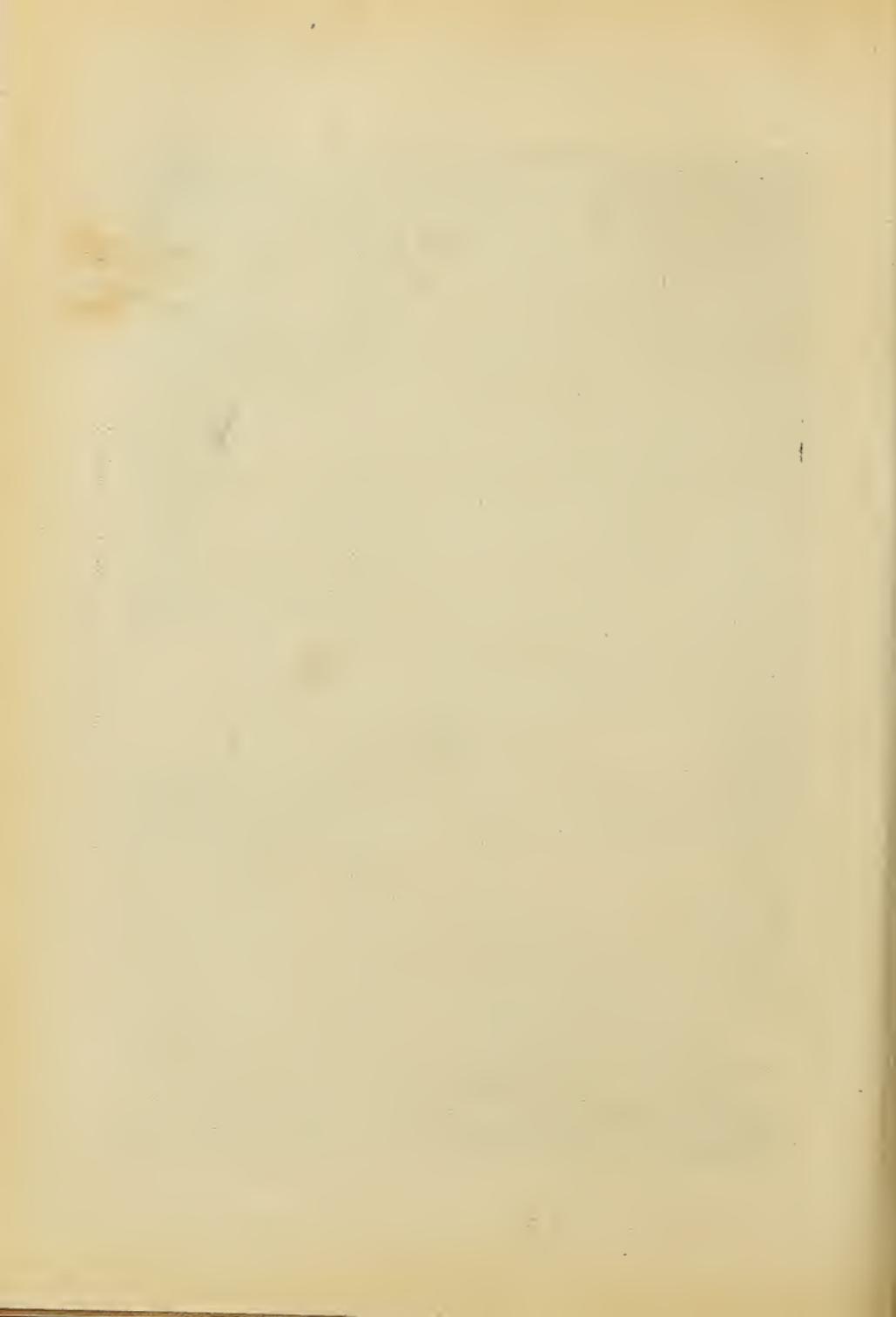
Escola de Música Antenor Navarro

Ultrapassando os limites da minha iniciativa, tenho apoiado todos os movimentos que se propõem a difundir o ensino no Estado, elevando o nível de eficiência das nossas instituições escolares.

Com o meu apóio, foi organizada a Escola de Música "Antenor Navarro", dirigida pelo Prof. Gazi de Sá, superintendente da Educação Artística no Estado. Acha-se em funcionamento o curso de Formação de Professores de Música, de dois anos, comprehendendo



Colônia de Férias "João Pessoa" — (Tambáú)



do Teoria e Solfejos, História da Música, Metodologia do ensino de música e as matérias fundamentais que fazem parte do programa da Escola de Professores.

A-fim-de preparar os alunos para o curso a que nos referimos, a Superintendência instituiu o Curso de Admissão de um ano, sob a direção de professores especializados.

Colônia de Férias "João Pessoa"

Destinado ao tratamento de crianças débeis, fôra construído na vila litorânea de Tambaú, a expensas do Governô Federal, um pequeno preventório. Não chegou porém a ser instalado nem inaugurado.

A-fim-de aproveitar o edifício no qual fôra invertida uma sôma aproximada de duzentos contos de réis (200:000\$000), solicitei fôsse o mesmo cedido ao Estadô, que o adaptaria a uma Colônia de Férias para escolares pobres do interior.

Autorizada a cessão, em Dezembro de 1941, fôram rapidamente realizados os trabalhos de ampliação e adaptação. Construíram-se dois outros pavilhões, com área superior á dos existentes, e o parque de esportes. Instalou-se o serviço de abastecimento d'água, mobiliáriô, etc.

Com capacidade para cerca de 200 alunos, foi a Colônia de Férias" inaugurada em 1.º de Janeiro dêste ano, com a presença de grande número de escolares procedentes de todos os municípios do interior que vieram estagiar no estabelecimento.

A Colônia de Férias "João Pessoa" ficou incorporada ao Departamento de Educação, como um instituto complementar da organização escolar da Paraíba.

Escola Profissional "Presidente João Pessoa"

A Escola Profissional "Presidente João Pessoa", localizada em Pindobal, município de Mamanguape, destinada á refôrma

e reeducação de menores abandonados e delinquentes, entrou numa fase promissora desde que passou a ser dirigida pela Congregação do Sagrado Coração.

Essa ordem religiosa assinou contrato com o Governo do Estado para a administração do estabelecimento e investiu-se na direção em 15 de Fevereiro de 1941, iniciando a execução do programa de melhoramentos que havia sido traçado, com o objetivo de aparelhar a escola para torná-la um centro de formação de homens aptos e úteis à Pátria e à Sociedade.

Esses objetivos foram plenamente alcançados, funcionando atualmente a Escola "Presidente João Pessoa", com eficiência, desenvolvimento e educação profissional dos menores de par com a preparação cívica necessária.

A frequência da Escola no decurso de 1941, denota o cuidado com que a alfabetização dos menores é atendida. As aulas diurnas foram frequentadas por 128 menores, na 1.^a, 43 na 2.^a, 29 na 3.^a série, afora 15 que frequentaram a aula noturna.

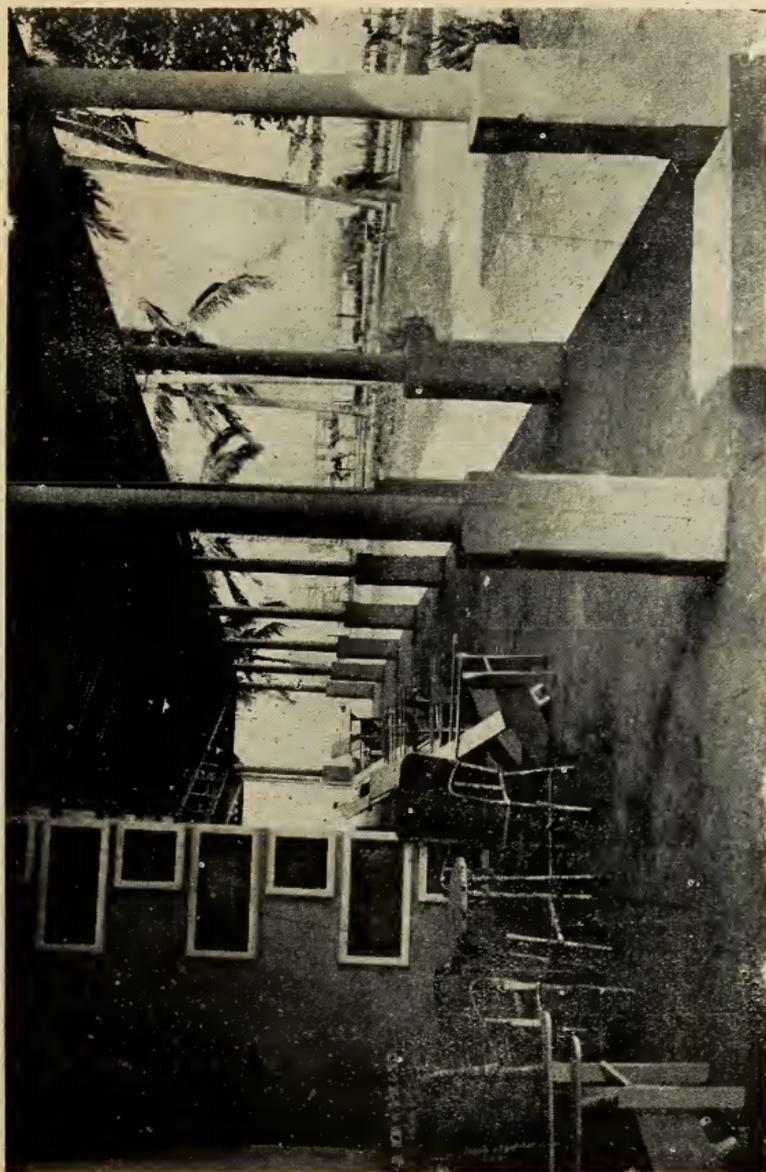
A Escola Profissional "Presidente João Pessoa", em suas oficinas, proporcionou ensino a 23 aprendizes de sapataria, 14 de carpintaria, 9 de serralheria, 6 de alfaiataria e 2 de padaria, além dos ensinamentos da prática de agricultura e indústrias rurais.

As condições sanitárias do estabelecimento são boas e o nível disciplinar satisfatório.

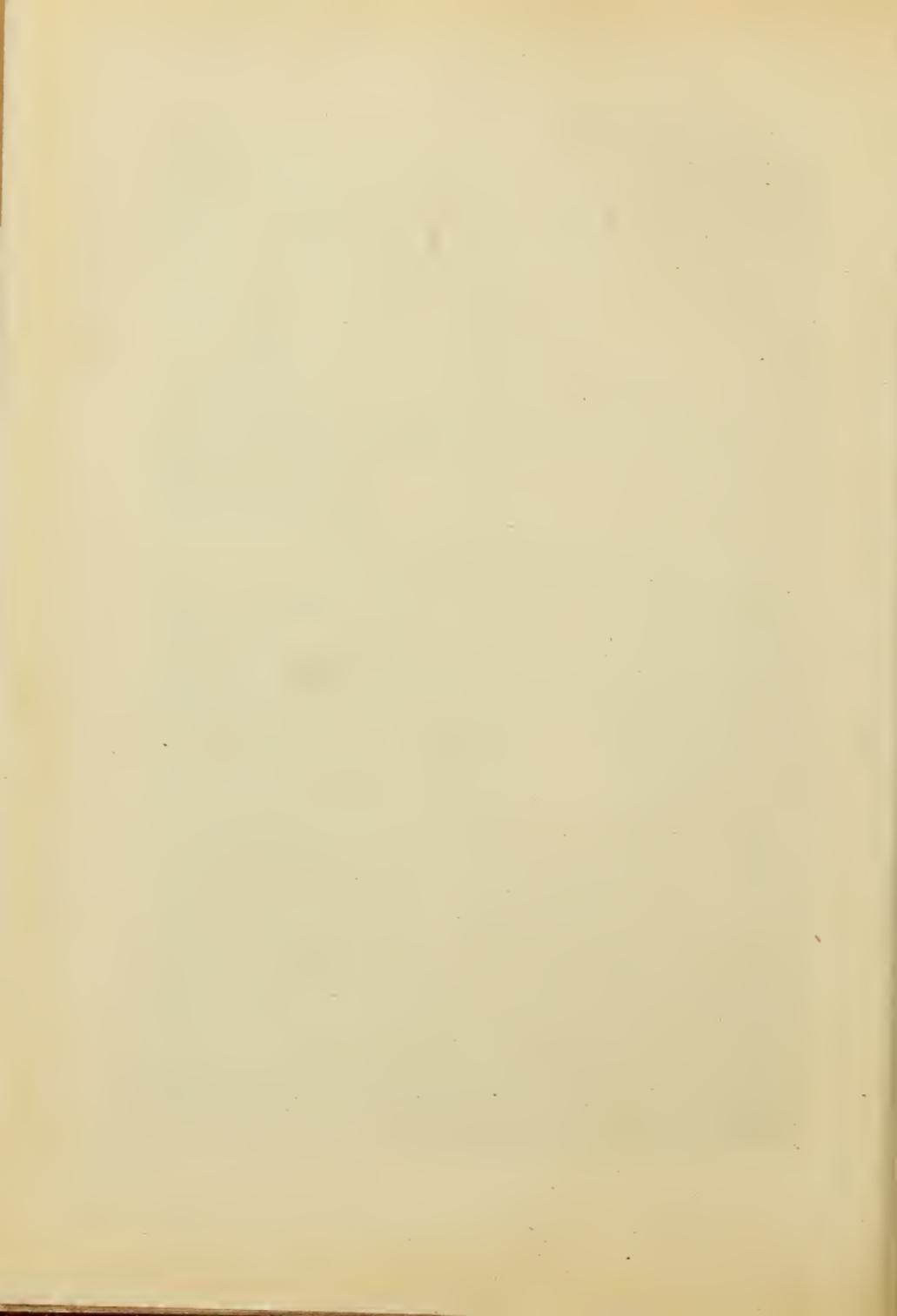
Conferência De Educação

O Estado participou dos trabalhos da Conferência Nacional de Educação, reunida no Rio de Janeiro, sob a presidência do ministro Gustavo Capanema, tendo representado a Paraíba nessa importante assembléia o técnico de Educação Fernando Tude.

O nosso representante apresentou á consideração da Conferência brilhantes sugestões e teses, inspiradas nos mais modernos conceitos da política educacional.

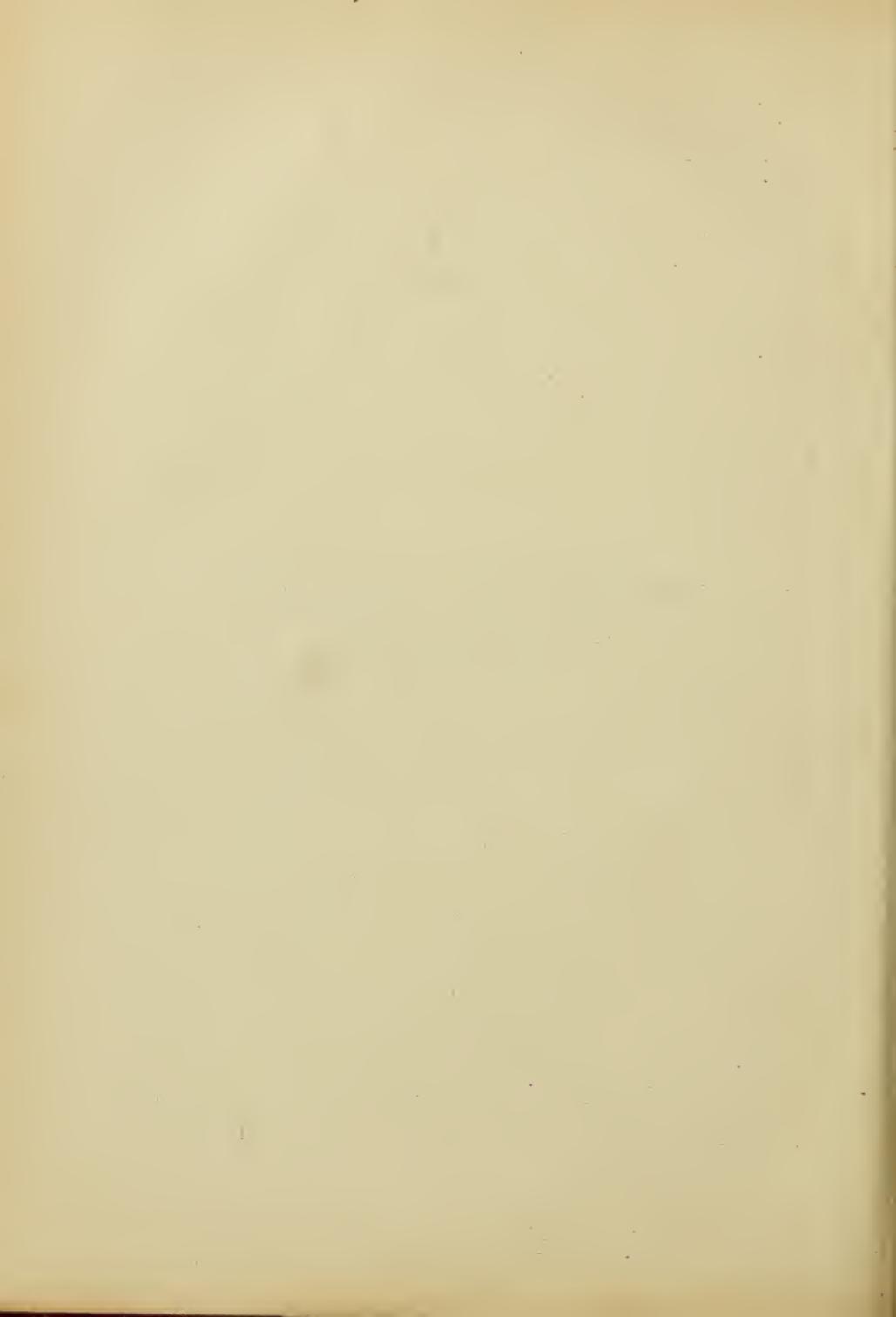


Colônia de Férias "João Pessoa" — (Tambau)



SEGURANÇA PÚBLICA

I — POLÍCIA CIVIL



ENCARREGADA diretamente da ordem pública, teve a Chefatura de Polícia em 1941 tarefa intensa e de integral eficiência, mercê das diversas medidas tendentes a melhorar os serviços a ela afetos.

O policiamento do Estado, foi feito por intermédio das Delegacias e Sub-Delegacias com séde nos municípios.

De acôrdo com a organização policial do Estado, os cargos de delegado e sub-delegado são desempenhados respectivamente, por oficiais e sargentos da Fôrça Policial, com três suplentes civis de comprovada idoneidade e reservistas.

Existem 44 Delegacias e 165 Sub-Delegacias.

Na capital, há duas Delegacias especializadas — a de Ordem Política e Social e a de Investigações e Capturas, ambas ocupadas por bacharéis.

Estão subordinadas ainda á Chefatura de Polícia, as seguintes Repartições: — O Instituto de Identificação e Médico Legal, a Inspetoria Geral do Tráfego Público e da Guarda Civil, a Casa de Detenção da Capital, as Cadeias do interior e a Inspetoria da Polícia Marítima.

A ordem pública foi assegurada, graças aos esforços de todos êsses órgãos com a colaboração da Fôrça Policial do Estado.

Afirma-se com segurança a extinção total do cangaceirismo no interior onde jámais faltou a assistência pessoal e constante do Chefe de Polícia.

No interior do Estado, fôram determinadas diversas diligências dirigidas pessoalmente pelo Chefe de Polícia, para levar ás mais remotas regiões a palavra de ordem e garantia da nova administração.

Essas medidas obtiveram o melhor êxito dado o modo por que fôram encaminhadas.

Diversas contendas, relativamente a esbulhos e atos de força de proprietários ainda imbuidos das idéias reacionárias da política facciosa do regime passado, foram solucionadas, graças à ação pessoal da Chcfia de Polícia.

PORTE DE ARMAS

Por uma propaganda intensa da polícia, conseguiu-se um aumento considerável no registro de licenças para porte de armas, comércio de munição, espingardas de caça, cujos algarismos se resumem: — portes de rifles, revolvers, pistolas e espingardas 911; licenças para o comércio exclusivo de armas e munições 37.

Despertou atenção a maneira eficiente pela qual a polícia atendeu a todas as solicitações do poder judiciário, num ambiente de mútua compreensão e respeito ao cumprimento do dever público.

Cumprе salientar o espirito de cooperação e entendimento, entre a polícia deste Estado e as suas congêneres dos Estados vizinhos, no que se relaciona com a ordem pública no Nordêste.

Ordem Política e Social

Por força do Decreto-Lei n.º 165, de 27 de maio de 1941 que aprova e regulamenta a Polícia Civil do Estado, foi reorganizada a Delegacia de Ordem Política e Social.

Secções de Transportes: — Controlou o movimento de passageiros entrados e saídos desta Capital, cujos nomes foram colhidos em mapas diários, fornecendo esta secção precioso elemento informativo. Foi o ponto de partida para todas as investigações que a polícia houve por bem fazer em tórno de elementos nocivos à ordem.

Secção de Hotéis e Pensões: — A localização de pessoas que transitam por esta cidade fica registrada na mesma secção, de acôrdo com mapas mantidos, organizados e confrontados com a secção de transportes. Diariamente são confeccionadas fichas que registram as chegadas e saídas nos hotéis, pensões e casas de cômodos em geral.

Essa Delegacia por intermédio da secção de hotéis, expediu rigorosas instruções, no sentido de não serem aceitos, hóspedes que não conduzam documentos de identidade, com o fim de facilitar a identificação de pessoas estranhas ao meio.

A secção de hotéis deu ótimos resultados, especialmente no presente momento, quando a vigilância a exercer tem que ser redobrada.

Secção de Armas, Munições e Explosivos: — Teve grande atividade esta secção na fiscalização do porte de armas, bem como na venda de armas, munições e explosivos em geral.

Secção de Registro de Estrangeiros: — Ligada intimamente á referida Delegacia, tem prestado relevantes serviços no que se relaciona com a identidade dos estrangeiros residentes e de passagem pelo Estado.

A repressão ás idéias extremistas, tem se processado com bastante eficiência.

A policia de costume é também desempenhada dentro do maior critério compatível com o decôro público.

Investigações E Capturas

Constitue, como a Ordem Política e Social, uma Delegacia especializada de acôrdo com o mencionado Decreto-Lei.

Divide-se esta Delegacia em 3 importantes Secções — a de Investigações e Capturas, a de Roubos e Furtos e a de Permanência.

A Secção de Investigações e Capturas tem por finalidade pesquisar todas as atividades que se relacionam com os crimes comuns, repressão á vadiagem, policiamento noturno, segurança e controle dos campos de futebol, parques de diversão, cinemas, cabaréis, etc.

Esta Secção tem investigadores especializados no conhecimento e vida dos indivíduos afeitos á prática do crime.

Secção de Roubos e Furtos: — O trabalho desta Secção se desenvolveu com indiscutível eficiência, na repressão aos delitos contra a propriedade, na aplicação de meios preventivos e na apu-

ração da autoria dos delitos dessa natureza e prisão de seus responsáveis.

Secção de Permanência: — Esta Secção é constituída de 4 funcionários que se revezam durante o dia e a noite afim de registrar as queixas apresentadas a qualquer hora á policia e encaminhá-las ao Delegado de Investigações e Capturas. Além disso, ainda se encarrega do registro e guarda dos prêsos correccionais.

Serviço de Prontidão: — Êste serviço é realizado á noite, por dois investigadores previamente escalados, no sentido de tomar conhecimento com a devida presteza, de qualquer anormalidade, e providenciar quanto ás medidas reclamadas, confôrme a urgência dos casos.

Inquéritos instaurados no exercício de 1941: — Transitaram pelo cartório daquela Delegacia nada menos de 157 inquéritos policiais.

O serviço de Permanência dessa Delegacia registrou durante o exercício de 1941, nada menos de 710 queixas e ainda 756 prisões por crimes e contravenções.

Fôram feitas, 600 intimações.

O número de acidentes no trabalho ocorridos nesta Capital atingiu a 510, conforme comunicações recebidas dos empregadores.

Instituto de Identificação E Médico Legal

O Instituto está instalado no andar térreo do edificio onde funciona a P. R. I.-4 — Rádio Tabajara da Paraíba.

A instalação no andar térreo dêsse edificio foi motivada pela situação precária em que o mesmo Instituto se encontrava nas administrações anteriores.

As suas Secções fôram racionalmente distribuidas nas 4 salas que constituem o andar térreo daquele edificio. A aparelhagem técnica foi acrescida de peças necessárias ao trabalho intenso que desenvolve o Instituto. O Gabinete de clinica médico-legal sofreu transformação, advindo daí maior eficiência no trabalho, em face da situação de relativo conforto em que se encontra.

Inspetoria do Tráfego Público E da Guarda Civil

O tráfego nesta Capital, como em todo o Estado, estava em completa desorganização, num regime de anarquia e desrespeito às autoridades encarregadas dêsse importante serviço. Na Capital, foi reorganizado, pela própria Chefia de Polícia, com o restabelecimento de ordem, respeito e acatamento às determinações da Inspetoria. Tanto o pessoal do tráfego, como o da guarda civil, foi instruído, por meio de preleções, no sentido de um tratamento respeitoso para com os volantes e o povo em geral. Dessa forma se conseguiu uma nova ordem no estabelecimento de mãos, contra-mãos, pontos de parada, estacionamento de veículos nas ruas, praças e logradouros públicos.

Para se esclarecer o que existia naquela época, é bastante relatar que, num dos logradouros mais importantes da Capital, era de uso se formarem grupos em frente aos cafés e no centro das ruas, prejudicando o tráfego de veículos. Foi aquêlê vício abolido sem que se verificasse o menor incidente entre os guardas e a população.

No interior do Estado, o tráfego nas rodovias foi regulado por medidas enérgicas tomadas pela Chefia de Polícia, quando em suas viagens de inspeção.

Durante o exercício de 1941, fôram feitas as seguintes arrecadações:

Pela 1. ^a Secção de Trânsito	103:548\$000
Pela 2. ^a Secção de Trânsito	183:517\$000
	<hr/>
Total	287:065\$000

No prédio onde funciona a Inspetoria fôram introduzidas reformas, para maior confôrto dos funcionários.

Arquivo Geral: — O arquivo da Inspetoria, está completamente organizado, a despeito do estado de abandono em que se encontrava.

Casa De Detenção

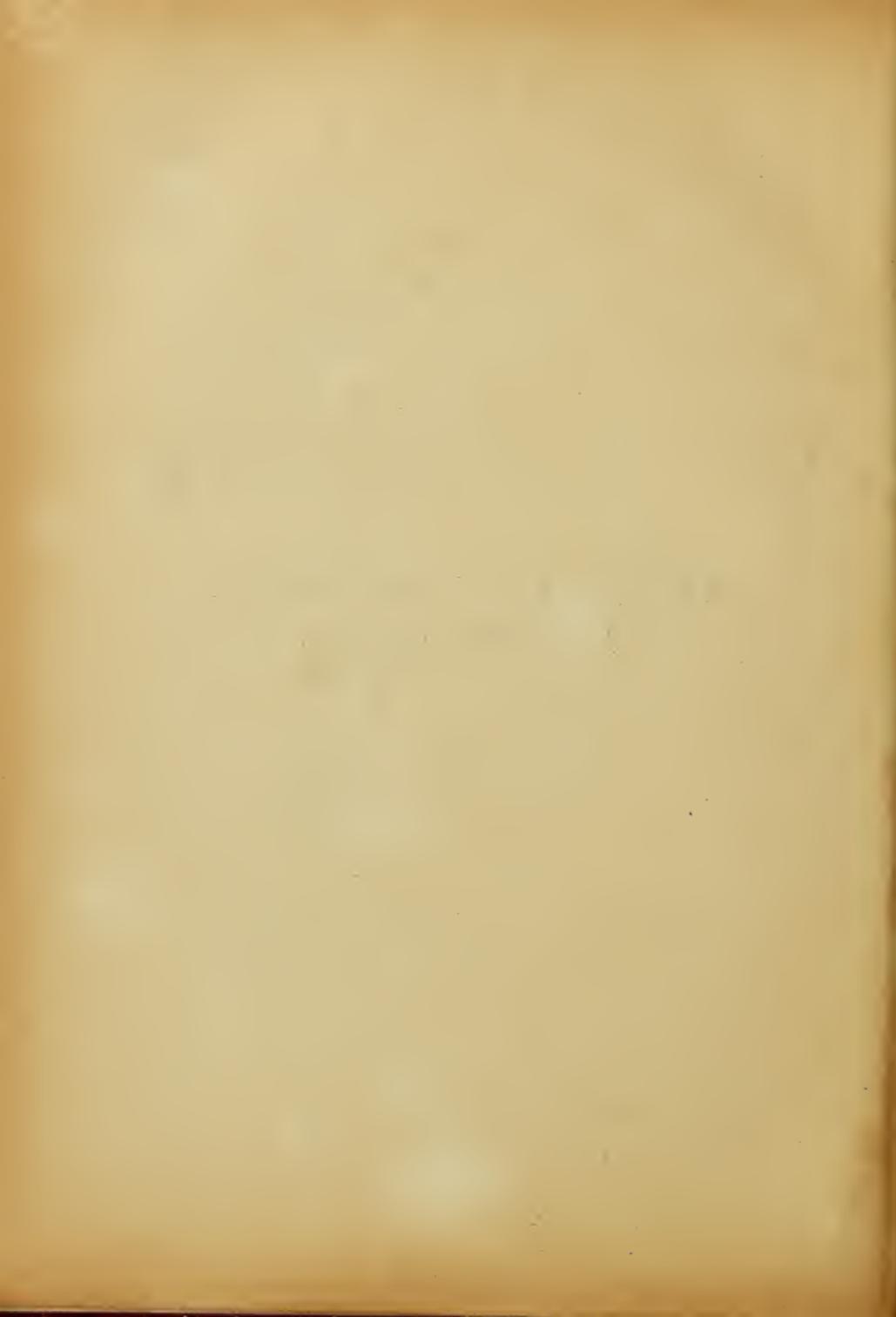
No exercício relatado se deu início naquêlê estabelecimento ao serviço de fichário e prontuário dos detentos.

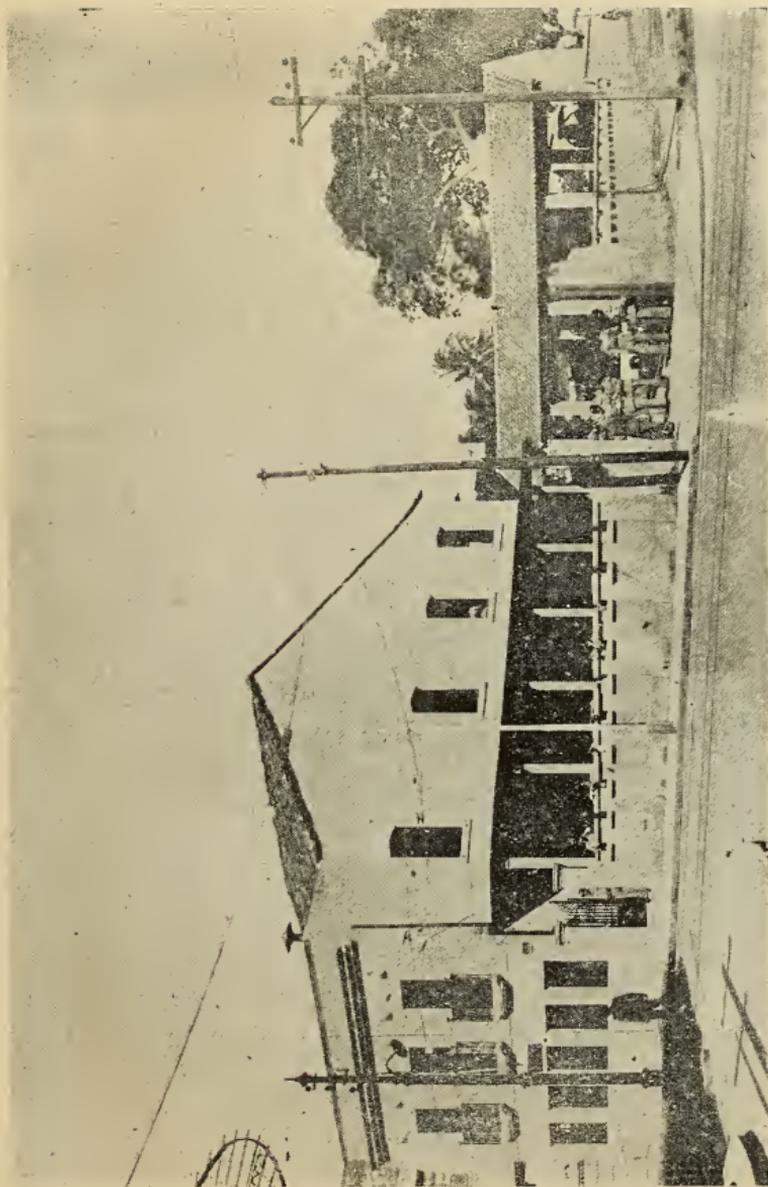
Com a publicação da nova legislação penal em vigôr, poude-se informar com segurança os pedidos de livramento condicional e de graça, encaminhados ao Consêlho Penitenciário do Estado. Assim, dentro das exigências legais, fôram apresentados 51 relatórios escritos e 24 informações.

Não obstante o número de detentos recolhidos ao presídio, foi mantida a disciplina do estabelecimento sem que para isso houvesse necessidade de lançar mão de outros recursos, além das faculdades concedidas no regulamento.

SEGURANÇA PÚBLICA

II — FÔRÇA POLICIAL





Quartel da Companhia de Bombeiros — Novas instalações

A FÔRÇA Policial do Estado, integrada num elevado espírito de renovação que de há muito se vem processando no seio das corporações armadas do país, assinala um índice de desenvolvimento dos mais elevados, colaborando, decisivamente, com o Governo para o integral desempenho da missão que lhe está confiada.

Sob o comando especializado de um oficial do Exército, a tradicional milícia paraibana, não se tem afastado do ritmo de trabalho que lhe é exigido dentro de sua função de elemento assegurador da ordem pública e de prestígio das autoridades.

O Comando Geral não tem poupado esforço no intuito de manter nessa Corporação o espírito de disciplina, lema fundamental das unidades armadas.

Como complemento indispensável a essa orientação, funcionaram durante o ano, com sensíveis resultados, os C. C. C. e os C. C. S. (Curso de Candidatos a Cabos e Curso de Candidatos a Sargentos).

Constituindo preocupação aguda do Comando Geral o aperfeiçoamento do nível cultural dos oficiais, funcionou durante o ano o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, cujos resultados obtidos corresponderam, plenamente, ao objetivo visado.

O Comando Geral manteve, ainda, a Escola Regimental visando a alfabetização de avultado número de praças de *pret.*

Como instituição auxiliar dos serviços de aperfeiçoamento conta a Fôrça Policial com uma bem organizada bibliotéca que vem concorrendo, com pronunciada eficiência, para elevação do nível cultural da tropa.

Ainda, no decorrer de 1941, fôram iniciadas as obras de adaptação do Hospital da Fôrça Policial, de vantagens grandemente significativas para o bom estado sanitário da milícia.

Finalmente, visando melhor aparelhá-la para o cumprimento da alta missão que lhe é inerente, adquiriu o Governo grande quantidade de material de campanha constante de máscaras contra gases, metralhadoras com suportes anti-aéreos e vasta reserva de munições.

Os atuais Serviços de Saúde da Força Policial do Estado vêm funcionando normalmente, compreendendo as secções de enfermagem militar, com séde no Hospital Santa Isabel, Posto de Socorro de Urgência, Serviço Clínico de Inspeção e Serviço Dentario, todos sediados no Quartel.

Durante o ano, essas secções estiveram bastante ativas verificando-se uma crescente intensidade de serviço.

Fôram iniciados os trabalhos de adaptação do Hospital "Oswaldo Cruz", para hospitalização dos elementos da Força.

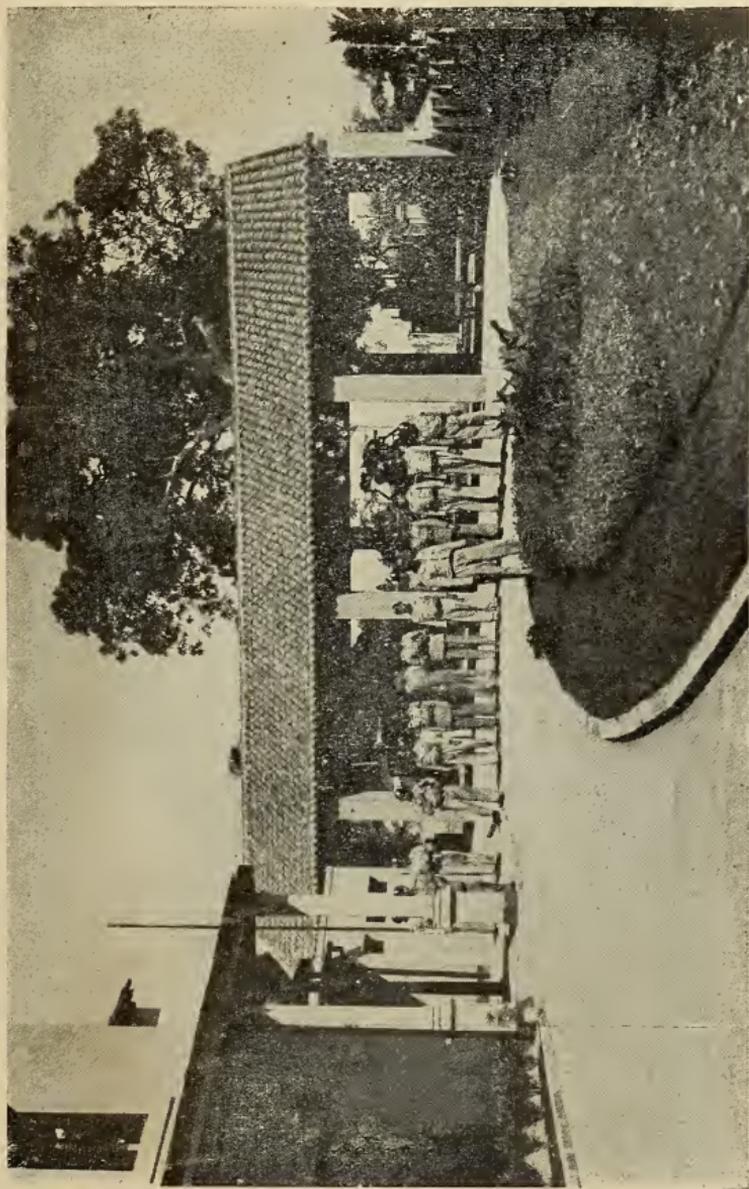
Construído pelo dr. Acácio Pires, ao tempo em que esse ilustre técnico dirigiu, na Paraíba, o Serviço de Profilaxia Rural, o prédio do "Oswaldo Cruz" se achava sob a administração da Santa Casa de Misericórdia, como prolongamento dos serviços hospitalares mantidos por essa instituição.

Companhia de Bombeiros

A Companhia de Bombeiros da Paraíba, instituição que, indiscutivelmente goza de notável tradição de bravura, lealdade e disciplina, requeria aparelhagem mais eficiente.

Instalada em prédio impróprio e situado em rua de difícil acesso para o material rodante, não dispunha de dependências especiais para depósito de seu material, o qual por essa circunstancia ficou completamente inutilizado, não podendo mais ser empregado em trabalhos de extinção de incêndio.

Por outro lado, o alojamento das praças que permaneciam em prontidão era mais baixo que o nível do terreno circundante, cerca de dois metros, e a infiltração da água nos dias de chuva provocava o alargamento do piso chegando mesmo a ser causa de várias baixas por polinevrite e gripe entre os bombeiros.



Quartel da Companhia de Bombeiros
(Outro aspecto das novas instalações).



ESTATÍSTICA

O DEPARTAMENTO Estadual de Estatística, pela sua condição de órgão subordinado, do ponto de vista técnico, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, obedece aos padrões e normas gerais adotados pelo mesmo Instituto, já quanto à ala estatística, já no setor geográfico. Não existe, no Estado, um órgão essencialmente incumbido da execução de trabalhos geográficos, razão porque o D. E. E., em cooperação com o Diretório Regional de Geografia, vai, a pouco e pouco, desincumbindo-se de tais tarefas, com as naturais e inevitáveis deficiências.

Esquema estrutural do D. E. E. — O Departamento Estadual de Estatística está assim constituído: 1.^a Secção Técnica (Estatísticas económicas, sociais e político-administrativas); 2.^a Secção Técnica (Estatísticas demográficas e culturais); Secção de Estatística Militar (criada em fins de 1941); Carteira de Cartografia (trabalhos de grafo-estatística e mapas geográficos) e Carteira de Mecanografia (trabalhos datilográficos). Os serviços de arquivo, protocolo, biblioteca e amoxarifado estão sob controle directo do Gabinete do Director, onde trabalha um funcionário com as funções de assistente técnico.

As agências de estatística em número de 40 (uma para cada município), são subordinadas a uma Inspeção Geral que, a seu turno, está subordinada ao Director. Essa Inspeção Geral superintende e orienta 3 Inspeções Regionais de Estatística, isto é, 1.^a I. R. — Séde em *Guarabira*; compreende 14 agências; 2.^a I. R. — Séde em *Campina Grande*; compreende 13 agências; 3.^a I. R. — Séde em *Patos*; compreende 13 agências.

O Departamento Estadual de Estatística pertence ao quadro executivo, na órbita regional, do Conselho Nacional de Estatística, tendo como órgão deliberativo superior a Junta Executiva Regional de Estatística. Os casos especiais, de ordem quasi

puramente administrativa, são das atribuições do *Conselho Técnico do D. E. E.*, constituído pelo Director, Chefes de Secção ou funcionários de categoria equivalente.

Estatísticas organizadas — Em 1941 fôram levantadas todas as estatísticas do ano anterior, bem como as referentes ao citado ano, tudo dentro do esquema fundamental organizada pelo I. B. G. E. para a ordenação lógica dos assuntos da estatística geral brasileira, isto é:

a) *Situação fisiográfica* — Posição, limites, ambiente geomórfico, meteorologia e climatologia, riquezas naturais;

b) *Situação demográfica* — Estatística e dinâmica da população;

c) *Situação econômica*: Produção, circulação, distribuição e consumo das riquezas;

d) *Situação social* — Melhoramentos e embelezamento urbanos, assistência médico-sanitária, beneficência e cooperação social;

e) *Situação cultural* — Vida intelectual e moral;

f) *Situação administrativa e política* — Gestão pública, ordem e defesa pública; aspectos políticos.

Merecem, entretanto, particular atenção os seguintes:

a) Estatística da produção agrícola

b) Estatística da produção industrial

c) Estatística bancária

d) Estatística comercial

e) Estatística do custo da vida

f) Estatística da assistência médico-sanitária

g) Estatística da assistência a desvalidos

h) Estatística demográfica (cálculo da população) —

Censo

i) Estatística demográfica (bio-estatística)

j) Estatística da vida intelectual

k) Estatística da vida moral negativa

l) Estatística das finanças públicas.

Estatística da produção agrícola — O processo utilizado pelo Departamento é o baseado nas estimativas (estatística conjectural), dada a inaplicabilidade entre nós do método direto.

As informações nos são remetidas por um colégio ou corpo de informantes, por intermédio dos agentes de estatística, sobre os principais produtos da grande lavoura paraibana. Dêsse modo, faz-se o prognóstico das safras, com o auxílio, é claro, de alguns elementos hauridos na Diretoria do Fomento da Produção. Terminada a safra, é feita a estatística das recoltas, mediante o confronto dos dados da exportação, da importação, do consumo (calculado) e dos estoques, quando possível.

Quanto ao algodão, café, açúcar e álcool, respeitam-se os dados do Serviço de Economia Rural, do Departamento Nacional do Café e do Instituto do Açúcar e do Alcool.

Estatística Industrial — Organizou-se um cadastro quasi completo, consoante os dados do registro industrial, instituído pelo decreto estadual 1238, de 29/10/1938. Colhem-se, igualmente, dados, tão completos e verazes quanto possível, sobre a quantidade e valor da produção, característicos dos estabelecimentos, matérias primas, etc.

Estatística Comercial — As estatísticas de exportação e importação fôram levantadas mediante os elementos constantes dos despachos das Recebedorias de Rendas de Campina Grande e da Capital e dos mapas enviados pelas Mêsas de Rendas e Estações Fiscais. A codificação é feita no D. E. E. e a apuração mecânica na Secção Hollerith, subordinada á Secretaria da Fazenda.

Estatística Bancária — Foi igualmente, levantada a estatística bancária do Estado, com base nos balançêtes fornecidos pelos vários estabelecimentos de crédito e obedecido o padrão preconizado pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda.

Estatística do Custo de Vida — Além dos preços coletados nas feiras, sobre gêneros alimentícios de primeira necessidade, realizou-se a coleta e crítica dos formulários enviados pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, no Rio sobre Custo da Vida, compreendendo preços de gêneros de primeira necessidade e salários.

Estatística de assistência médico-sanitária e a desvalidos

— Fôram obtidos informes junto aos hospitais, maternidades, centros de saúde, ambulatórios e postos de higiene para a organização das estatísticas de assistência médico-sanitária com e sem internamento, inclusive assistência a psicopatas. Também os estabelecimentos de assistência a desvalidos forneceram dados estatísticos durante o ano de 1941.

Estatística demográfica (População) — Com os elementos provisórios do Censo de 1940, fez o D. E. E. o cálculo da população para 1941, baseado no processo geométrico, tomando como base a taxa de crescimento intercensal deduzida dos dois últimos balanços censitários (1940 e 1920).

Estatística demográfica (bio-estatística) — Luta o D. E. E. com as maiores dificuldades em face das deficiências do registro civil. O Governo Federal está estudando o caso, com carinho, afim de dar uma solução prática ao problema de bio-estatística. As dificuldades derivam da falta de educação do povo que prefere o registro religioso ao civil e da negligência de alguns oficiais do registro civil, no que toca á remessa dos mapas de nascimentos, óbitos, casamentos e nati-mortos.

Estatística da vida intelectual — Vale destacar, aqui, a contribuição paraibana da estatística do ensino primário, em 1941, que mereceu os maiores elogios do Ministro Gustavo Capanema e do Secretário Geral do I. B. G. E.. Fôram elaboradas ainda as seguintes estatísticas: Bibliotecas, museus, monumentos históricos e artísticos, diversões, arquivos públicos, imprensa periódica, rádio-difusão, etc.

Estatística da vida moral negativa — As estatísticas referentes a crimes e contravenções, tanto a policial-criminal, como a judiciário-criminal, fôram elaboradas a contento, apesar dos defeitos e falhas inevitáveis na coleta respectiva. Será um trabalho mais perfeito, mais exato, no ano de 1942.

Estatística das finanças públicas — Na parte das “finanças estaduais” fôram colhidos, na Secção de Contabilística, de vez que não foi feita a publicação das “Contas do Exercício Financeiro de 1941”. No que toca, porém, ás “finanças municipais”, respeita-

vam-se os dados apurados pelo Departamento das Municipalidades (ex-Comissão de Negócios Municipais).

Cooperação do D. E. E. com as repartições centrais do I. G. E. — Afora os inquéritos lançados pelo D. E. E., fôram atendidos os enviados pelas cinco repartições ministeriais filiadas ao I. B. G. E.

Atos do Governo do Estado — Durante o ano relatado o Governo do Estado assinou os seguintes atos relacionados com a estatística:

Decreto n.º 143 — De 8|8|941 — Institue o registro estatístico na indústria dos produtos de origem animal e dá outras providências.

Decreto n.º 145 — De 13|3|941 — Transfere a Secção Hollerith da Secretaria do Interior e Segurança Pública para a Secretaria da Fazenda.

Decreto-Lei 204 — De 31|10|941 — Crêa, no Departamento Estadual de Estatística, a Secção de Estatística Militar.

O primeiro foi baixado por solicitação do Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, afim de dar mais eficiência á organização das estatísticas do consumo da carne, leite e outros produtos de origem animal.

O segundo transfere a Secção Hollerith do Departamento Estadual de Estatística da Secretaria do Interior para a Fazenda. Dêsde que não houve solução de continuidade no serviço, nenhum inconveniente houve na transferência, pois a aludida Secção continúa promovendo, pelo processo mecânico, as estatísticas de exportação, importação, nascimento, óbitos, do ensino primário, etc.

O terceiro foi baixado em atenção a um apêlo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e das Classes Armadas do País, em face das necessidades da Segurança Nacional. A Secção de Estatística Militar, que está subordinada ao Departamento Estadual de Estatística, têm por finalidade precípua trabalhar em íntima colaboração com o Estado Maior da Região Militar e fornecer ao Exército e á Armada todos os dados estatísticos necessários á defesa do País.

Resoluções da J. E. R. E. — Afora outras de menor impor-

tância relacionadas com a contabilidade e os auxílios do Instituto, destacam-se as seguintes:

Resolução n.º 57 — De 10|2|41 — Indica os nomes de 4 funcionários que devem ser contemplados com o prêmio de 1 exemplar da obra de Bulhões Carvalho.

Resolução n.º 61 — De 13|3|41 — Exprime votos de aplausos á J. E. R. E. do Rio Grande do Sul pela aprovação da resolução n.º 46, que sugere ao I. B. G. E. a criação do “Dia do Estatístico”.

Resolução n.º 62 — Escolhe um funcionário do D. E. E., para fazer no Rio um estágio de aperfeiçoamento.

Resolução n.º 66 — De 16|9|41 — Dispõe sôbre o arrolamento dos bens patrimoniais do I. B. G. E.

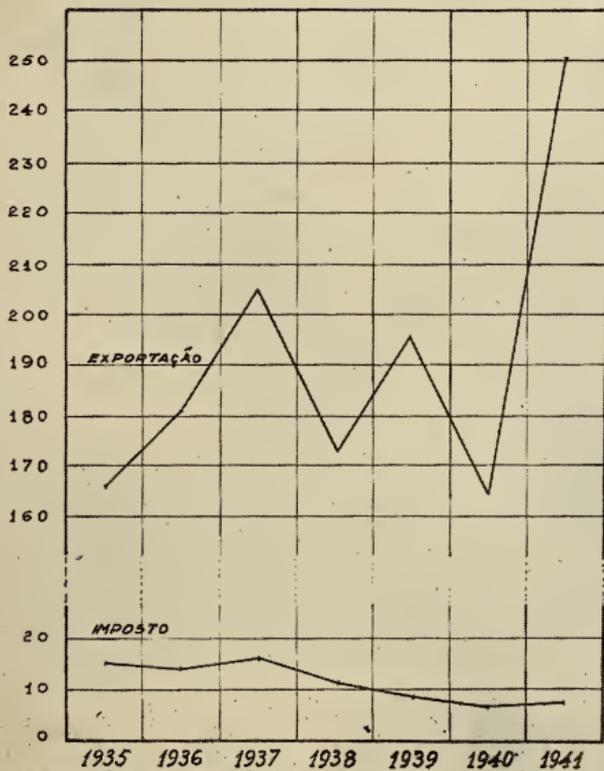
4.^a *Assembléia Geral dos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística* — Teve lugar durante o período de 1.º a 30 de julho, na Capital do País, a 4.^a Assembléia Geral dos dois colégios dirigentes do I. B. G. E.: o Conselho Nacional de Geografia e o Conselho Nacional de Estatística.

A Paraíba enviou representantes ao aludido conclave, no qual fôram aprovadas 112 resoluções, sendo 42 do C. N. G. e 70 do C. N. E., da máxima importancia para o desenvolvimento da estatística e da geografia brasileiras.

Outras realizações do D. E. E. — Afora os serviços normais do Departamento Estadual de Estatística já descritos, fôram executados ou iniciados vários importantes trabalhos relacionados com os seguintes assuntos, todos em colaboração com a Junta Executiva Regional de Estatística e o Diretório Regional de Geografia.

- a) Divisão do Estado em zona fisiográficas;
- b) Revisão da nomenclatura das Estações Ferroviárias;
- c) Coordenadas geográficas e campanha altimétrica;
- d) Revisão dos mapas municipais organizados em obediência á lei nacional 311;
- e) Estudos preliminares á 2.^a Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística;
- f) Organização de estatística de caráter reservado para o E. M. R., etc.

VALOR DAS EXPORTAÇÕES E IMPOSTO ARRECADADO
EM MIL CONTOS DE REIS



D.S.P. DIVISÃO DE ORGANIZAÇÃO E ORÇAMENTO

1935	103.253	80.595	22.658
1936	119.095	91.559	27.536
1937	126.327	120.282	6.045
1938	137.689	82.925	44.764
1939	114.482	72.230	42.252
1940	135.171	67.170	68.001
1941	151.872	76.927	81.945

Valor (contos de réis)

Anos	Exportação	Importação	Saldo
1935	167.565	111.298	56.267
1936	180.914	161.429	19.485
1937	205.367	163.427	41.940
1938	173.666	143.820	29.846
1939	196.867	133.024	63.843
1940	164.819	132.257	32.562
1941	221.798	154.744	67.054

FINANÇAS DO ESTADO

Anos	Arrecadação (contos)	Despesa efetuada (contos)	Saldo Deficit
1935	26.348	21.070	5.278
1936	28.373	28.263	110
1937	31.262	34.853	3.591
1938	34.549	42.250	7.701
1939	41.491	39.200	2.291
1940	37.381	36.067	1.314
1941	43.195	39.483	3.712
1942 (x)	36.598	38.234	1.636

(x) Previsão.

NOTA — O Imposto sobre rendas e consignações representa 24,04% da arrecadação; segue-se o imposto de exportação, com 19,12%.

A despesa (orçamento de 1942) assim se distribue:

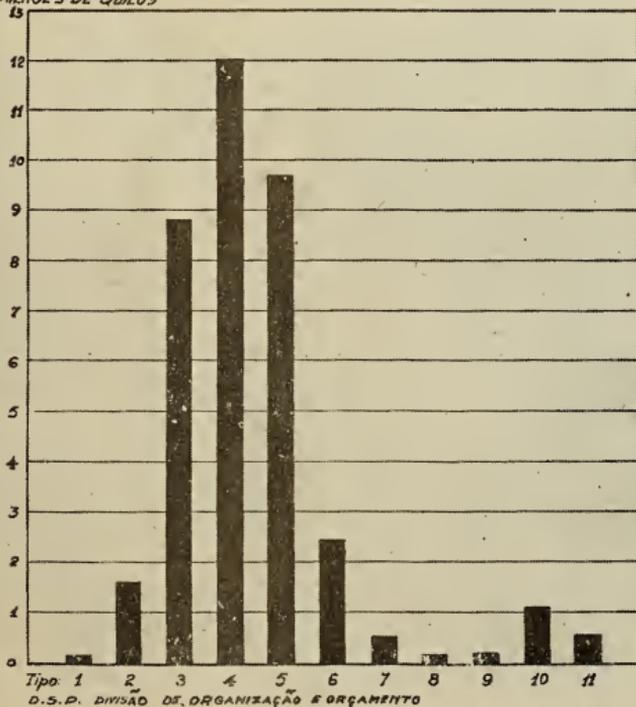
Pessoal fixo	49,26
" variavel	19,04
Material permanente	6,47
" de consumo	11,82
Despesas diversas	13,41

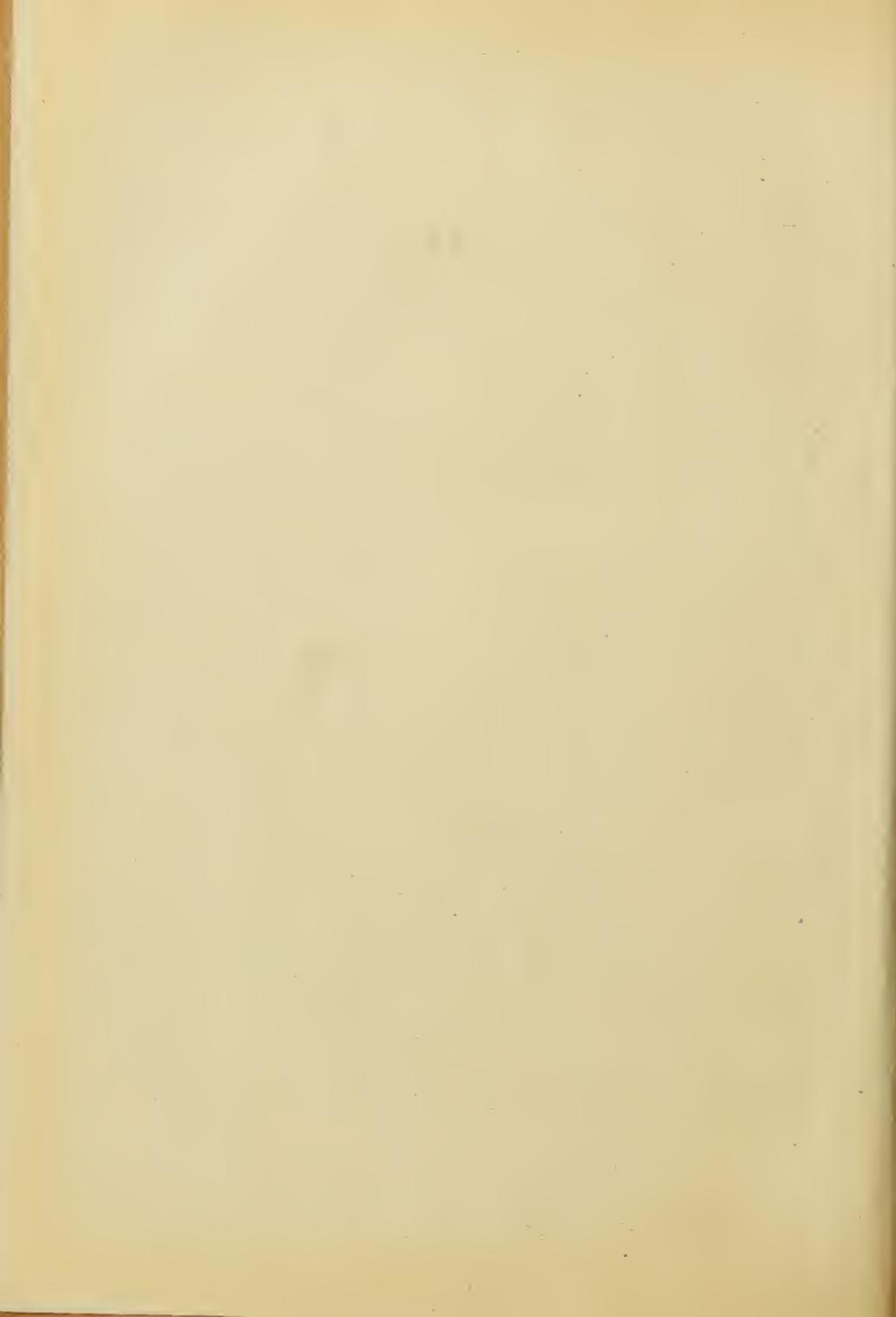
ARRECADAÇÕES MUNICIPAIS

1937	8.203 contos
1938	10.208 "
1939	10.625 "
1940	10.497 "

ALGODÃO EXPORTADO PELO ESTADO
SAFRA DE 1940-41

MILHÕES DE QUILOS





MOVIMENTO DO ENSINO PRIMARIO DO ESTADO E DA CAPITAL, EM 1941

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADES ESCOLARES			MATRÍCULA		FREQUENCIA MEDIA			POPULAÇÃO		Conclusões de curso
	Grupos Escolares	Escolas Agrupadas	Escolas Singulares	Geral	Efetiva	Números absolutos	% matrícula efetiva	General (todas idades)	Em idade escolar (7 a 14 anos)		
Estado	81	—	979	75.717	69.711	44.420	63,72	1.461.521	311.012	2.722	
Capital	24	—	161	16.221	14.234	9.578	67,28	97.757	17.342	71	
Por cento da Capital sobre o Estado	29,62	—	16,44	21,42	20,41	21,56		6,68	5,57	26,1	

ESTABELECIMENTOS MÉDICOS E PARTICULARES DE ASSISTÊNCIA
MÉDICO-SOCIAL, COM INTERNAMENTO, EXISTENTES NO
ESTADO, EM 1941

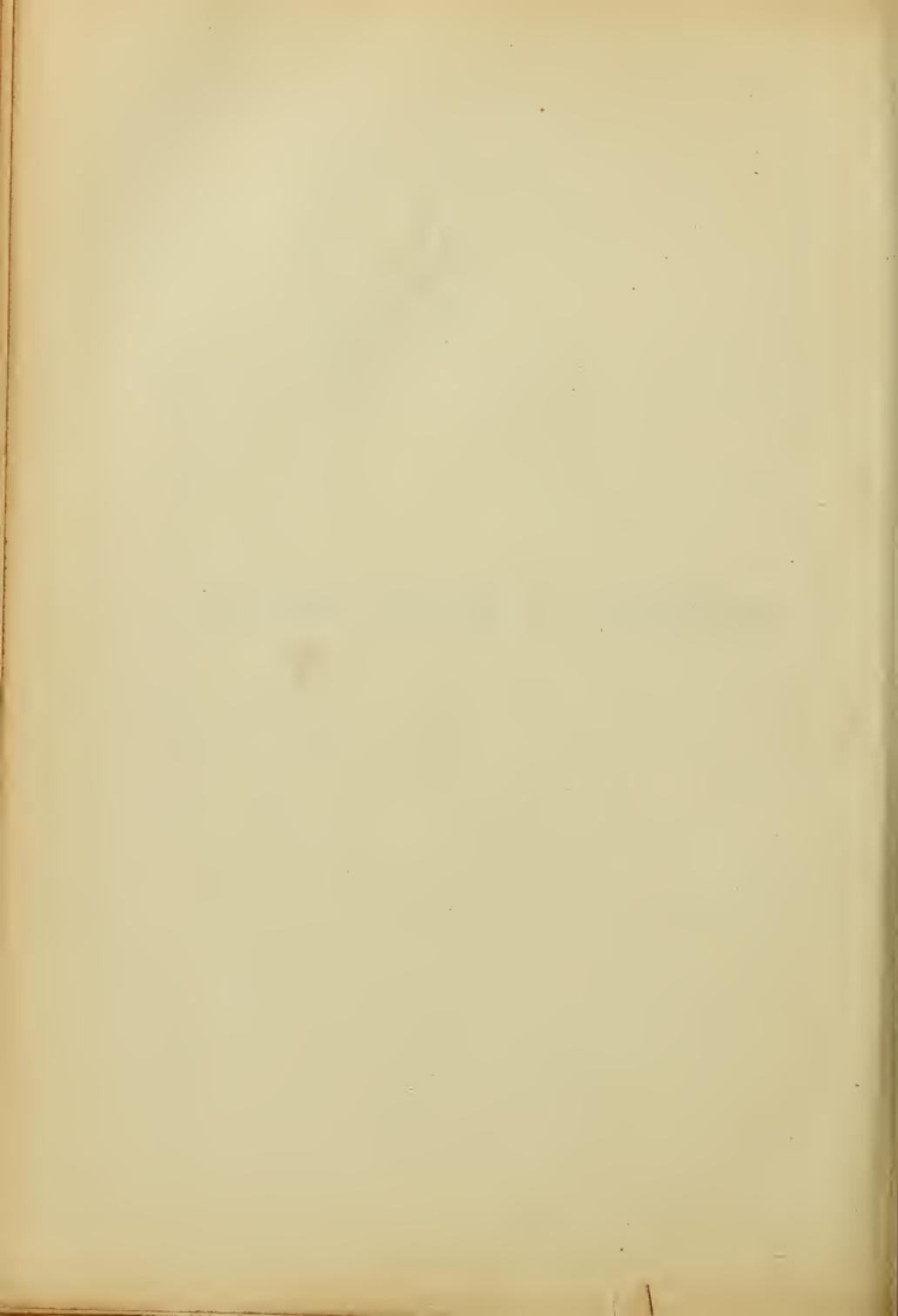
MUNICÍPIO	NOME DO ESTABELECIMENTO	Ano da fundação
Alagôa Grande .	Hospital-Centenário	1931
Campina Grande	Hospital D. Pedro I	1932
Itabaiana	Hospital S. Vicente de Paula	1922
João Pessoa.. . .	Casa de Saúde e Maternidade S. Vicente de Paula	1934
	Enfermaria da Casa de Detenção de João Pessoa	1852
	Enfermaria Regimental do 15.º R. I.	1934
João Pessoa.. . .	Hospital Colônia Juliano Moreira	1928
	Hospital Santa Isabel
	Hospital de Pronto Socorro	1933
	Maternidade da Paraíba	1931
	Instituto de Proteção e Assistência á Infancia	1913
	Hospital da Fôrça Policial do Estado	1941
	Casa de Saúde Frei Martinho	1941
	Casa de Saúde Newton Lacerda	1940

ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E PARTICULARES DE ASSISTÊNCIA
MÉDICO-SOCIAL, SEM INTERNAMENTO, EXISTENTES NO
ESTADO. EM 1941

MUNICÍPIO	NOME DO ESTABELECIMENTO	Ano da fundação
Alagôa Grande .	Pôsto de Higiêne	1923
Areia	Pôsto de Higiêne	1921
Bananeiras	Pôsto de Higiêne de Bananeiras	1923
Cajazeiras	Pôsto de Higiêne	1923
Campina Grande	Ambulatório dos Comerciários
"	Pôsto de Higiêne de Campina Grande	1923
Esperança	Pôsto Municipal de Higiêne e Puericultura	1934
"	Pôsto de Higiêne Municipal	1935
Guarabira	Pôsto de Higiêne de Guarabira	1921
Ingá	Pôsto Médico Municipal	1938
Itabaiana	Pôsto de Higiêne	1925
Itaporanga	Pôsto de Higiêne
João Pessoa.. . .	Diretoria de Assistência e Higiêne Municipal ..	1924
	Ambulatório da Sùl América Terrestres, Marítimos e Acidentes:

	Centro de Saúde da Capital	1936
	Dispensário Noturno Anti-Venéreo	1935
	Policlínica Geral da Paraíba	1939
	Policlínica "Miguel Couto"	1940
	Pósto de Higiêne de Cabedêlo	1936
João Pessoa.. ..	Pósto de Higiêne "Carlos Chagas"	1921
Mamanguape. . .	Pósto de Higiêne	1923
Patos	Sub-pósto de Higiêne
	Pósto de Higiêne	1931
Santa Rita . . .	Pósto de Higiêne Municipal
Serraria	Pósto de Higiêne
Teixeira	Pósto de Higiêne e Puericultura	1939

IMPrensa E RADIO-DIFUSÃO



FUNCIIONANDO com a normalidade devida, a Imprensa Oficial atendeu ás necessidades do serviço público, com franca regularidade, e manteve, ininterrupta, a publicação da A UNIÃO, que tornada um jornal moderno, vem prestando seus inestimáveis serviços ao Govêrno do Estado e dos municípios e a todas as classes sociais da Paraíba, como órgão tradicional que celebrou em 2 de fevereiro do ano corrente, o cincoentenário de sua fundação.

A renda arrecadada provinda de publicações comerciais, assinaturas, venda avulsa da A UNIÃO e impressos em geral, foi devidamente recolhida no Tesouro do Estado. A sua importancia total atingiu a Rs. 325:036\$000.

A produção de materiais destinados ao expediente das repartições estaduais fornecidos, durante o exercício, importou em Rs. 248:248\$700, inclusive publicações avulsas de regulamentos, decretos-lei e outros impressos de interesse official.

Ressalta, nêsse setor, a importancia do fornecimento ás repartições municipais, que resultou numa apreciavel fonte de renda para êsse serviço.

A' produção anteriormente referida, de carater official, acresce a Parte Realizavel, proveniente de materiais fornecidos ás Prefeituras Municipais, publicações de editais em cobrança pela Secretaria da Fazenda por intermédio das repartições arrecadadoras, e assinatura da A UNIÃO, que montou em 30:670\$600.

O patrimônio da Imprensa Oficial foi acrescido, no exercício findo, conforme as indicações acima, da importancia de Rs. 93:871\$800, referente á aquisição de material de suprimento destinado ás linotipos e de dois aparelhos rádio-receptores para o serviço do jornal A UNIÃO.

Entre os diversos setores da administração que têm recebido o melhor de meus cuidados, inclue-se o Serviço de Rádio-difusão, ao qual está subordinada a P. R. I-4 — Rádio Tabajara da Paraíba.

Dêsde que foi inaugurada, a 25 de janeiro de 1937, que a Rádio Tabajára vinha funcionando sem cumprir realmente a sua finalidade e sobretudo sem a eficiência técnica exigida para o cumprimento de sua missão artístico-educativa.

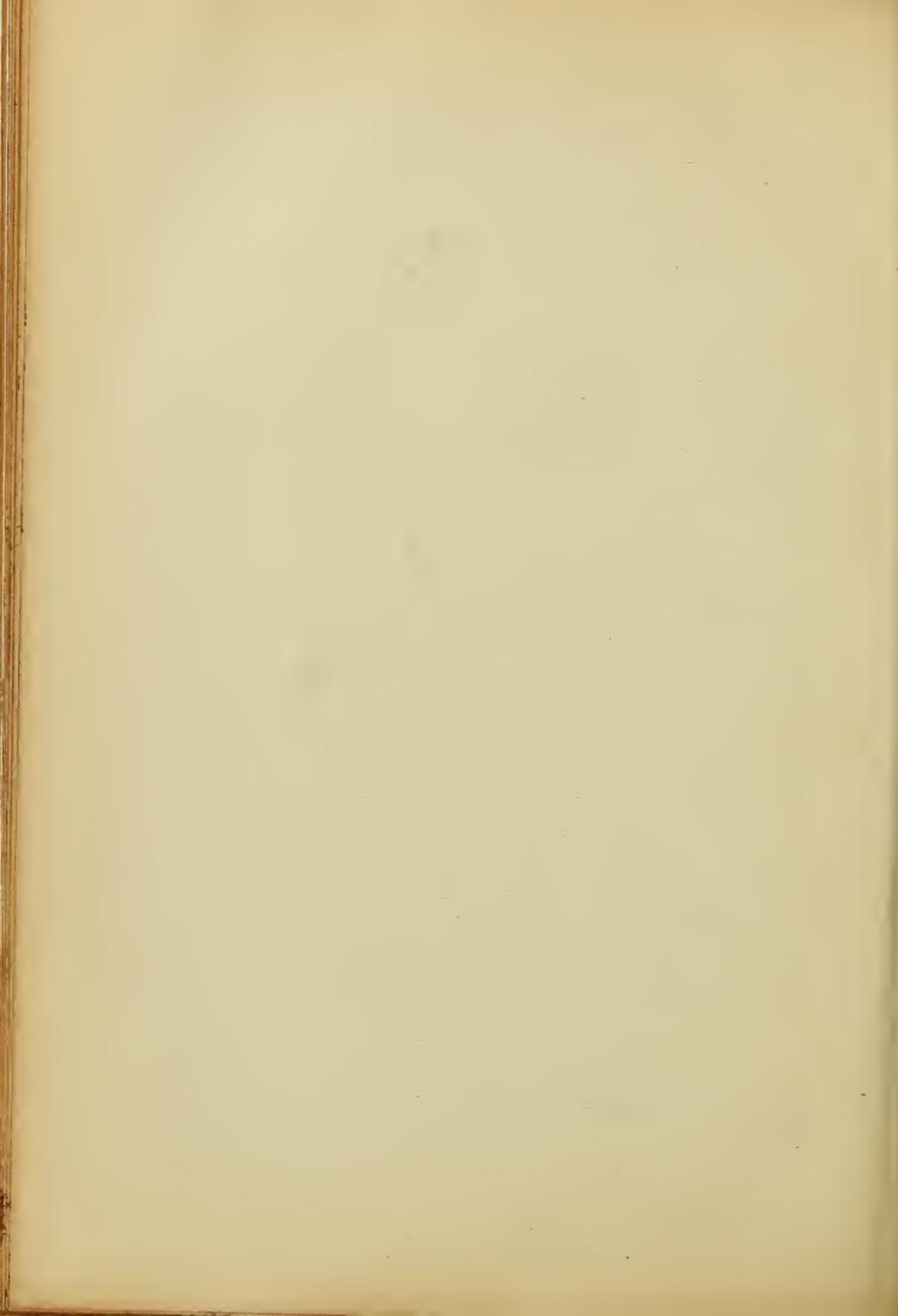
Alterada substancialmente a sua organização administrativa e melhor tratada a sua parte técnica, a Rádio Tabajara veio a atingir em 1941 uma situação perfeitamente satisfatória.

De dois kilowatts na antena passou a transmitir seus programas com 10 kilowatts, pelo que o seu raio de ação se ampliou atingindo e servindo todo o Estado e uma grande região do país, da Baía ao Pará. Para isso foram feitas importantes remodelações em suas instalações, tudo dentro das possibilidades do Estado. Os seus programas despertam realmente interesse aos ouvintes, cujo número vai aumentando de modo compensador, uma vez que a sua renda apresenta sensível melhora. Nêsse particular as cifras são eloquentes. De 1937, quando foi inaugurada, a 1940, quando assumi o Governo do Estado, a Rádio Tabajára havia recolhido ao Tesouro 39:988\$000 (trinta e nove contos novecentos e oitenta e oito mil réis), resultado de três anos de atividades. No ano de 1941, a Rádio Tabajára recolheu ao Tesouro do Estado a importância líquida de 136:236\$200 (cento e trinta e seis contos duzentos e trinta e seis mil e duzentos réis), sendo que a renda bruta desse ano importou em cento e oitenta e seis contos novecentos e cincoenta e novê mil e oitocentos réis (186:959\$800), da qual foi dispendida a importância de cincoenta contos setecentos e vinte e três mil e seiscentos réis (50:723\$300) em pagamentos de comissões de agentes e manutenção de sucursais em Recife, Rio e São Paulo.

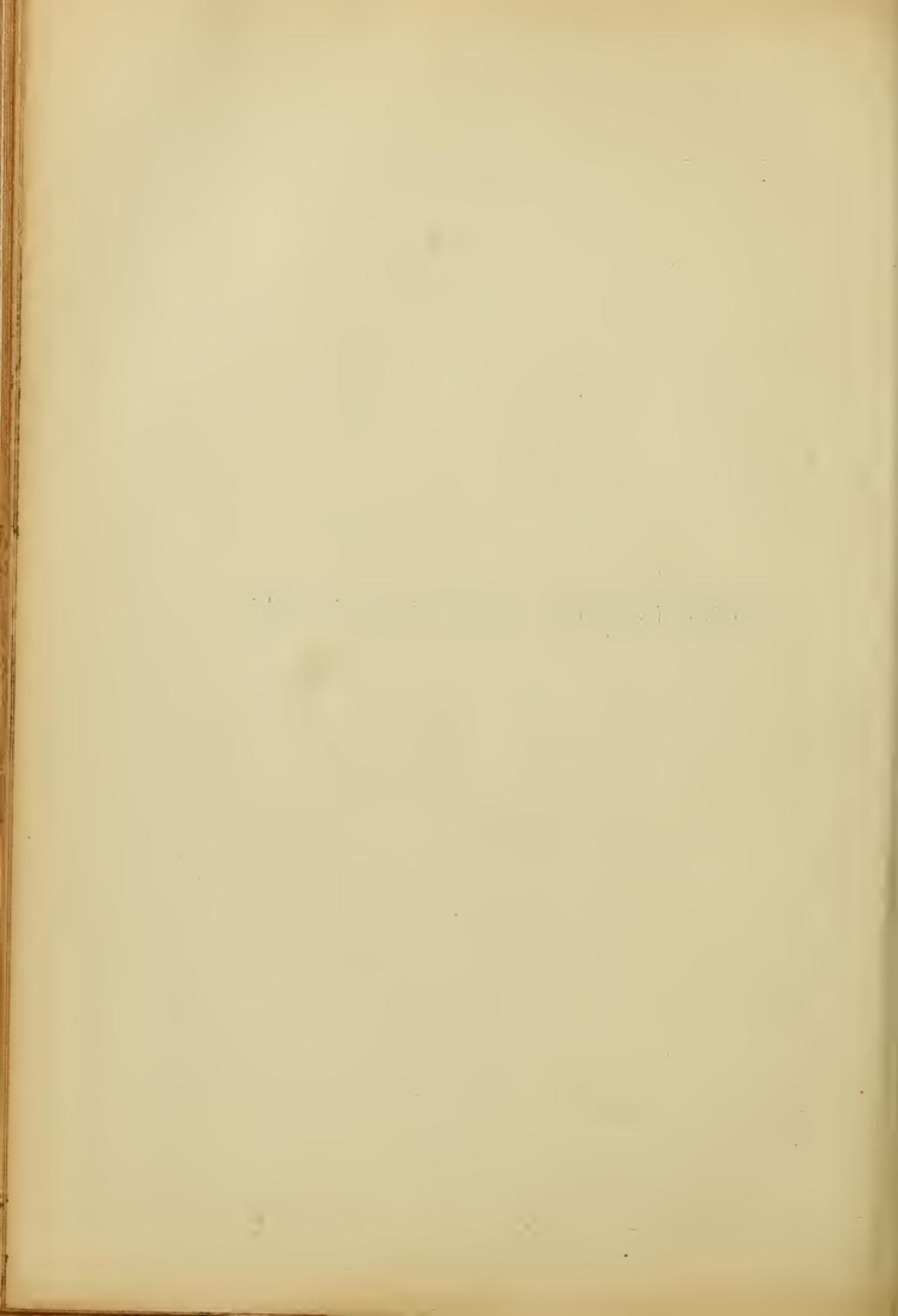
A situação financeira da Rádio Tabajára indica plenamente o seu gráu de eficiência, uma vez que a publicidade comercial de uma emissora está em proporção com o seu prestígio no meio do público rádio-ouvinte.

Consolidada assim a sua organização técnico-administrativa, a Rádio Tabajára vai passar por importantes reformas em 1942. O plano já foi aprovado pelo Governo e está em execução. Em novembro de 1942 a Rádio Tabajára se apresentará em condições de honrar a radiofonia brasileira, dispendo de magnificas instalações técnicas, modernas studios, amplo auditório, variada e rica discoteca.

Compreende o Governo a importancia da função do Rádio e assim, através de um programa de vastas perspectivas, vai dotando o Estado de um Serviço de Radiodifusão que possa servir não sómente á coletividade paraibana como á Nação, em estreita colaboração com a Divisão de Rádio do Departamento de Imprensa e Propaganda.



NEGOCIOS MUNICIPAIS



AO iniciar-se a atual administração encontrei as Prefeituras dos quarenta e um municípios do Estado apresentando na sua quasi totalidade uma situação de evidente desordem administrativa registrando **deficits** nos seus orçamentos além de volumosa dívida ativa, sem trabalhos e obras que atestassem uma real aplicação dos dinheiros arrecadados.

Os orçamentos não eram elaborados de acôrdo com as normas previstas nos decretos-lei n.º 2.416, de 17 de julho de 1940 e 1.202 de 8 de abril de 1939 e as suas escritas não se enquadravam dentro das leis de contabilidade pública. A execução orçamentária procedia-se sem unia diretriz que facilitasse o exame aritmético e moral das contas.

Para corrigir, senão eliminar, êsse alarmante estado de desordem administrativa foi organizada pelo decreto-lei n.º 99, de 25 de setembro de 1940, a Comissão de Negócios Municipais, atualmente DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES criado pelo Decreto-lei n.º 194 de 25 de setembro de 1941.

Com as providências e medidas inicialmente adotadas a situação das Prefeituras Municipais se foi normalizando, oferecendo presentemente ordem e trabalho, maior e mais eficiente atividade e assegurando aos contribuintes a confiança no poder público.

Os orçamentos municipais para o ano de 1941, vasado nas exigências da legislação que regula a matéria, fôram todos elaborados com as suas previsões aproximadas quanto possível da realidade, evitando, durante o exercício, a abertura de créditos suplementares que pelo seu uso imponderado têm constituído orçamentos parállos.

A situação financeira das Prefeituras no ano de 1941 foi de prosperidade, tendo todas apresentado saldos orçamentários reais, sem o aumento ou criação de novos impostos e taxas e, na maioria

dos casos, fôram diversos dêles reduzidos e vários suprimidos por injusta a incidência de alguns e de evidente inconstitucionalidade a de outros, facilitando a expansão econômica dos municípios, fomentando as suas fontes de riqueza e adaptando-os à situação geo-econômica de cada um.

A receita orçada dos municípios para o ano de 1941 foi de 10.775:460\$000 e a receita arrecadada atingiu a 13.034:909\$700, havendo a mais a receita de 2.259:449\$700 (quadro n.º 1).

A receita arrecadada de 13.034:909\$700 foi constituída das seguintes rendas:

Renda Tributária	9.383:530\$850
Renda Patrimonial	146:770\$450
Renda Industrial	392:207\$700
Rendas Diversas	1.925:043\$000
Renda Extraordinária	1.186:353\$700 (quadro n.º 2)

A despêsa fixada para o referido ano foi de 10.750:060\$000 e a despêsa realizada alcançou a cifra de 12.741:968\$200 com a diferença de 1.991:908\$200 (quadro n.º 3).

A despêsa realizada excedeu á fixada nos orçamentos municipais devido a volumosa dívida ativa provinda das administrações anteriores inclusive a dívida com o Estado que foi sensivelmente diminuída e também pela aplicação em obras e melhoramentos públicos e serviços de utilidade coletiva.

O saldo orçamentário que passou para o ano de 1942 foi de 1.041:385\$100 (quadro n.º 4).

As Prefeituras Municipais gastaram em 1941 com os serviços públicos em comum com o Estado, (contribuições para a instrução pública, serviço de estatística, manutenção do Departamento das Municipalidades) 1.342:726\$300, isto é, 10,5% sôbre a quantia de 12.741:968\$200 de despêsa realizada. (Quadro n.º 5).

Com os serviços públicos municipais (Matadouros, Cemitérios, Mercados, Limpêsa Pública, Iluminação Pública, Abastecimento água e Serviços Elétricos) as Prefeituras Municipais dispenderam em 1941 a quantia de 3.085:382\$400 ou 24,2% sôbre a despêsa realizada de 12.741:968\$200 (quadro n.º 6).

As obras e melhoramentos públicos (Construção e conservação

de logradouros públicos, de estradas de rodagem, de calçamento e de edifícios públicos) absorveram durante o exercício de 1941 a quantia de 4.293:971\$700, ou 33,7% sobre a despesa efetuada de 12.741:968\$700 (quadro n.º 7).

O total das despesas acima enumeradas alcançou a percentagem de 69,9% sendo o restante de 31% aplicado em outras despesas municipais inclusive pessoal fixo, pessoal extranumerário, despesas com os serviços de justiça e polícia, subvenções a instituições de cultura, caridade e ensino, manutenção de bibliotecas em colaboração com o Instituto Nacional do Livro, etc.

A despesa com o pessoal fixo e pessoal extranumerário não excedeu a 25% da despesa fixada como determina a legislação estadual que tornou obrigatória a concorrência pública para a execução de obras e serviços oficiais e a aquisição de material e alienação mediante hasta pública dos bens patrimoniais.

A faculdade constitucionalmente atribuída ao Município de legislar sobre assuntos de sua privativa competência fez com que a legislação de determinados municípios não oferecesse o ritmo necessário á devida finalidade e daí a necessidade dos Códigos Tributários e de Contabilidade que estão sendo estudados pelo Governo Federal e entregues a sua fatura a pessoas de reconhecida competência.

Com a execução dos dois referidos códigos e estabelecidas pelo Estado regras gerais para a elaboração dos Códigos de Posturas e Construções e Reconstruções, a legislação municipal terá a sua reclamada homogeneidade e a administração municipal a unidade precisa em que deve assentar todo o seu progresso, além da segurança e bem estar dos municípios.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES

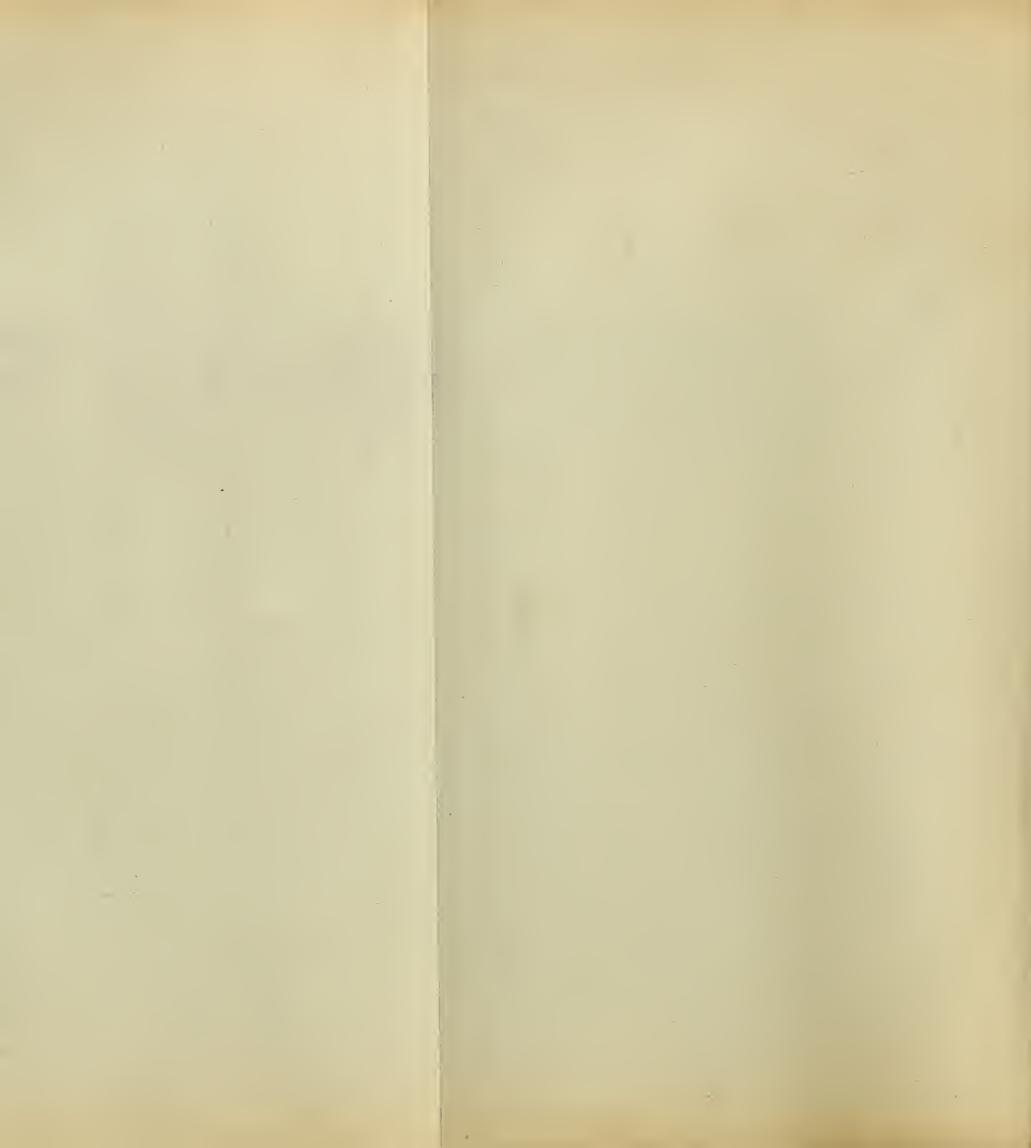
QUADRO demonstrativo do movimento financeiro das Prefeituras do Estado, durante o ano de 1941.

MUNICÍPIOS	RECEITA	RECEITA
	ORÇADA	ARRECADADA
Alagôa Grande	127:000\$000	104:707\$800
Araruna	124:000\$000	118:494\$700
Antenor Navarro	175:000\$000	219:893\$300
Areia	170:000\$000	212:972\$000
Baraneiras	190:000\$000	182:256\$700
Bonito	70:000\$000	71:065\$900
Brejo do Cruz	155:000\$000	180:852\$200
Campina Grande	1.632:000\$000	2.445:766\$900
Catolé do Rocha	185:000\$000	190:605\$200
Cuité	130:000\$000	124:110\$900
Caçara	160:000\$000	233:045\$900
Cabaceiras	95:000\$000	123:527\$400
Cajazeiras	384:000\$000	433:934\$100
Conceição	125:000\$000	94:819\$000
Esperança	130:000\$000	163:660\$500
Espírito Santo	115:000\$000	120:204\$800
Guarabira	360:000\$000	458:849\$600
Itaporanga	160:000\$000	117:111\$700
Ingá	140:000\$000	201:234\$500
Itabaiana	230:000\$000	289:717\$900
João Pessoa	2.000:000\$000	2.282:202\$600
Jatobá	110:000\$000	107:925\$600
Joazeiro	120:000\$000	104:739\$400
Laranjeiras	120:000\$000	114:378\$100
Mamanguape	260:000\$000	338:891\$500
Monteiro	250:000\$000	291:058\$800
Patos	400:000\$000	553:002\$100
Pilar	125:000\$000	138:018\$500
Pombal	282:000\$000	329:110\$000
Piancó	207:000\$000	315:173\$700
Picuí	130:000\$000	167:874\$700
Princesa Isabel	270:000\$000	212:427\$700
Souza	246:500\$000	284:937\$300
S. João do Cariri	154:960\$000	183:470\$400
Santa Rita	300:000\$000	440:551\$500
Santa Luzia	165:000\$000	186:523\$200
Sapé	185:000\$000	295:155\$400
Serraria	130:000\$000	108:583\$300
Teixeira	120:000\$000	115:377\$300
Taperoá	125:000\$000	159:717\$400
Umbuzeiro	218:000\$000	218:322\$800
Soma	10.775:460\$000	13.034:905\$700

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES

QUADRO da Receita dos Municípios do Estado, referente ao ano de 1941

MUNICÍPIOS	TRIBUTARIA	PATRI-		INDUS-	DIVERSOS	EXTRAOR-
		MONIAL	TRIAL			
Alagôa Grande	60:073\$200	—	—	—	37:834\$300	6:800\$300
Araruna	88:802\$200	5:892\$200	5:204\$000	17:834\$300	662\$400	
Artênor Navarro	166:592\$800	13:798\$000	11:548\$700	17:562\$700	10:391\$900	
Areia	134:677\$800	8:873\$000	—	53:892\$700	15:733\$200	
Bananerais	120:319\$700	5:367\$500	8:051\$800	31:784\$500	16:733\$200	
Becnito	58:615\$900	—	2:295\$100	2:690\$700	7:464\$800	
Brejo do Cruz	122:810\$500	—	5:279\$400	19:708\$800	33:053\$500	
Catolé do Rocha	147:509\$600	2:580\$000	16:274\$900	19:537\$400	4:703\$300	
Campina Grande	1.889:954\$500	651\$300	122:212\$000	292:098\$700	140:850\$400	
Cuité	97:416\$700	377\$100	2:149\$300	18:929\$300	5:338\$500	
Caçaitara	128:032\$200	—	13:676\$900	32:281\$200	59:056\$500	
Cabaceiras	94:233\$800	788\$400	2:802\$900	10:990\$800	14:708\$500	
Cajazeiras	277:199\$700	39:412\$700	44:300\$600	59:592\$400	13:428\$700	
Conceição	81:715\$600	—	2:087\$800	7:084\$000	3:931\$600	
Esperança	100:305\$100	—	—	54:205\$300	9:150\$200	
Espírito Santo	85:894\$500	600\$000	—	23:520\$900	10:189\$400	
Guarabira	363:500\$700	1:410\$600	—	41:005\$600	52:931\$700	
Itaporanga	103:123\$200	—	637\$300	8:900\$900	4:447\$300	
Ingá	107:439\$300	346\$000	—	34:927\$600	58:521\$600	
Itabalana	203:435\$600	—	—	62:687\$000	23:565\$300	
João Pessoa	1.685:636\$100	19:148\$100	6:187\$000	301:743\$600	269:487\$800	
Jatobá	92:283\$400	—	—	14:499\$400	1:137\$800	
Joazeiro	75:817\$450	397\$750	13:507\$400	12:568\$400	2:448\$400	
Laranjeiras	77:032\$600	—	1:438\$600	16:128\$100	20:078\$800	
Mamanguape	221:018\$700	5:212\$500	—	90:739\$900	21:920\$840	
Monteiro	222:979\$600	—	6:693\$000	45:519\$100	15:867\$100	
Patos	383:270\$500	1:976\$100	64:094\$200	84:410\$500	19:250\$800	
Pilar	88:588\$400	6:735\$800	11:091\$100	10:843\$800	20:759\$400	
Pombal	226:385\$400	6:805\$500	9:320\$500	68:985\$200	17:613\$400	
Planó	197:041\$400	—	8:433\$100	84:324\$100	25:375\$100	
Picuí	127:112\$300	8:220\$400	—	24:976\$800	7:565\$200	
Princesa Isabel	182:071\$300	540\$900	315\$000	15:068\$300	10:533\$100	
Souza	202:467\$600	2:031\$000	—	61:500\$700	18:338\$300	
S. J. do Cariri	147:089\$300	4:767\$200	2:482\$400	21:370\$900	7:760\$600	
Santa Rita	282:200\$100	1:740\$700	—	52:347\$600	104:293\$100	
Santa Luzia	132:764\$400	1:960\$100	15:397\$000	17:892\$400	18:509\$300	
Sapé	177:198\$800	—	—	68:127\$900	49:828\$700	
Serraria	69:369\$500	160\$000	—	24:382\$300	14:671\$500	
Teixeira	85:439\$900	3:003\$300	—	17:537\$600	9:096\$500	
Taperoá	127:012\$900	2:805\$200	4:923\$200	19:739\$000	5:237\$100	
Umbuzeiro	148:239\$300	—	12:802\$400	22:137\$700	35:123\$700	
Soma	9.383:530\$850	146:770\$450	393:207\$700	1.925:043\$000	1.186:353\$700	



DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES

QUADRO demonstrativo do movimento financeiro das Prefeituras do Estado, durante o ano de 1941.

MUNICÍPIOS	DESPESA	DESPESA
	FIXADA	REALIZADA
Alagôa Grande	127:000\$000	105:516\$300
Ararura	124:000\$000	115:625\$700
Antenor Navarro	175:000\$000	219:776\$400
Areia	170:000\$000	152:197\$100
Bananeiras	190:000\$000	184:625\$000
Bonito	70:000\$000	71:528\$000
Brejo do Cruz	155:000\$000	174:408\$700
Campina Grande	1.632:000\$000	2.378:919\$500
Catolé do Rocha	179:590\$000	199:227\$200
Cuité	130:000\$000	123:446\$100
Caicára	160:000\$000	219:198\$500
Cabaceiras	95:000\$000	121:885\$100
Cajazeiras	384:000\$000	466:009\$300
Conceição	125:000\$000	96:954\$400
Esperança	130:000\$000	184:572\$100
Espírito Santo	115:000\$000	104:361\$300
Guarabira	360:000\$000	441:334\$000
Itaporanga	160:000\$000	117:213\$100
Ingá	140:000\$000	186:524\$800
Itabaiana	230:000\$000	281:907\$800
João Pessoa	2.000:000\$000	2.269:677\$500
Jatobá	110:000\$000	111:431\$900
Joazeiro	120:000\$000	97:411\$400
Laranjeiras	120:000\$000	101:128\$200
Mamanguape	260:000\$000	305:287\$600
Monteiro	250:000\$000	288:942\$700
Patos	380:000\$000	631:014\$000
Pilar	125:000\$000	146:116\$700
Pombal	282:000\$000	256:377\$500
Piancó	207:000\$000	242:122\$200
Picuí	130:000\$000	175:009\$900
Princesa Isabel	270:000\$000	213:594\$800
Souza	246:500\$000	271:486\$700
S. João do Cariri	154:970\$000	181:237\$100
Santa Rita	300:000\$000	428:674\$700
Santa Luzia	165:000\$000	198:158\$900
Sapé	185:000\$000	293:837\$000
Serraria	130:000\$000	113:104\$000
Teixeira	120:000\$000	123:210\$100
Tapercá	125:000\$000	141:971\$700
Umbuzeiro	218:000\$000	206:912\$000
Soma	10.750:060\$000	12.741:938\$200

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES

QUADRO demonstrativo do movimento financeiro das Prefeituras do Estado, durante o ano de 1941.

MUNICÍPIOS	SALDO
Alagôa Grande	170\$200
Araruna	28:488\$400
Antenor Navarro	16:688\$500
Areia	14:795\$000
Bananeiras	7:260\$100
Bonito	—
Brejo do Cruz	26:200\$800
Campina Grande	230:602\$400
Catolé do Rocha	31:797\$400
Cuité	16:512\$700
Caiçara	33:183\$000
Cabaceiras	32:854\$000
Cajazeiras	11:016\$100
Conceição	6:208\$300
Esperança	6:800\$700
Espirito Santo	18:730\$900
Guarabira	48:348\$300
Itaporanga	5:524\$600
Ingá	27:834\$000
Itabalana	12:268\$100
Jcão Pessoa	57:664\$400
Jatobá	1:001\$500
Jcazeiro	7:366\$700
Laranjeiras	14:086\$900
Mamanguape	38:781\$300
Monteiro	36:669\$300
Patos	17:875\$300
Pilar	3:730\$600
Pombal	12:307\$300
Piancó	47:200\$900
Picuí	22:971\$900
Princesa Isabel	1:163\$400
Souza	20:080\$500
S. João do Cariri	10:015\$900
Santa Rita	75:683\$700
Santa Luzia	4:169\$500
Sapé	14:503\$400
Serraria	5:871\$900
Teixeira	1:331\$000
Taperoá	19:954\$600
Umbuzeiro	53:729\$700
Soma	1.041:385\$100

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES

QUADRO demonstrativo das Despesas realizadas pelos Municípios do Estado, durante o exercício de 1941.

MUNICÍPIOS	SERV. PUBL. C. C. ESTADO
Alagôa Grande	14:163\$100
Araruna	18:125\$000
Antenor Navarro	38:310\$300
Areia	23:200\$000
Bananeiras	24:823\$100
Bonito	5:374\$800
Brejo do Cruz	16:722\$000
Catolé do Rocha	22:259\$900
Campina Grande	12:000\$000
Cuité	15:960\$000
Caiçara	20:921\$600
Cabaceiras	13:836\$400
Cajazeiras	60:400\$000
Conceição	14:600\$000
Esperança	20:850\$500
Espirito Santo	15:032\$800
Guarabira	71:540\$200
Itaporanga	17:625\$200
Ingá	76:127\$200
Itaiana	60:029\$400
João Pessoa	170:554\$000
Jatobá	9:924\$400
Jcazeiro	17:666\$500
Laranjeiras	24:261\$500
Mamanguape	32:386\$700
Monteiro	48:319\$100
Patos	67:243\$000
Pilar	19:324\$700
Pombal	38:000\$000
Piancó	35:500\$000
Picuí	14:695\$700
Princesa Isabel	22:632\$500
Souza	24:454\$000
S. João do Cariri	23:540\$000
Santa Rita	63:800\$000
Santa Luzia	40:819\$900
Sapé	30:956\$300
Serraria	12:922\$400
Teixeira	19:391\$200
Taperoá	29:705\$200
Umbuzeiro	36:724\$700
Soma	1.342:726\$300

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES

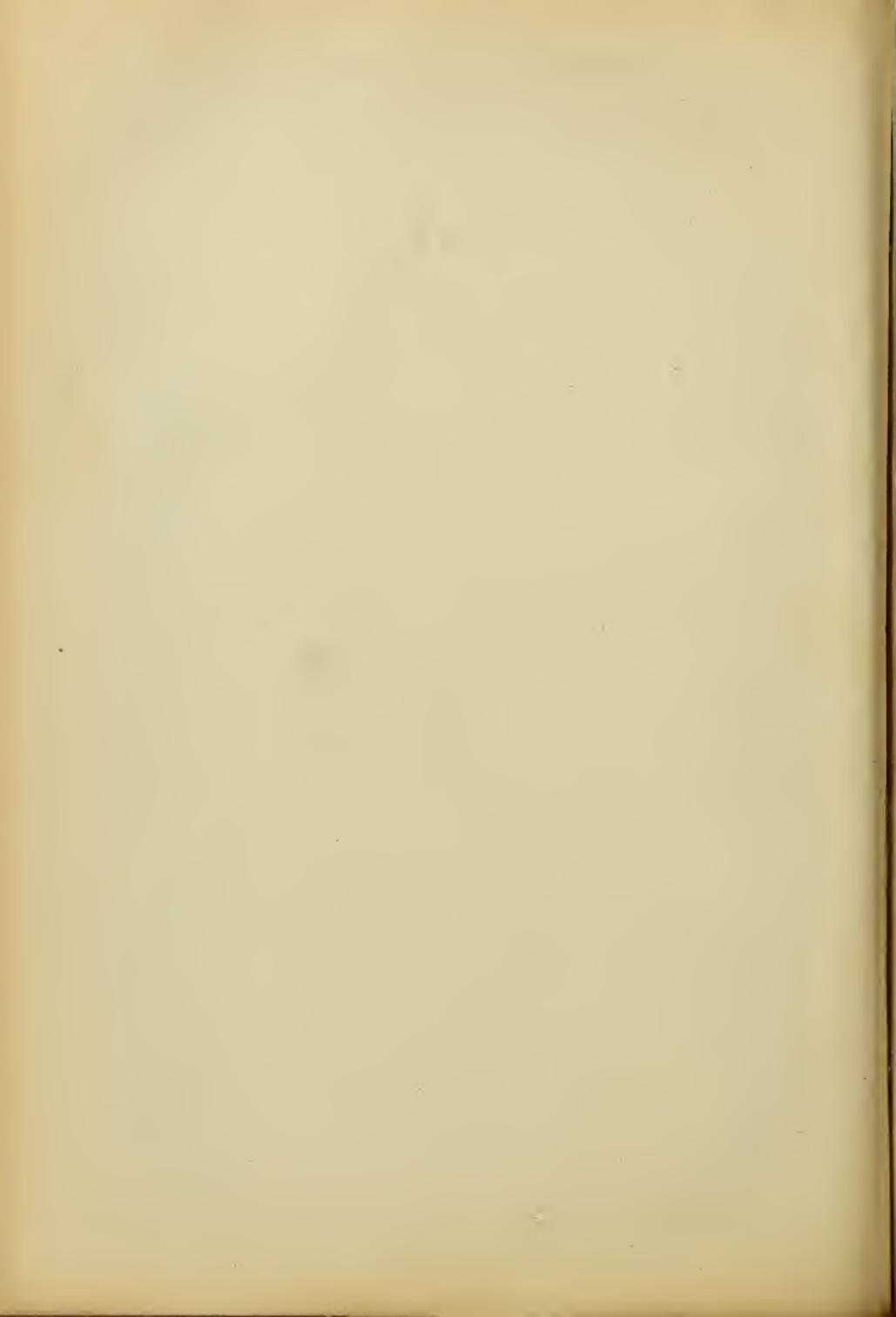
QUADRO demonstrativo das Despesas realizadas pelos Municípios do Estado, durante o exercício de 1941

MUNICÍPIOS	SERV. P. MUNICIPAIS
Alagôa Grande	26:493\$100
Araruna	36:000\$000
Antenor Navarro	37:836\$500
Areia	38:400\$300
Eananeiras	42:666\$000
Bonito	12:100\$400
Brejo do Cruz	35:830\$800
Catolé do Rocha	27:538\$300
Campina Grande	1.280:949\$200
Cuité	14:500\$200
Caicára	43:943\$200
Cabacéiras	12:766\$200
Cajazeiras	59:850\$000
Conceição	15:800\$000
Esperança	17:622\$800
Espírito Santo	23:938\$200
Guarabira	107:759\$000
Itaporanga	19:070\$400
Ingá	20:910\$100
Itabaiana	51:464\$000
João Pessoa	238:731\$600
Jatobá	19:490\$000
Jcazeiro	25:839\$500
Laranjeiras	16:300\$300
Mamanguape	58:339\$900
Monteiro	40:000\$200
Patos	89:936\$700
Pilar	27:854\$800
Pombal	64:105\$000
Piancó	65:285\$200
Picuí	17:051\$000
Princesa Isabel	43:251\$100
Souza	41:252\$300
S. João do Cariri	40:200\$000
Santa Rita	198:655\$000
Santa Luzia	31:234\$100
Sapé	37:619\$200
Serraria	21:333\$900
Teixeira	16:701\$600
Taperoá	31:580\$900
Umbuzeiro	35:023\$900
Soma	3.085:382\$400

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES

QUADRO demonstrativo das Despesas realizadas pelos Municípios do Estado, durante o exercício de 1941.

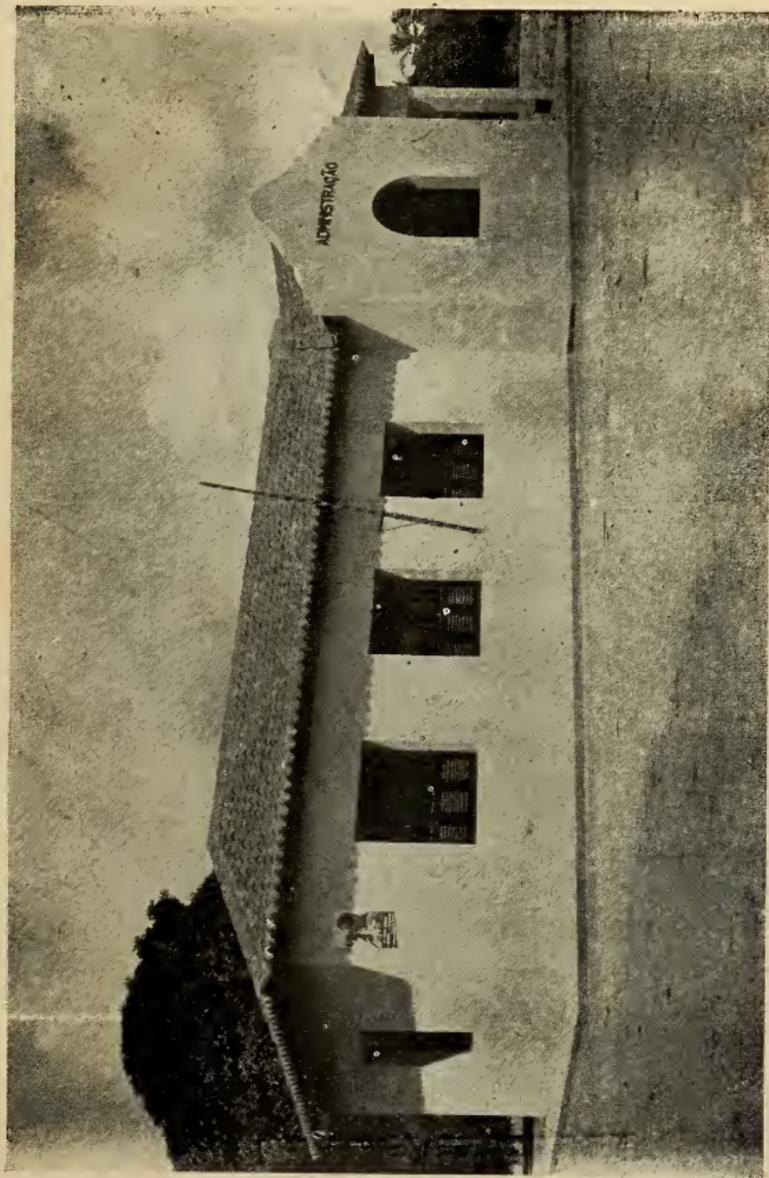
MUNICÍPIOS	OBRAS E MELH. PÚBLICOS
Alagôa Grande	10:962\$200
Araruna	28:400\$000
Antenor Navarro	52:882\$100
Areia	30:800\$000
Bananeiras	35:217\$100
Bonito	4:840\$500
Brejo do Cruz	16:099\$700
Catolé do Rocha	80:109\$100
Campina Grande	1.687:418\$100
Cuité	20:400\$200
Caixara	24:885\$900
Cabaceiras	34:947\$100
Cajazeiras	42:780\$000
Conceição	12:485\$000
Esperança	67:622\$300
Espírito Santo	11:103\$100
Guarabira	86:533\$800
Itaporanga	23:924\$000
Ingá	12:573\$400
Itabaiana	43:919\$800
João Pessoa	919:705\$500
Jatobá	22:122\$000
Joazeiro	9:751\$400
Laranjeiras	4:222\$700
Mamanguape	80:803\$300
Monteiro	129:286\$100
Patos	87:810\$300
Pilar	42:145\$800
Pombal	42:804\$000
Pianco	48:305\$000
Picuí	64:111\$000
Princesa Isabel	54:293\$300
Souza	40:648\$600
S. João do Cariri	58:240\$000
Santa Rita	85:450\$000
Santa Luzia	48:981\$700
Sapé	125:211\$500
Serraria	11:474\$000
Teixeira	34:836\$100
Taperoá	28:931\$300
Umbuzeiro	29:934\$700
Soma	4.296:971\$700



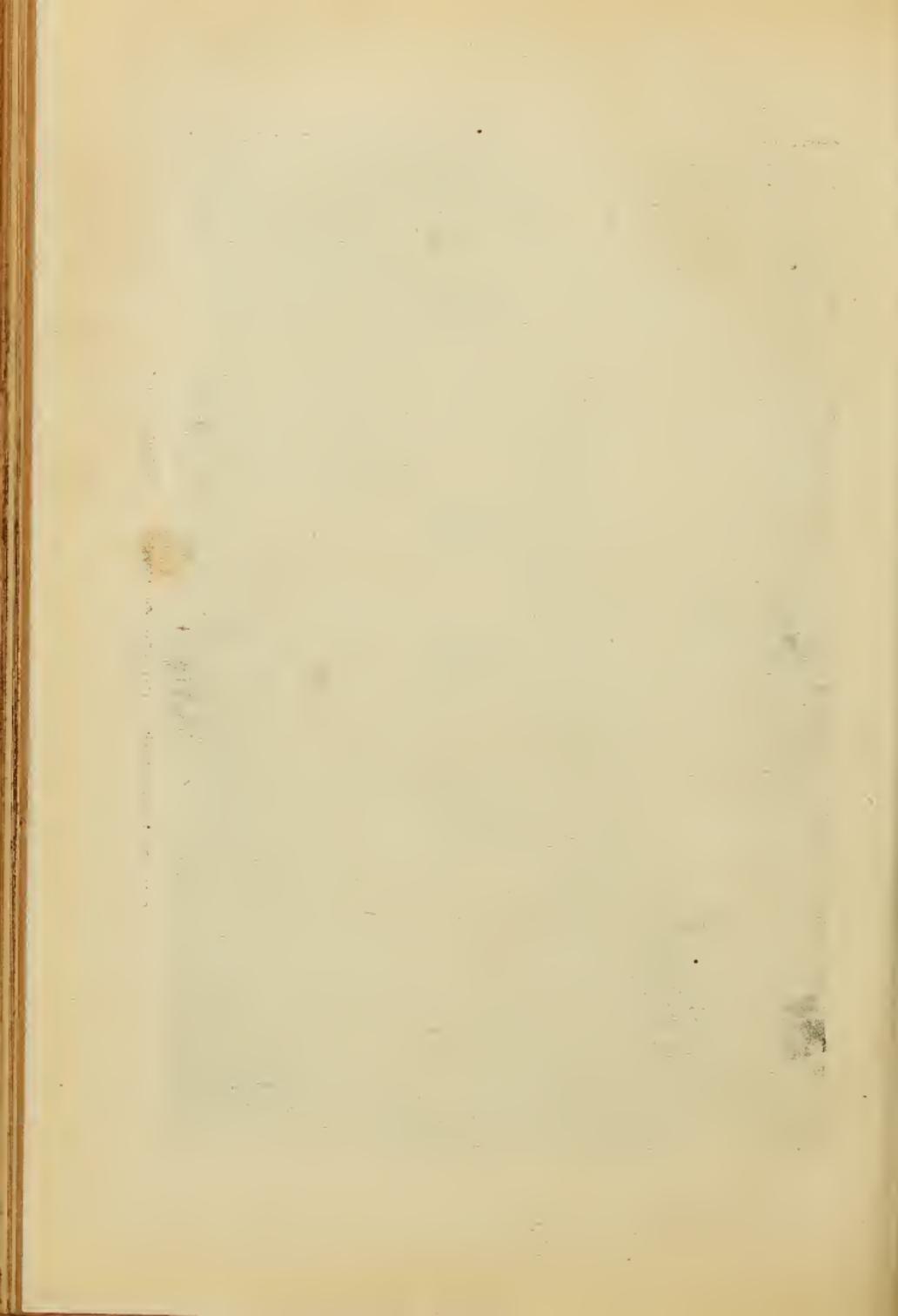
ASSISTÊNCIA SOCIAL

1875

1875



Asilo de Mendicidade "Carneiro da Cunha" — Administração



AO assumir o Govêrno, considerei a urgência de um programa de assistência social, em moldes razoáveis. O serviço oficial existente não consultava o interêsse público, á falta de organização adequada. Por outro aspecto, atentas as condições do Tesouro não era admissível a continuidade do sistêma em vigor, mercê do qual o Estado contribuia com determinada soma para ser distribuída com indigentes na Capital, enquanto que as instituições particulares, com a finalidadé de amparar a velhice, a invalidez e a orfandade, viviam á margem da proteção oficial.

Concebi o plano de ajudar essas instituições e como a situação financeira não o permitisse, recorri ao espirito de solidariedade de pessoas amigas, em condições de contribuir para o êxito daquêle programa.

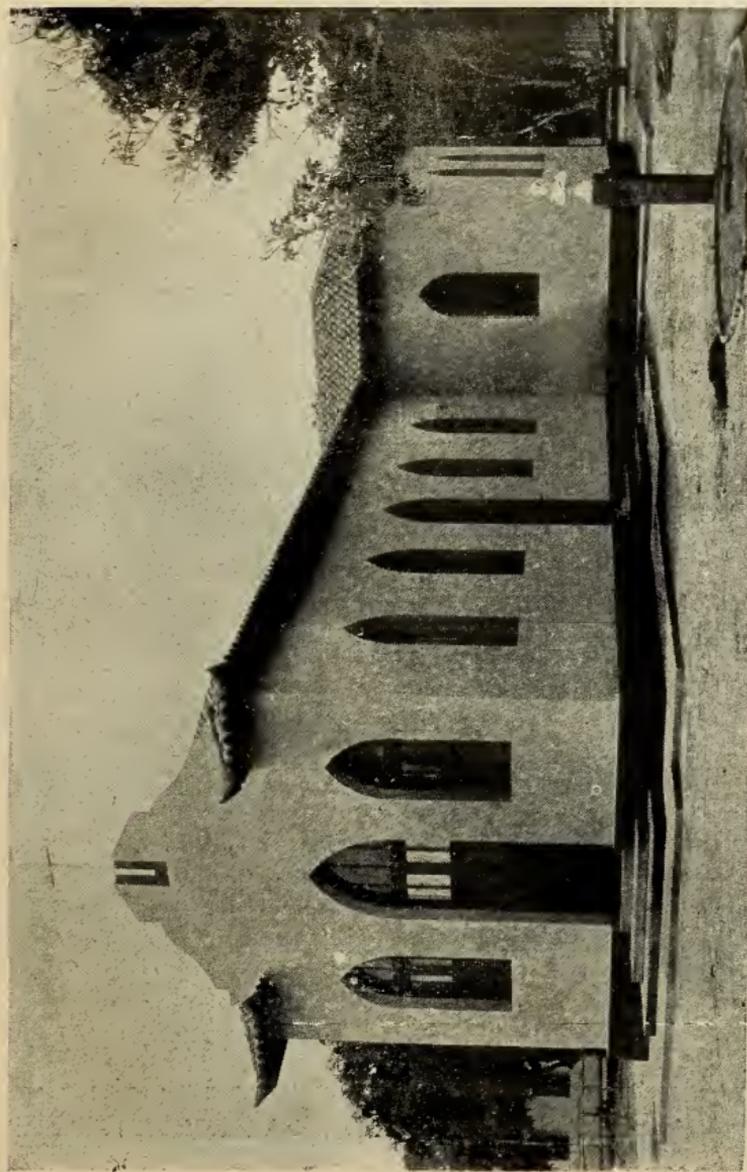
Fôra do Estado, consegui um vultoso contingente de donativos, que fôram applicados na ampliação das dependências e instalações do ORFANATO DOM ULRICO e do ASILO DE MENDICIDADE CARNEIRO DA CUNHA, ambos funcionando na Capital.

Com as obras executadas, essas instituições puderam desdobrar o seu plano de assistência. Cabe agora ás suas diretorias, assegurar, pelas medidas a seu alcance, os meios necessários á manutenção dêsses estabelecimentos.

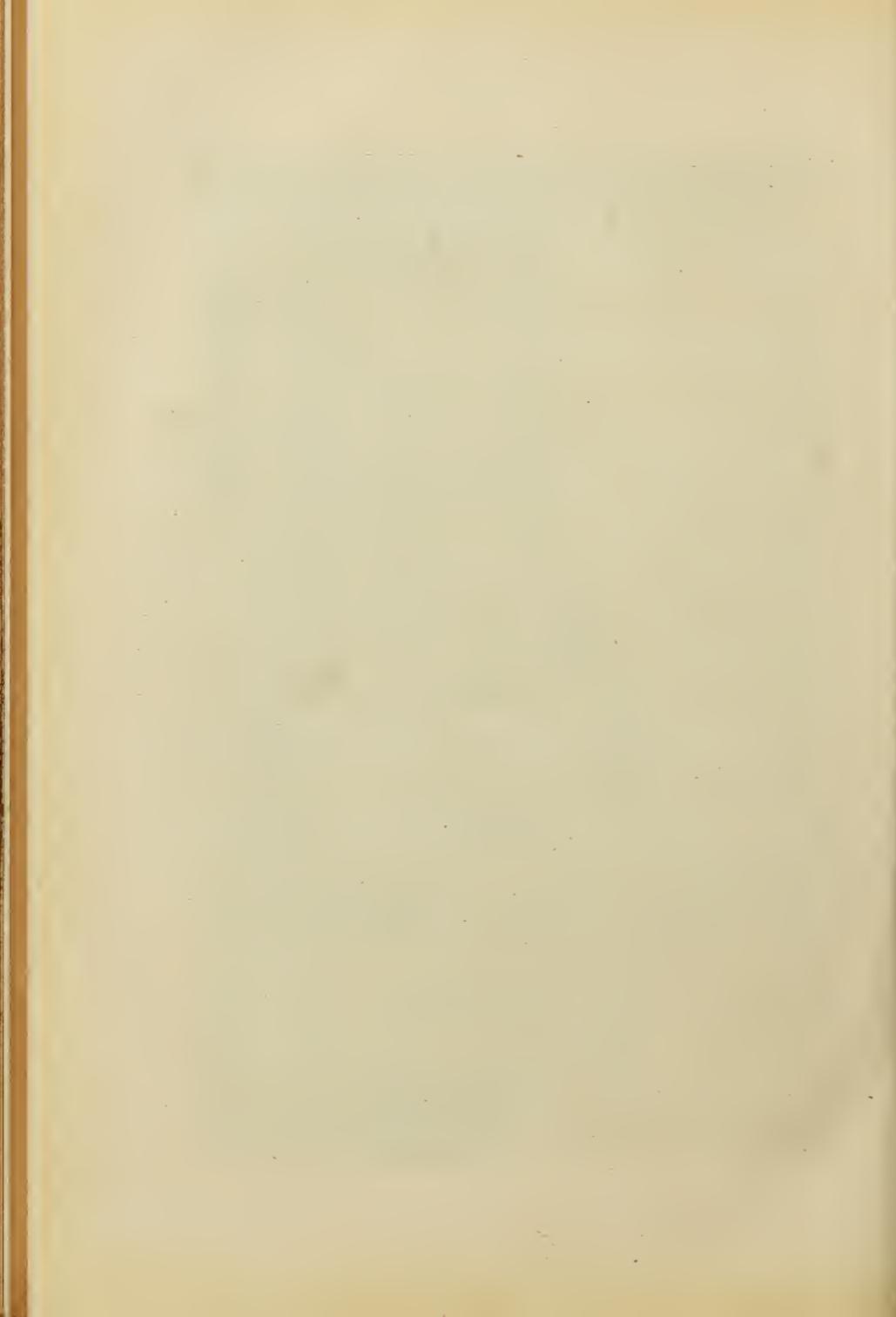
E' de justiça destacar, dentre os que concorreram com auxilios nêsse plano de filantropia, as eminentes figuras dos srs.: Marques dos Reis, o dinâmico Presidente do Banco do Brasil; Jaime Fernandes, Presidente do Departamento Nacional do Café; Comendador Gervásio Seabra; dr. Walther Moreira Sales, diretor do Ban-

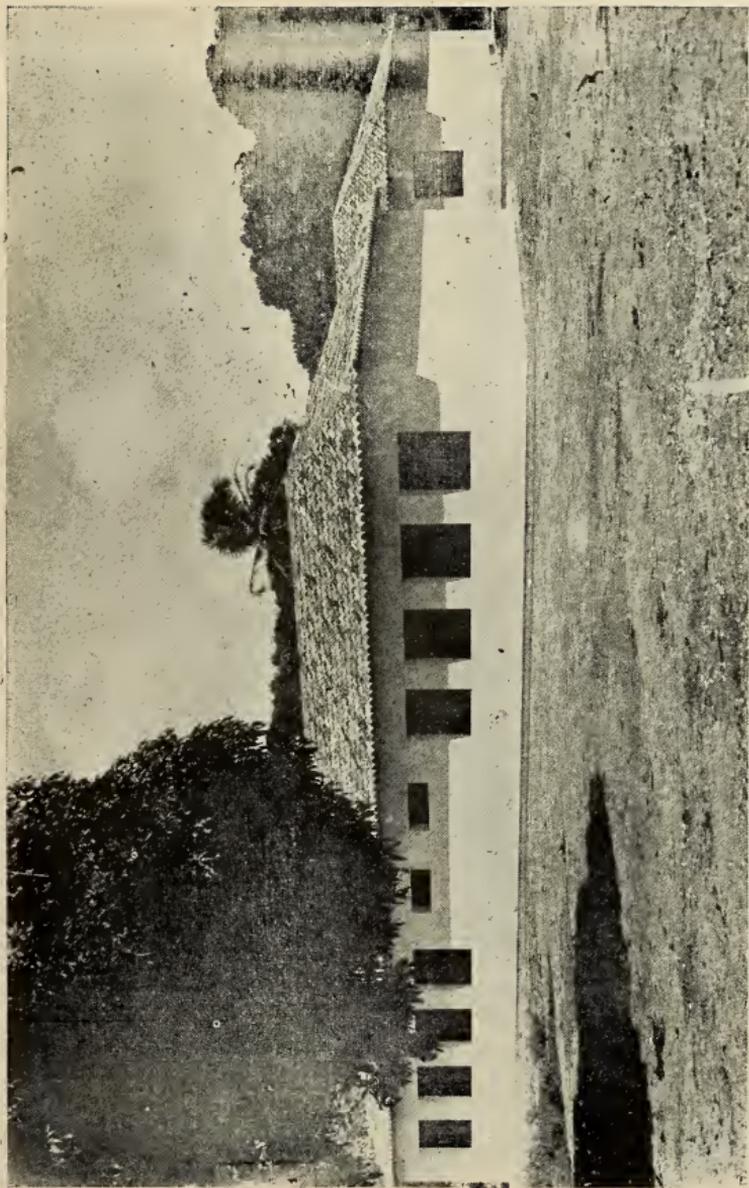
co Moreira Sales; Frederico Lundgren, diretor da Companhia de Tecidos Rio Tinto; Severino Pereira, presidente da Companhia Nacional Estamparia de São Paulo; Manuel de Brito, chefe da firma Carlos de Brito & Cia. e outros beneméritos patricios. Embora estranhos á Paraíba, êsses dignos brasileiros conquistaram o reconhecimento de nossa gente, por tão expressivos testemunhos de generosidade.

Em complemento a êsse plano de colaboração com as organizações particulares, o Governo manteve, a partir de agosto de 1941, o Serviço de Assistência Social, com o objetivo de auxiliar a situação de famílias indigentes. Essa obra de amparo foi precedida de rigoroso censo seletivo afim de evitar que se transforme em pensionato á mendicância profissional.

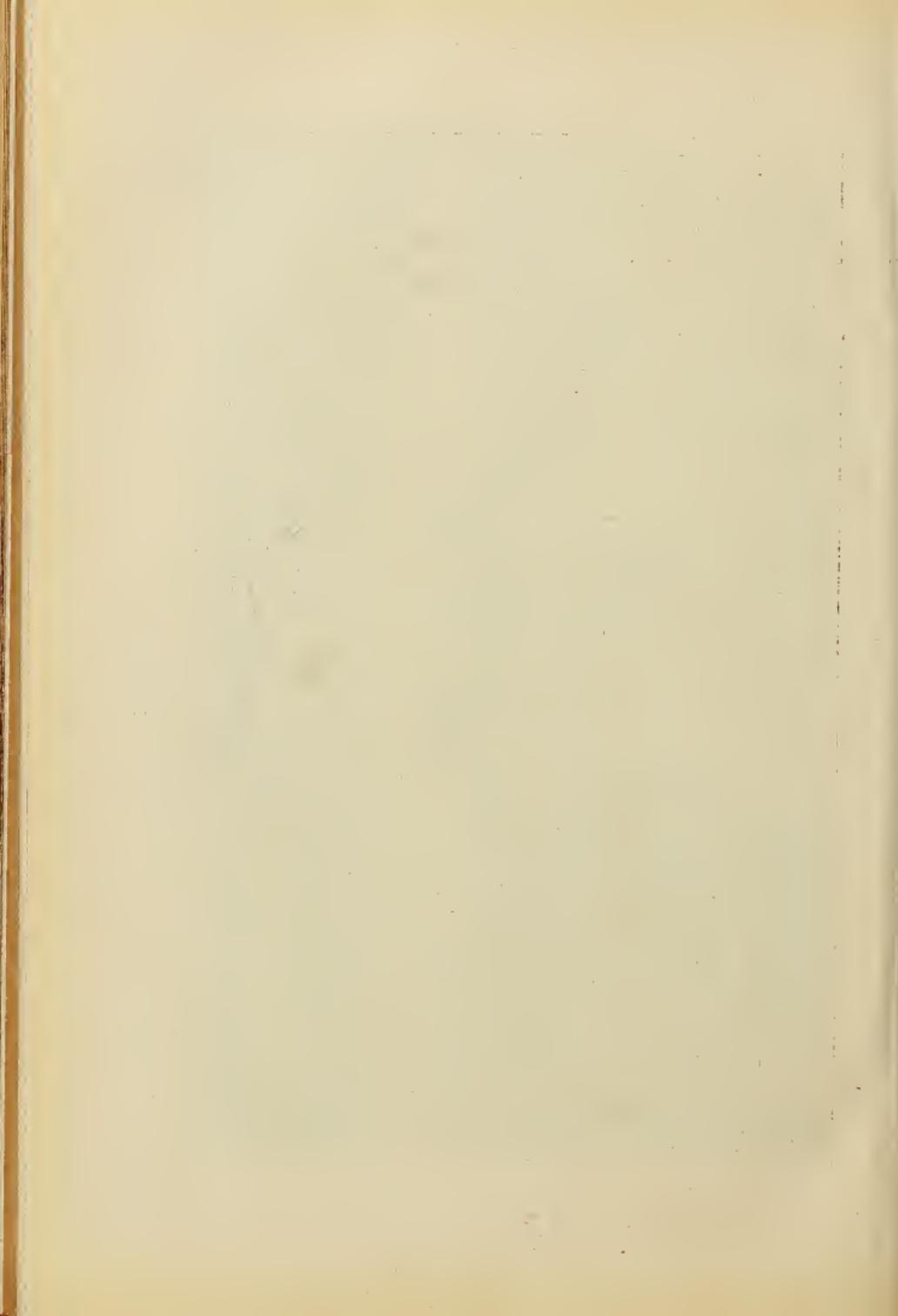


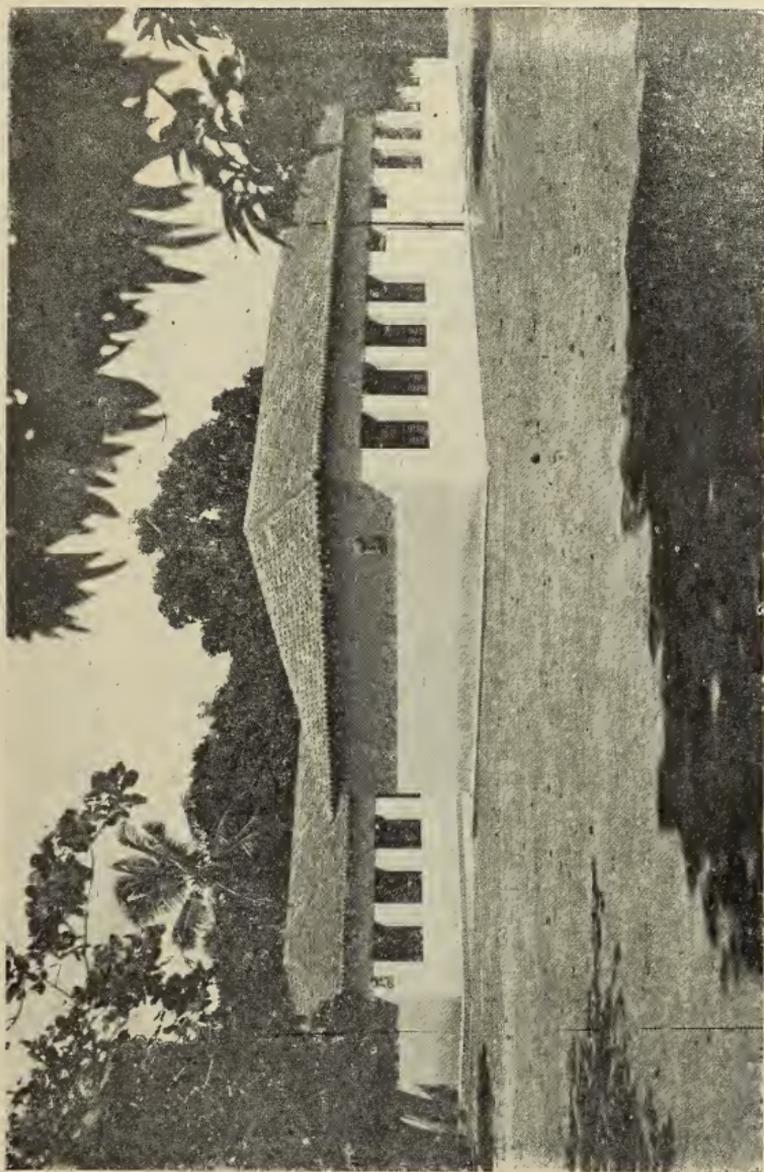
Asilo de Mendicidade "Carneiro da Cunha" — Capela



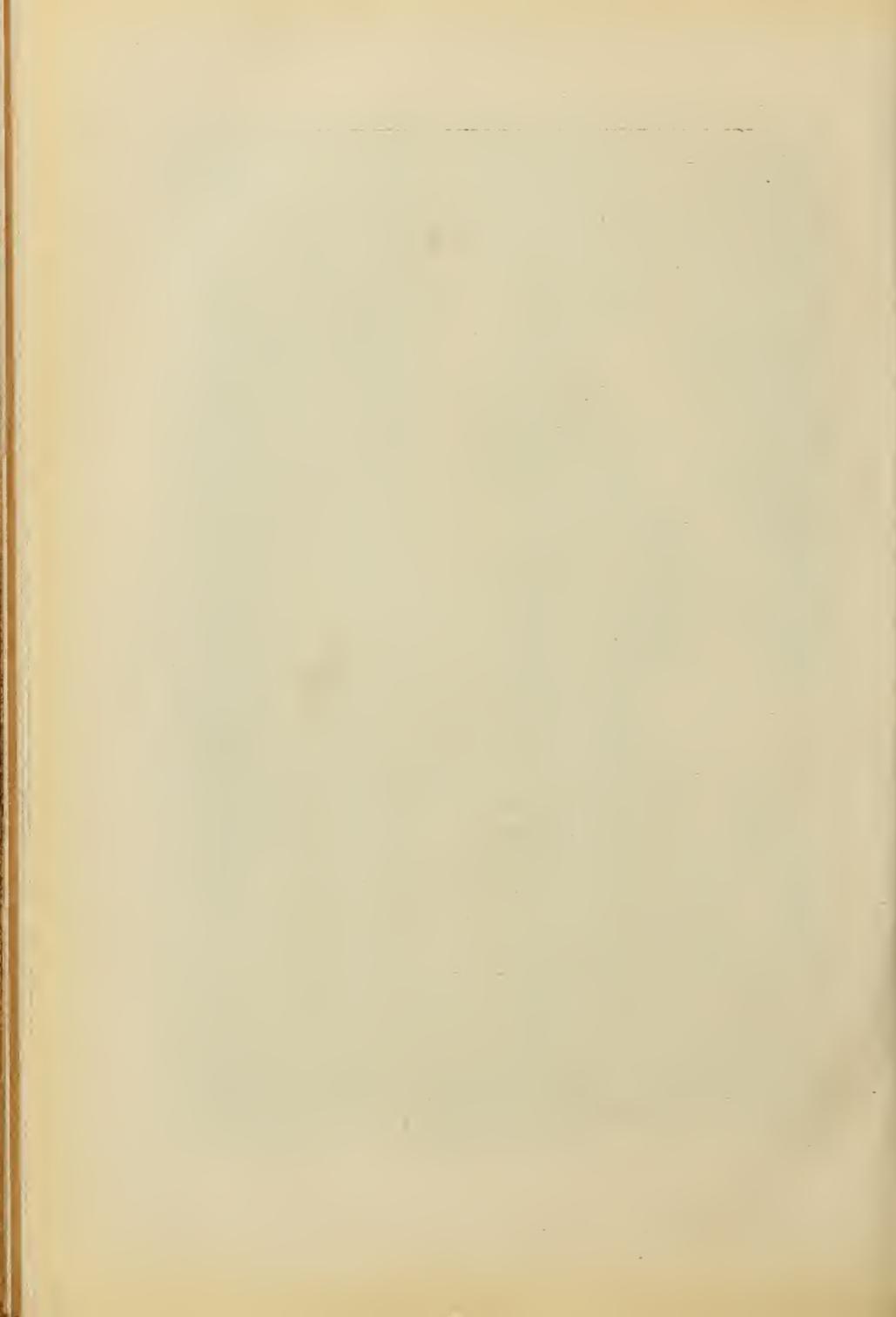


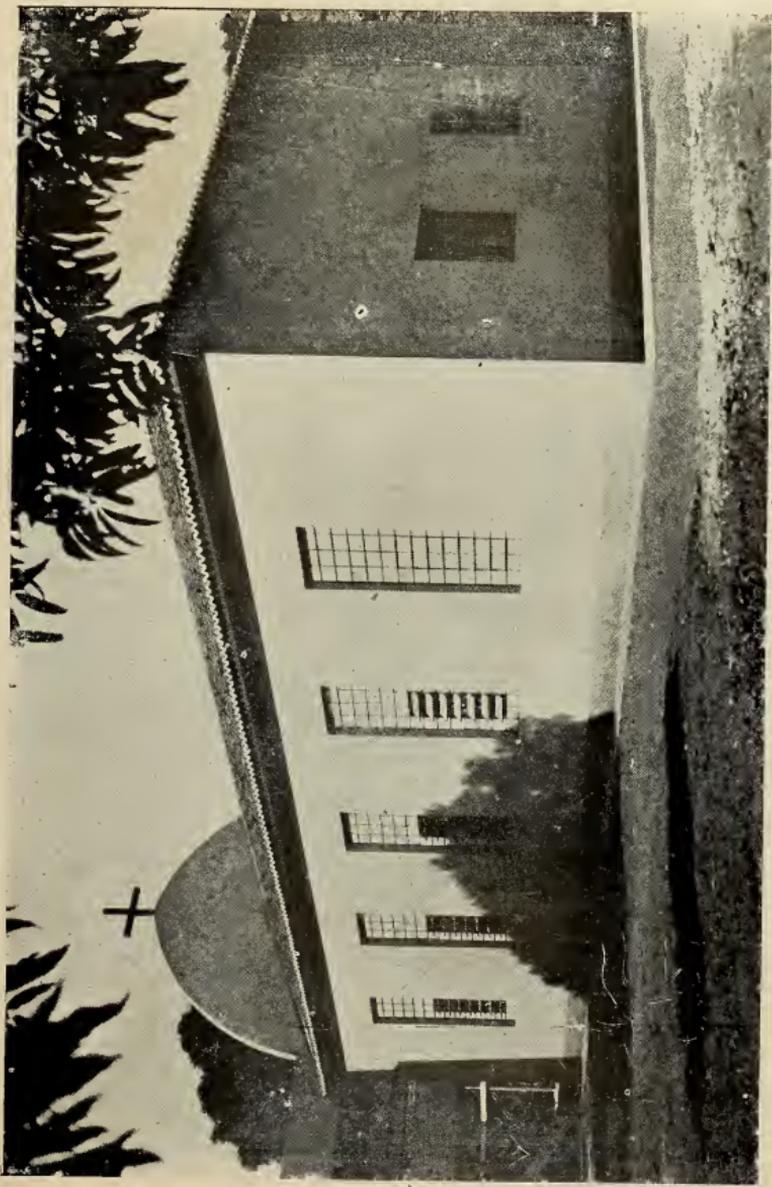
Asilo de Mendicidade "Carneiro da Cunha" — Dormitórios
para homens.



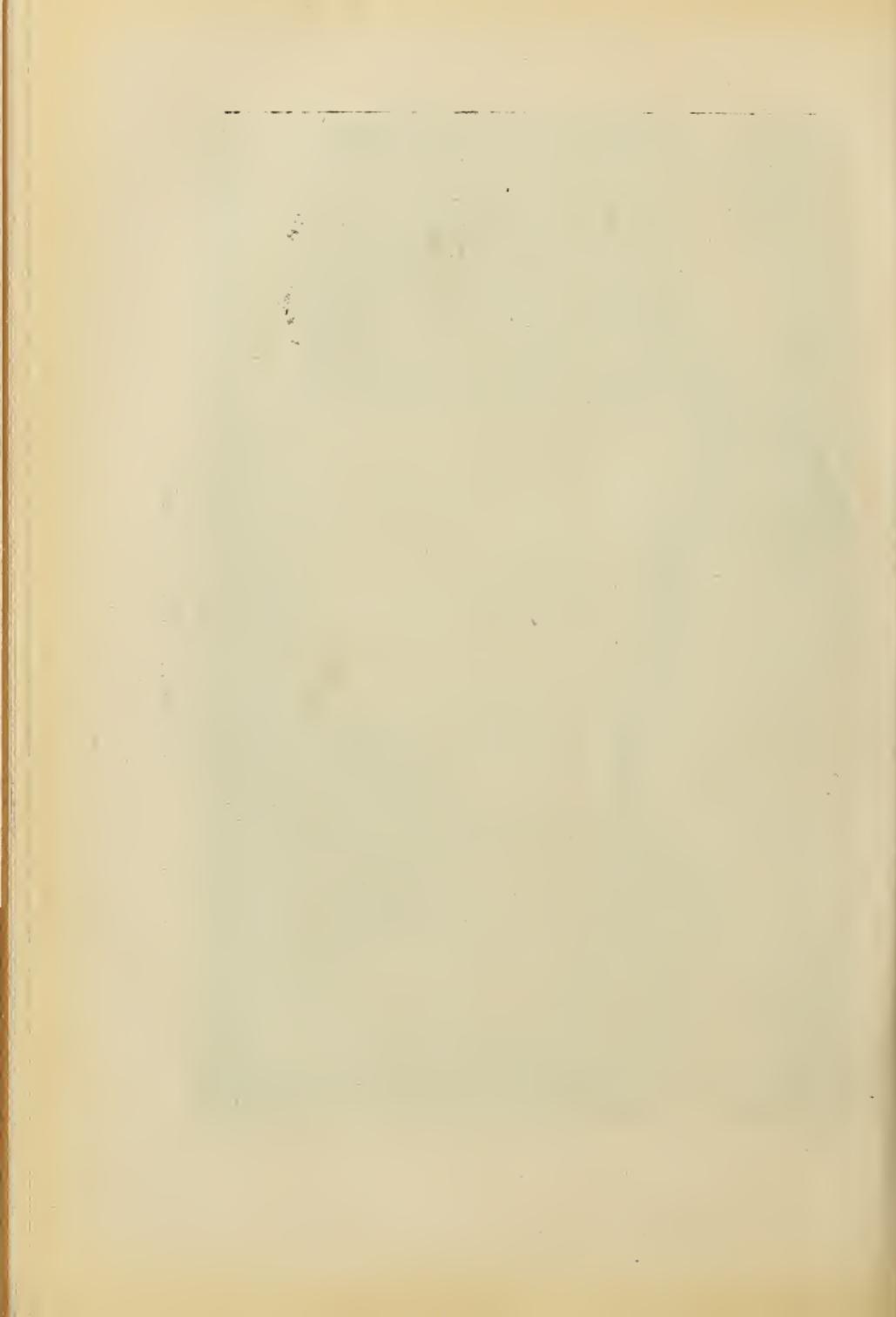


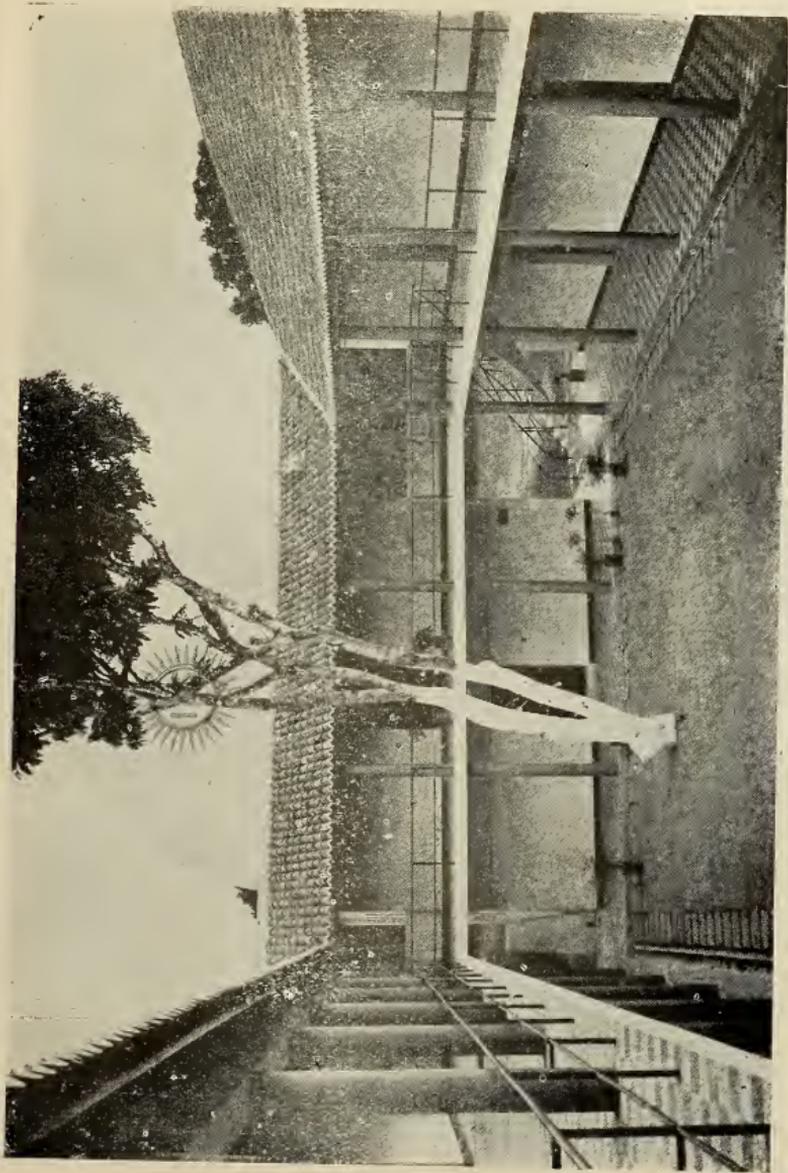
Asilo de Mendicidade "Carneiro da Cunha" — Dormitórios
para mulheres.



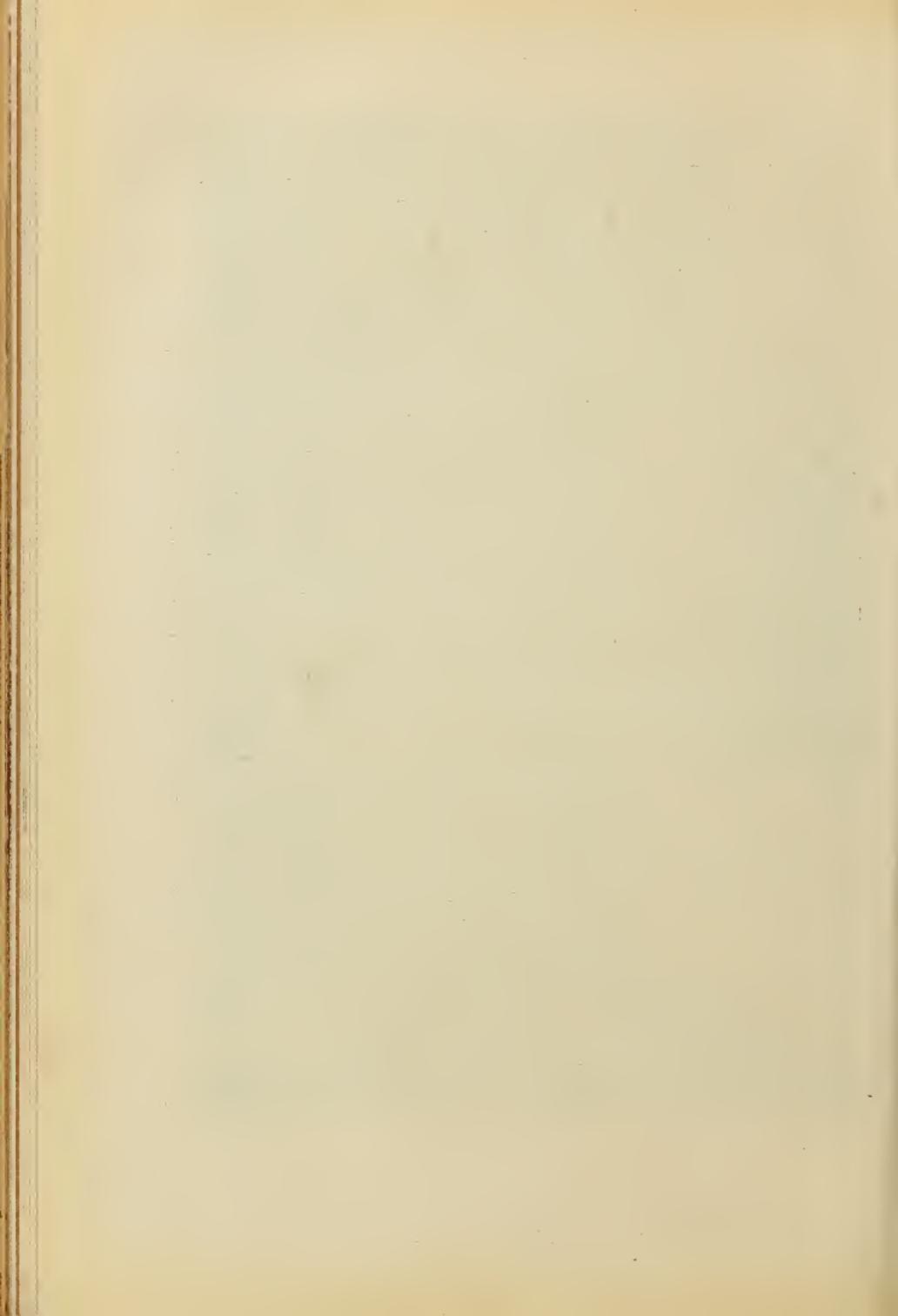


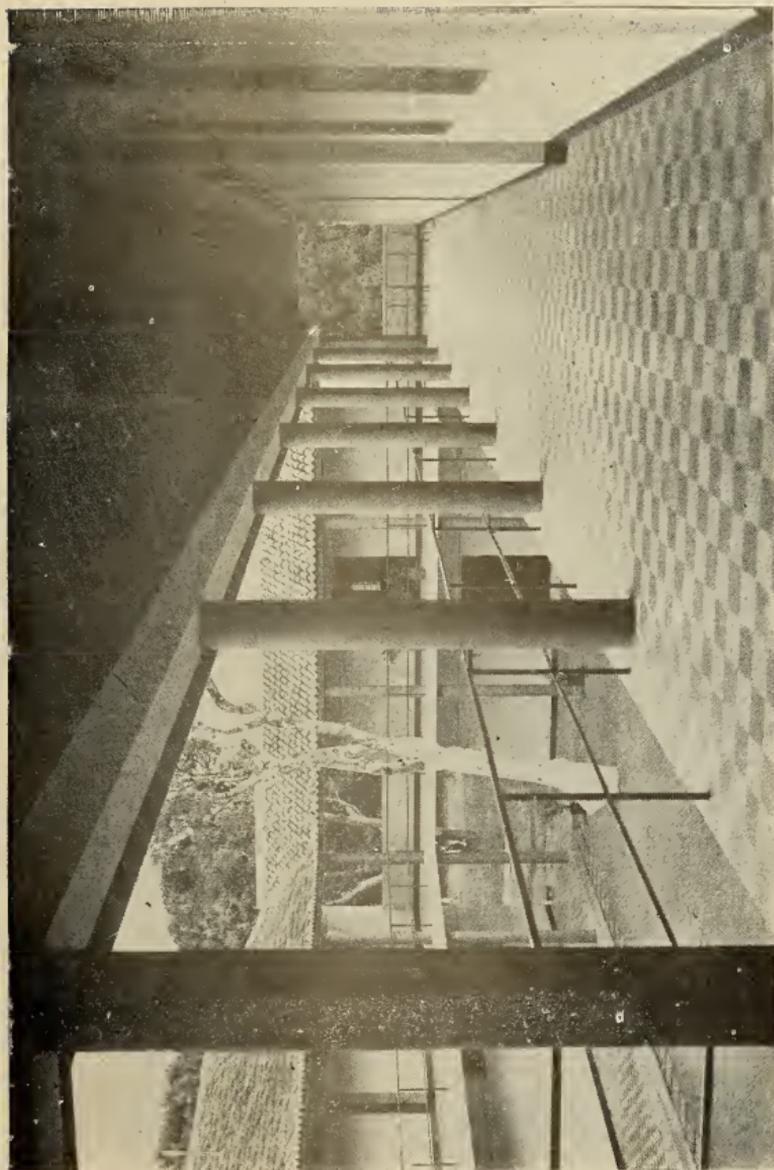
Orfanato "D. Ulrich" — Capela



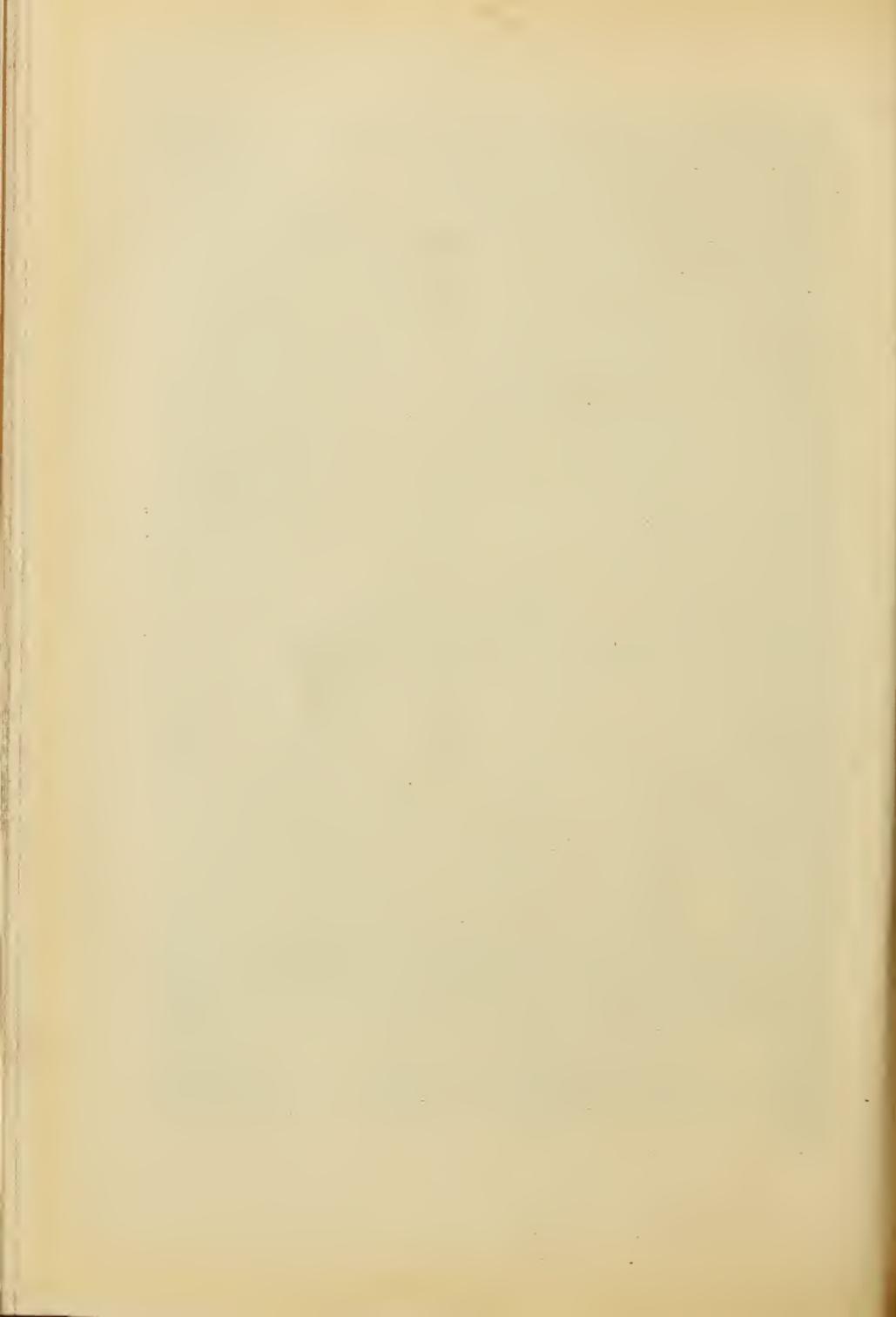


Orfanato "D. Ulrico" — Pateo interno, vendo-se, ao fundo, a Capéla.

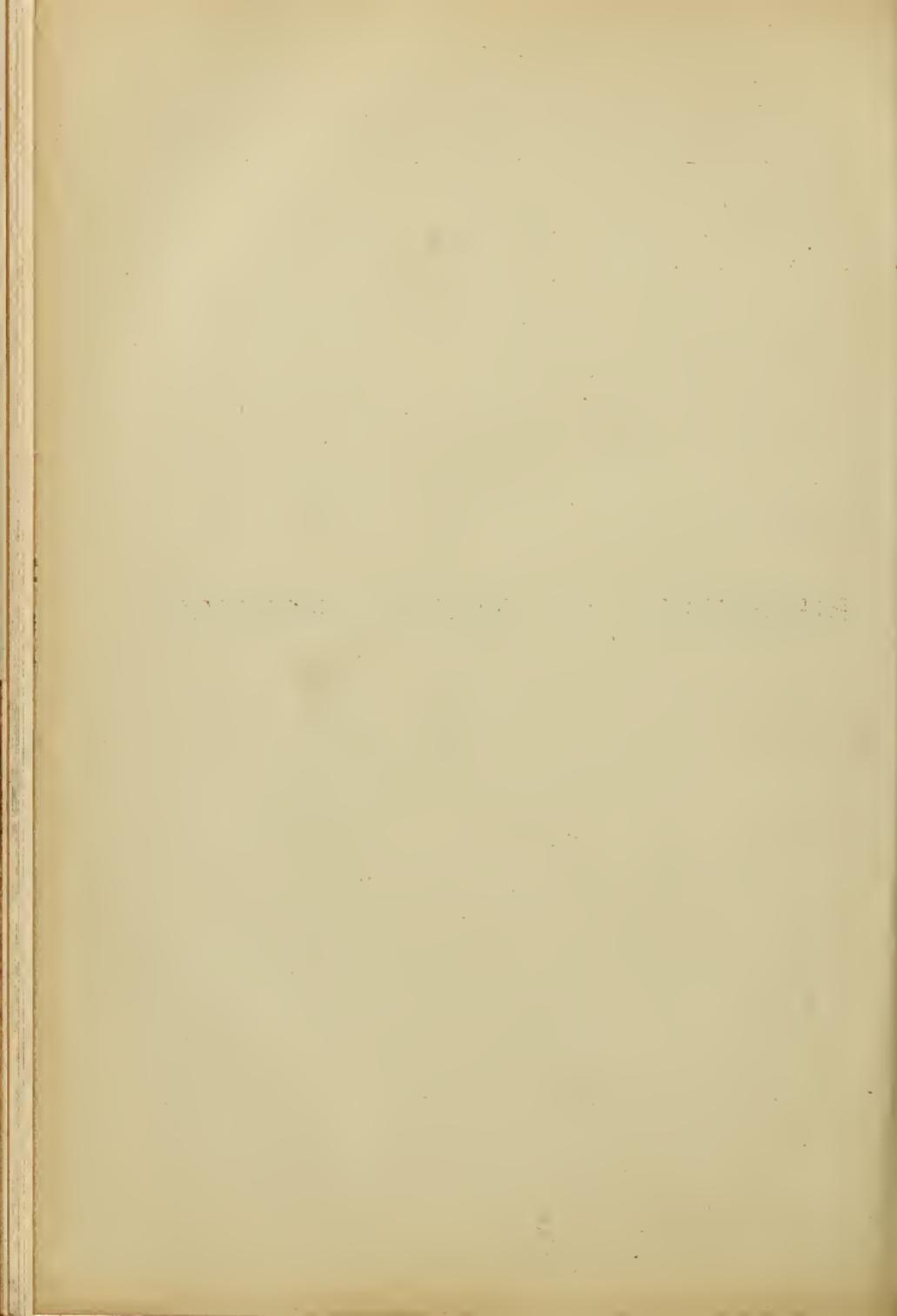




Orfanato "D. Ulrico"



BIBLIOTÉCA E ARQUIVO PÚBLICO



PELO decreto-lei 196, de 29 de setembro de 1941, foi extinta a antiga Diretoria de Arquivo e Bibliotéca Pública e criados os Serviços do Arquivo Público e da Bibliotéca Pública.

Essa medida do Govêrno teve por fim racionalizar a organização de dois importantes setores da administração estadual cuja diversidade de funções e objetivos não justificava a reunião dêsses serviços numa Diretoria.

A Bibliotéca é uma instituição destinada ao público. Via antes de tudo servir ao leitor por ser uma instituição auxiliar da escola, com a qual se assemelha, frequentemente, pelas facilidades que oferece á juventude e preocupação de interêsse a tôda comunidade.

O Arquivo executa um trabalho diferente, menos ligado ao público do que ás funções peculiares dos serviços administrativos, conservando os documentos oficiais dos quais se serve, preferencialmente, a própria administração do Estado. Não se compreende, portanto, que êsses serviços, de objetivos e características tão dispares, estivessem ligados formal e efetivamente.

A medida objetivada naquele decreto-lei representa, pois, um passo na obra de racionalização dos serviços públicos que Govêrno vem realizando com o fim de atingir o máximo de eficiência, com a eliminação do desperdício, profissionalização do funcionário e standardização dos métodos de trabalho.

SERVIÇO DE ARQUIVO

Durante o ano relatado recebeu êsse Serviço, para arquivamento, centenas de documentos e grande número de livros procedentes das diversas repartições do Estado, entre as quais as Secretarias da Interventoria Federal, Interior, Fazenda e Agri-

cultura, e Diretoria de Produção e de Viação e Obras Públicas, cujo fichamento foi, imediatamente, providenciado.

Foram fornecidas 202 certidões, bem como atendidos diversos órgãos da administração sôbre consultas e informações em processos.

Aos interessados foram restituídos documentos que se achavam arquivados mediante pagamento, em sêlos, dos emolumentos de que trata a legislação vigente.

SERVIÇO DE BIBLIOTÉCA

Durante o ano de 1941 funcionou em 289 dias úteis, obedecendo regularmente a seus 3 expedientes, isto é: de 8 ás 11, de 13 ás 16 e de 19 ás 21 horas.

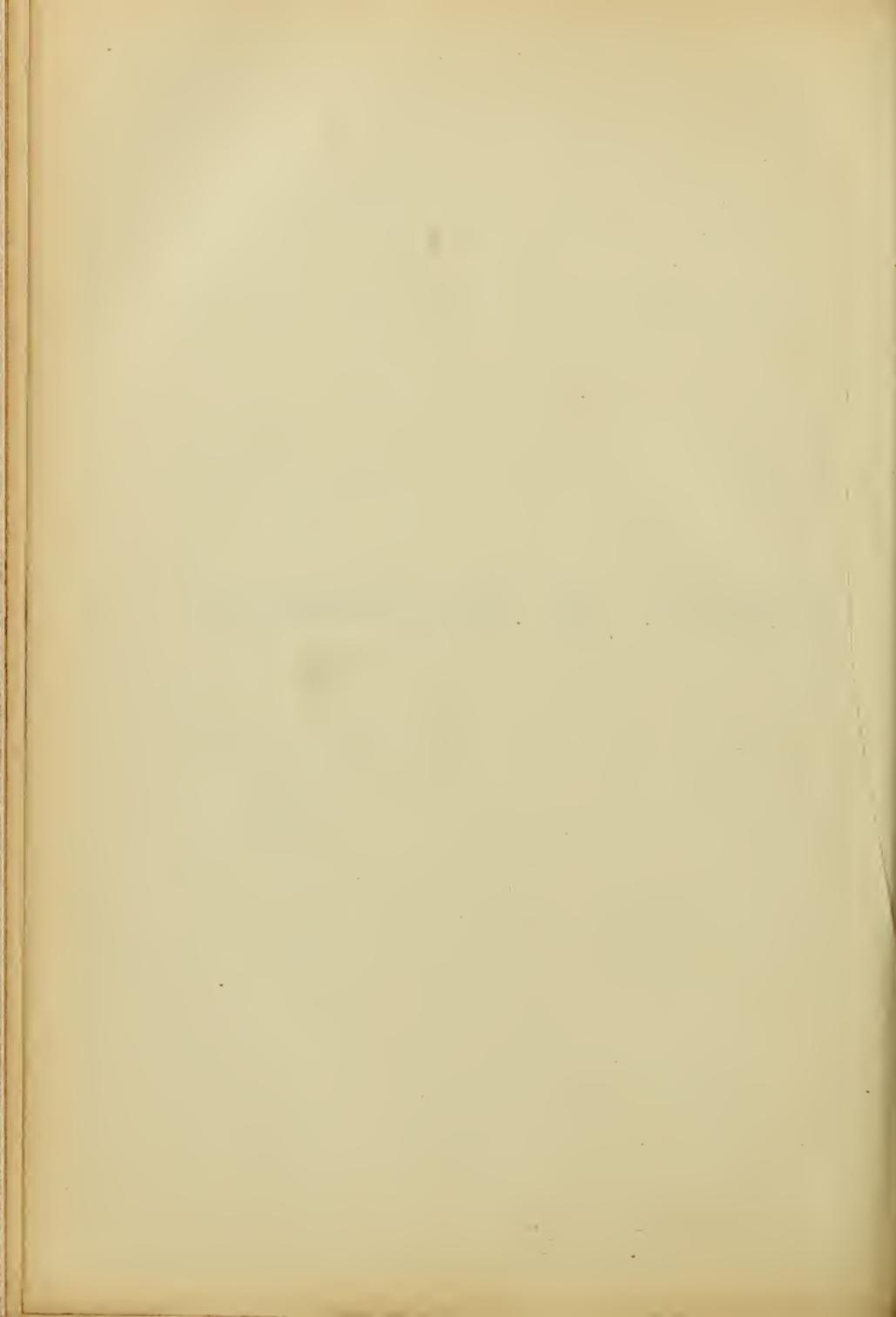
A frequência de leitores atingiu o número de 8870 no salão de livros. No salão de revistas e jornais verificou-se, também, uma elevada frequência principalmente no expediente noturno. Foram efetuadas 15.028 requisições.

Com a verba orçamentária própria foram adquiridos 49 volumes de literatura infantil e ainda 42 obras sôbre assuntos diversos.

Enviados pelo Instituto Nacional do Livro, a Bibliotéca recebeu 58 volumes sob vários assuntos, tendo igualmente realizado o serviço de intercâmbio literário com a Bibliotéca Riograndense do Sul, a Bibliotéca Pública de Curitiba, a União Pan-Americana, o Ministério da Educação, o D. A. S. P. e outras Instituições.

Afora isso, a Bibliotéca conseguiu, ainda, obras de vários autores paraibanos, distribuindo-as pelas bibliotécas do interior e de outros Estados.

COMISSÃO DE ABASTECIMENTO



A FIM de acautelar a economia do consumidor contra os abusos da especulação no comércio dos gêneros de primeira necessidade, foi creada em agosto de 1941 a Comissão de Abastecimento, com séde na capital e jurisdição em todo o território do Estado. Ficou estabelecido no decreto respectivo que a Comissão exerceria a sua ação fiscalizadora no interior por intermédio de Sub-comissões, com séde nos municípios, em articulação com as Prefeituras.

Tabelando o preço dos gêneros e reprimindo os golpes da ganancia dos açambarcadores, a orientação do Govêrno, através a referida Comissão, procurou manter um razoavel equilibrio entre os interêsses do produtor e do consumidor.

As manobras altistas tentadas no comércio do gado bovino por certos elementos da zona de criação fôram prontamente reprimidas, assegurando-se dessa forma, á população da Capital, o fornecimento normal da carne verde, a preços razoáveis, rigorosamente observados.

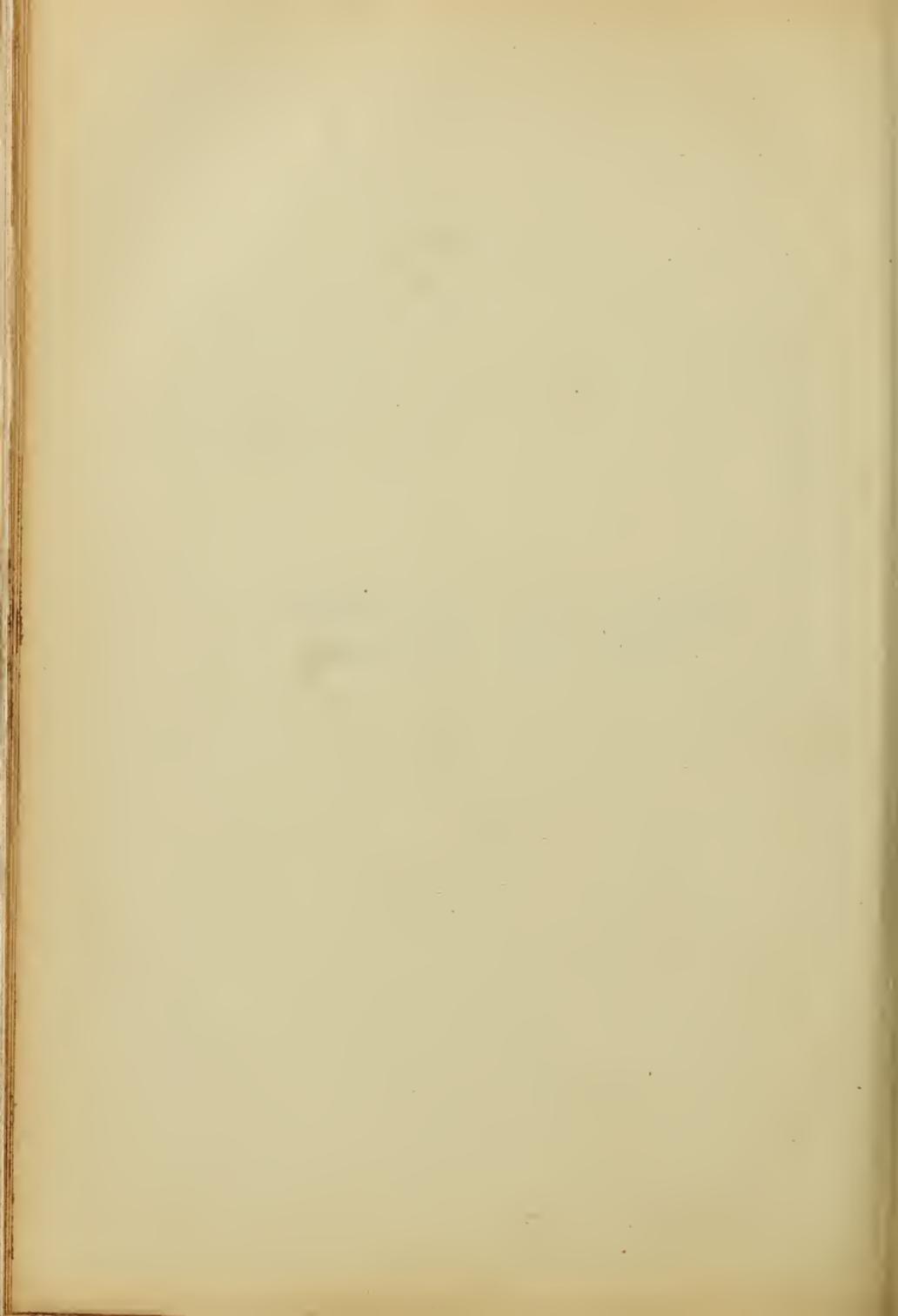
Do acerto dessa medida adotada áquela época diz bem o conjunto de providências tomadas posteriormente, noutras regiões do país, inclusive na Capital Federal, onde as autoridades se viram na contingência de intervir no comércio da carne verde e de outros gêneros necessários á subsistência do povo.

A guerra suscitou a vertiginosa valorização das utilidades, como era natural que acontecesse. Todavia, em determinados produtos manufacturados que utilizam, em grande percen-

lagem, matéria prima nacional, os preços se elevaram a um nível alarmante, sem causa que o justifique. Haja vista o que ocorre com os tecidos de algodão.

Os salários continuam no mesmo pé, as cotações daquele produto não subiram, tendo sofrido oscilações para a baixa, e os tecidos saem das fábricas a preços inacessíveis ao consumidor. Urge uma providência que coíba os efeitos dessa alta absurda, medida que somente o Governo Federal poderá tomar, dentro da coordenação geral da economia, tal a complexidade e amplitude do problema.

ABRIGO DE MENORES
“JESÚS DE NAZARÉ”



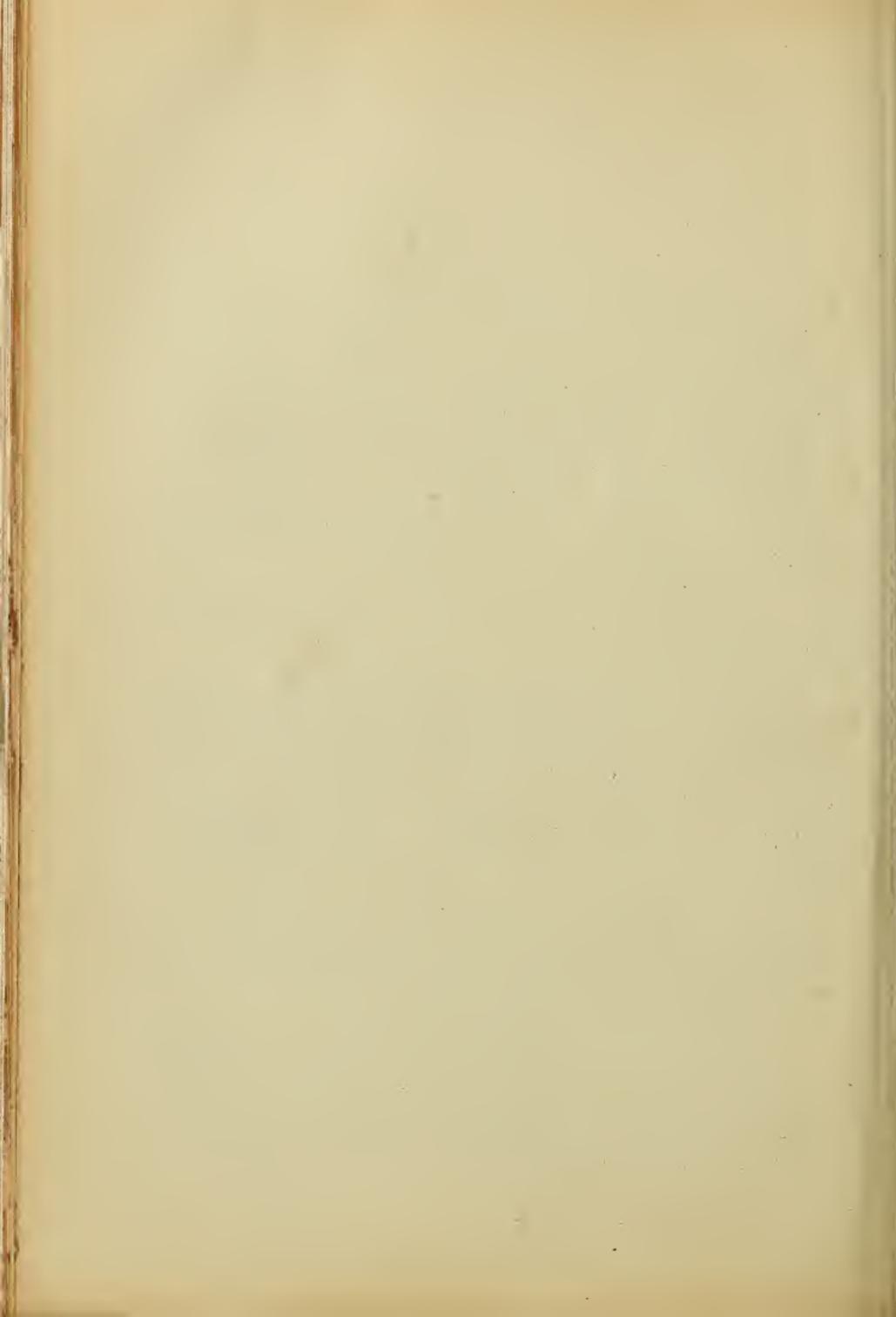
INSTITUIÇÃO destinada ao amparo da infância, funciona o Abrigo de Menores "Jesús de Nazaré" em prédio construído na administração do meu antecessor. Bem instalado e dispondo de área bastante ampla para os parques de recreio, o estabelecimento é dirigido por uma religiosa da Ordem Terceira dos Capuchinhos. Em 1.º de janeiro do ano relatado achavam-se ali internadas 155 crianças, sendo 82 do sexo masculino e 73 do feminino. No decurso de 1941 entraram 43: 24 meninos e 19 meninas, saindo 17. Faleceram 14, sendo 6 do sexo masculino e 8 do feminino. Em 31 de dezembro o número de internados era de 167, sendo 94 meninos e 73 meninas.

Na Crèche matricularam-se como semi-internos 119, com a frequência de 25.

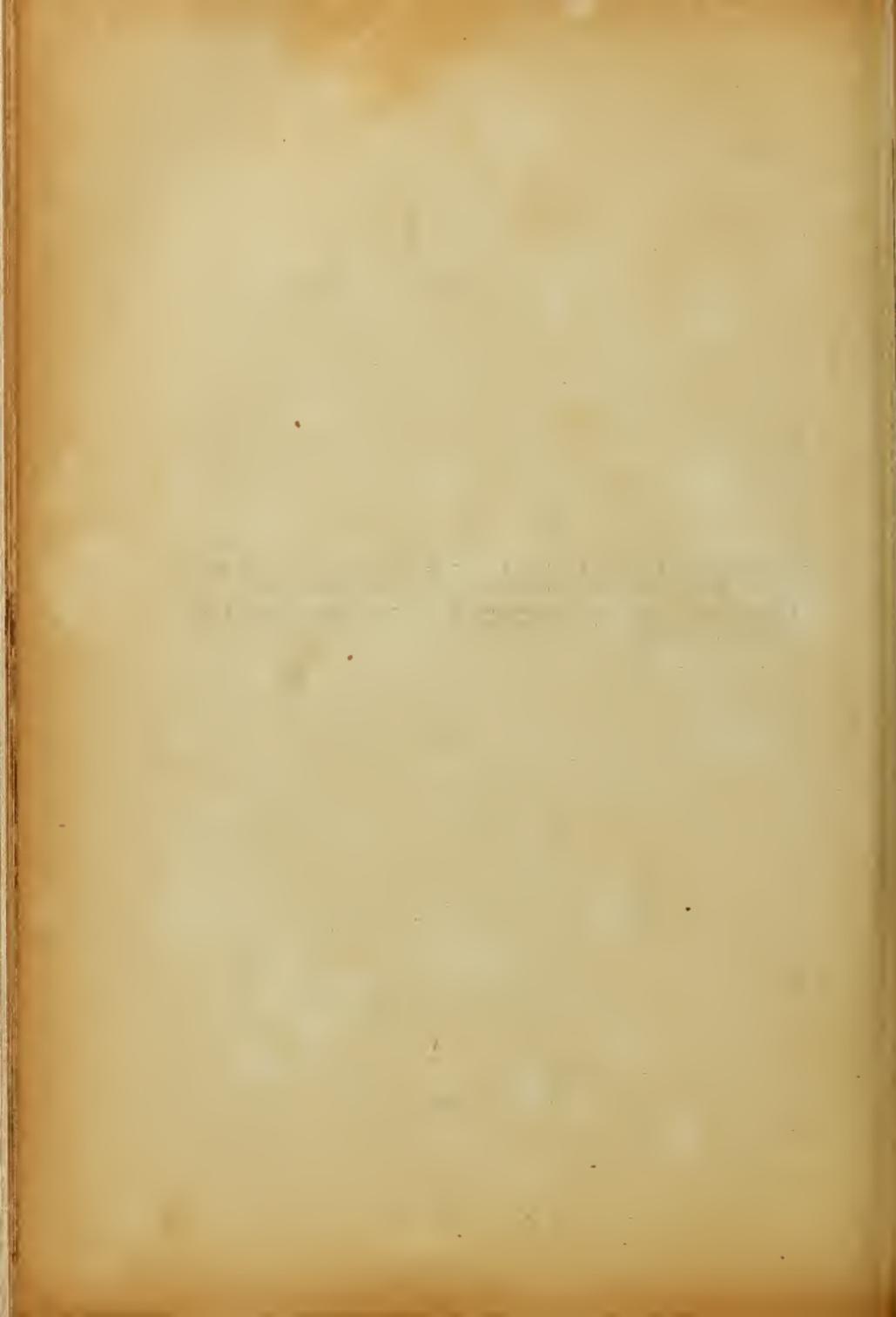
O Abrigo manteve, além dos serviços comuns de rotina administrativa, os de assistência educacional, médica e dentária. Trabalharam no estabelecimento, no quadro de pessoal fixo, 4 professores, um cirurgião dentista e um datilografo, e no do pessoal variavel 8 religiosas, 13 empregadas internas, 1 chacareiro, 1 seryente, 1 costureira e 1 maquinista. Dispendeu o Estado na manutenção do estabelecimento a importancia de 202:600\$000.

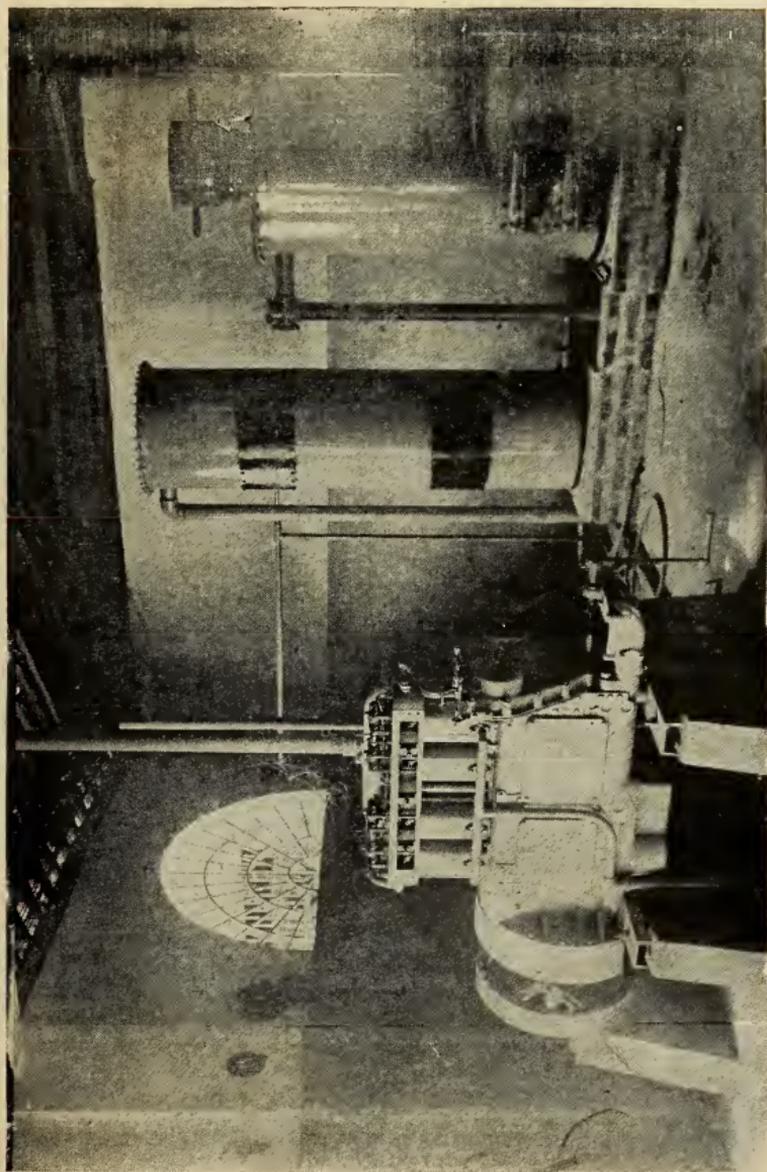
Em novembro de 1940 providenciei a transferencia de 25 meninos para o Aprendizado Agrícola "Vidal de Negreiros", de Bananeiras, afim de receberem ali a necessária instrução profissional, como complemento do programa do qual a assistência proporcionada pelo Abrigo é a fase preliminar.

Aliás, ver-se-ia a administração do Estado a braços com um sério problema si, ao atingirem os internados a idade limite para essa assistência, não tratasse de os encaminhar para os institutos encarregados daquela adaptação ulterior, que prepara para a vida os jovens desamparados.



**SECRETARIA DA AGRICULTURA,
VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**





Gasôneo nas Oficinas da D. V. O. P.

OBRAS PÚBLICAS

AS atividades inerentes à Diretoria de Viação e Obras Públicas se desenvolveram com real intensidade, evidenciando-se um franco progresso nêsse setor da pública administração.

Estando os seus serviços distribuídos em 4 Divisões, todas procuraram desincumbir-se eficientemente das respectivas tarefas.

Assim dividida, é fácil avaliar a soma de trabalhos que lhe são afetos.

Com o objetivo especial de executar a parte que lhe foi confiada na administração, a D. V. O.-P. elaborou vários projéto, realizou novas construções e levou a efeito vários outros serviços relativos, na sua maioria, á conservação e reparação de inúmeros prédios do patrimônio do Estado, concluindo também projéto de realizações já iniciadas, como também a construção e conservação de estradas e obras d'arte.

Vale ressaltar alguns dos projéto e construções levadas a termo pela Diretoria. Com maior relevo organizou projéto do grupo escolar de Camaratuba, Hospital S. Vicente de Paulo, Assistência Pré-Natal e Puericultura, e, no domínio das construções, os dos pavilhões novos do Asilo de Mendicidade e Centro de Saúde de Campina Grande, obras estas de grande orçamento e elevado alcance social.

Cumprê acrescentar os trabalhos do Tribunal de Apelação, onde se processou uma reforma geral, tendo sido feitas novas instalações e adaptações.

Não ficam aí as atividades da D. V. O. P. no setor das construções: o serviço de Topografia levantou e traçou o "graid" de algumas ruas da Capital, as quais, em grande parte, foram pavimentadas a paralelepipedo.

Sendo programa da atual administração do Estado construir economicamente, a Diretoria pôs em prática o sistema de

pequenas indústrias, tais como: Oficina mecânica, Ferraria, Carpintaria e serviços de exploração de pedra, cal e areia. Essas indústrias, que á rápida apreciação parecem de nenhum proveito, na realidade, porém, oferecem a garantia de constancia nas obras e transportes, contribuindo ininterruptamente com os materiais indispensáveis á construção e com os concertos dos veículos.

A' Diretoria de Viação e Obras Públicas não se atribue apenas a incumbência de embelezar as cidades, arquitetonicamente, mas também a de contribuir para o soerguimento economico do Estado, fazendo com que os minérios e produtos agropecuários ou industrializados se escõem das zonas produtoras por meio de rodovias, cuja orientação está afeta á mesma repartição.

Estando o nosso Estado cortado de rodovias em todos os sentidos, tem a D. V. O. P. duas Residências, que orientam e fiscalizam os trabalhos de conservação e têm sob o seu contrôle cerca de 700 kms. de estradas.

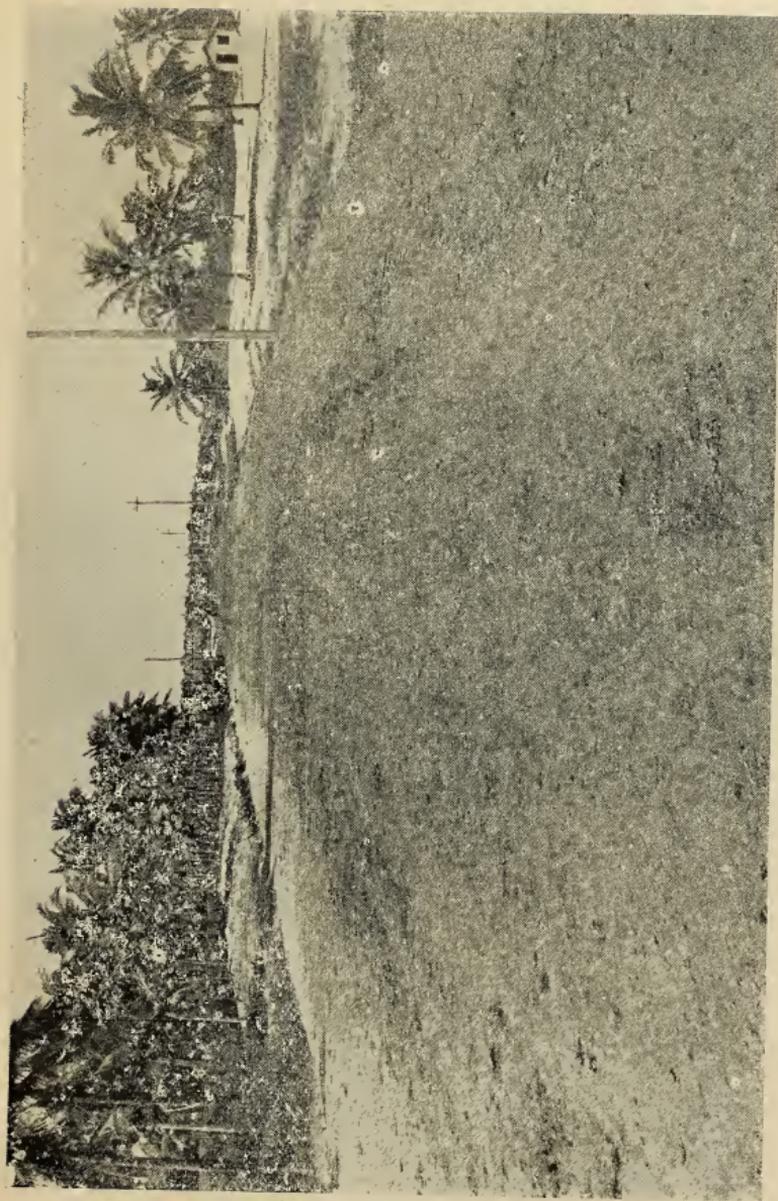
Orientou a repartição os trabalhos de pavimentação, a sólo-cimento, da estrada João Pessoa-Cabedêlo, empreendimento de vulto a que faço referência especial neste Relatório.

Em colaboração com a Prefeitura de Santa Rita e a Inspeção de Obras Contra as Sêcas, a D. V. O. P. deu início, também, á pavimentação, a paralelepipedo, da estrada que liga João Pessoa áquela cidade. Muitos outros trabalhos, como sejam relificações de estradas, construções de boeiros, pontilhões, etc. entraram no rél das atividades do aludido departamento em 1941.

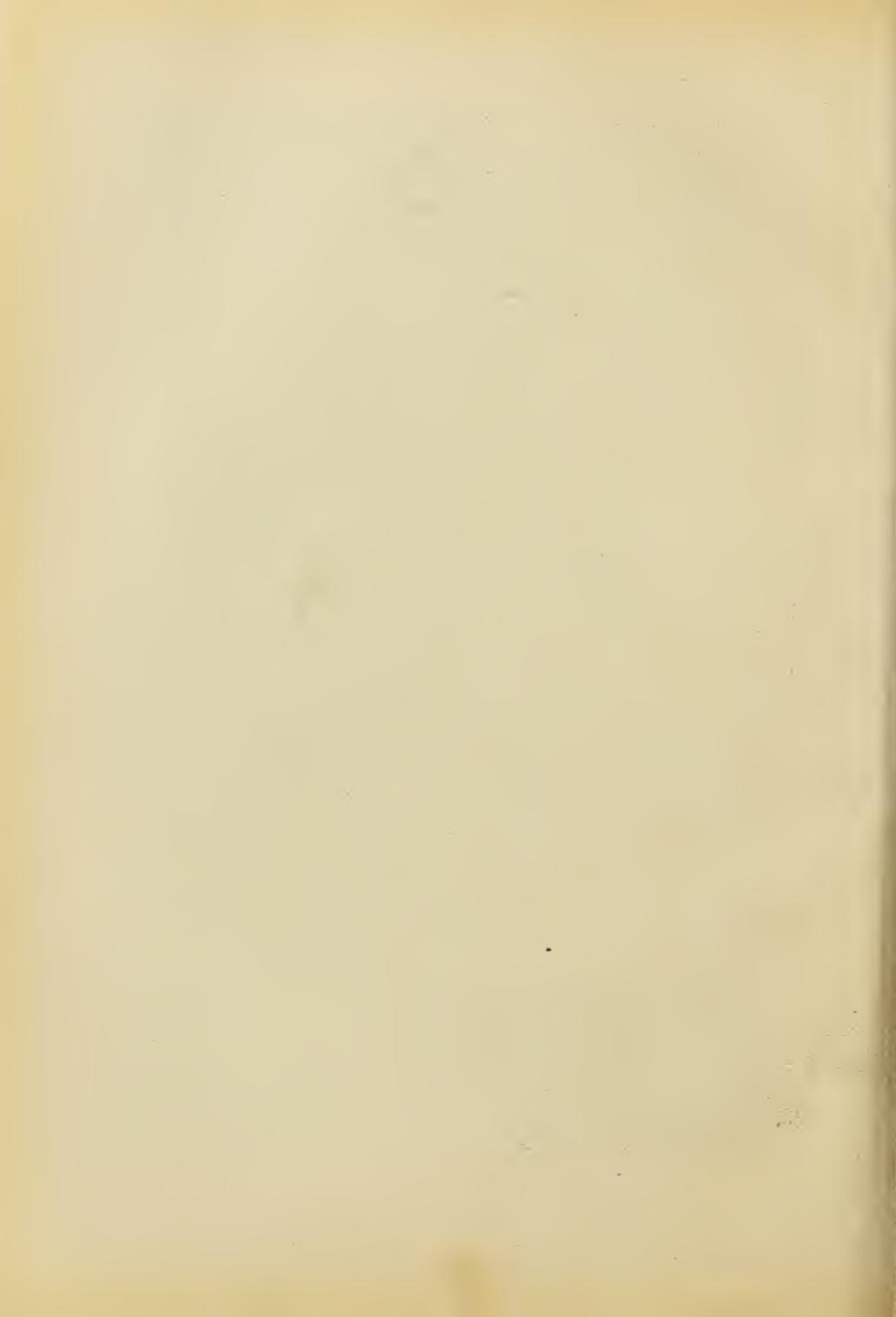
Estrada João Pessoa-Cabedêlo

Distante 24 quilômetros do seu pórtio de mar, a Capital do Estado ficou em 1930 ligada a Cabedêlo por uma estrada de rodagem, em faixa de terra, sujeita a constantes trabalhos de conservação.

O abandono, porém, em que ficou essa rodovia intensamente trafegada deixou-a em condições deploráveis, com graves prejuizos para o comércio de João Pessoa e do interior.



Estrada João Pessoa - Cabedelo



Simplees serviços de reparo poderiam ser tentados, mas sem resultado compensador.

Dada a importância dessa artéria, decidi empreender a sua reconstrução, dando-lhe características de resistência e estabilidade capazes de transformá-la num tipo de estrada de primeira categoria. Obra dispendiosa, teria de alcançar um percurso de 18 quilômetros a partir da avenida Epitácio Pessoa que liga João Pessoa á praia de Tambaú.

Por indicação do dr. Luiz Vieira, Inspetor Federal de Obras Contra as Sêcas, foi escolhido o processo de sólo-cimento a ser empregado nas obras de pavimentação.

Esse tipo de revestimento condiz perfeitamente com as condições do material, distribuido o qual, pelas suas qualidades de aderência e homogeneidade, aconselhava aquela preferência.

Era uma experiência a tentar no Nordeste, como tipo intermediário entre as estradas de terra facilmente castigadas pela erosão e desgaste e as estradas de concreto, altamente dispendiosas.

O Estado contratou pelo regime de concorrência pública os trabalhos preliminares do preparo do "graid", em largura de 6 metros, depois do que se iniciaram as operações da pavimentação pela mistura de cimento.

Conduzidas mecanicamente com o emprego de uma patrulha de máquinas adquiridas pelo Estado, essas operações foram, de começo, orientadas pelo engenheiro Mario Brandi, técnico da E'OC'S. sob a superintendência da Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas, que depois tomou a direção integral dos serviços.

Até 31 de dezembro foi dispendida nos trabalhos de reconstrução a importância de 1.393:806\$700.

A estrada corre entre duas alas de palmeiras imperiais do quilômetro 0 ao quilômetro 6, e daí a Cabedêlo, a arborização alternada com mangueiras e coqueiros, o que lhe dará de futuro um aspecto de avenida ampla e aprazível.

Os resultados vieram comprovar a excelência do processo adotado, sendo propósito do Governo realizar um revestimento fi-

nal pela aplicação de uma camada de asfalto emulsionado que protegerá o leito com bastante eficiência durante um período de longa duração.

O significado d'êste empreendimento se demonstra pelas enormes facilidades ao movimento de transportes de mercadorias, entre o pôrto de Cabedêlo e a Capital, em rapidez e custo mais reduzido de fretes.

Há a considerar ainda que a realização dêsse melhoramento atende ao programa de minha administração de cumprir as exigências do contrato de concessão da exploração do pôrto de Cabedêlo, figurando os trabalhos da rodovia no plano das obras complementares do Pôrto, nas quais deverão ser invertidas as rendas do seu serviço.

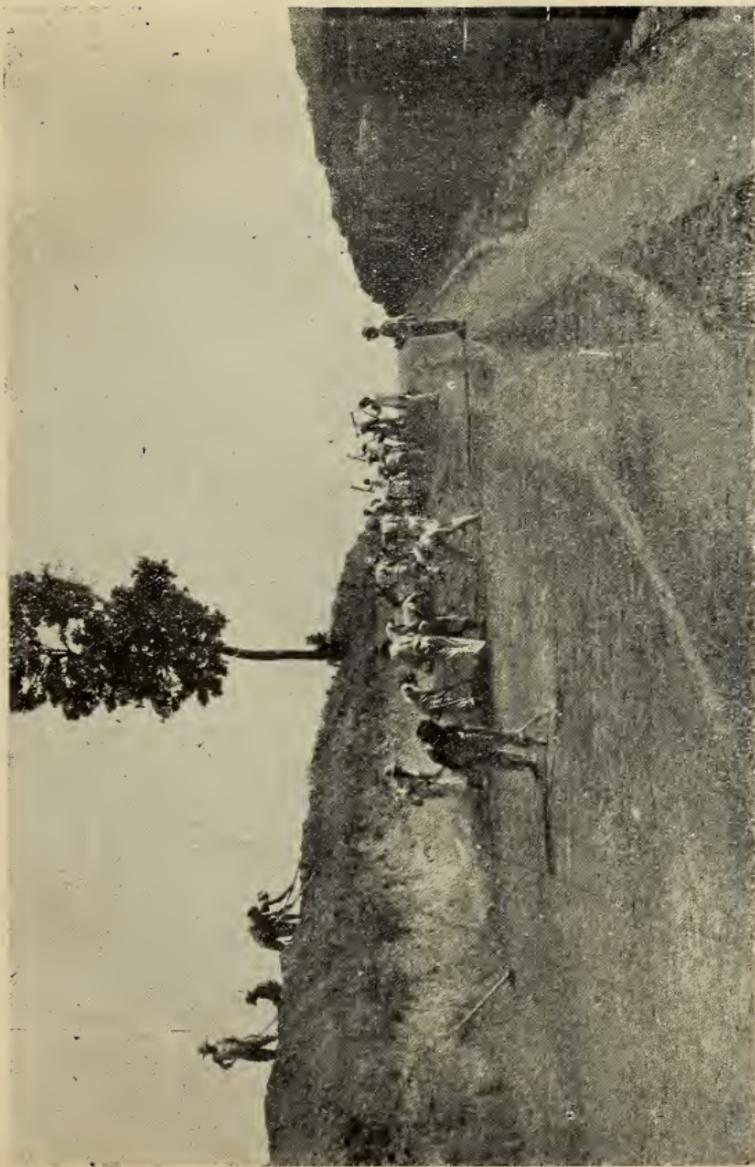
Estrada

João Pessoa-Santa Rita

A intensidade do tráfego nessa rodovia para onde converge todo o movimento das várias zonas do interior reclamava, de ha-muito, a estabilização do seu leito, de constante e dispendiosa conservação.

Resolvi iniciar os trabalhos de pavimentação a paralelepido, em regime de cooperação com a Inspetoria de Sêcas e a Prefeitura de Santa Rita. Apesar do alto preço do serviço, os trabalhos avançaram regularmente em 1941. Trata-se de um melhoramento de primeira ordem que muito beneficiará as atividades comerciais que utilizam o tráfego entre a Capital e o interior, num trecho de cerca de 6 quilômetros, onde anteriormente, na época invernosa sobretudo, a estrada se apresentava em precárias condições para os veículos de carga e de passageiros.

Cerca de quatro quilômetros se acham pavimentados, numa largura de 6 metros. As dificuldades financeiras do Estado não permitiram um programa de maior desenvolvimento, como seria de desejar para a maior presteza no prosseguimento e remate dessa iniciativa.



Estrada — (Trabalhos de reconstrução e solo-cimentação) — João Pessoa-Cabedelo



Aeródromos

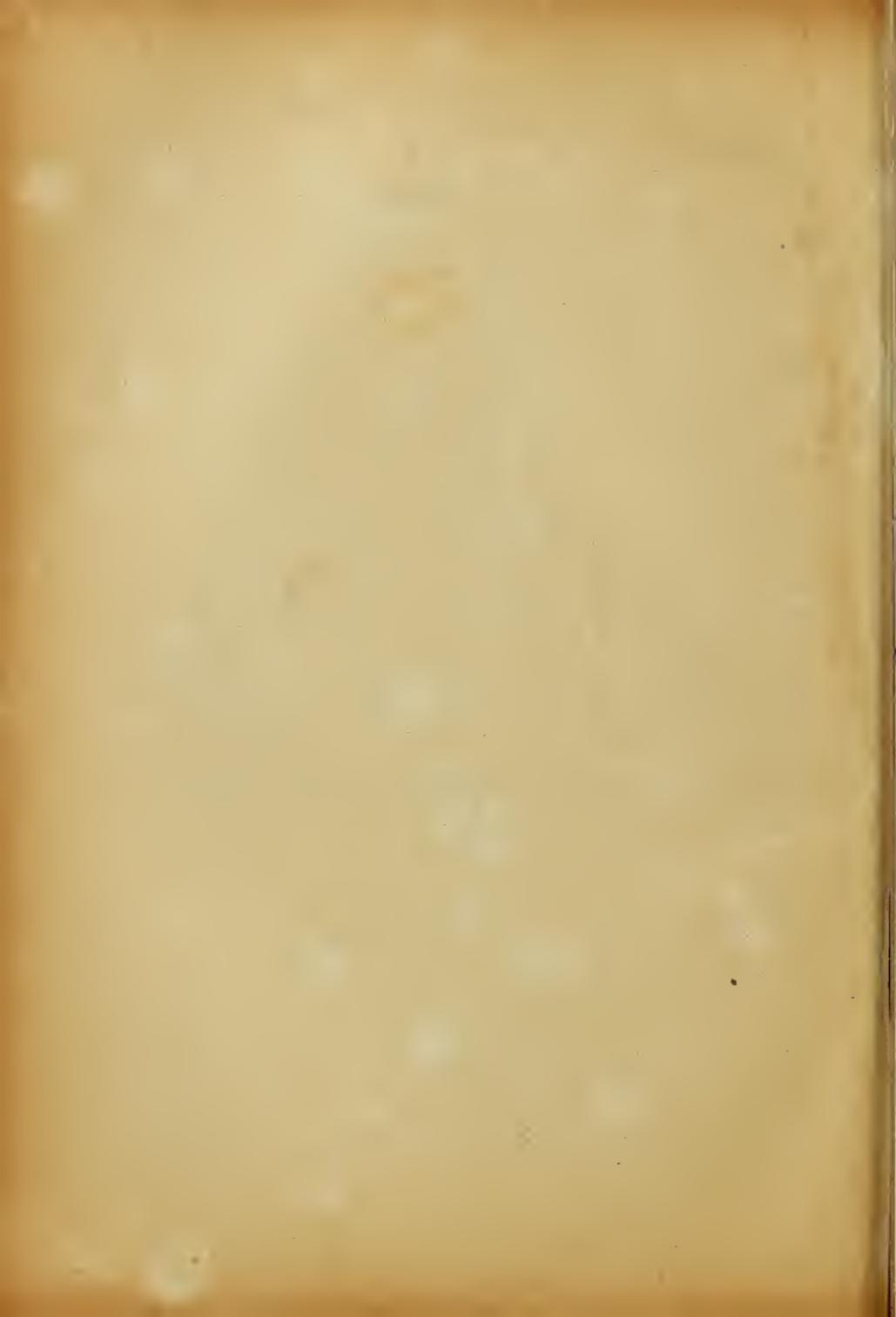
A necessidade de integrar a Paraíba na rêde do intercâmbio aéreo, dia a dia mais intenso, entre os centros do Sul e do Norte, despertou os cuidados da Interventoria para êsse problema de tanta atualidade e relevância.

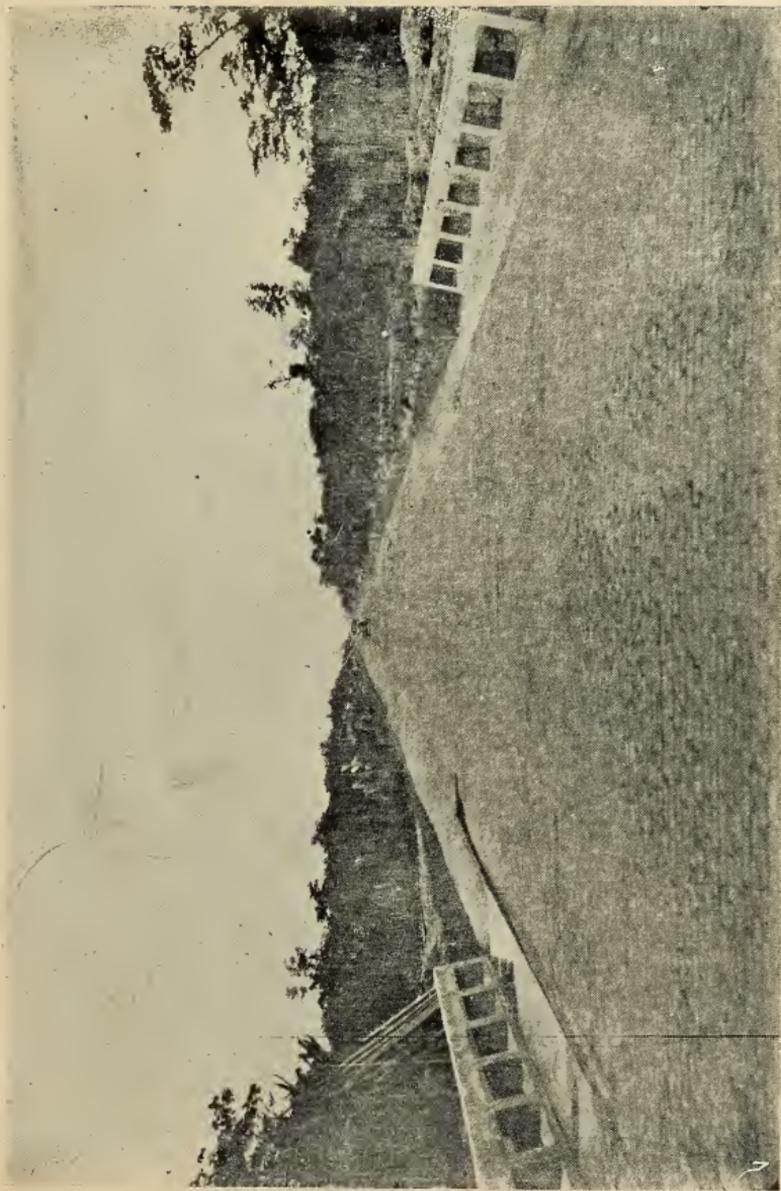
Para isso se impunha melhorar o campo de pouso da Imbibeira, na Capital, e conseguir a construção de novos aeródromos nos municípios incluídos no itinerário de futuras linhas aéreas, destinadas a ligar o Estado ás unidades vizinhas do Nordeste.

O campo de aviação da Capital, pelas modestas proporções de sua área, não permitia a aterrissagem de aparelhos de grande porte, sendo de salientar a circunstancia da má localização do seu "hangar", condenado pelos técnicos da Aeronáutica Civil.

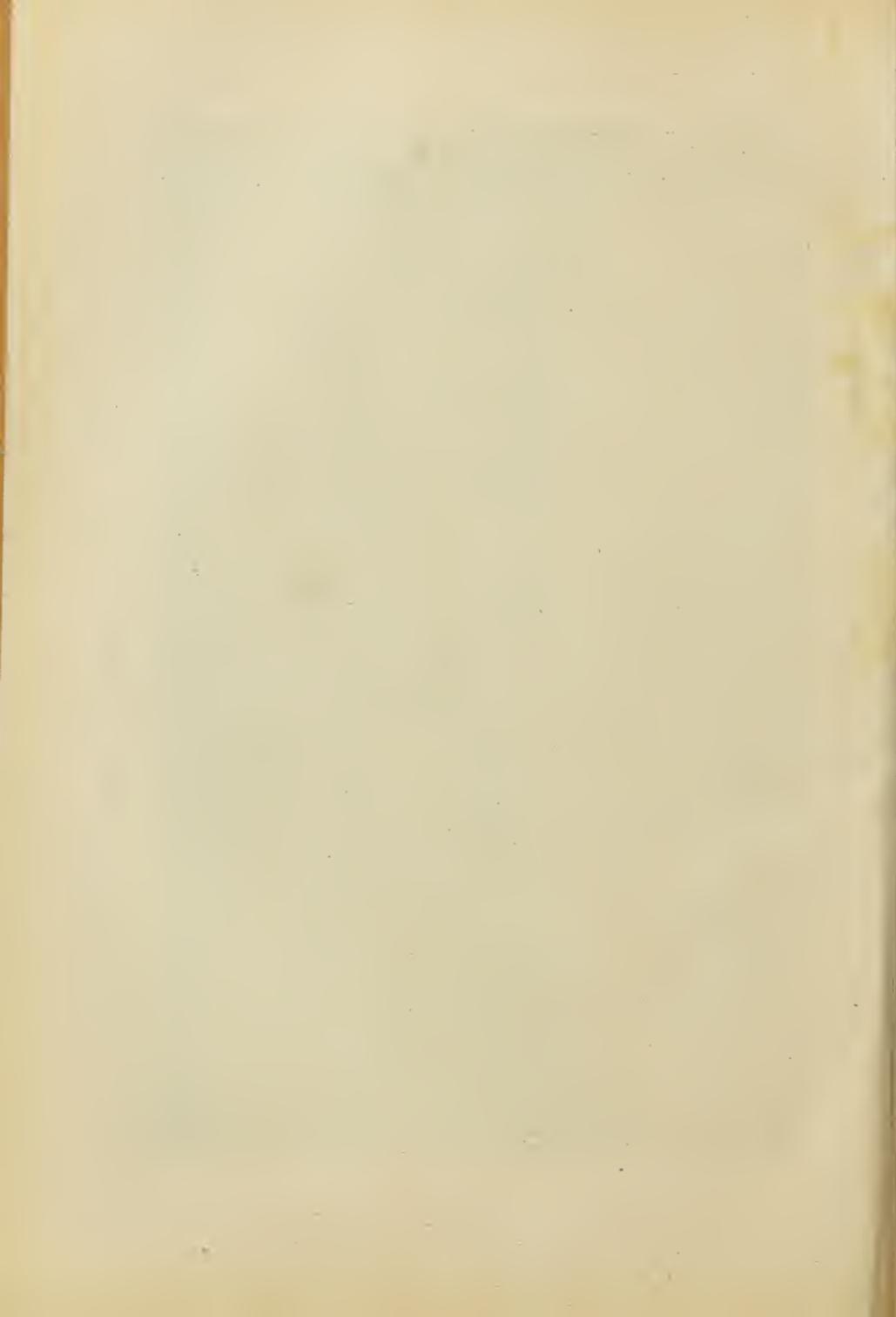
Resolvida a ampliação do campo, de modo a estender-lhe a pista, promovi a desapropriação dos terrenos necessários, cuja indenização atingiu a importancia de cerca de 200:000\$000. Com a colaboração técnica do Departamento de Aeronáutica Civil e da Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas, a Diretoria de Obras Públicas do Estado realizou os serviços de preparo da pista e seu prolongamento, sendo os respectivos trabalhos concluídos em 1942.

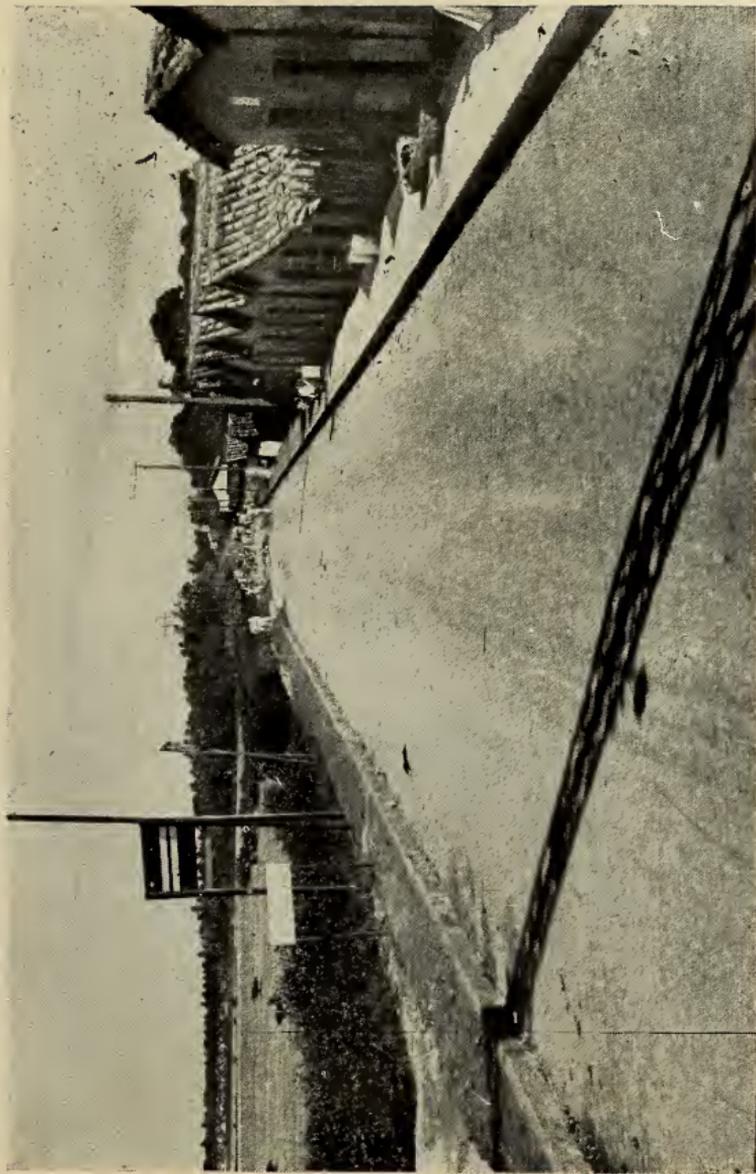
Outros campos de pouso fôram iniciados pelas Prefeituras do interior em colaboração com o Estado.





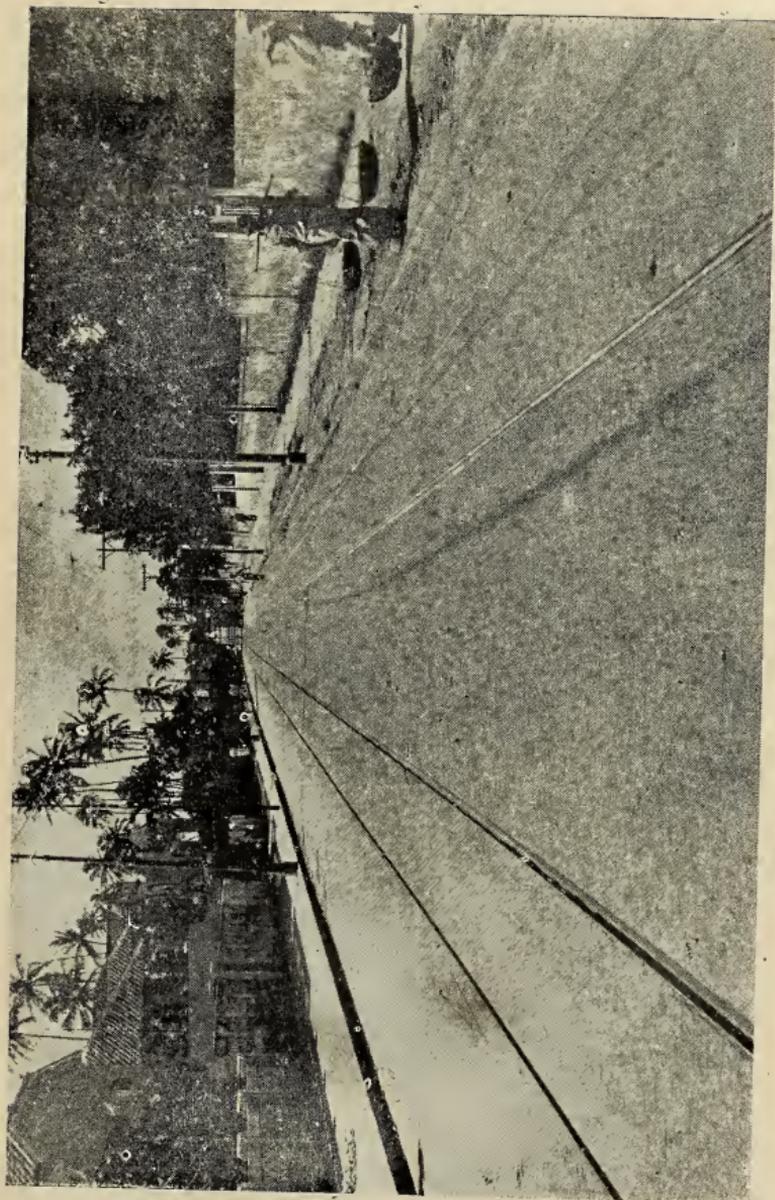
Estrada João Pessoa-Cabedelo —. Ponte sobre o canal do Jaguaribe (reconstruída)



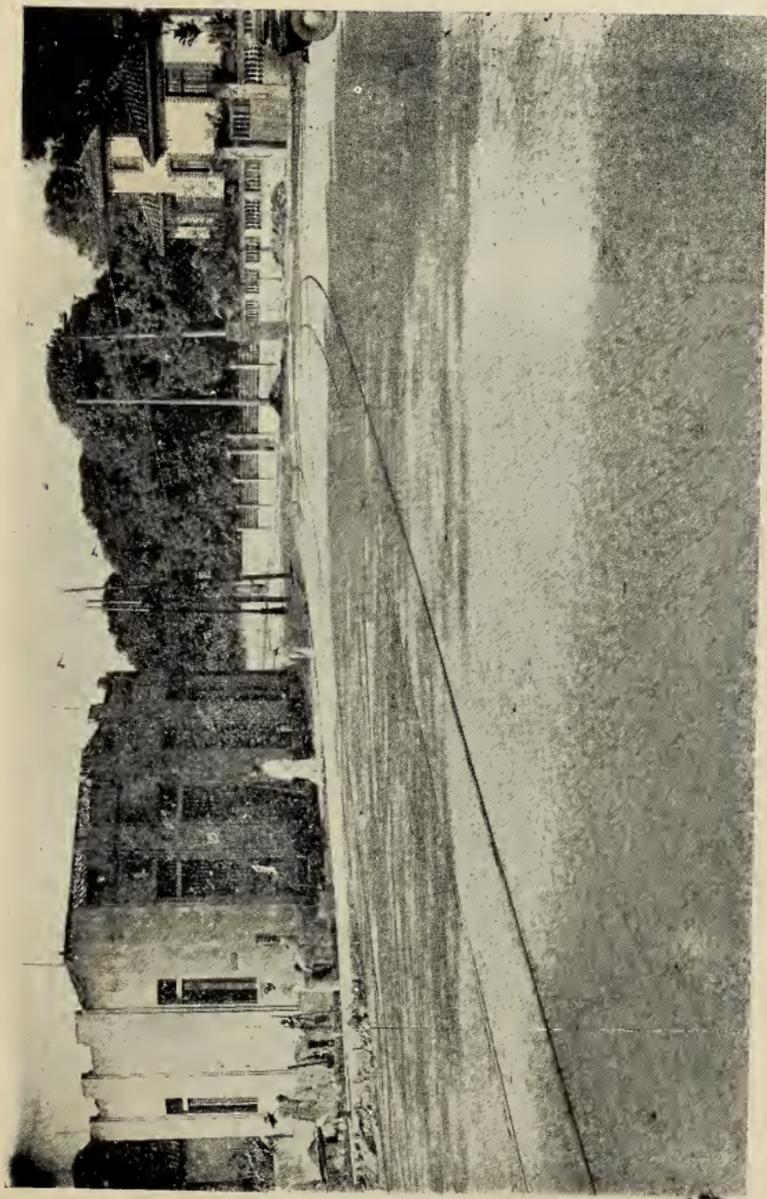


Rodovia João Pessoa-Santa Rita — (Pavimentação)

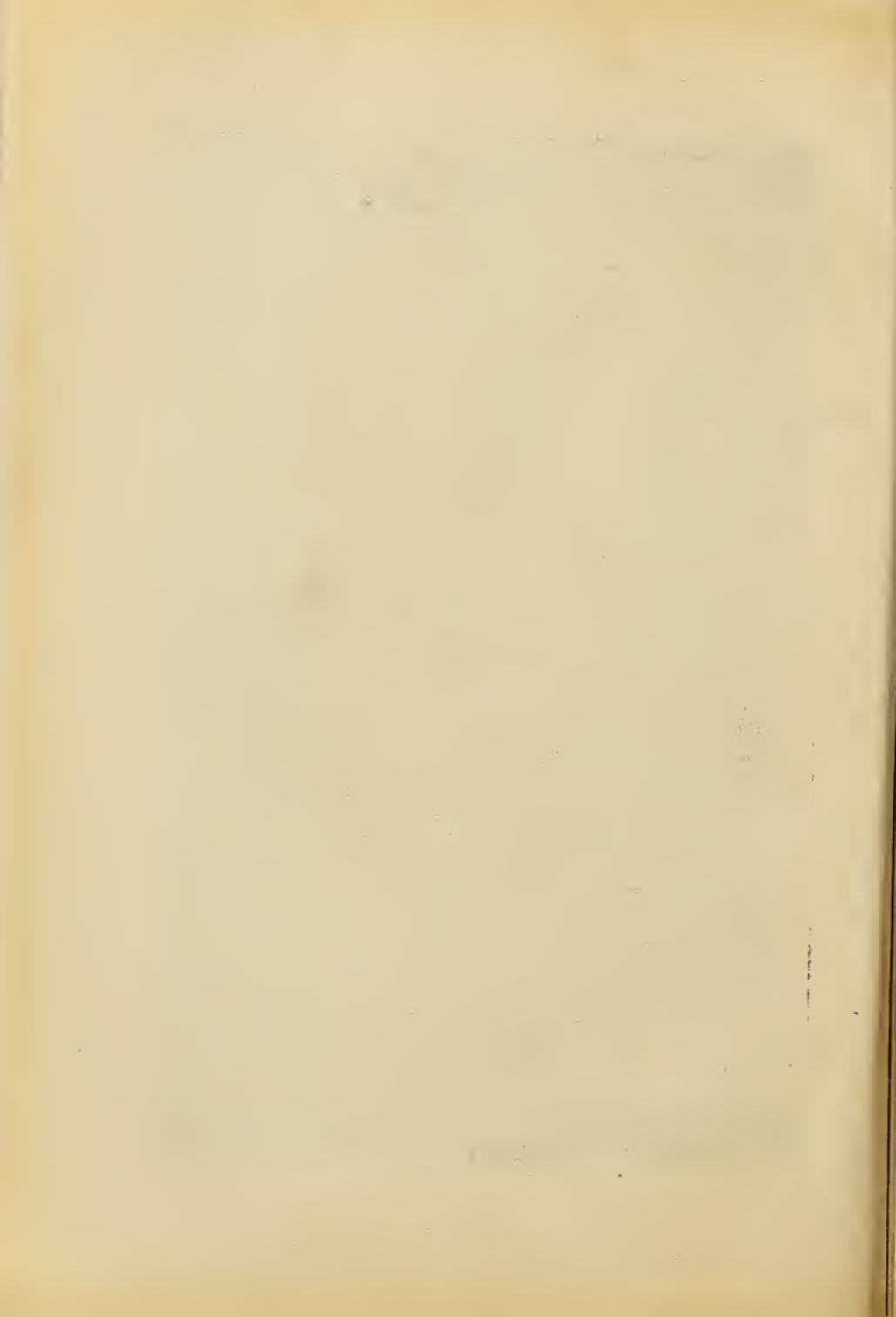
1970



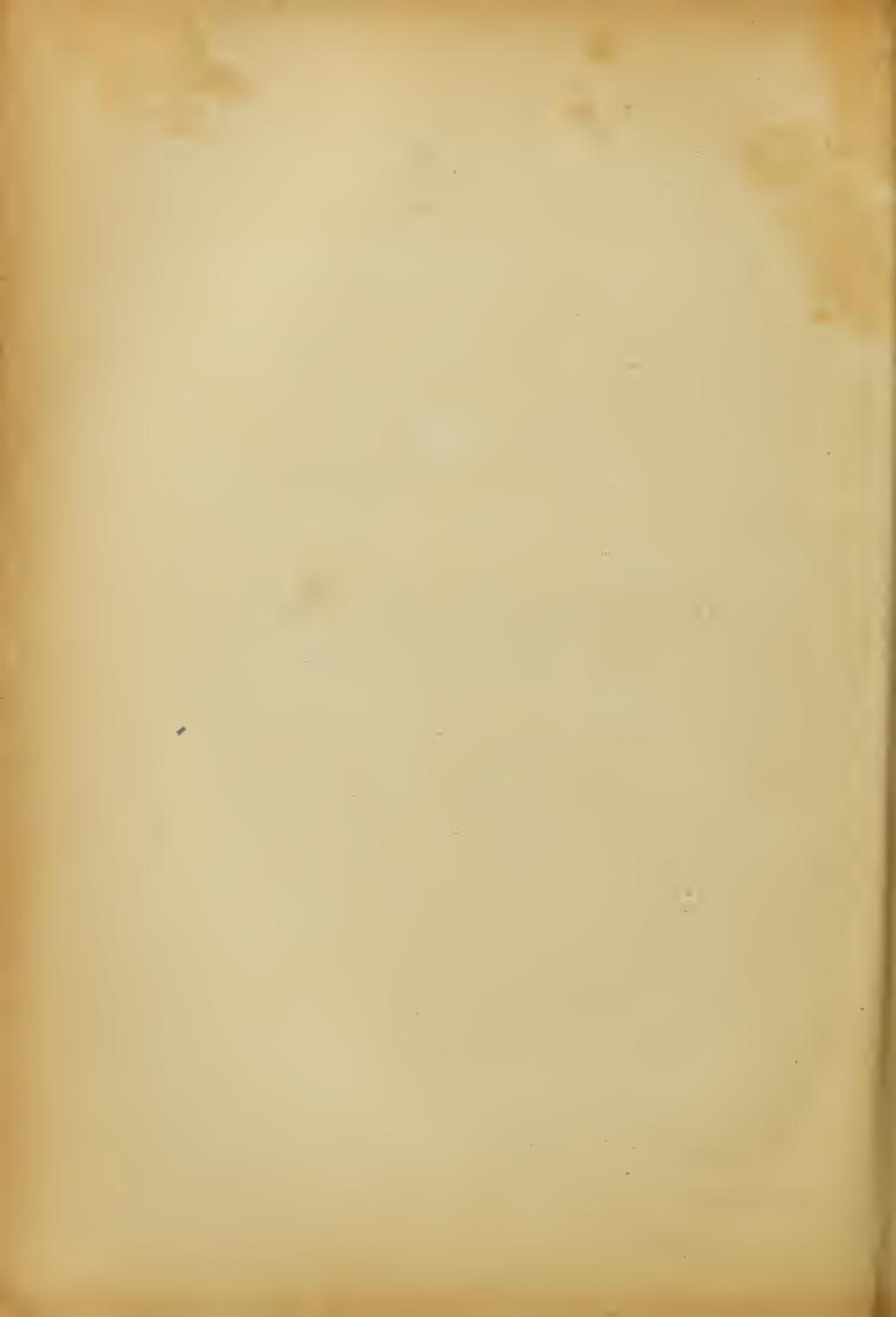
Pavimentação da Capital — Rua das Trincheiras



Pavimentação da Capital — Praça Simeão Leal

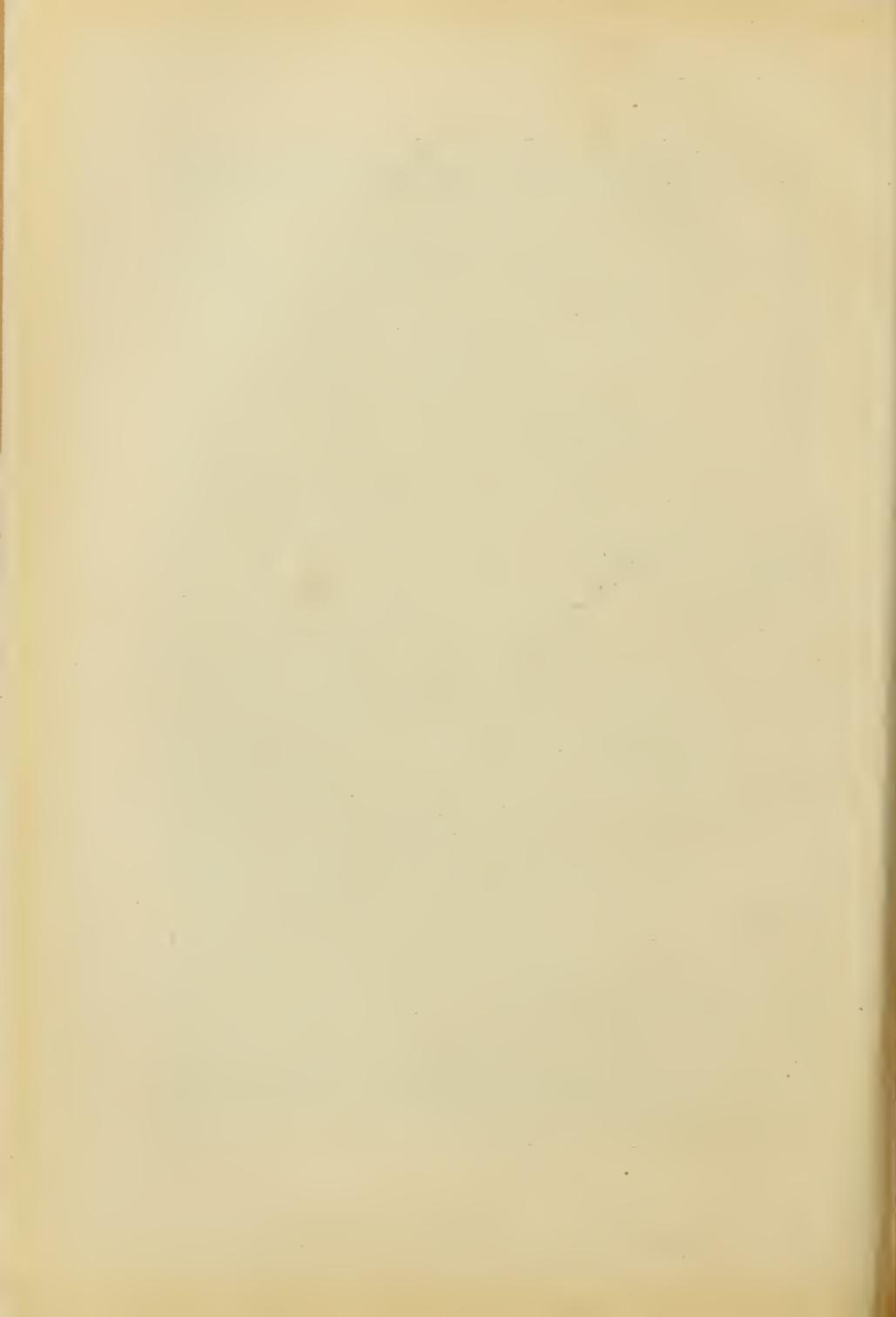


**COLONIZAÇÃO DO VALE
DO CAMARATUBA**





Directoria de F. da Produção — Arrozal no vale do Gramame — (Serviço de cooperação)



O APROVEITAMENTO das terras úmidas do litoral será a melhor contribuição ao programa de fixação do trabalhador agrícola, no Nordeste. Deferá as correntes migratórias internas, provocadas pela incidência da Sêca nas regiões sertanejas, que determina a evasão de braços para o Sul e o Extremo Norte.

A Paraíba, sob o aspecto geo-econômico, apresenta condições específicas capazes de justificar um plano de certa amplitude, destinado a amparar as populações da zona semi-árida pela adaptação das terras do litoral, sujeitas ao regime da exploração latifundiária, de baixa densidade demográfica.

Quando assumi o governo procurei dar início á solução desse problema no Estado, sem me desencorajar, ante as vastas proporções do seu desenvolvimento. Alguma cousa que se faça nessa direção constituirá o ponto de partida para uma obra de soerguimento do Nordeste, pelo aumento da nossa capacidade produtiva e reabilitação social do lavrador, cujo poder de iniciativa carece da assistência dispensada pela técnica, pelo crédito, pelas medidas sanitárias e pela educação profissional, para se expandir em atividades de melhor rendimento.

Na Paraíba, o município de Mamanguape em grande extensão de suas terras, desafia o esforço construtivo de um programa dessa natureza, sobretudo na área banhada pelo rio Camaratuba. Ha alguns anos, adquirira o Estado uma propriedade ali situada, deixando-a entretanto, em abandono, apesar da sua fertilidade e riqueza de suas matas que ostentam exemplares preciosos da flora brasileira.

As terras de Camaratuba permaneciam quasi completamente inexplorada e cobertas de charcos, dominadas pelo paludismo. Fracassava a iniciativa particular com a obstrução contínua dos rios e a propagação das endemias.

Empreendi o plano do aproveitamento daquelas terras, pela colonização, obedecendo, em linhas gerais, ao seguinte esquema:

- a) desobstrução do rio Camaratuba, seus afluentes e drenagem dos vales;
- b) combate sistemático às endemias;
- c) instalação de uma colônia agrícola nas terras pertencentes ao Estado;
- d) Fomento da produção agro-pecuária nas terras circunvizinhas.

Essa era a tarefa de maior urgência e por isso foi a primeira a ser iniciada, afim de evitar, ou pelo menos, reduzir imediatamente as inundações dos baixios.

Os trabalhos foram atacados em diversos pontos e com a maior intensidade possível.

Desobstruída parte do rio Camaratuba, deu-se início á abertura do rio Pitanga, serviços de execução difícil, por obrigar o operariado a trabalhar dentro de pântanos e em aluviões marginais cheios de cobras venenosas. As baixas diárias proceçadas pelo paludismo eram quasi alarmantes e constituíam um dos mais sérios obstáculos ao prosseguimento do serviço.

Os trabalhos mais inadiáveis foram, porém, executados em quasi todo o curso dos rios em aprêço, sendo desobstruídos 30.182 mts. do rio Camaratuba e 20.937 mts. do rio Pitanga.

Em todos os trechos desobstruídos os transbordamentos diminuíram, melhorando de maneira consideravel as condições sanitárias e as possibilidades agrícolas das terras.

Os recursos não permitiram, no entanto, o prosseguimento dos trabalhos, que estão limitados á conservação dos trechos abertos, sendo indispensavel a retificação de ambos os rios em muitos pontos, onde o curso é por demais irregular e dificulta o escoamento das águas.

As varzeas são pontilhadas de charcos e pequenas lagôas que precisavam ser escoadas, visto constituírem os peores focos de doenças.

Para isso foi iniciada a abertura de valétas transversais

ao rio, serviço que posteriormente passou a ser realizado diretamente pelo Serviço Nacional de Obras de Saneamento.

A continuidade desse empreendimento é de capital importância para a vida da colônia em instalação.

Construções — Realizados os trabalhos preliminares e começados os serviços de drenagem, deu-se início ao programa de construções, constante dos seguintes prédios:

- 1) — Residência do Diretor
- 2) — Residência do Médico
- 3) — Residência do Enfermeiro
- 4) — Hospedaria
- 5) — Cooperativa
- 6) — Escola Rural
- 7) — Posto médico e Escritório
- 8) — Galpão de máquinas
- 9) — Caixa d'água e pôço de abastecimento
- 10) — 150 casas de colonos.

Dessas construções fôram iniciadas as 9 primeiras e um grupo de casas de colônos, achando-se concluídas a casa do Diretor, o galpão de máquinas, o Posto Médico e o Escritório e 11 casas de colônos. Os demais prédios da séde já estão cobertos.

A extraordinária importância dos trabalhos de colonização do vale do Camaratuba, já pela sua finalidade econômica, já pelo seu objetivo sanitário e educacional, justificam cabalmente os dispêndios realizados e os gastos futuros, necessários à conclusão de obra tão meritória.

A cooperação do Governo Central, possibilitará ao Estado ultima-la, criando-se no País mais um nucleo do trabalho racionalizado e de elevada significação para o futuro econômico nacional.

Serviços diversos — Afóra os serviços mencionados fôram ainda executados vários outros, indispensáveis à instalação da Colônia. Entre êles figuram, o desbravamento de uma área destinada aos futuros trabalhos agrícolas, a locação dos prédios, a abertura de uma estrada ligando a Colônia á cidade de Ma-

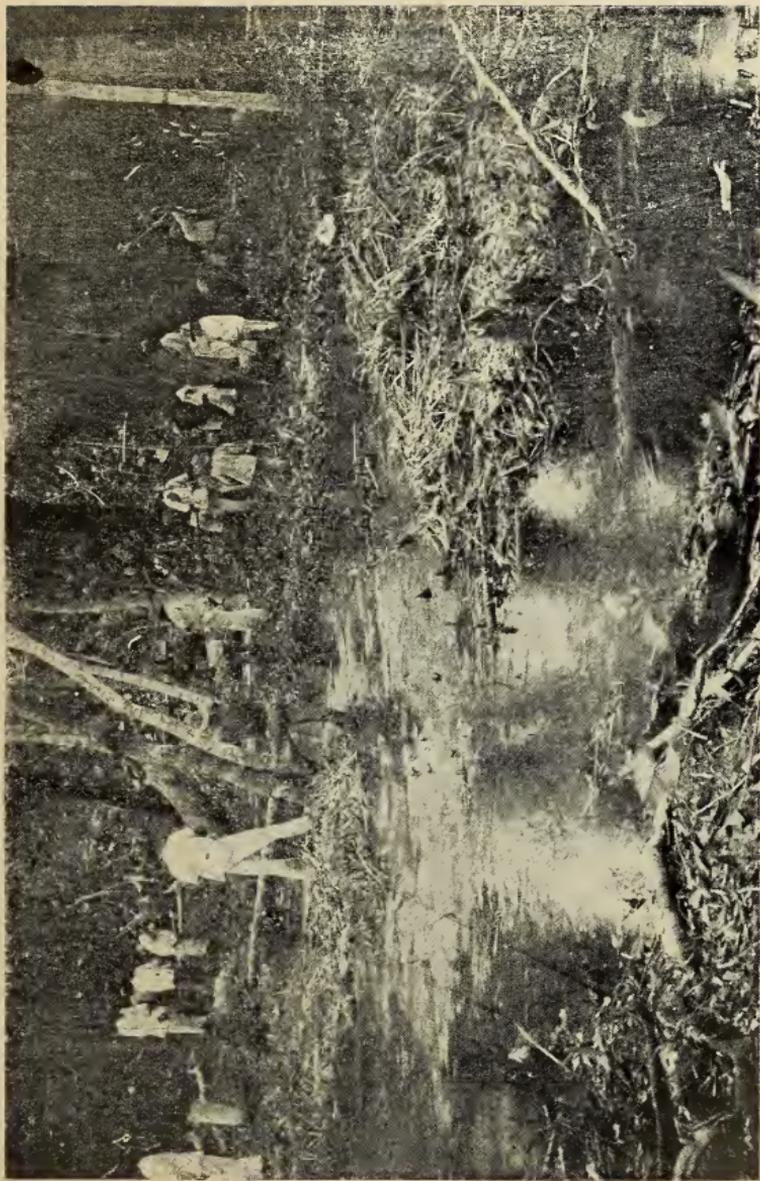
mangüape, numa extensão de 18 quilômetros, construção de vários galpões para fabrico de têlhas e tijólos.

Ocorre ainda citar a aquisição de material agrícola, de transporte e expediente.

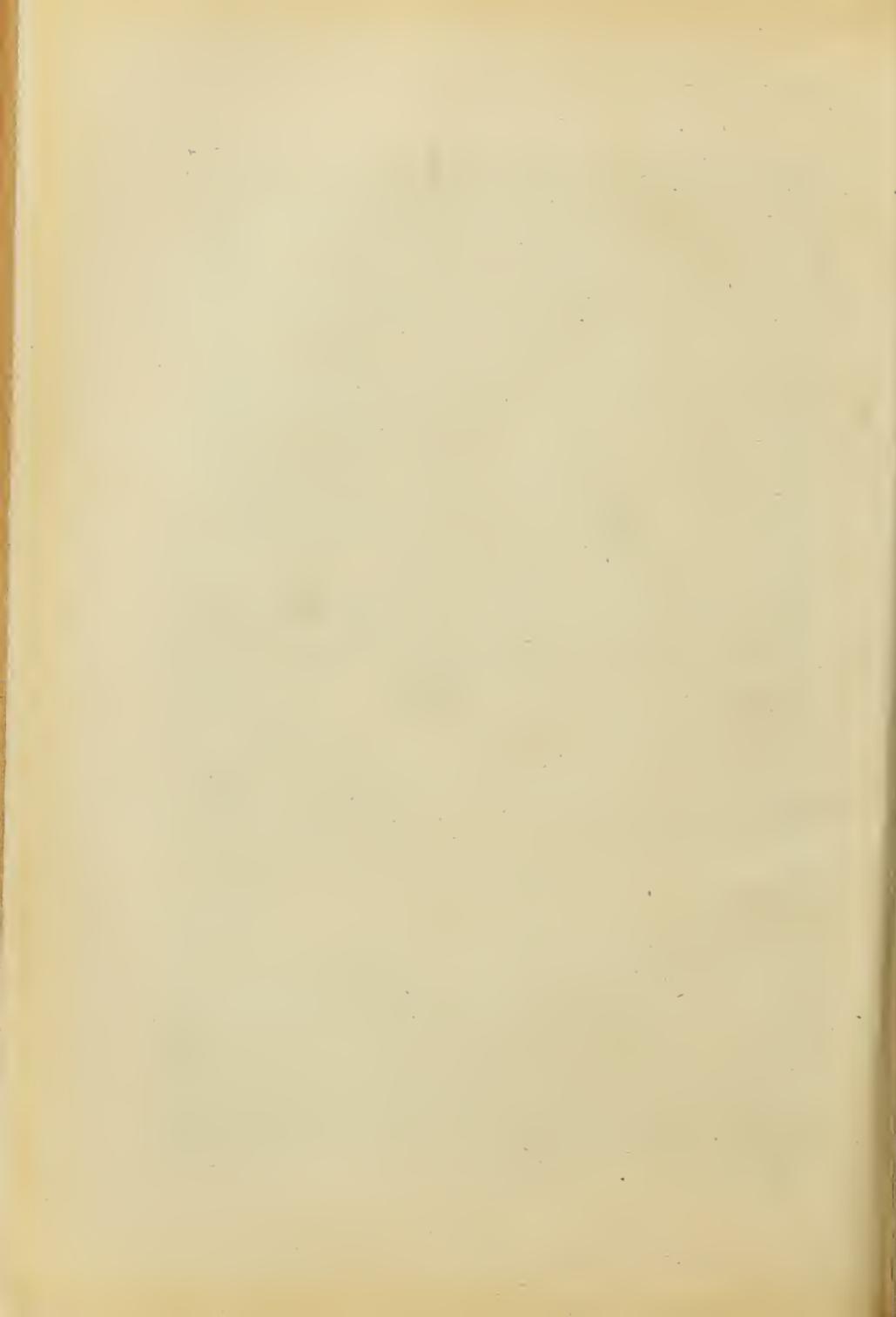
Os trabalhos iniciais de desobstrução e drenagem foram custeados pelas verbas da Diretoria de Obras Públicas. O empenhimento exigia porém o investimento de recursos maiores que os permitidos pela situação financeira do Estado. Pŕiteci, por isso, o amparo do Govêrno Federal, tendo em vista o alcance da obra cujos objetivos correspondem, plenamente, á esclarecida orientação do Estado Nacional, de valorização do homem e da terra, pela assistência do poder público.

Pelas verbas do plano quinquenal do Ministério da Agricultura V. Excia. autorizou a concessão de um auxílio de 500:000\$000, que foram empregados na execução dos trabalhos em andamento. Sua aplicação foi a seguinte:

1) — Desobstrução dos rios, (51.000 mts. lineáres)	142:800\$000
2) — Desbravamento de terras	11:800\$000
3) — Construções:	
a) — Residência do Diretor (concluída)	38:235\$200
b) — Posto médico e Escritório (concluído)	15:302\$300
c) — Galpão de máquinas (concluído)	11:609\$800
d) — Residência do Médico (em construção)	10:761\$900
e) — Residência do Enfermeiro (em construção)	11:385\$200
f) — Escola Rural (em construção)	26:304\$000
g) — Prédio para a Hospedaria (em construção)	23:816\$400
h) — Prédio para a Cooperativa (em construção)	17:245\$400
i) — 11 casas de Colônos (em construção)	25:876\$400
j) — Estoque de material para construção	47:497\$700
4) — Aquisição e montagem de um engenho de serras	14:221\$000
5) — Abertura da estrada ligando a Colônia á cidade de Mamanguape	15:090\$000
6) — Aquisição de material agrícola	11:595\$600
7) — Aquisição de material de transporte	17:134\$300
8) — Aquisição de sementes	4:000\$000
9) — Aquisição de artigos farmacêuticos	3:967\$300
10) — Instalação de luz e energia elétrica	8:831\$400



Colônia Agrícola de Camaratuba — Início dos trabalhos de saneamento da região



11) — Material de expediente (máquina de escrever, máquinas, etc.)	7:185\$400
12) — Despesas gerais	1:060\$200
Sôma	465:600\$000
13) — Saldo Comprometido (construção de casas)	34:400\$000
TOTAL	500:000\$000

Rudes e penosos fôram os trabalhos de desbravamento. Os depósitos de aluviões são de tal espessura, às margens do Camaratuba, que para o lançamento das bases das construções modernas foi preciso cavar-se numa profundidade além de três metros. E a selva trançada afeta as características da primitiva época colonial. Mês a fio os rijos caboclos nordestinos se empenharam na luta selvagem, dia e noite trabalhando no charco, desobstruindo e retificando o curso dos rios, afrontando os perigos da maleita e dos reptis venenosos, abundantes na região.

Reservada uma certa área para a conservação da fauna e da flora, o restante dos terrenos do Estado será dividido em lotes de 10 hectares, para distribuição por 150 famílias de agricultores brasileiros. O núcleo colonial de Camaratuba funcionará sob a direção de um agrônomo. Os colônos serão agremiados numa Cooperativa. Mixta de Produção, Crédito e Consumo. O Estado manterá os serviços de assistência médica, e educação primária e profissional para os filhos dos trabalhadores, além da concessão de um auxílio inicial aos colônos, em dinheiro e instrumentos agrários, para fundação e desenvolvimento das primeiras culturas.

Cultivados os lotes, após dez anos dar-se-a a transferência definitiva da propriedade ao concessionário.

A respeito do vasto programa de colonização do vale de Camaratuba, assim se externou o então Secretário da Agricultura, dr. Guimarães Duque, em exposição de motivos, que mereceu plena aprovação do Governo:

“Para o bom êxito da colonização torna-se preciso a seleção da família, o controle técnico por um agrônomo, o ensino elementar das práticas agrícolas apro-

vadas na região, o auxílio mútuo na produção, compra e venda por uma cooperativa com boa orientação comercial, a assistência médica, a aplicação da máquina para aumentar o rendimento, e, se possível, a transformação dos produtos em mercadorias industrializadas para maior lucro.

A seleção do elemento humano é o principal fator porque se o homem ou a mulher não têm prazer na lavoura e em viver no campo, não têm espírito de harmonia para com os seus vizinhos. Se possuem vícios que prejudiquem à coletividade, então, o sucesso da empresa é impossível.

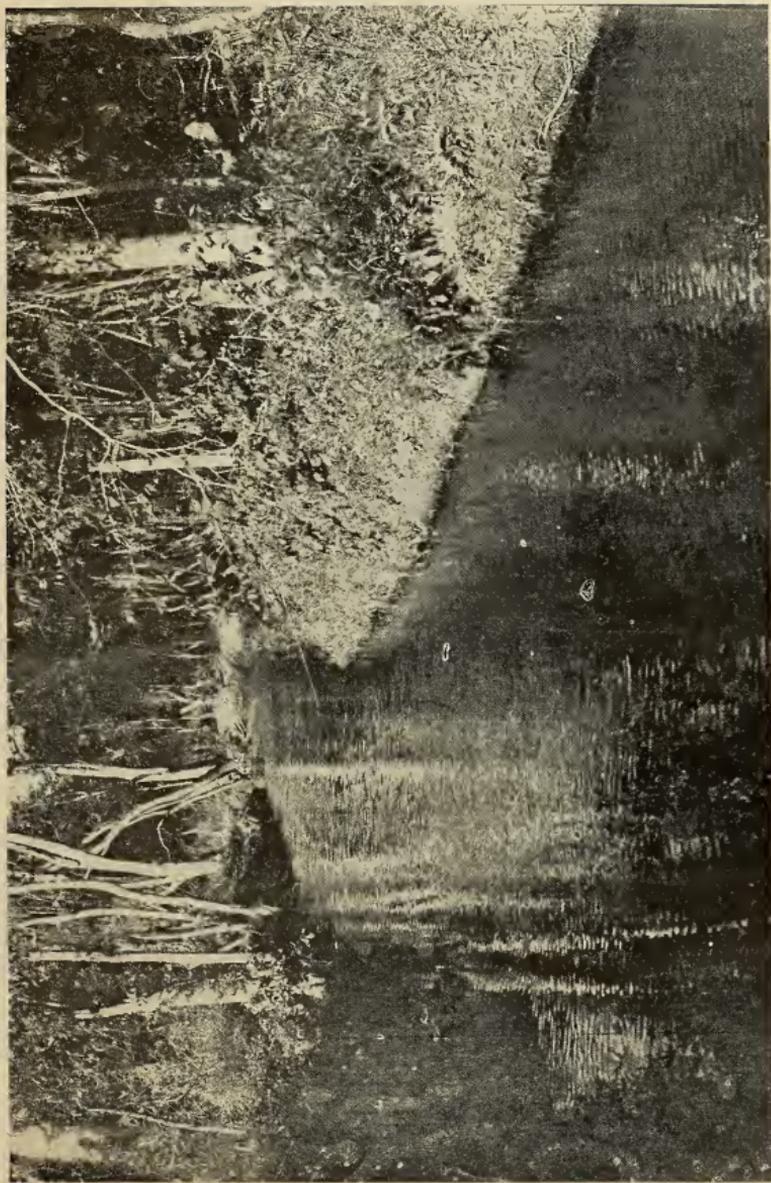
Não pôde ser permitido o comércio e uso do álcool, e nem a jogatina. É conveniente providenciar também a construção de campos de futebol, voleibol e reuniões sociais, nos dias sem trabalhos, para distrair os colonos da bebida e do jogo.

Naturalmente quanto maior for o número de indivíduos válidos na família maior é o seu valor para a colonização.

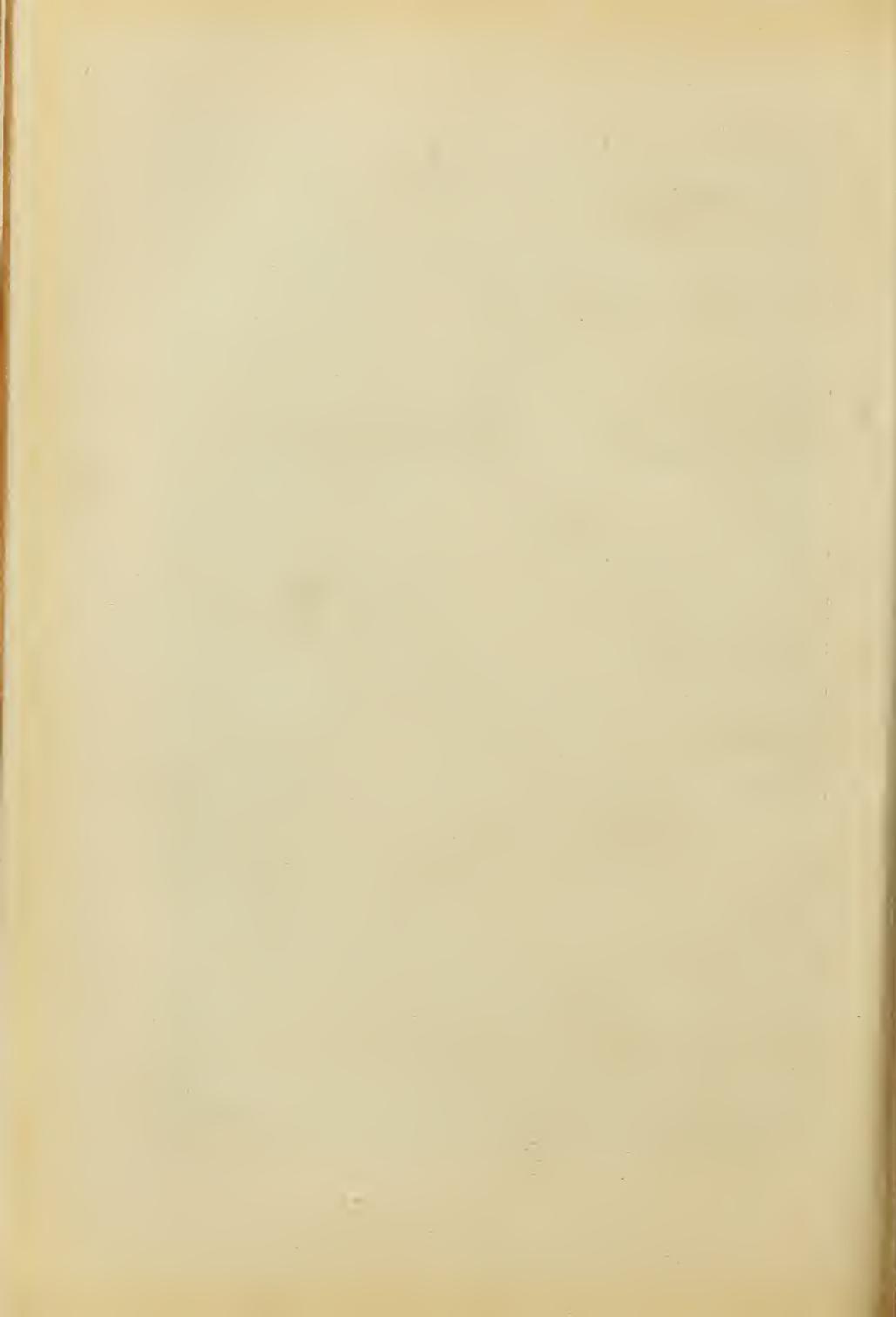
Na parte de saúde, o enfermeiro deve visitar diariamente um grupo de casas para aplicar remédios, verificar a higiene, o tratamento das crianças e dar conselhos úteis à família.

O agrônomo deverá fazer reuniões semanais com os colônos para explicar-lhes medidas administrativas, de ordem moral, dar conselhos, ouvir as reclamações e auscultar os desejos de cada um. As famílias devem reunir-se uma vez por mês no local indicado pelo agrônomo para ouvir uma preleção sobre os deveres das mulheres e crianças, para com a casa, a escola, o marido e a vida da colônia. Como a colônia já possui uma capela logo após a missa é a melhor ocasião para esta reunião.

A assistência técnica na lavoura por parte do administrador da Colônia se fará mediante explicações no campo das práticas elementares da aração, gradeação,



Colônia Agrícola de Camaratuba — Saneamento da região
(Outro aspecto).



plântio, sementeiras, capinas, colheitas e beneficiamento dos produtos. Deve ser esta uma fórmula de ensino muito gradual, modesta e prática. As primeiras máquinas serão fornecidas pelo Governo, porém a sua conservação, reforma e substituição processar-se-á por uma quota tirada dos 20% da produção inata que o colono entrega á cooperativa para manutenção da colônia.

Os meninos não terão simplesmente aula de alfabetização; eles receberão três vezes por semana do auxiliar técnico, uma prática de campo com explicações e exercícios de todas as operações agrícolas que sejam necessárias á produção na colônia. Além disto a formação de hábitos higiênicos, esportivos, religiosos, serão estimulados em todos os habitantes como meio de eriar uma atmosfera educativa própria para a vida progressiva daquela coletividade.

Sanear, educar, produzir para a colônia — esta deve ser a finalidade suprema da administração.

A cooperativa envolve todas as atividades comerciais da colônia. Ninguém compra nada de fóra, ninguém nem vende nada para fóra, nem toma dinheiro emprestado — que não seja por intermédio da cooperativa. Portanto, esta é de natureza mista: produção, venda e crédito. E' obrigatório cada colono ser sócio da cooperativa sem o que ali ele não trabalha. Cada colono terá uma conta corrente na Cooperativa: toda a sua colheita é aí entregue para ser vendida, ali ele compra os objetos para seu uso, ali também ele toma dinheiro ou deposita as suas economias. A cooperativa é o "pivô" da vida comercial e financeira. Na verdade para o homem ignorante o cooperativismo tende ser um pouco compulsório e a tutela administrativa, técnica e moral da colônia precisa ser exercida pelo chefe com brandura e firmeza, com amor e rigor. E' evidente que a vitória de uma colônia agrícola não depende só da qualidade da família, mas também do seu

so, da prudência, da habilidade, do respeito e da força moral de quem a dirige.

Um exemplo vale mais do que dez discursos. Uma palavra na hora oportuna tem mais efeito do que muitas repreensões. Saber desviar as contendas antes que elas surjam, provocar o aparecimento espontâneo das boas idéias e ações entre os habitantes sem dizer uma palavra não é fácil.

Muita instrução falada ou escrita, ordenar tudo pessoalmente não são meios adequados para trazer harmonia. Muita cousa deve vir dos colônos para sentirem que são os dirigentes, que têm responsabilidades por si e pelos outros. O homem do campo deixa-se levar muito frequentemente pelo coração; uma visita quando doente nunca é esquecida, um elogio oportuno é um bom estímulo, o trato amigável atrai muitas vezes o rebelde.

A assiduidade ao trabalho, os deveres para com a família e o cumprimento das obrigações para com a cooperativa constituem o triângulo básico do bom êxito da colônia.

Seria de grande utilidade que a colônia da FAZENDA ESTADUAL DE CAMARATUBA, com a sua área de 6.500 Hs. e suas instalações servissem para preparar colonos, ensiná-los e selecioná-los para a sua fixação também em outros vales como Gramame, Mumbaba e as prósperas terras do Baixo Camaratuba.

O número de famílias pobres para colocar em lotes agrícolas é muito grande e os latifúndios despovoados existentes nestes vales, que estão sendo saneados, obriga o seu aproveitamento.

Para o proprietário das terras marginais é excelente o saneamento dos rios, porém a terra não pôde ficar inculta, os drenos têm de ser mantidos abertos, convém conservar a terra enxuta e o melhor meio e mais barato é cultivá-la toda, o que exige gente, e portanto, colonização.



Colônia Agrícola de Camaratuba I.— Saneamento da região
(Serviço da Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas).

A DIRETORIA de Fomento da Produção, durante o exercício de 1941, manteve sob a sua orientação as seguintes dependências: Secção de Expediente, Hôrto Simões Lopes, Campo de Multiplicação Mandacará, Granja São Rafael, Fazenda Mangabeira, Oficina de Barreiras e 10 Inspetorias Agrícolas.

O programa de trabalho da Diretoria de Produção inclue também a colonização do vale de Camaratuba, serviço novo e de vulto, que póde mesmo ser considerado uma das obras mais importantes de quantas, no gênero, têm sido realizadas no Nordeste.

A produção agro-pecuária mereceu do poder público o amparo e incentivo que se faziam precisos ao seu desenvolvimento. E a campanha que nêsse sentido se promoveu foi dada orientação essencialmente objetiva, de modo a que o resultado correspondesse aos esforços e aos imperativos econômicos do momento.

Os trabalhos realizados anteriormente nas várias dependências fôram mantidos e ampliados onde se faziam mais necessários e á medida que os recursos orçamentários o permitiam.

HÔRTO SIMÕES LOPES — Existem no Hôrto secções de silvicultura, horticultura e fruticultura.

Os trabalhos realizados tiveram o maior êxito, excedendo as possibilidades dos recursos ali dispendidos em confronto com outras organizações similares. Cumpre salientar que esse esforço tem sido plenamente compensado e encorajado pela crescente procura por parte de agricultores, de tudo quanto ali se tem produzido.

As atividades das secções de fruticultura fôram grandemente intensificadas para que se pudesse atender, pelo menos em boa parte, ás maiores necessidades da pomicultura do Estado.

Julgo oportuno destacar o acentuado interêsse que o cultivo de algumas espécies frutícolas veem despertando na zona ser-

taneja, especialmente a mangueira, a bananeira, o cajueiro, a pinheira e a goiabeira.

Nas terras húmidas dos açudes ou irrigadas por qualquer outra fôrma, vão surgindo pequenos pomares que dentro de alguns anos muito contribuirão para o abastecimento dos mercados locais, onde a escassez de frutos é ainda consideravel.

Nas zonas do brejo e litoral, onde as terras e o clima são propícios, os pomares surgem e se ampliam anualmente, criando para o Estado novas e promissoras fontes de produção.

No decorrer do ano findo fôram distribuídas 24,217 plantas frutíferas, ficando ainda 14,241 para este ano, grande parte das quais constituída de enxêrto de excelentes qualidades de mangueiras, abacateiros, laranjeiras, sapotizeiros, sapoteiras e outras espécies tropicais de indiscutível valor econômico.

O Hôrto Simões Lopes mantém para os seus trabalhos de enxertia e seleção de variedades, um pomar de plantas matrizes em formação, o qual foi sensivelmente ampliado durante o ano, com o plantio de bons enxêrtos de espécies frutícolas diversas.

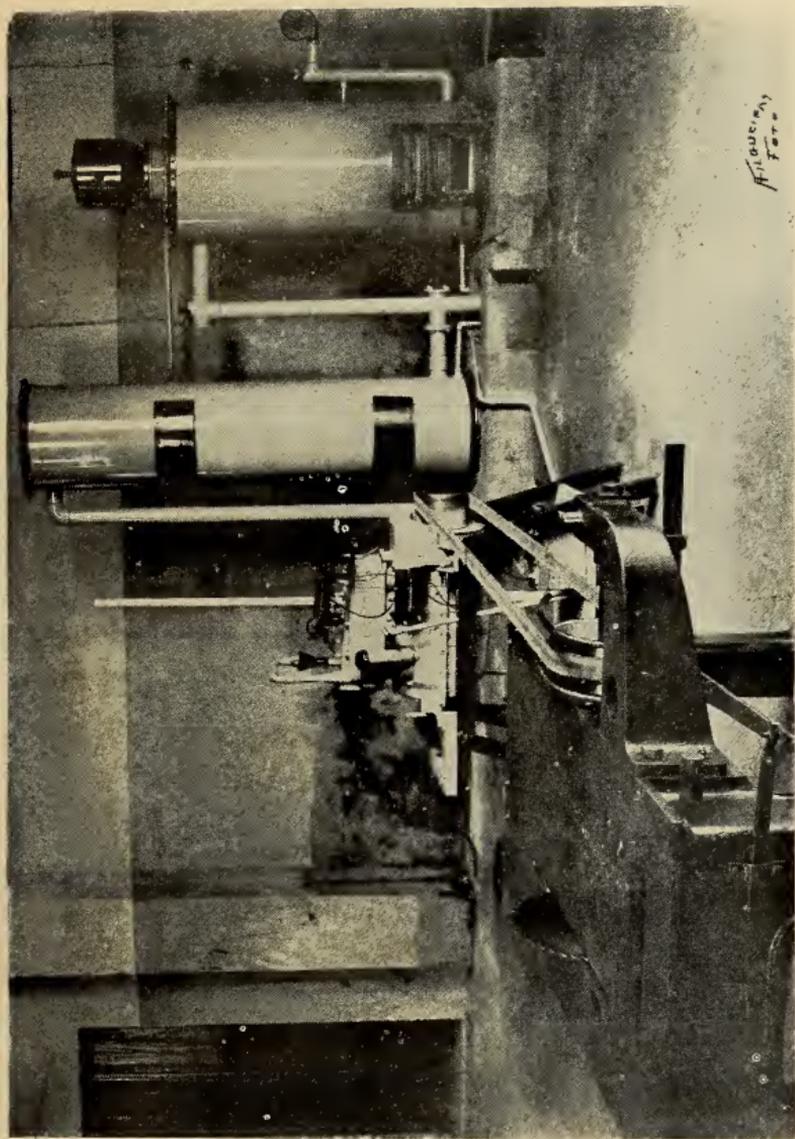
E' preciosa a coleção de fruteiras que o Estado possui atualmente naquêle Hôrto, para multiplicação.

A produção de mudas de essências florestais estêve em primeiro plano e muito ter-se-á que produzir ainda para preencher os imensos claros abertos nos nossos campos, imprevidente e secularmente devastados.

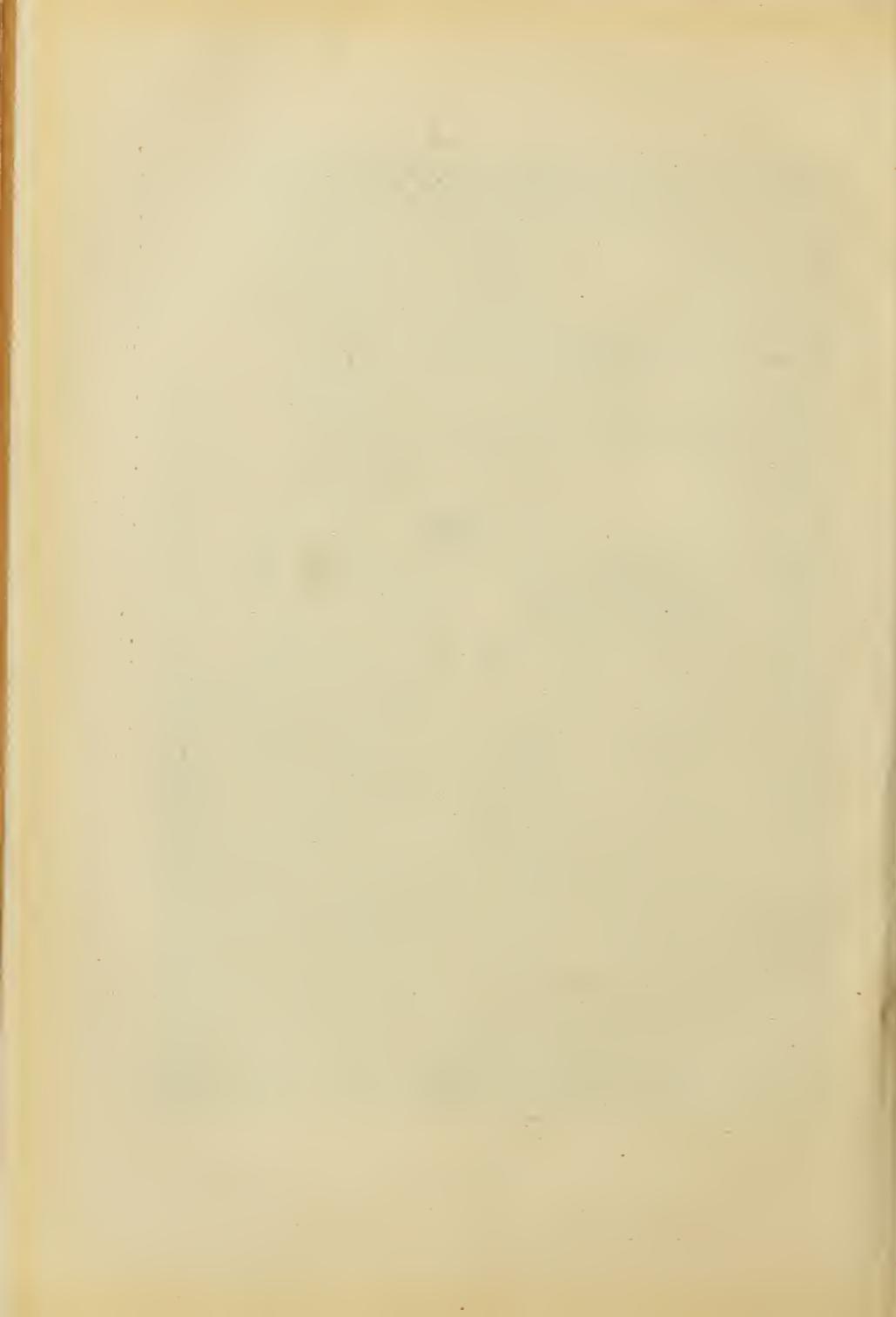
As empresas industriais e de construções civis exigem para as fornalhas de suas fábricas e para os seus diversos trabalhos, quantidade de lenha e de madeira de lei cada vez maiores, o que vai causando o desaparecimento progressivo das poucas matas remanescentes, resultando daí a inadiabilidade de uma vigorosa campanha de reflorestamento.

Dentro dessa orientação, traçou o Govêrno um programa que deverá ser executado sem interrupção e que se propõe assegurar a continuidade e o desdobramento de atividades consideradas vitais para o Estado.

Foi assim projetado e teve início o reflorestamento da fazenda Mangabeira onde serão plantados em nove anos, 4.500.000



Diretoria de F. da Produção — Gasogênio tipo industrial, D.F.P., confeccionado nas Oficinas de Barreiras



pés de eucaliptos e outras essências úteis aos vários interesses da economia local, figurando entre elas páu dárco, aroeira, cedro e sucupira.

O maior trabalho, porém, será realizado em colaboração com particulares e junto às emprêsas que exploram matas, estabelecendo-se para cada uma, obrigações de reflorestamento proporcionais às áreas exploradas ou ao consumo, com rigorosa observância do que estabelece o Código Florestal Brasileiro.

Durante o ano foram preparadas naquêle Hôrto 172.941 mudas de plantas florestais, das quais foram distribuídas a particulares 24.217.

O Hôrto realiza vários trabalhos de olericultura, tanto com o objetivo de produzir boas sementes como de incrementar a produção por meio de hortas, industriais e caseiras.

A secção respectiva distribuiu 5.572 mudas de hortaliças e 23.669 gramas de sementes de diversas variedades, adequadas às condições agro-climáticas da região.

CAMPO DE MULTIPLICAÇÃO "MANDACARU" — Funciona, junto ao Hôrto, um pequeno campo de multiplicação onde são selecionadas sementes de mamona, fumo e amendoim, além de um grande viveiro de agáve e uma competição de variedades de mandiôca.

As sementes de mamona produzidas já apresentam um grau de pureza satisfatório.

A seleção de boas variedades de fumo para distribuição de sementes era medida inadiável e que bem merece o esforço que se vem fazendo no sentido de ampliá-la.

Estão sendo cultivadas algumas variedades, destacando-se entre elas a "Santa Cruz" que apresenta mais alta produção e resistência às moléstias.

A necessidade de fomentar a agricultura do agáve em grande escala e os constantes pedidos de mudas encaminhados à Diretoria, determinaram a instalação, no campo Mandacará, de um viveiro de 726.000 bubilhos, dos quais grande parte já foi distribuída aos lavradores das diversas zonas do Estado.

Com o fim de determinar quais as variedades mais produ-

íivas e economicamente mais importantes, realizou o campo uma competição de dezenove variedades de mandioca, competição que será repetida a-fim-de que se possa chegar a conclusões seguras e assim aconselhar aos lavradores o cultivo das mais vantajosas.

Para fazer observações sobre as possibilidades econômicas do urucú, a Diretoria cultiva no Campo dois talhões com as variedades branca e sanguínea, ambas bastantes produtivas e perfeitamente aclimatadas ao nosso meio.

Outra cultura em experimentação é a do amendoim, a qual vem se realizando com pleno êxito, podendo desde já ser aconselhada para cultivo em grande escala.

Foi a seguinte a produção do campo em 1941:

Mandioca, 31.570 quilos; Mamona, 2.010 quilos; Amendoim, 390 quilos; Sementes de fumo selecionadas, 5 quilos.

GRANJA SÃO RAFAEL — A granja funcionou com as Seções de **Avicultura**, **Suínocultura**, **Bovinocultura** e **Apicultura**.

As instalações do aviário foram ampliadas com 2 grandes parques e respectivos abrigos, com capacidade para 500 aves cada um e mais um aquário destinado á reprodução de marrecos.

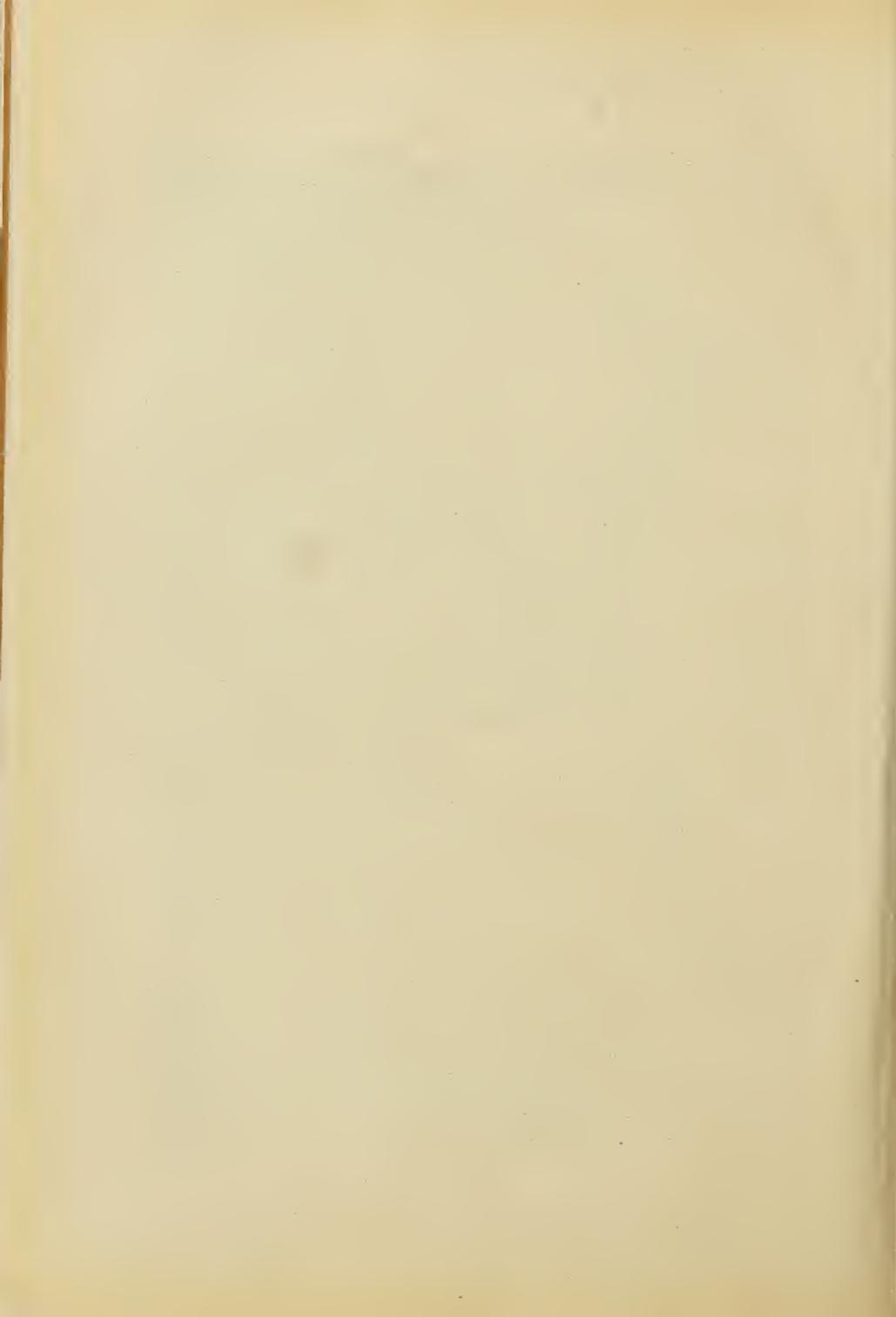
Embora ainda em uma fase de organização, o aviário forneceu aos particulares de diversas zonas do Estado, 359 aves selecionadas, que irão contribuindo para a melhoria da avicultura da região

Para maior desenvolvimento da exploração avícola no Estado foi delineado para execução no corrente ano, um plano de trabalhos consideravelmente ampliado, o qual prevê uma produção mínima de 1.000 ovos diários e rigorosa seleção, no sentido de elevar o índice de postura ao nível das melhores linhagens poedeiras. Até agora foram consideradas como raças mais convenientes ás condições mesológicas do Estado, as seguintes: Rhod Island Red, Leghorn Branca Americana e Plymouth Rock Barrada, perús Mamonth Bronzeado, marrecos Kaki Campell e Pekini. Estas raças são bem aceitas pelos criadores, e têm, de fato, se revelado excelentes para o nosso clima.

A Seção de Suínocultura teve as suas instalações muito ampliadas, sendo construídas 4 maternidades, 1 abrigo para por-



Xodózinho — Puro-sangue inglês da Granja S. Rafael



cas com crias, 1 pavilhão para leitões desmamados e um abrigo para reprodutores.

Apesar disso, é evidente, ainda, a necessidade de novas construções, imposta pela conveniência de uma produção sempre crescente e que seja, no mínimo de 500 leitões seleccionados por ano. Além de consideravelmente aumentado o plantel da Granja, foram vendidos aos fazendeiros, 68 leitões puro sangue Duro Jersey e Poland China, registrando-se um elevado número de produções, efetuadas com excelentes reprodutores.

A pecuária figura entre as melhores fontes de renda do Estado e como tal mereceu do governo a atenção que lhe foi possível dispensar.

O atual rebanho, embora já apreciavelmente melhorado, continúa exigindo sangue renovador e que lhe imprima caracteres econômicos sempre mais valiosos.

Com esse objetivo pleiteou o meu Governo a colaboração do Ministério da Agricultura, sendo prontamente atendido com a remessa aos postos de monta do Estado, de reprodutores de raças adequadas ao clima nordestino.

A Paraíba foi assim contemplada com um lote de 5 novilhas holandezas e um reprodutor da mesma raça, destinados á melhoria do rebanho leiteiro da zona litorânea. Para as demais zonas, onde predominam as raças de corte e sujeitas a escassez periódica de forragens, consequente da deficiência pluvial, foram introduzidos 30 reprodutores das raças Gyr, Nelore e Indobrasil.

Estes animais foram cedidos aos criadores sem qualquer lucro para o Estado, que apenas visa melhorar a pecuária, dentro de um plano preestabelecido de incremento ás fontes produtivas.

A Granja possui também um magnífico reprodutor Shwitz, raça que está sendo reputada excelente para determinadas zonas do Estado e procedente também do Ministério da Agricultura.

Foi instalado igualmente um Posto de Monta para equinos, contando inicialmente com 3 excelentes reprodutores das raças Puro Sangue Inglês, Mangalarga e Bretão e uma poltranca inglesa. Desses animais, o Puro Sangue foi oferecido ao Estado pelo

ilustre general Eurico Dutra, Ministro da Guerra, e a poltranca pelo eminente paraibano general José Pessôa, Inspetor da Arma de Cavalaria. Os demais fôram cedidos pelo Serviço de Remonta do Exército.

A Seção de Apicultura foi dotada com um apiário mais espaçoso e melhor localizado, sendo também renovado todo o material apícola, achando-se assim em condições de atender a sua finalidade, que é fornecer núcleos selecionados a apicultores e pessoas outras que desejem explorar essa preciosa indústria.

No governo do meu antecessor foi fundada em terras da Fazenda uma pequena colônia de horticultores japoneses, a qual integrava um conjunto de 5 casas construídas especialmente para residência das respectivas famílias.

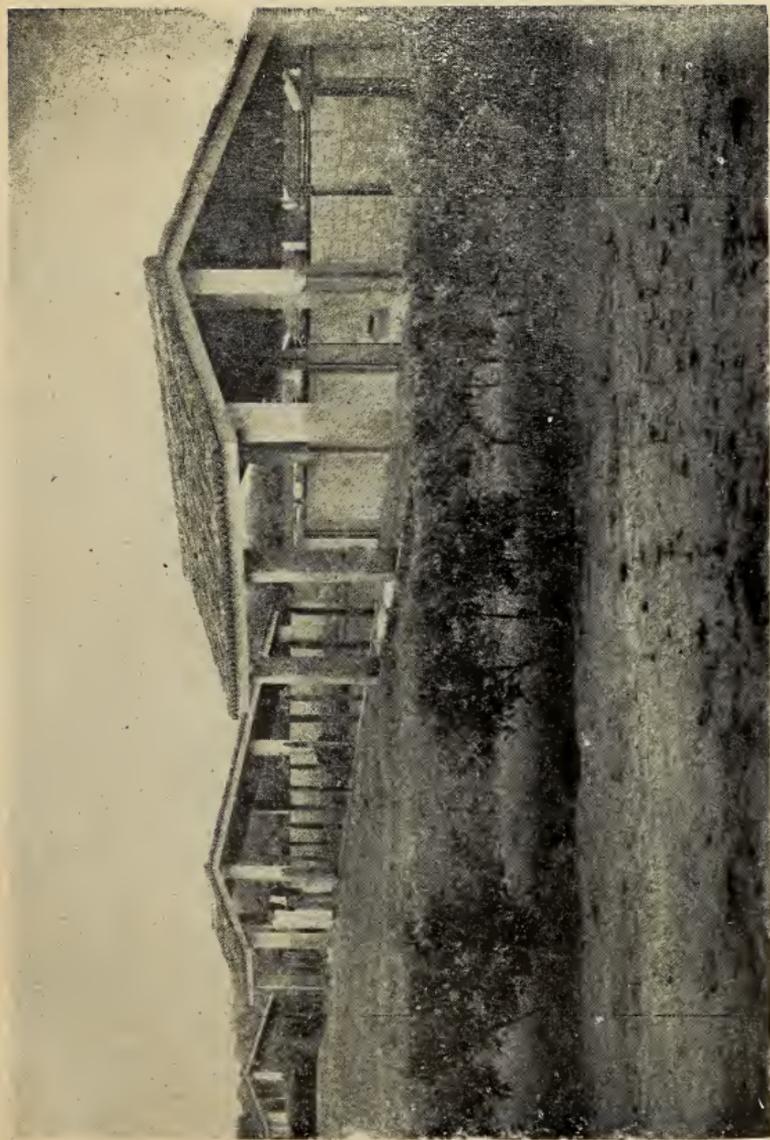
Em prosseguimento a êsse programa, determinei a construção de mais 4 residências em boas condições higiênicas, modificando porém o plano inicial da colônia, pela preferência do trabalhador nacional.

Assim, fôram as novas casas distribuídas, entre lavradores brasileiros, filhos da região. Aliás, sobrevindo a necessidade de afastar do litoral os suditos nipônicos, logo que se verificou a ruptura de nossas relações diplomaticas com os países do Eixo, determinei a retirada dos colônos japoneses para o interior. A Colônia de Horticultores passou então a funcionar exclusivamente com lavradores brasileiros, entrando em regime de nacionalização integral.

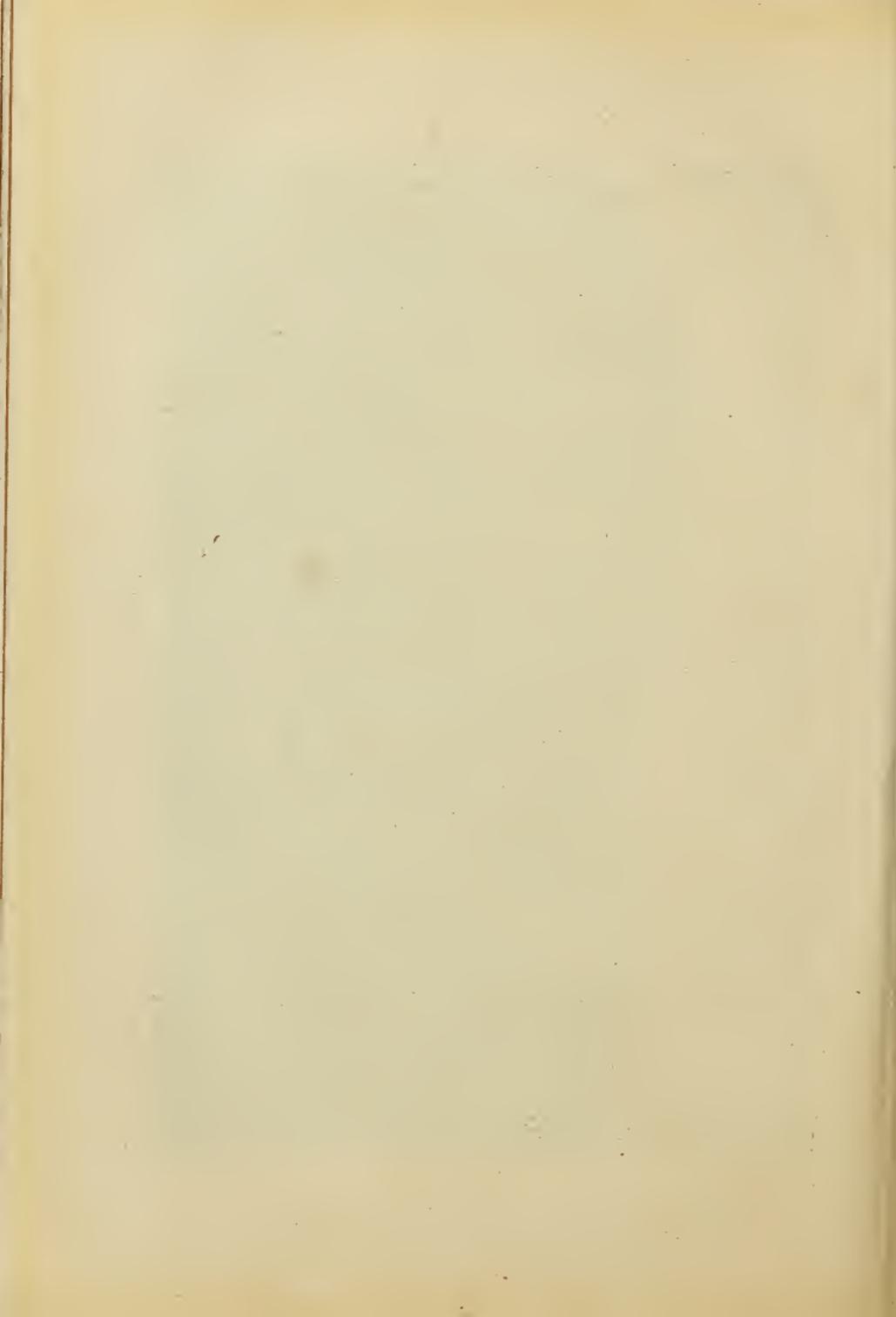
FAZENDA MANGABEIRA: — Nesta fazenda foi iniciada a execução do plano de reflorestamento destinado ao abastecimento de lenha e madeira de construção ás empresas do Estado.

O plano traçado com essa finalidade consiste no plantio de 4.500.000 pés de eucaliptus e outras essências florestais, num período de nove anos ou sejam 200 hectares com 500.000 plantas por ano.

A área para o primeiro ano foi desbravada e adaptada, e o preparo das mudas iniciado com êxito. Terminou o ano de 1941 com 300.000 mudas repicadas, continuando o serviço com a desejada regularidade.



Fazenda S. Rafael — Secção de Suinocultura — Novas instalações



FOMENTO AGRO-PECUÁRIO: — A atuação da Diretoria se estende a todos os municípios paraibanos, levando aos agricultores e fazendeiros uma assistência material e técnica permanente e compatível com os recursos que lhe são distribuídos.

Com essa orientação vão sendo difundidos o emprêgo racional de máquinas agrícolas no amanho do solo e no preparo das colheitas. Os rebanhos e as culturas são melhor defendidos contra pragas e moléstias que periodicamente os perseguem. As lavouras são formadas com sementes de melhores variedades ou linhagens, mercê de uma distribuição cuidadosamente controlada.

O conhecimento do meio, a escolha das variedades e métodos adequados de cultivo, têm permitido, apesar das adversidades do clima, a obtenção de safras que muito têm contribuído para manter o equilíbrio econômico do Estado.

Nas zonas do Cariri e Sertão surgiram as indústrias de fibras de caroá e da mineração, dando emprêgo a milhares de braços e estabelecendo melhor os fundamentos de uma nova e mais próspera fase econômica.

Aperfeiçoaram-se os métodos de extração da cêra de carnaúba com o emprêgo de máquinas e a racionalização dos processos.

Em vários pontos do Estado surgem pequenas indústrias de laticínios.

E assim e por mais outras formas vai crescendo o parque industrial do Estado, apoiado por uma produção ágro-pecuária que se desenvolve progressivamente.

OFICINA MECÂNICA — No intuito de dotar o Estado de uma oficina melhor aparelhada e onde fôsse possível realizar todos os reparos de máquinas e pequenas construções, foi instalada a oficina de Barreiras no antigo prédio onde funcionou o Pôsto de Expurgo.

A oficina encontra-se bem aparelhada para cumprir a função que lhe foi determinada.

Máquinas agrícolas, tratores, automóveis, caminhões, recebem ali assistência eficiente e cuidadosa, não obstante a grande

deficiência de material no momento, resultante da crise internacional que a guerra nos trouxe.

Procurando minorar as dificuldades de importação de peças para arados, saneamentos, etc., foi instalada uma fundição de ferro e bronze que tem dado os melhores e mais vantajosos resultados. Muita coisa que se importava ficou sendo construída na oficina.

Dispõe ainda a oficina de um completo serviço de torno mecânico, solda elétrica, solda a oxigênio, pintura duco e ferraria.

Diante do necessário racionamento de combustível imposto pela guerra, o meu Governo voltou as vistas para o Gazogênio e conseguiu assim resolver em parte o sério problema do transporte, adaptando os caminhões do Estado com esse aparelho que tão bons proveitos nos têm trazido. As oficinas da D. F. P. têm construído diversos aparelhos de gazogênio que se encontram em pleno funcionamento.

Não tem sido só o Estado o beneficiado pelo "Serviço de Gazogênio" instalado nas oficinas. Os particulares, têm recebido ali franca cooperação.

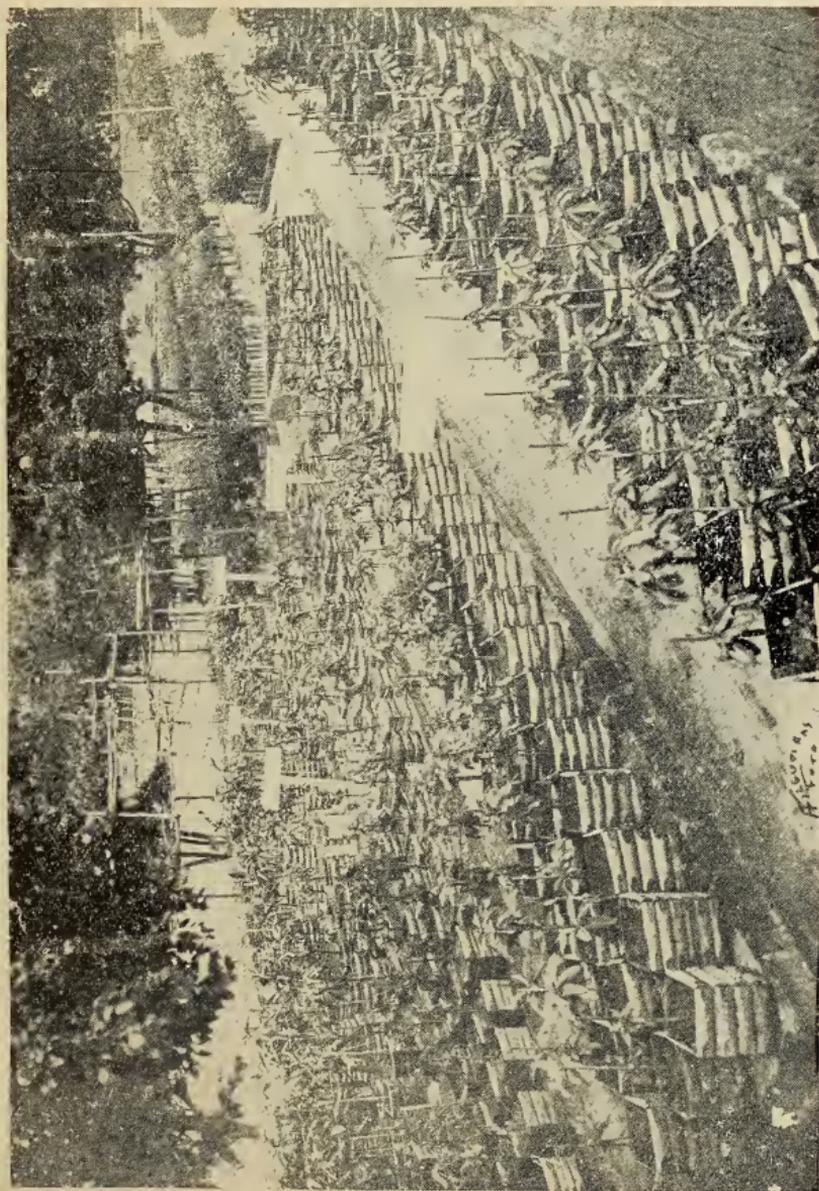
Estamos agora mesmo tratando de um novo plano de ampliação dos serviços das oficinas do Estado, procurando centralizar em um só núcleo, todas as pequenas oficinas das diversas repartições.

SERVIÇO EXPERIMENTAL — Sentindo que a agricultura da Paraíba não podia marchar sem um amparo verdadeiramente científico que só a experimentação conscienciosa pôde traçar, organizei um serviço capaz de fornecer dados seguros sobre os diversos métodos de exploração agrícola.

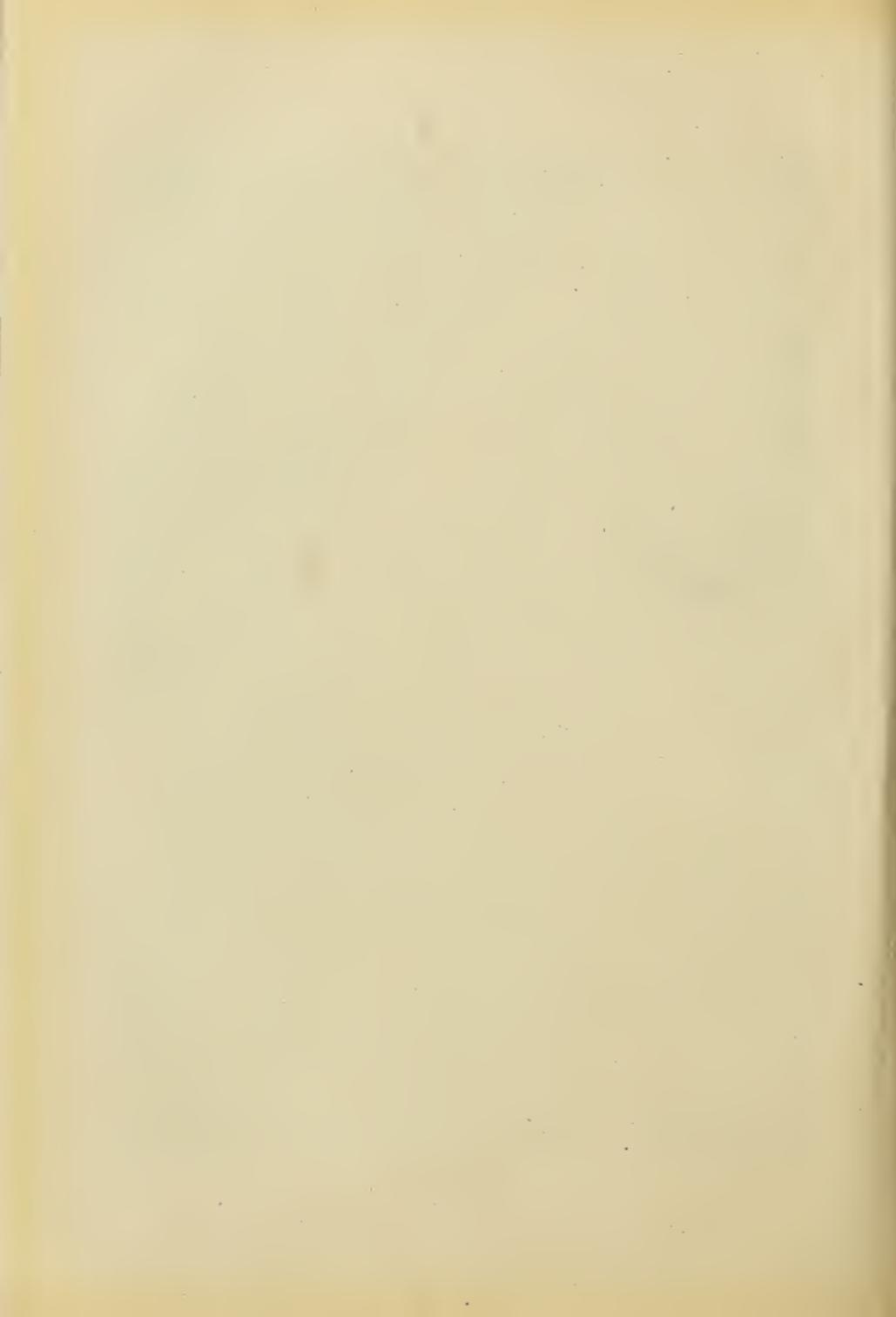
Fôram estudadas as principais plantas econômicas do pinhal da Borborema que são o algodão mocó e o caroá.

A região de Soledade por apresentar ótimas condições ecológicas para esses estudos foi escolhida para campos de ação:

MELHORAMENTO DO ALGODÃO: — Em face do estado caótico em que se encontram os algodões de fibra longa do Estado e levando em consideração ser este o algodão de maior in-



Horto Simões Lopes — Enxertos de abacateiros e mangueiras em formação



terêsse para os nossos mercados consumidores, foi êsse serviço ampliado e entregue á direção técnica do Agrônomo Carlos Farias,

Fôram estudadas cincoenta novas linhagens que forneceram material precioso para o prosseguimento dos aludidos trabalhos.

Dos cruzamentos anteriores fôram plantados dois hectares que fornecerão sementes para os plantios futuros. Como matrizes fôram usados o algodão Mocó da região e o Pima de origem egípcia.

A nova variedade obtida rivaliza com os mais finos algodões egípcios segundo os relatórios de vários laboratórios técnicos do país e de fábricas que se dedicam á fiação de fios finos.

Foi alcançado na grande cultura o alto comprimento de 38-40 milímetros com excepcional finura, resistência e sedosidade.

Ao lado dêsses trabalhos de resseleção fôram procedidos 150 cruzamentos e 10.000 auto-fecundações.

O novo tipo conseguido vem despertando grande interesse junto ao comércio e aos lavradores da região, representando êsse fato uma inequívoca prova do alto valor do material obtido.

No próximo ano serão cultivadas 40.000 plantas que fornecerão sementes para o plantio de meio milhão de plantas, as quais darão sementes para substituir totalmente as decadentes espécies ora cultivadas, estabilizando de fôrma definitiva a principal fonte de rendas do Estado.

O CAROÁ: — O caroá representa para o planalto da Borborema uma grande fonte de rendas.

A-fim-de solucionar os problemas mais urgentes, fôram executadas várias experiências preliminares sôbre os métodos de cultura desta preciosa xerófita.

Os estudos obedeceram á seguinte orientação:

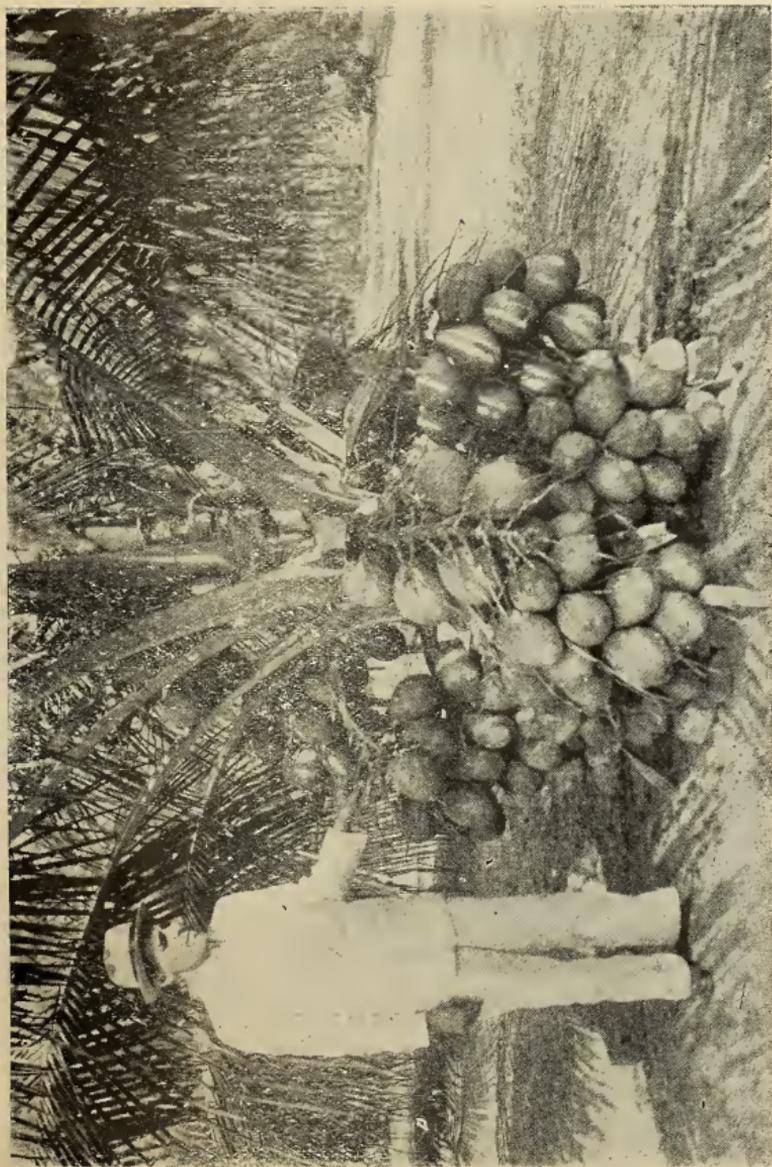
- a) — Estudo do ciclo vegetativo da planta;
- b) — cultura na sombra e ao sol;
- c) — efeito da potássia sôbre a planta;
- d) — coleção de variedades;
- e) — multiplicações por risomas, sementes e mudas;

f) — colheita por corte e arranque.

Dentro de pouco tempo haverá dados seguros sôbre o cultivo desta planta que hoje é objeto de indústria extrativa de grande valor para essa região semi-árida do Estado.

Foi dada a todos êsses trabalhos a maior simplicidade, pon-do tudo ao alcance do agricultor da região, fazendo-o participar dos aludidos trabalhos, de fórma que se convençam, em face dos resultados que vão aparecendo, do alto valor dos novos métodos.

COQUEIRO ANÃO — A Paraíba possui condições agro-climáticas singularmente apropriadas á cultura do coqueiro, especialmente na faixa litorânea, onde coqueirais quasi seculares se apresentam ainda viçosos e produtivos. A cultura dessa preciosa palmacea tropical aumenta de ano para ano, dominando as terras costeiras e avançando para o interior, até os municípios sertanejos, com aproveitamento das terras úmidas dos açudes e aluviões fluviais. A Produção de côcos do Estado excede as necessidades do consumo local, havendo por isso, uma exportação média anual de 757.000 frutos. Com o propósito de intensificar a produção vem o poder público promovendo a ampliação das áreas plantadas e sobretudo procurando substituir a espécie atualmente cultivada, utilizando com êsse fim a variedade de coqueiro "anão", introduzida na Paraíba ha alguns anos, procedentes de Ceilão e que além de se adaptar magnificamente ás condições mesológicas da região, reúne qualidades agrícolas e econômicas excelentes não encontradas no coqueiro comum. Variedade altamente precoce, safreja com menos de 3 anos de idade e oferece a vantagem especial de ser planta de pequeno porte, o que facilita extraordinariamente as colheitas, os tratamentos e a defêsa sanitária dos coqueirais. No decorrer do ano findo, realizou a Diretoria de Fomento da Produção a formação de um coqueiral relativamente extenso, destinado à produção de mudas para propagação de tão útil espécie no Estado. Os plantios estão sendo feitos nas fazendas S. Rafael, Mangabeira e Simões Lopes, onde as terras são particularmente adequadas, consoante estão demonstrando o desenvolvimento e a produtividade das culturas. Dentro de alguns anos o cultivo do coqueiro "anão"



Fazenda S. Rafael — Coqueiro anão com frutos



poderá ser realizado em grande escala, com grandes vantagens para os produtores e para a economia do Estado.

Secção de Fomento Agrícola Federal

A Secção de Fomento Agrícola na Paraíba, mantida por acôrdo existente entre a União e o Estado, teve seus serviços paralizados durante grande parte do ano recém-findo, em virtude de haver o Govêrno Federal rescindido o prefalado acôrdo.

Interessci-me pelo restabelecimento do contrato, de cujos benefícios, para a nossa economia, muito teria a dizer, se não se tratasse de assunto amplamente conhecido.

Em setembro firmou-se o novo acôrdo. Finalmente, distribuida a verba, no fim do exercício, já havia passado a época de plantio em todas as regiões fisiográficas do Estado.

A Secção de Fomento, não obstante, agiu do modo melhor indicado, no momento, aplicando grande parte da verba na aquisição de máquinas e no reparo das existentes, muitas das quais se encontravam paradas á espera de concêrtos e de peças diversas.

Assim procedendo, teve por escopo preparar-se para o corrente ano, aparelhando-se da maquinária precisa e também de inseticidas e fungicidas indispensáveis á defêsa da produção.

Apesar da paralização a que me referi, a Secção de Fomento não cessou inteiramente sua atividade. Sem recursos para iniciativas, cooperou para o desenvolvimento agrícola emprestando as máquinas em boas condições aos agricultores mais necessitados da ajuda do poder público.

As que podiam ter eficiência mediante pequenos reparos, fôram cedidas aos lavradores mais abastados, que se prontificaram a realizá-los á sua própria custa.

Convém ainda salientar a ação do Estado durante êsse período.

Não era possível abandonar os próprios federais, com tão importantes serviços realizados, e então determinei que fôssem conservadas as culturas e instalações da Estação Experimental de Fruticultura Tropical de Espirito Santo, da Fazenda "Pendência" e do Campo de Sementes de "Jatobá".

Devido a essa oportuna intervenção do Estado, fôram salvas cerca de 2.200 plantas matrizes e aproximadamente 20.000 enxertos.

A Secção de Fomento, com o pouco tempo de que dispunha para a aplicação da verba, realizou serviços dignos de aprêço, destacando-se entre êles: a limpêsa e tratamento adequado de 2.200 laranjeiras, da Estação de Espírito Santo, que estavam abandonadas, infestadas de várias pragas e moléstias comuns á região; limpêsa geral da fazenda; retificação de seus limites e respectivo levantamento topográfico; construção de um estábulo; construção de um galpão de alvenaria com 10 métrros de frente por 20 de fundo, destinado ao abrigo de máquinas agrícolas; melhoramentos do serviço de irrigação, retificando-se os canais; construção de um muro de proteção, de pedra e cimento, junto á casa onde se encontra instalada a bomba de sucção; limpêsa geral de todas as casas da fazenda. Remodelou-se o prédio da fazenda destinado ao escritório, construindo-se novas dependências, banheiro, caixa d'água, instalações sanitárias, esquadrias, fôrro, piso, etc. A instalação d'água para a colônia de trabalhadores, compreendendo 11 casas, foi totalmente remodelada.

Na fazenda "Pendência" foi iniciada, em outubro, a construção de um açude, estando o mesmo quasi terminado.

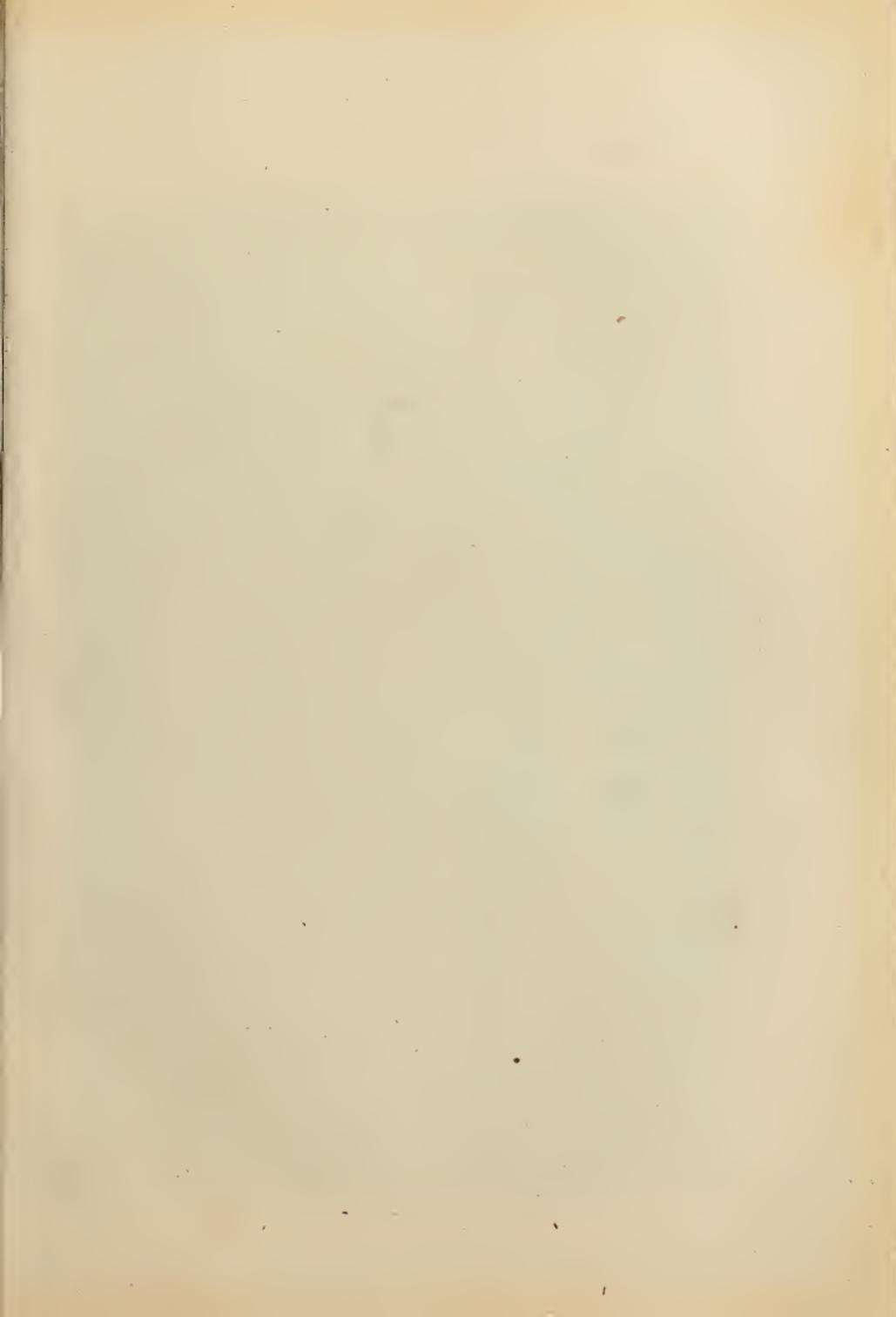
Terá capacidade para armazenar água de um ano para o outro. As casas, cercas e áreas de plantio sofreram convenientes reparos, e assim também a estrada carroçável que liga aquela fazenda á séde do município.

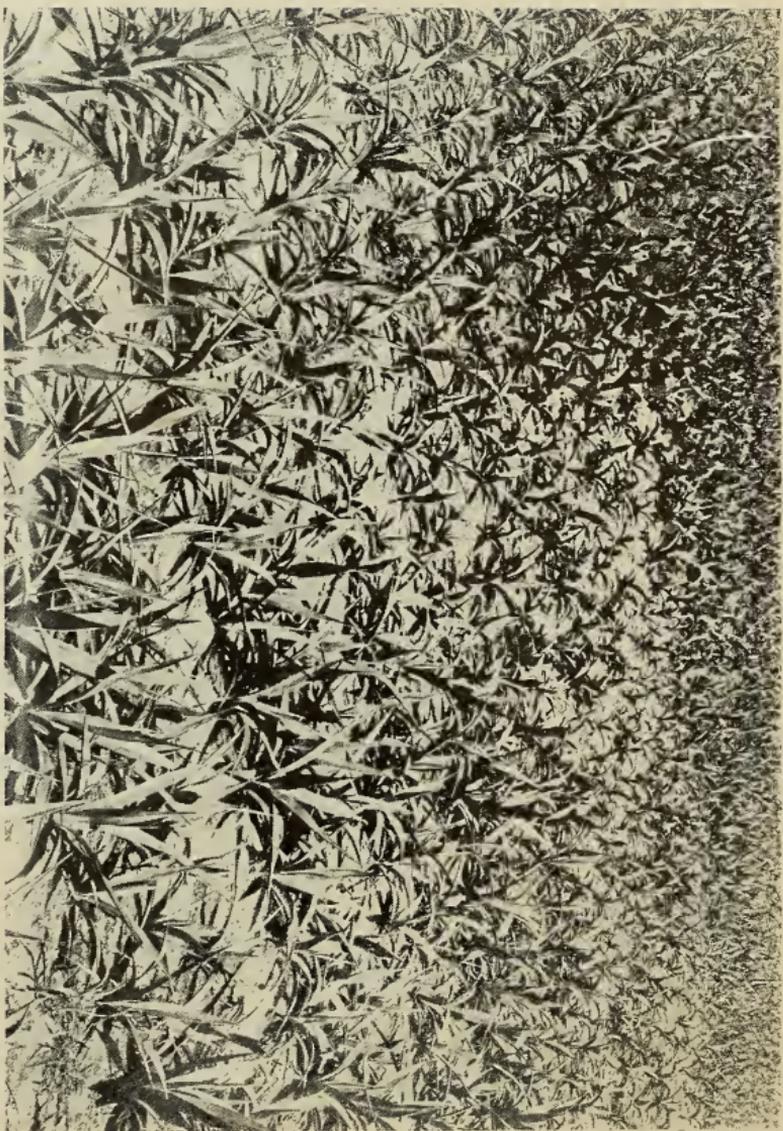
Graças ao amparo do Estado e da Prefeitura de Patos, foi possível salvar apreciável parte das plantações, existentes no Campo de Sementes Jatobá, que haviam sido abandonadas, pela rescisão do acôrdo, no momento exato em que mais necessitavam de trato.

Melhor aparelhada para enfrentar os encargos que lhes são inerentes, estou certo de que a Secção de Fomento Agrícola realizará brilhante soma de serviços.

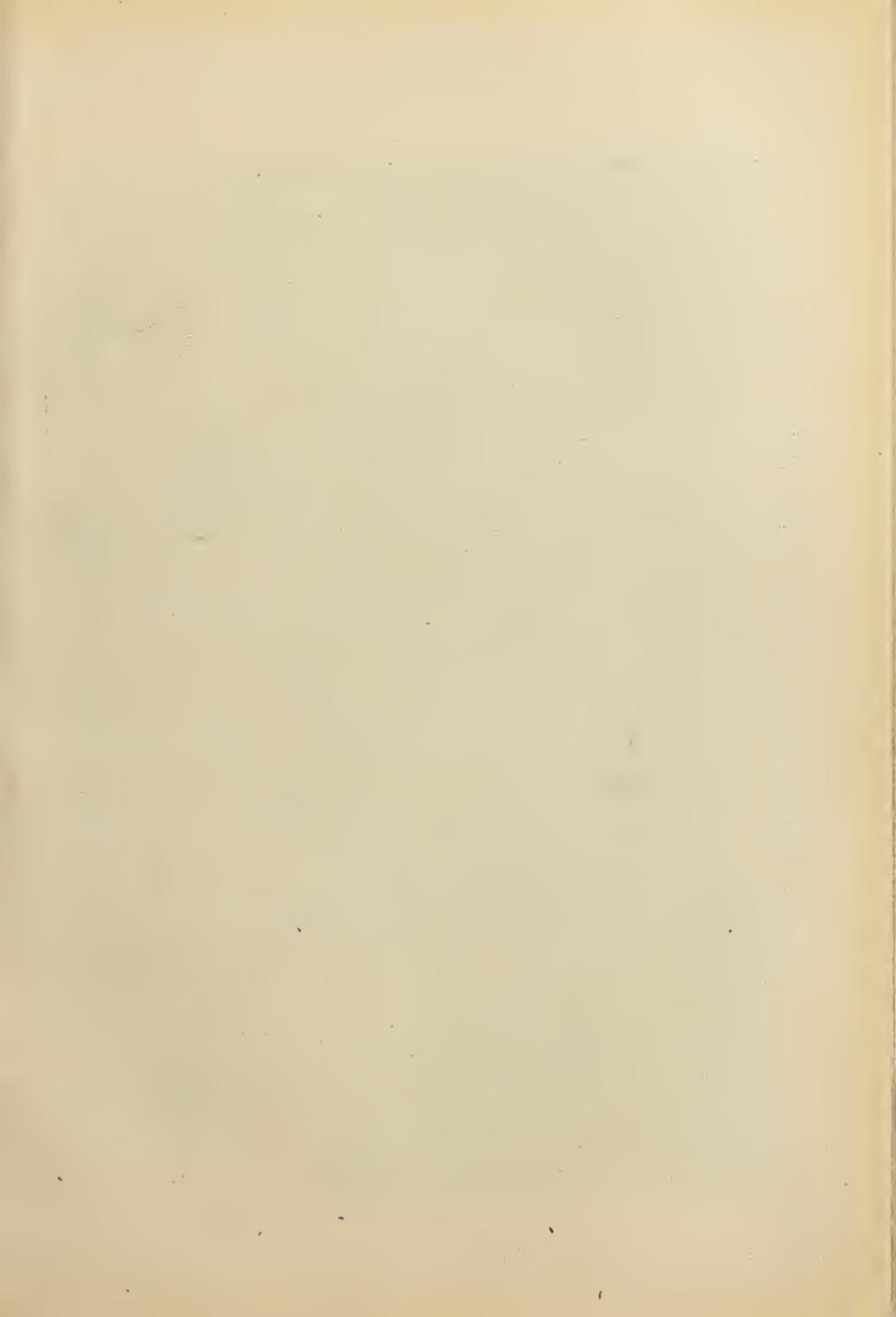
Diretoria de F. da Produção — Cultura de Fumo, em cooperação

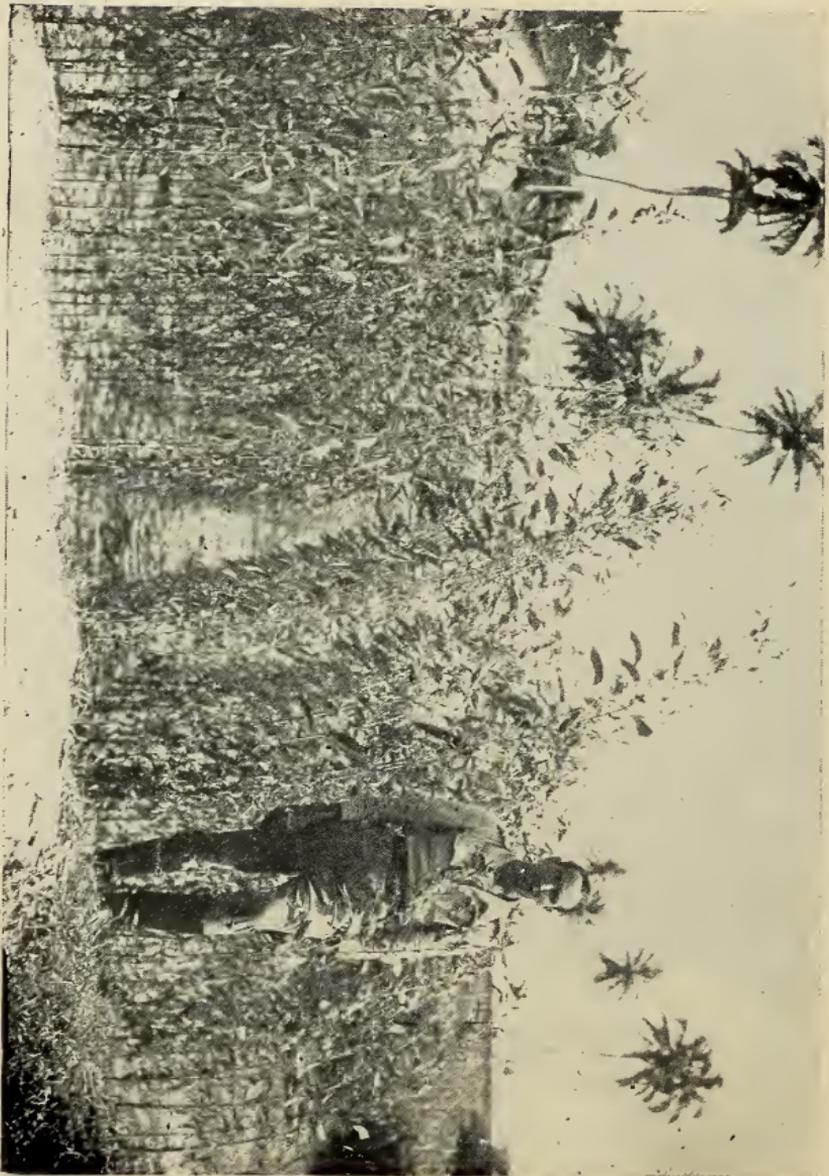




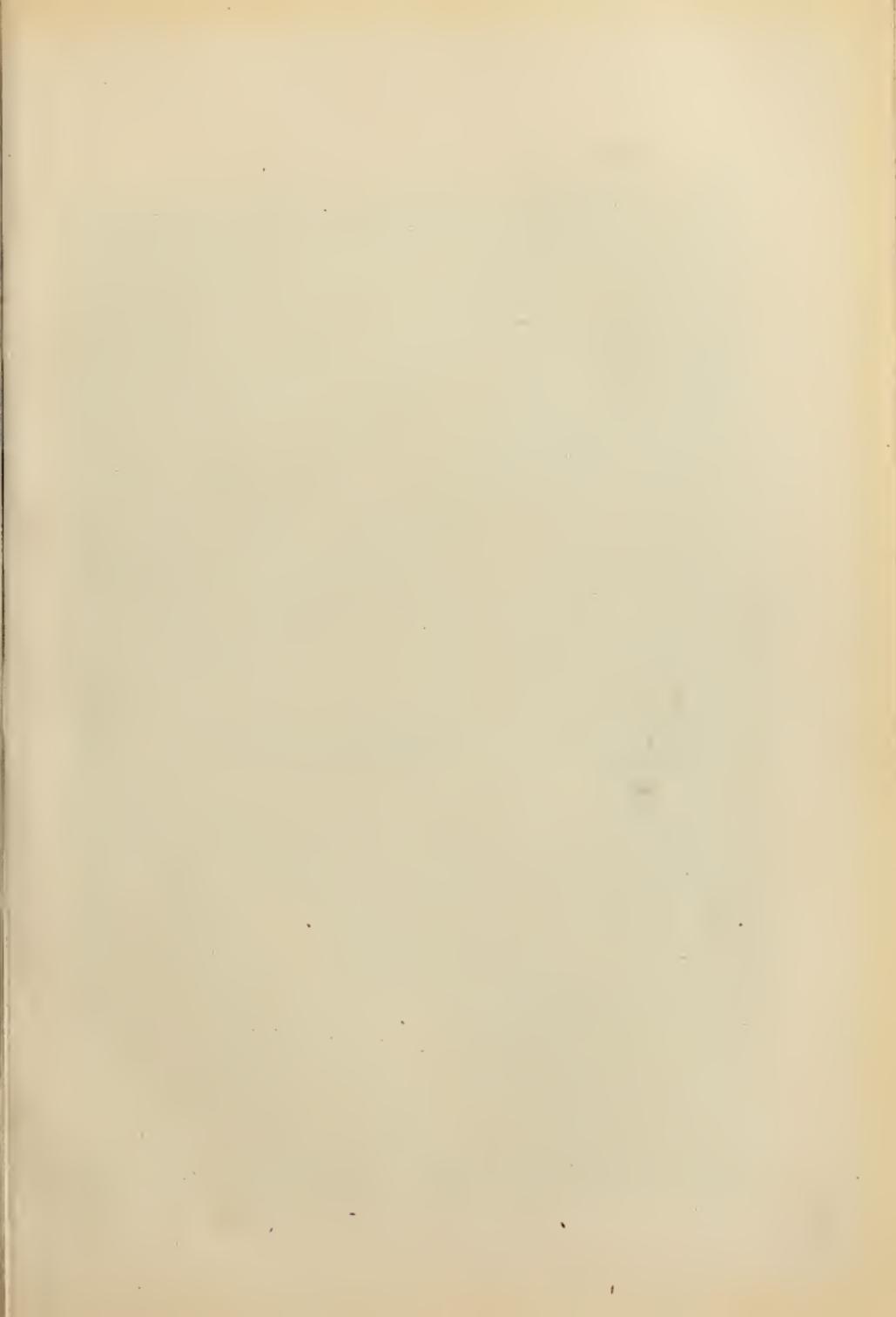


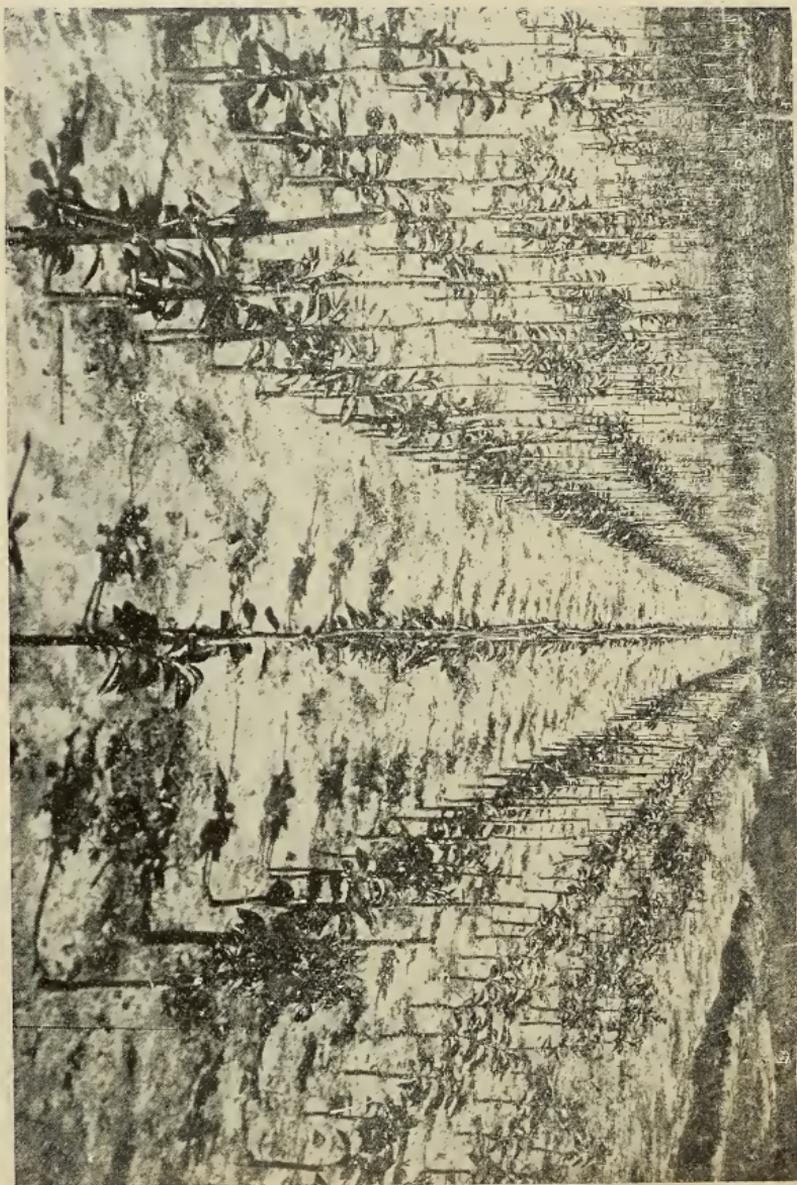
Horto Simões Lopes — Viveiro de Agave



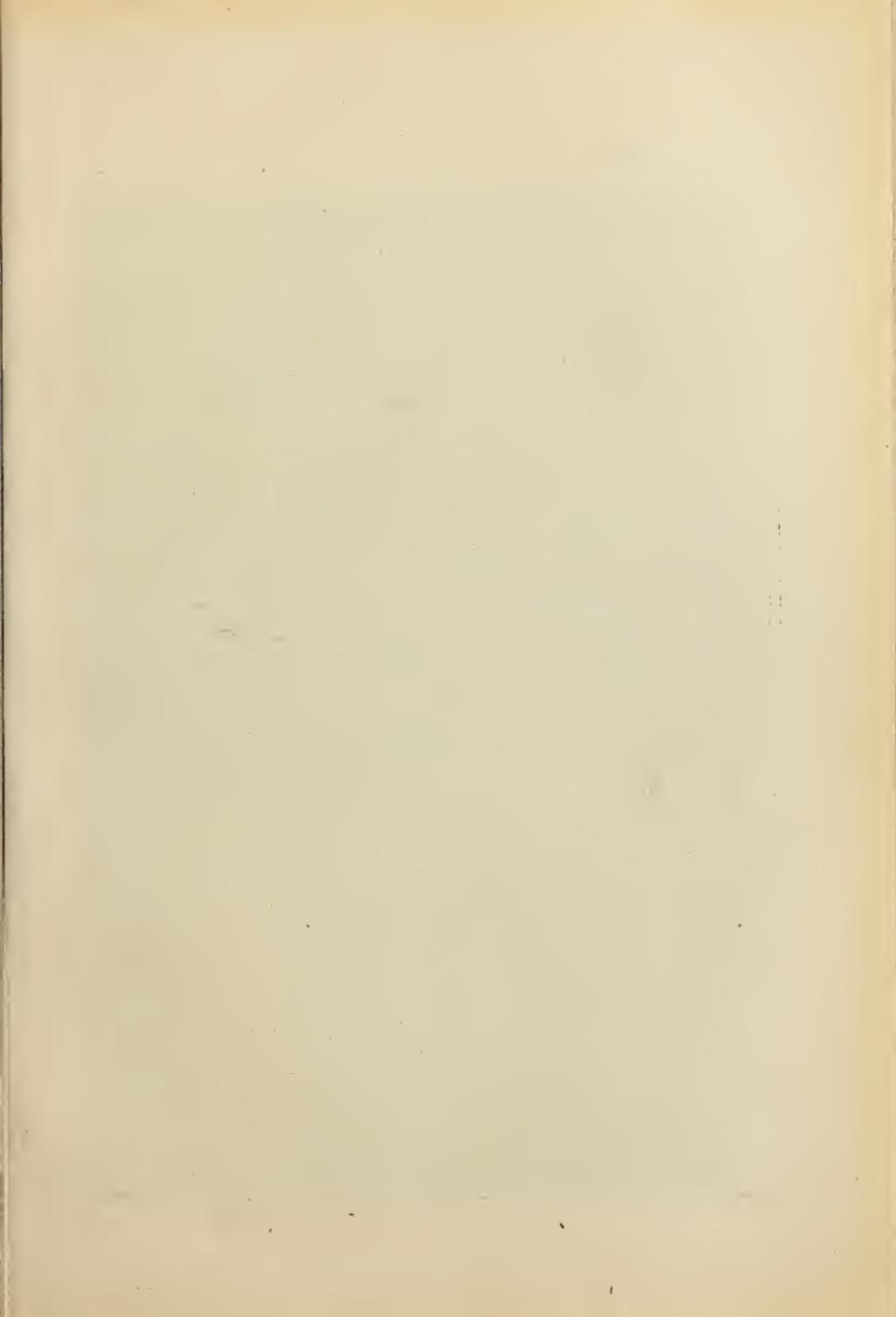


Horto Simões Lopes — Cultura experimental de Jutaca



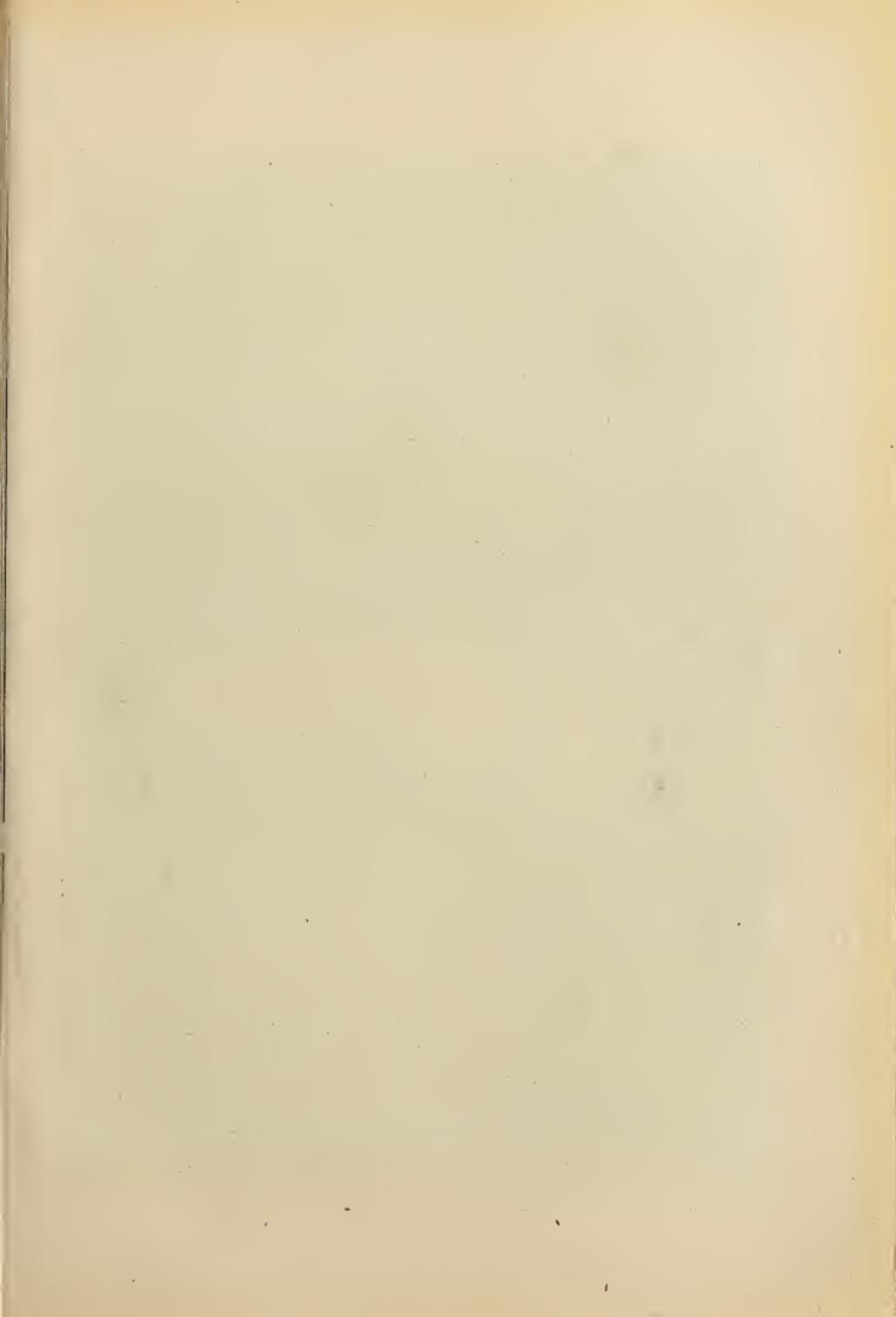


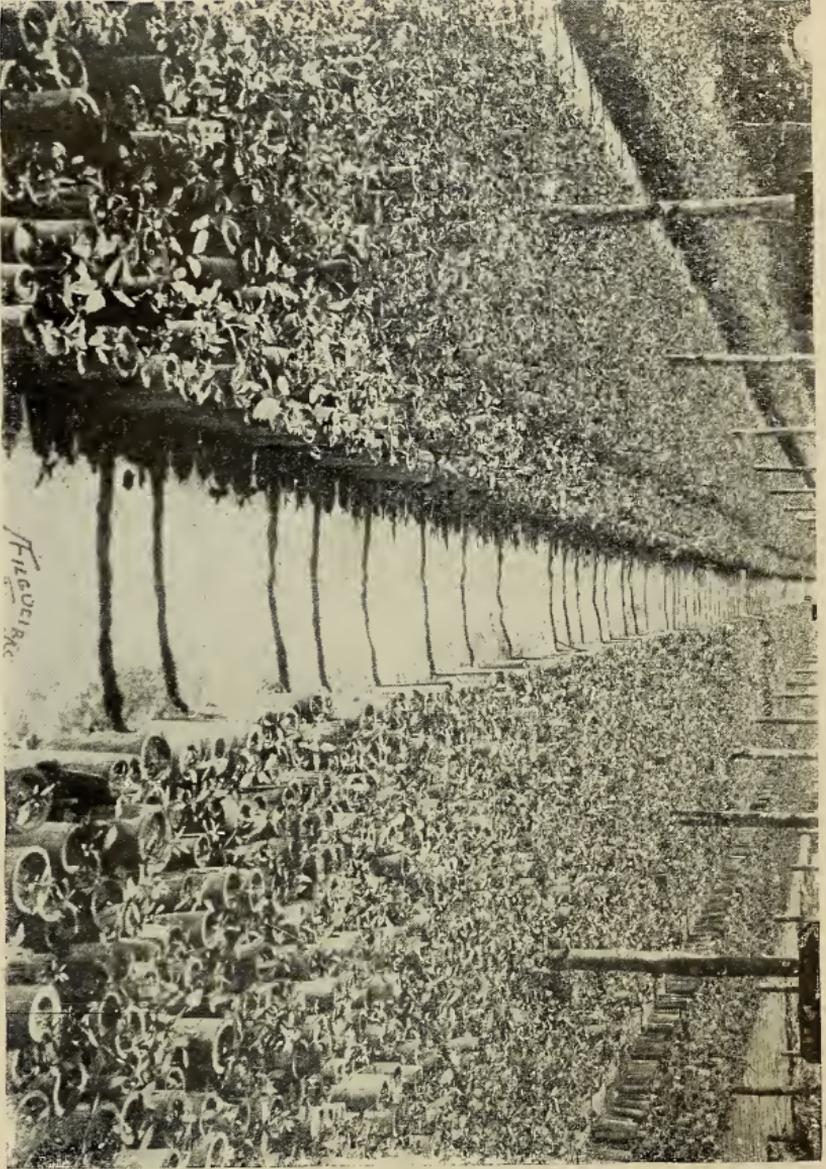
Horto Simões Lopes — Enxertos de citros em crescimento



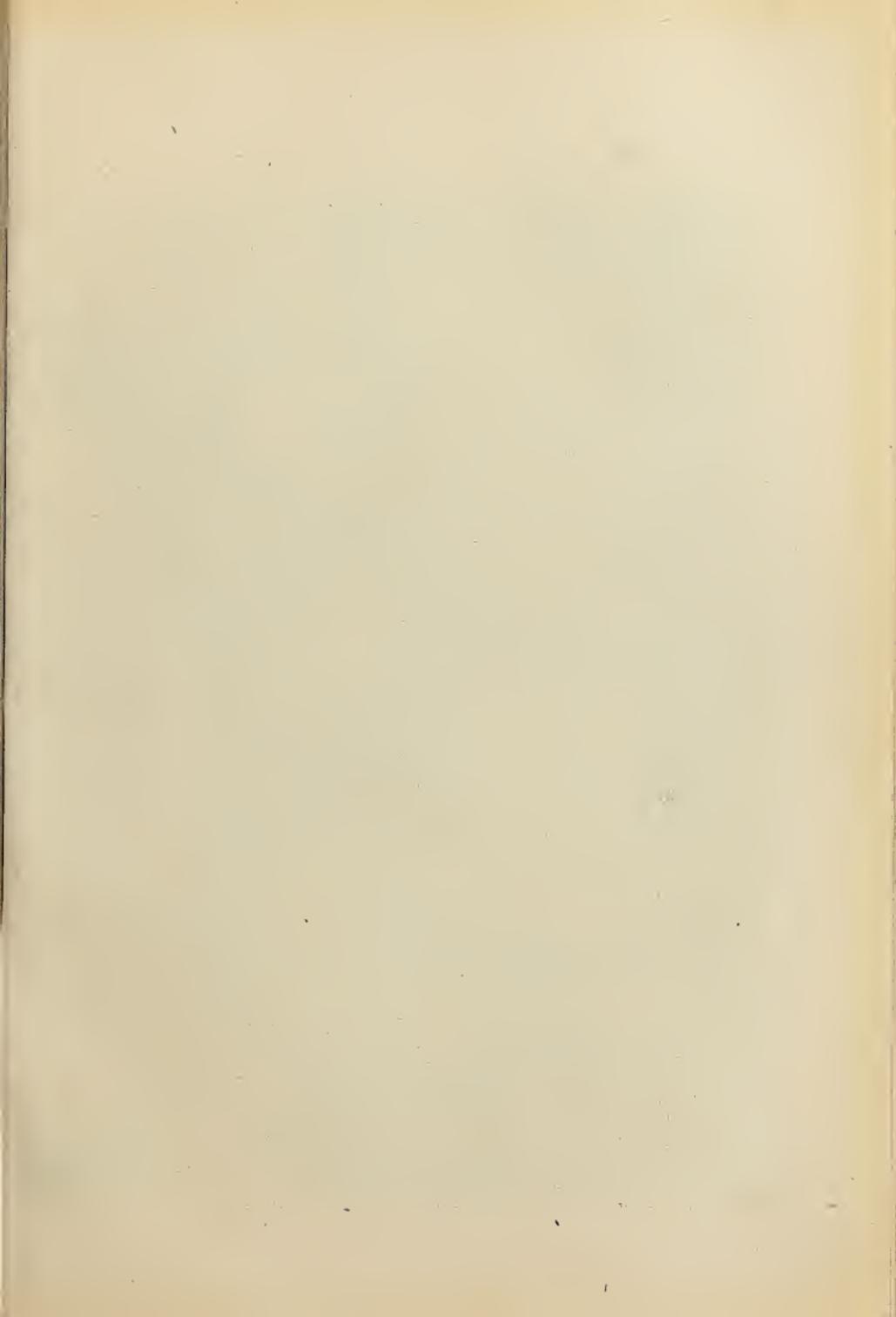


Fazenda S. Rafael — Cultura de coqueiro anão

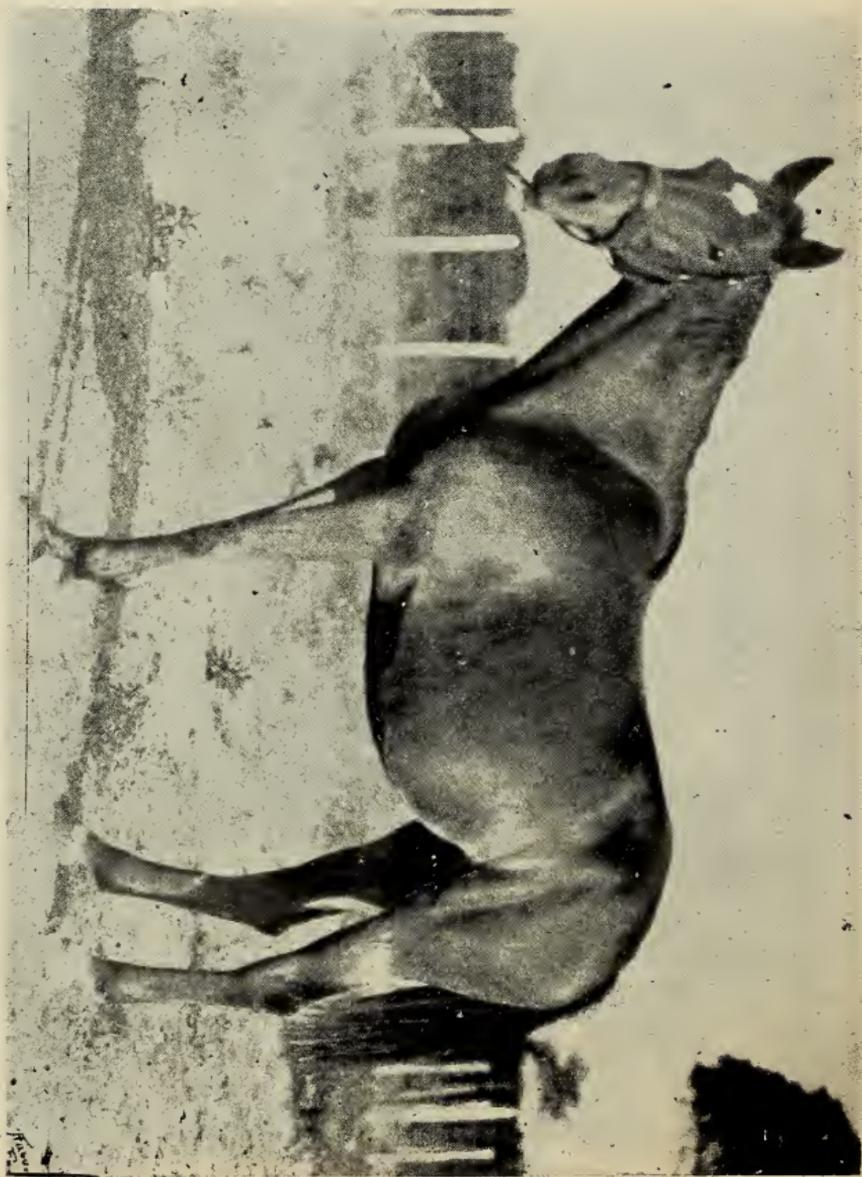


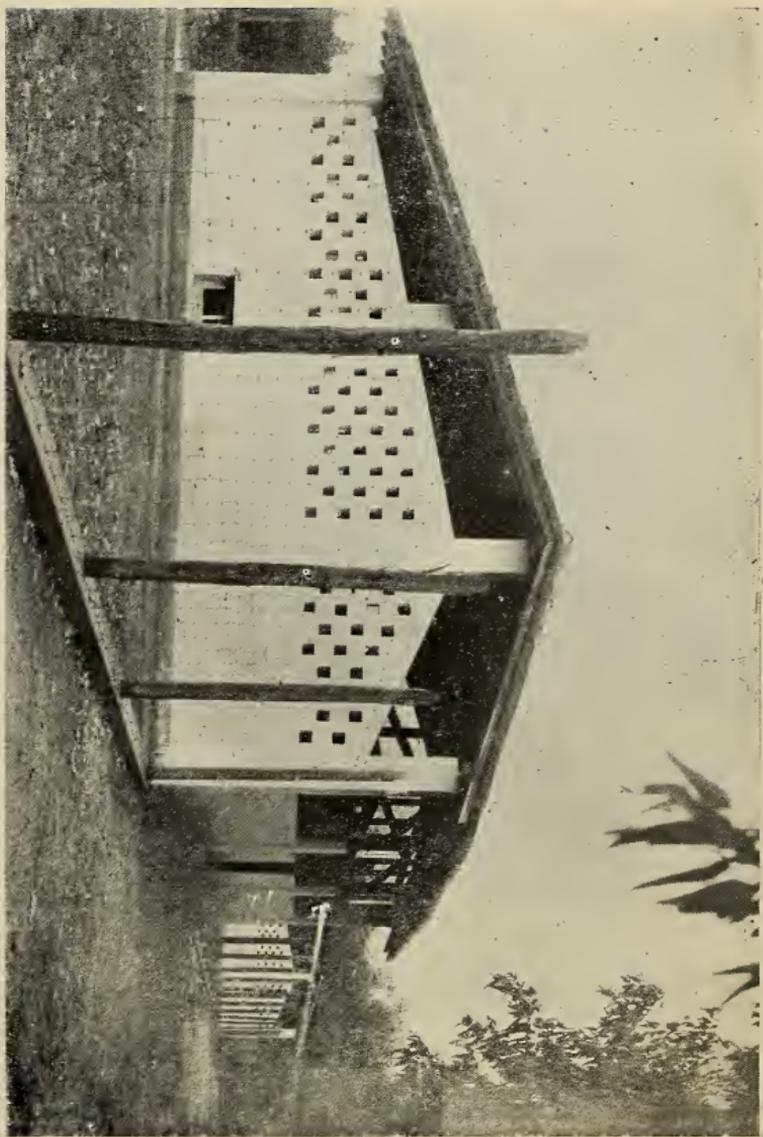


Reflorestamento da Fazenda Mangabeira — Mudas de eucaliptos enviveiradas
(Iniciado em fins de 1940).

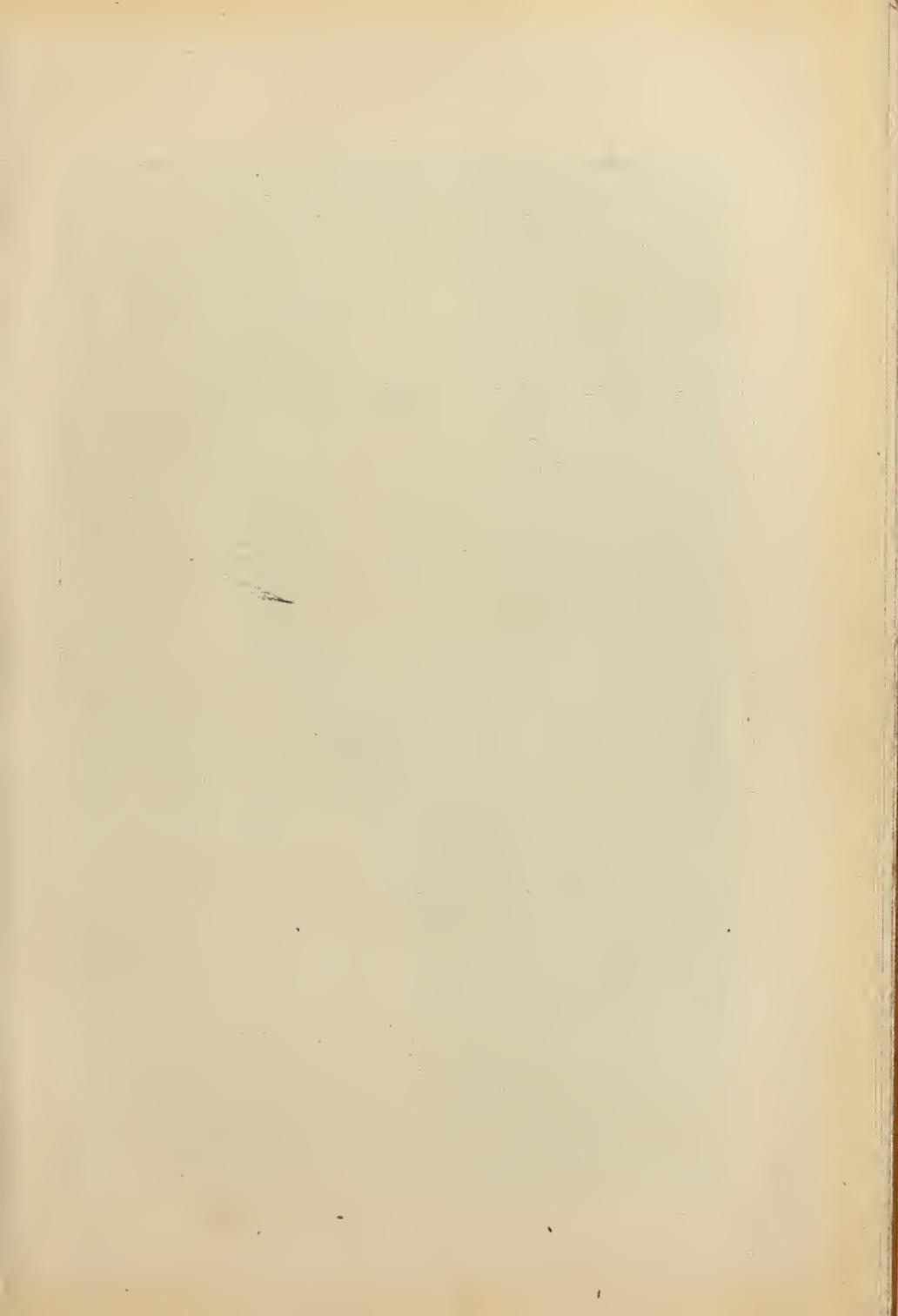


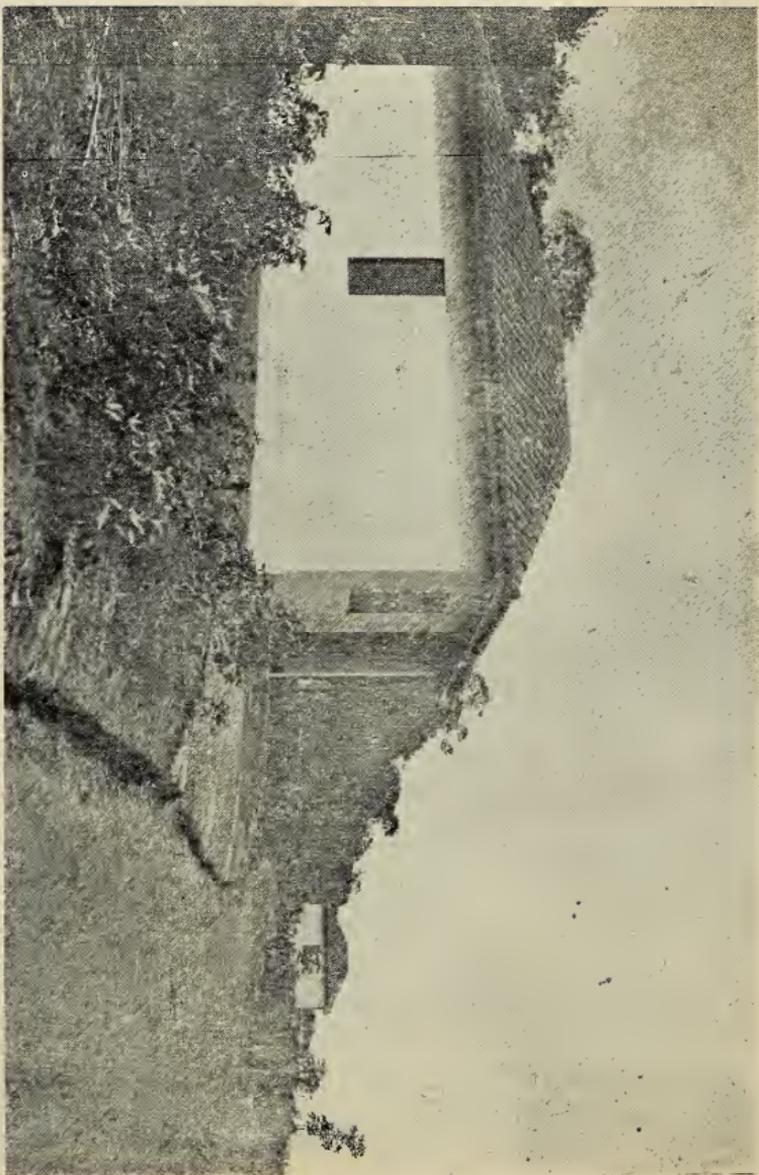
Granja S. Rafael — Palmira — reproductora puro sangre inglés





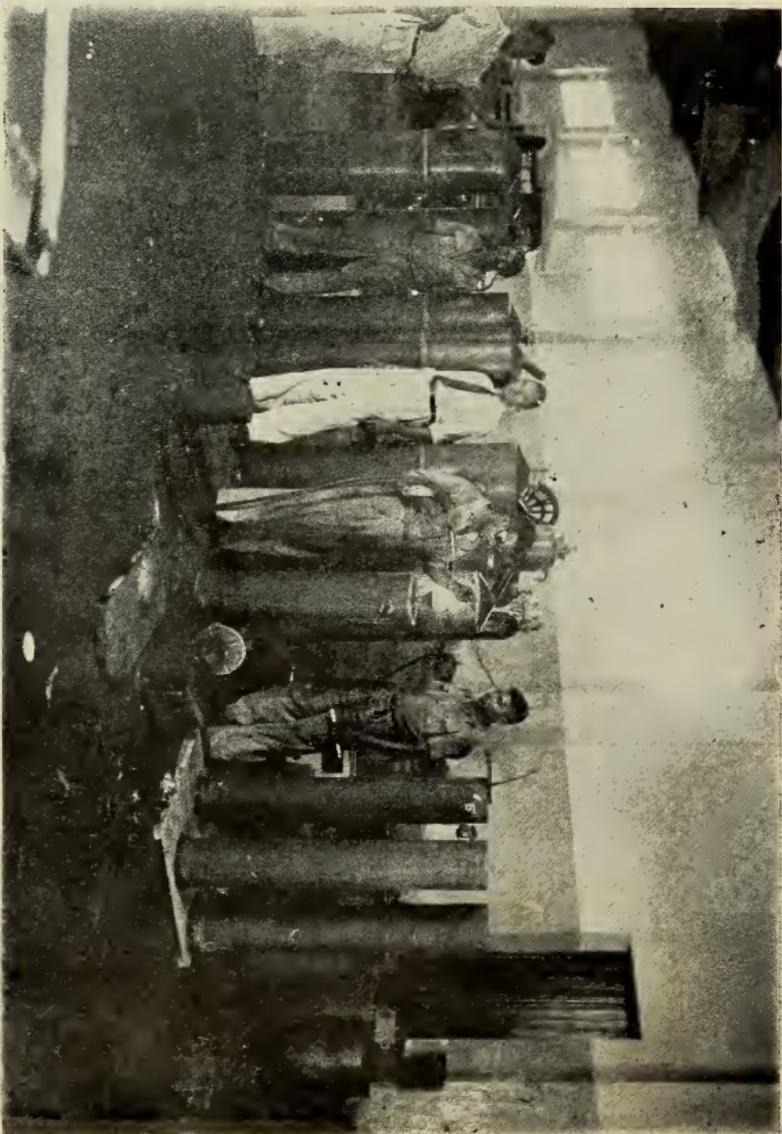
Fazenda S. Rafael — Novos parques e abrigos avícolas

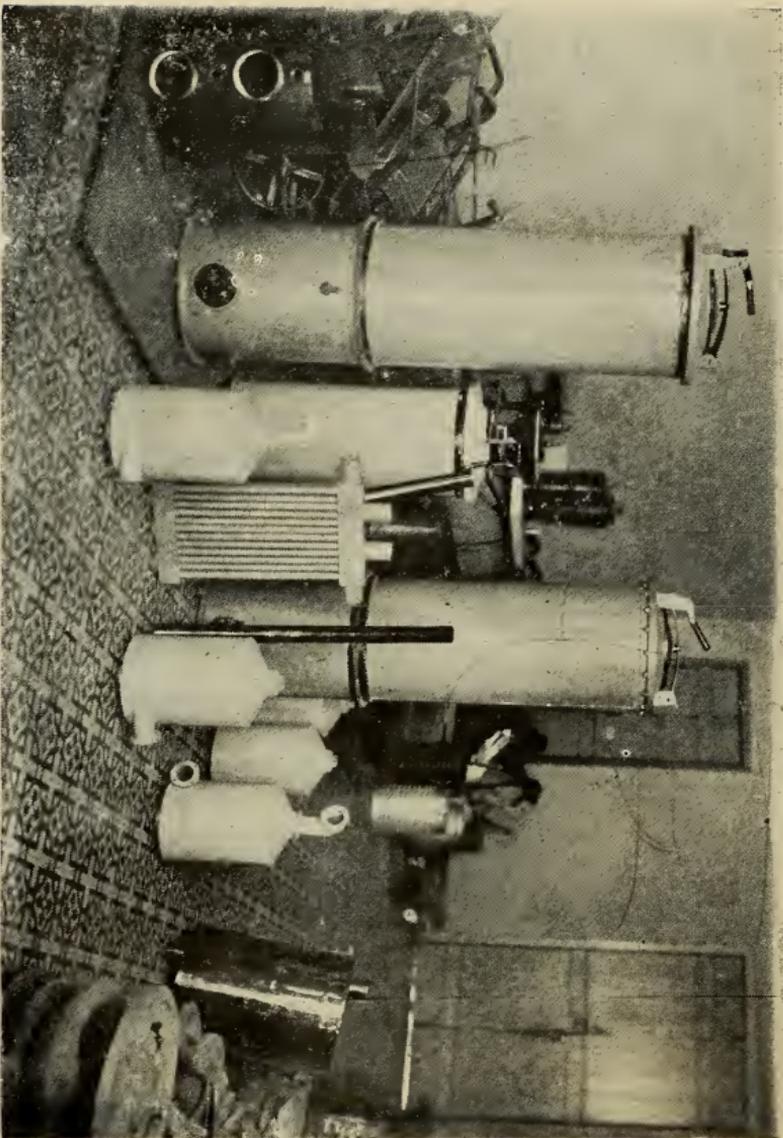




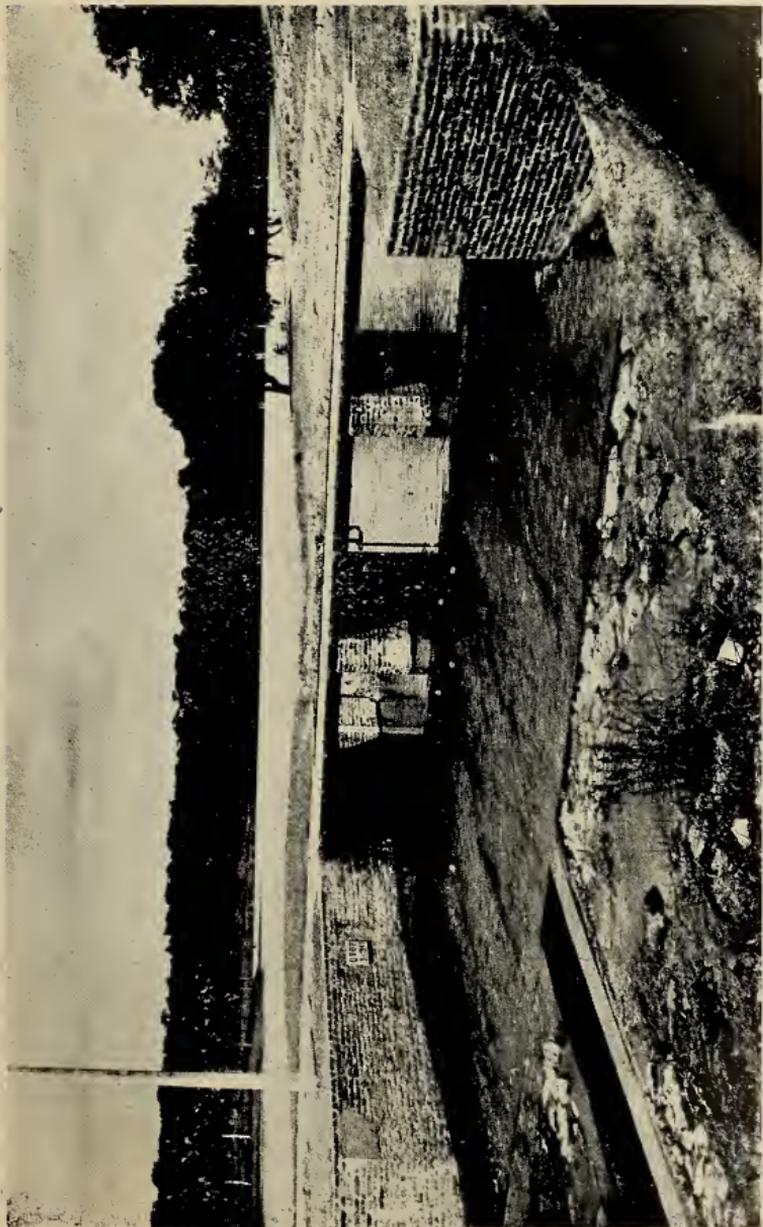
Fazenda S. Rafael — Novas construções para colonos brasileiros

Ibitoria de F. da Produção — Confeção de essegênios para caminhões, nas Oficinas de Barreiras

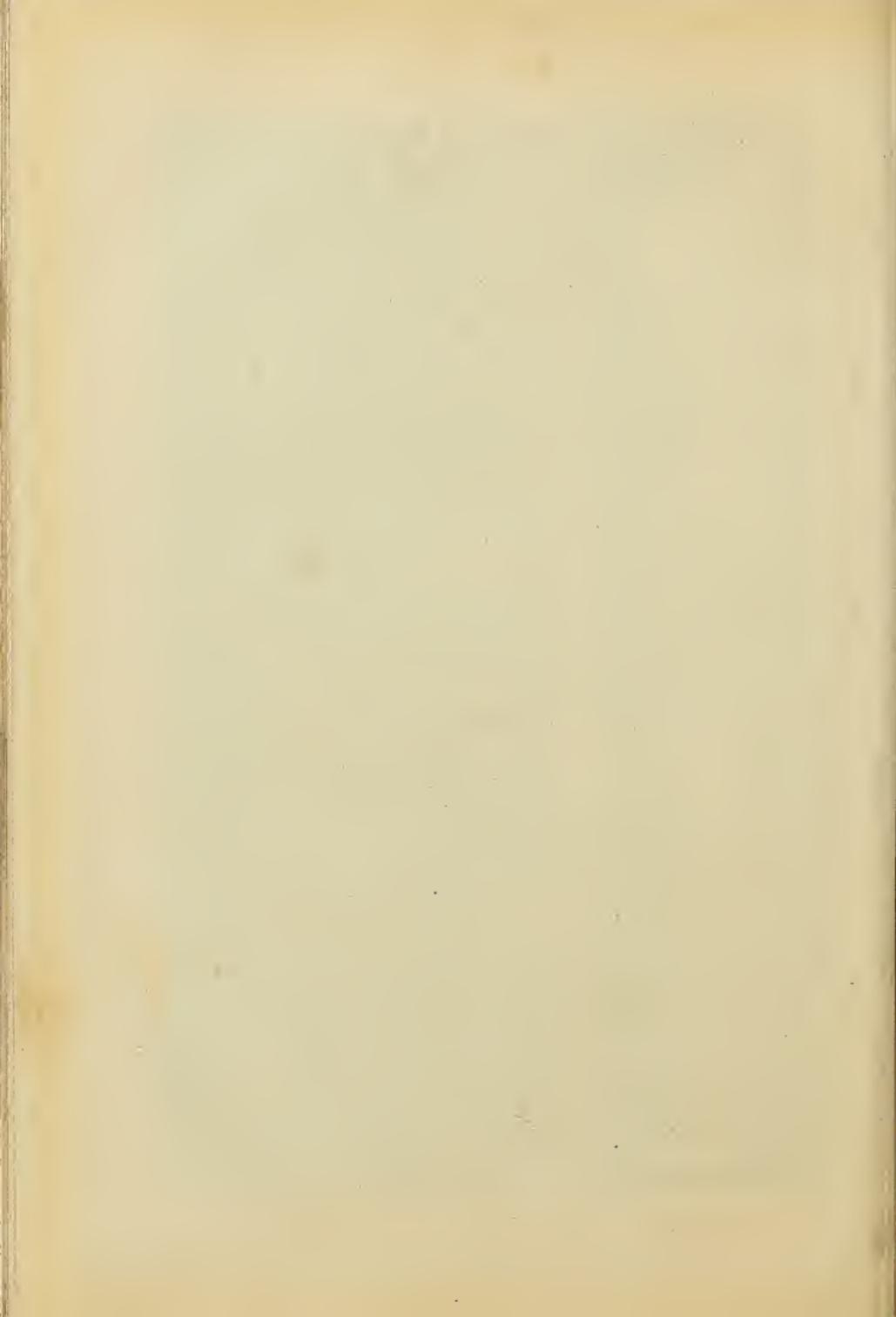




Directoria de F. da Produção — Gasogênios D.F.P. para caminhões, construídos nas Oficinas de Barreiras



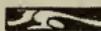
Vertedouro no "Manancial Jaguaribe"



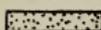
**CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS
ÁGRO-PECUÁRIOS**

CONSUMO DE ALGODÃO NAS FABRICAS DO ESTADO
Safr 40/41

ENTRADA



CONSUMO



QUILOS
1.900.000

1.800.000

1.700.000

1.600.000

1.500.000

1.400.000

1.300.000

1.200.000

1.100.000

1.000.000

900.000

800.000

700.000

600.000

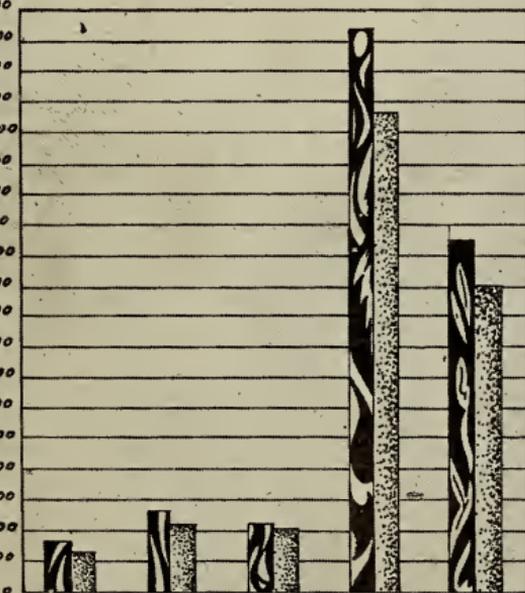
500.000

400.000

300.000

200.000

100.000



S.A. I. TEXTIL DE C. GRANDE FIAÇÃO AREHOPOLIS DE C. GRANDE FIAÇÃO E TEC. DE C. GRANDE C.T. PAULISTA R. TINTO C. TECIDOS PARAIBANA

D.S.P. DIVISÃO DE ORGANIZAÇÃO E ORÇAMENTO

CRIADA com o fim de realizar a classificação para negócios dentro do Estado, a Diretoria de Classificação de Produtos Agro-Pecuários, de conformidade com a assinatura do acôrdo entre o Ministério da Agricultura e o Govêrno da Paraíba e sua posterior execução, aqui objetivou a política federal de defesa e padronização dos nossos produtos exportáveis, executando todas as classificações decretadas pelo Govêrno da República, dentro dos novos moldes que uniformizam êsses trabalhos no País.

Afora a repartição central existe em cada município, ou grupo de pequenos municípios, um encarregado dos trabalhos de classificação que a efetua nos produtos que se destinam a outros Estados, exercendo ainda essa fiscalização outros servidores que se encontram junto a maquinismos e fábricas dos municípios.

Assim, progressivamente, se vai desenvolvendo um ambiente de confiança, fator indispensável á realização dos bons negócios, o qual atingiu o seu maior aperfeiçoamento com a execução do decreto estadual que mandou adotar no Estado as INSTRUÇÕES PARA O CONTROLE DOS TRABALHOS DE CLASSIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO ALGODÃO CLASSIFICADO, já anteriormente aprovadas pela portaria n.º 259, de junho do mesmo ano, do sr. Ministro da Agricultura.

De acôrdo com essas Instruções o algodão em sacas, isto é, destinado a negocios internos, somente poderá ser consumido pelas fábricas do Estado, ou abertas as sacas para reenfardamento nas prensas de alta densidade, mediante autorização ao fiscal dêsse serviço do certificado de classificação para negocios internos.

São, realmente, invulgares as vantagens provenientes dêsse contrôle. Ele permite, por ocasião do algodão ser classificado para exportação, já depois de reunido em fardos de alta densidade, con-

frontar as duas classificações: da mercadoria em sacas e em fardos.

Seleção de Algodão em caroço — A seleção do algodão em caroço deve realizar-se desde a colheita do acôrdo com o “Regulamento da Fiscalização da Colheita, Beneficiamento, Classificação, Armazenagem e Circulação do Algodão no Estado da Paraíba”, aprovado por portaria n.º 266, de 25 de junho de 1941, do Ministério da Agricultura, e cuja execução no Estado, foi ordenada se efetuando sob os melhores auspícios por fiscais designados para tal fim.

Rendas — Pelo decreto n.º 211, de 26 de janeiro último a arrecadação das rendas desse Serviço passou a ser efetuada pela Secretária da Fazenda, dando assim, uma feição essencialmente técnica de assistência e proteção ao principal produto do Estado.

De setembro de 1940, a dezembro de 1941, foi arrecadada a importância de 2.118:748\$607.

Visando, ainda, o estímulo, aperfeiçoamento e desenvolvimento técnico e econômico do produtor, estabelece a clausula XII, do acôrdo entre o Ministério da Agricultura e o Estado da Paraíba, que os serviços articulados deverão ser executados dentro da maior harmonia e colaboração e é sob êsse ritmo de perfeita compreensão e trabalho que êles se vêm desenvolvendo com resultados altamente significativos.

**SERVIÇOS DE SANEAMENTO
URBANO**

(CAPITAL E CAMPINA GRANDE)

TIVERAM máximo desenvolvimento os trabalhos a cargo da Repartição de Saneamento de João Pessoa, salientando-se os aspectos em seguida destacados:

Rêdes d'água e de esgôto — Durante o exercício de 1941 fôram construídos 3.072 metros de rêdes distribuidoras d'água, no montante, de Rs. 185:811\$600 e ampliada a rêde de esgôto com 950 metros de extensão, na importância de Rs. 35:241\$100.

Assinalam-se, também, importantes beneficiamentos nas instalações da Casa de Detenção, Orfanato D. Ulrico, Maternidade, Escola Profissional "Presidente João Pessoa" e Asilo Colônia "Getúlio Vargas".

Fôram, ainda, realizados, no Asilo de Mendicidade "Carneiro da Cunha", serviços de máxima importância para beneficiamento e ampliação de suas dependências que de há muito vinham necessitando de urgentes reparos.

Na Colônia de Férias "João Pessoa" foram efetuados vários outros serviços sanitários.

Manancial de Jaguaribe — Sendo um dos setores de maior interesse para essa repartição, foi por isso mesmo, objeto de grandes melhoramentos destinados a atender o desenvolvimento constante da população.

E' assim que fôram construídas cêrcas de arame farpado para a sua proteção e colocadas bombas elétricas verificando-se, também, um aumento de mais de 1.200 metros de encanamento na rêde de captação, ficando, assim, elevada a produção atual de 1.100 lpm. Foram objeto, ainda, de importantes reformas as bombas de máquinas a vapor e o vertedouro, e alargadas as escadas internas do manancial, sendo construída uma estrada de contorno á área de proteção com 600 metros de extensão e três

rêdes elétricas com posteação de cimento armado de 1.200 metros de extensão.

Movimento financeiro — A receita realizada no exercício passado importou em 1.320:265\$700.

Patrimônio — Os bens patrimoniais da Repartição de Saneamento de João Pessoa estão calculados em 9.921:105\$700.



Em 1941 entrou o Saneamento de Campina Grande, no terceiro ano de funcionamento. Enquanto os dois primeiros anos foram destinados aos serviços de organização interna, ajustamento ao meio e consolidação das obras, já o terceiro pode-se considerar, de um modo geral, como da fase de estabilidade de sua exploração. Naturalmente, uma repartição que consiste em serviço de utilidade pública, por sua natureza industrial, não se pode cristalizar em forma rígida. Pelo contrário, tende sempre, a comportar-se como um organismo vivo, em progressiva adaptação e movimento contínuo, caracterizado ora pelas necessidades de melhoramento na sua organização administrativa (seleção de pessoal, adoção de métodos mais eficientes de trabalho, racionalização e padronização do material), ora pelos novos problemas nascidos da necessidade de melhor atender ao público com as obras complementares e suplementares exigidas para o mais perfeito funcionamento dos serviços internos. Em resumo, a Repartição de Saneamento de Campina Grande está preenchendo, plenamente, sua finalidade e resolvendo aos poucos, mas seguramente, seus problemas de expansão e aperfeiçoamento.

Despesa apropriada — Convém destacar que a despesa total de custeio e conservação desse serviço foi de 618:986\$327 sendo 59:662\$846 correspondente a incorporações ao patrimônio.

Receita — O total da receita, 469:682\$200 excede em 19:682\$220 á previsão da lei de orçamento de exercício.

Mediante análise estatística, verifica-se além de um crescimento consolidado da receita, uma flutuação em correlação

com os meses chuvosos, principalmente na parcela proveniente dos chafarizes.

Movimento do almoxarifado — O valor total dos materiais em depósito aumentou de 35:912\$803, sendo 20:340\$247 devidos a materiais novos adquiridos e o restante proveniente de devoluções.

Tratamento d'água — No funcionamento e contrôle da estação de beneficiamento d'água, destaca-se o volume tratado, de 397.162 metros cúbicos para o ano e a média mensal de 33.096 m³. No último trimestre manifestou-se uma subida rápida do volume além do justificado pela estação sêca.

Trabalhos da Secção Técnica — A essa secção estão afetos os serviços do Escritório Técnico, Topografia, Instalações Domiciliárias e o das Rêdes de água e esgôto, os quais se desenvolveram com real eficiência preenchendo em todos os setores, os objetivos visados.

SERVIÇOS PORTUARIOS

Receita — A renda do Pôrto, em 1941 atingiu a cifra de 1.118:425\$000.

Despêsa — Em 1941 foi de 927:107\$318 a despêsa realizada.

Saldo — Foi de 191:317\$682 o saldo apresentado pela exploração dos serviços portuários durante o exercício de 1941.

Tráfego — Em 1941 o movimento de embarcações nos portos de Cabedêlo e João Pessoa foi o seguinte:

Pôrto de Cabedêlo :

Navios nacionais	392
Navios estrangeiros	22

	414

Pôrto de João Pessoa:

Embarcações a vela:

Pequena cabotagem	26
Grande cabotagem	191

	217

Verifica-se que, enquanto o Pôrto de João Pessoa acusa exatamente o mesmo número de embarcações para os anos de 1940-41, o Porto de Cabedêlo acusa uma diferença para menos, de 41 navios em 1941.

Pôrto de Cabedêlo — Movimento de passageiros: — Em 1941 embarcaram 4.036 passageiros e desembarcaram 1.948 neste pôrto.

Pôrto de Cabedêlo — Movimento de mercadorias: — Em 1941 o Pôrto de Cabedêlo movimentou 27.065,255 toneladas de mercadorias de longo curso e 96.225.743 toneladas de mercadorias de cabotagem. Para a primeira houve um decréscimo de

16,18% e para a segunda um aumento de 11,18%, comparados ao ano de 1940.

Pôrto de João Pessoa — Nesse Pôrto foram movimentadas em embarque e desembarque 14.439.141 toneladas de mercadorias diversas, contra 15.841.013 no ano de 1940.

Importação e exportação — Comparando-se o movimento de importação com o de exportação por êsses dois portos do Estado, verifica-se o fato, altamente promissor para a economia paraibana, de que a nossa exportação supera a importação em quantidade e valor, e em números bastantes expressivos.

Assim, enquanto vendemos para o país e para o exterior 93.778,886 toneladas no valor de 102.699:400\$300, apenas compramos 43.951,624 toneladas no valor de 58.805:543\$000.

Conservação — Calçamento do cais — Foi feita a reconstrução do calçamento a paralelepipedos do cais do pôrto, num total de 3.629 metros quadrados.

Esse serviço é de evidente importância em virtude do mau estado em que o mesmo se encontrava.

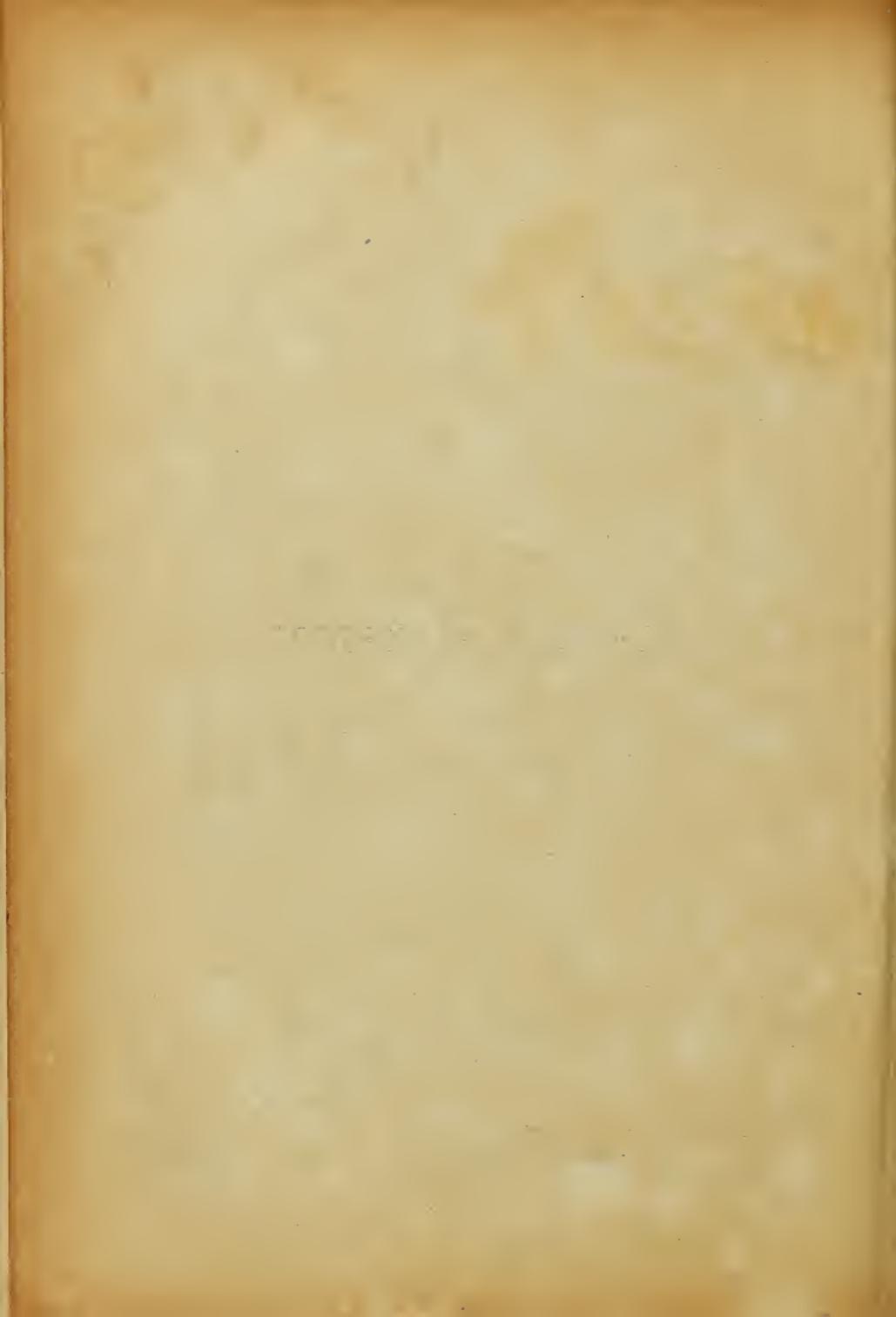
Oficinas: — Foram empreendidos, dentro das possibilidades financeiras a melhoria e reparos na oficina do Pôrto que ora se encontrava relegada ao mais absoluto abandono.

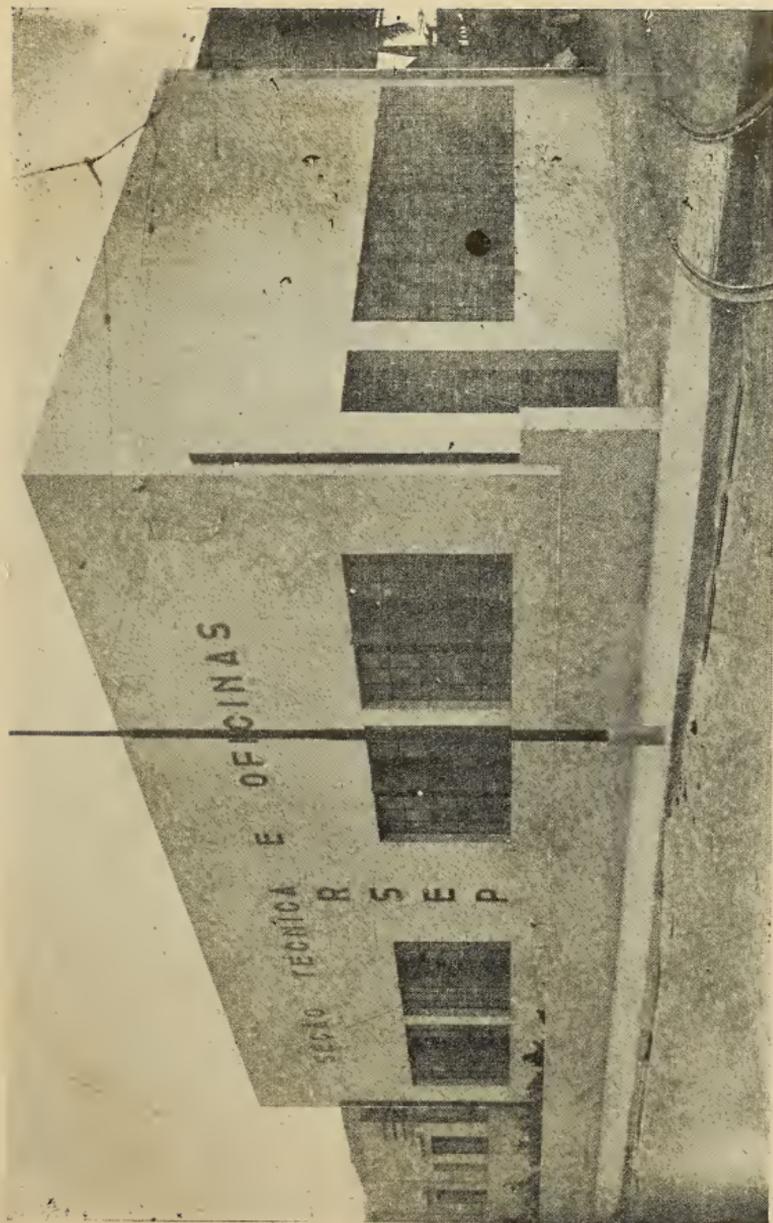
Como resultados primeiros desse empreendimento, já fôram efetuados reparos gerais em todas as máquinas operatrizes, montagem de uma serra vertical para madeira, instalação de fundição para peças até 800 quilos, serviços de solda óxido-acetilênica, etc., além de reparos numa caldeira a vapor que hoje movimenta a referida oficina.

Assim fazendo, além da melhor aparelhagem de que ficaram dotados os serviços de conservação das instalações, desenvolve-se uma outra fonte de renda para o Pôrto com a execução de serviços para particulares.

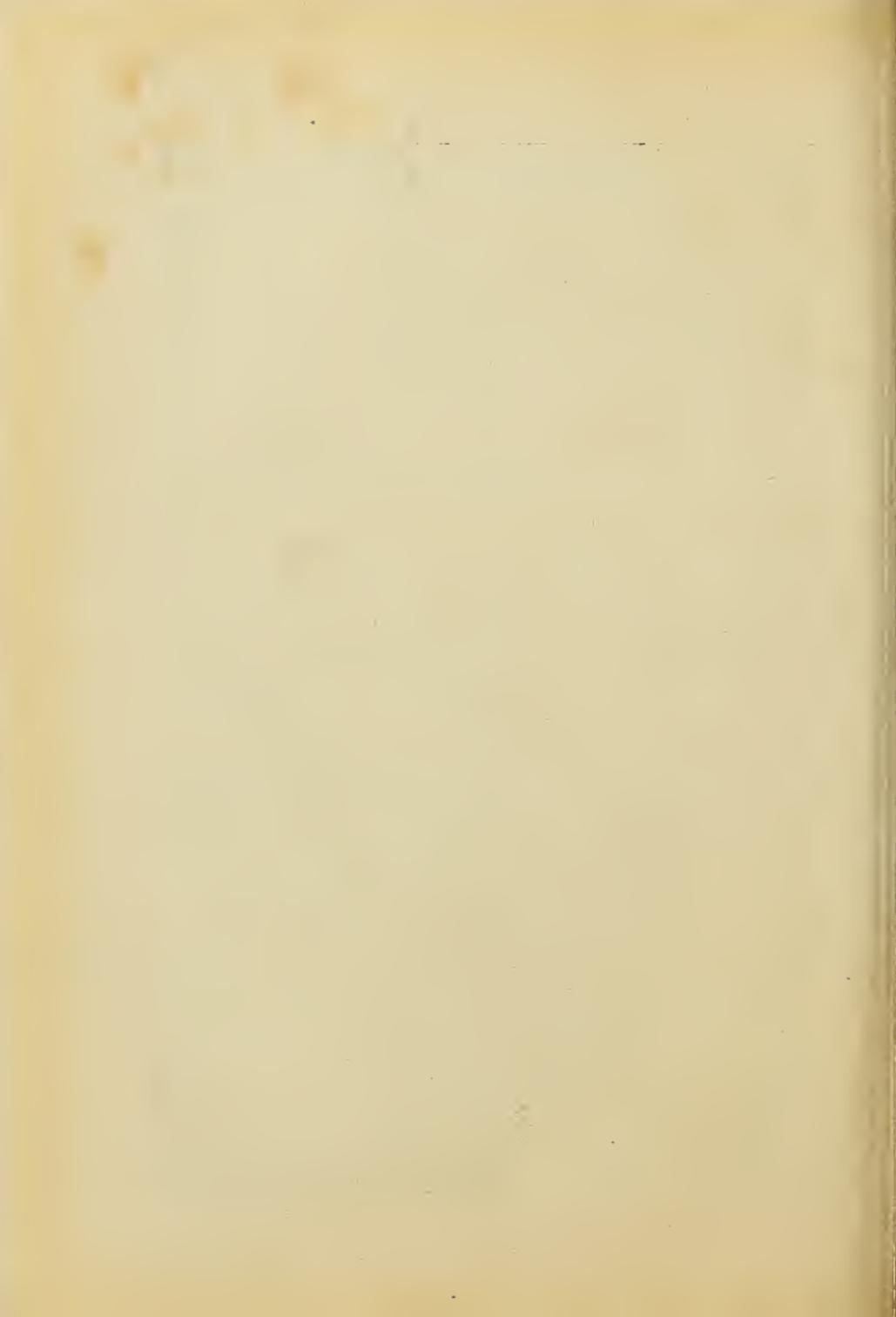
Receita e despêsa média por tonelada movimentada: — Dos elementos expostos no presente relatório, verifica-se uma receita média por tonelada de mercadoria movimentada na razão de 8\$120 e como despêsa a de 7\$029 por tonelada.

SERVIÇOS ELÉTRICOS





Repartição dos Serviços Elétricos da Paraíba — Seção Técnica e Oficinas



DE desenvolvimento sempre progressivo fôram os trabalhos afetos á Repartição dos Serviços Elétricos que tem a seu cargo a iluminação pública e particular dos municípios de João Pessoa e Santa Rita e os serviços de bondes da Capital do Estado.

Durante o ano p. findo houve uma produção de energia de 10.310.673 Kwh. cabendo 93,8% á Usina Central Elétrica e 6,2% á Cruz do Peixe.

No exercício de 1941 fôram construidos três importantes circuitos em alta tensão destacando-se, em importancia, o que liga Barreirás á cidade de Santa Rita o qual, dèsde outubro último, passou a receber energia da capital.

Receita — A Tesouraria da repartição recebeu em 1941 Rs. 3.290:558\$800. Acrescentando-se a essa importancia o valor da iluminação pública da capital e energia ás repartições públicas estaduais e municipais e serviço realizado pelas suas oficinas para outras repartições, atingira a receita a um total de Rs. 4.105:674\$800.

Confecção de material — Num louvavel esforço para melhor servir ao Estado foi confeccionado na Sub-Estação uma apreciavel quantidade de material para alta tensão e outros misteres que importou em regular economia para o Estado.

Tráfego — No exercício de 1941 fôram feitas várias duplicações de linhas de bonde as quais ficaram acrecidas de mais 490 metros.

Rendas — A renda do tráfego de bondes foi de 1.315:360\$300, registrando um acréscimo de mais de 15% sôbre a arrecadação de 1940.

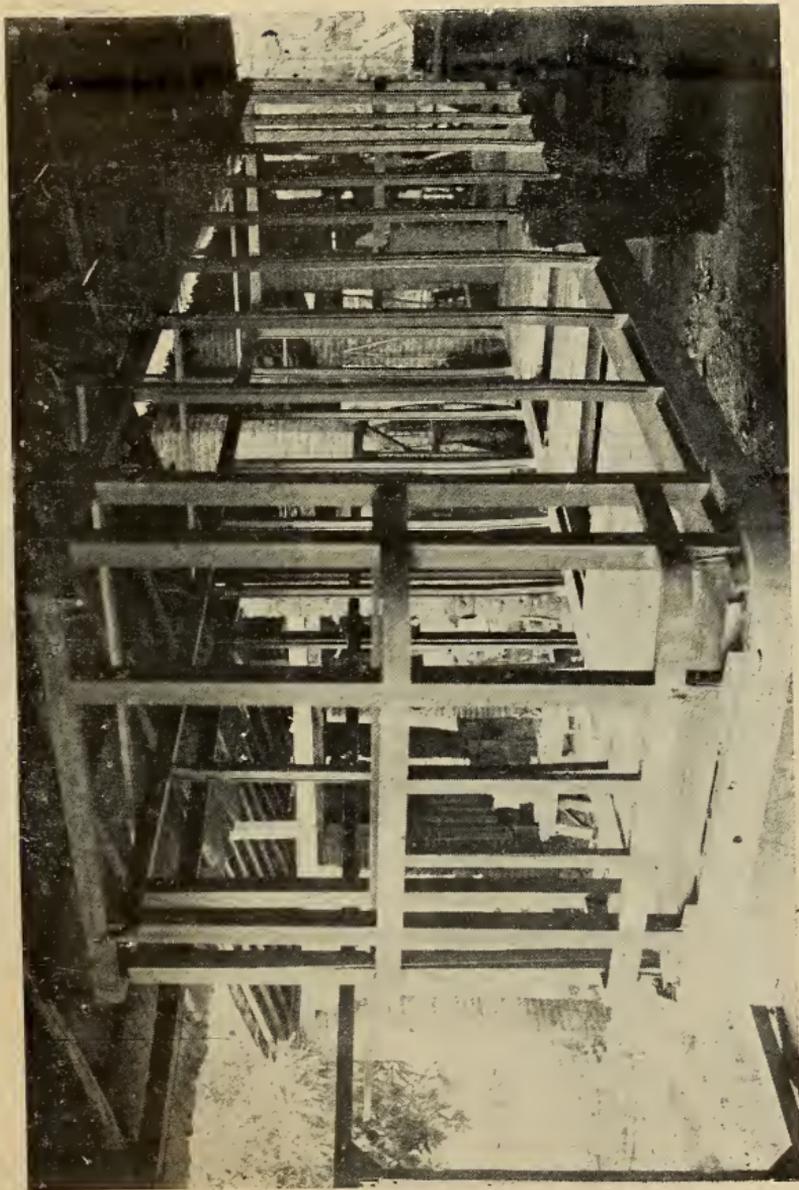
Serviços diversos de oficinas — Tiveram pleno desenvolvimento êsses trabalhos, destacando-se entre outros: reformas gerais em bondes, cruzamentos, fundições e ajustamento de bombas,

travessões e portas para caldeira, e outros serviços de menor importância.

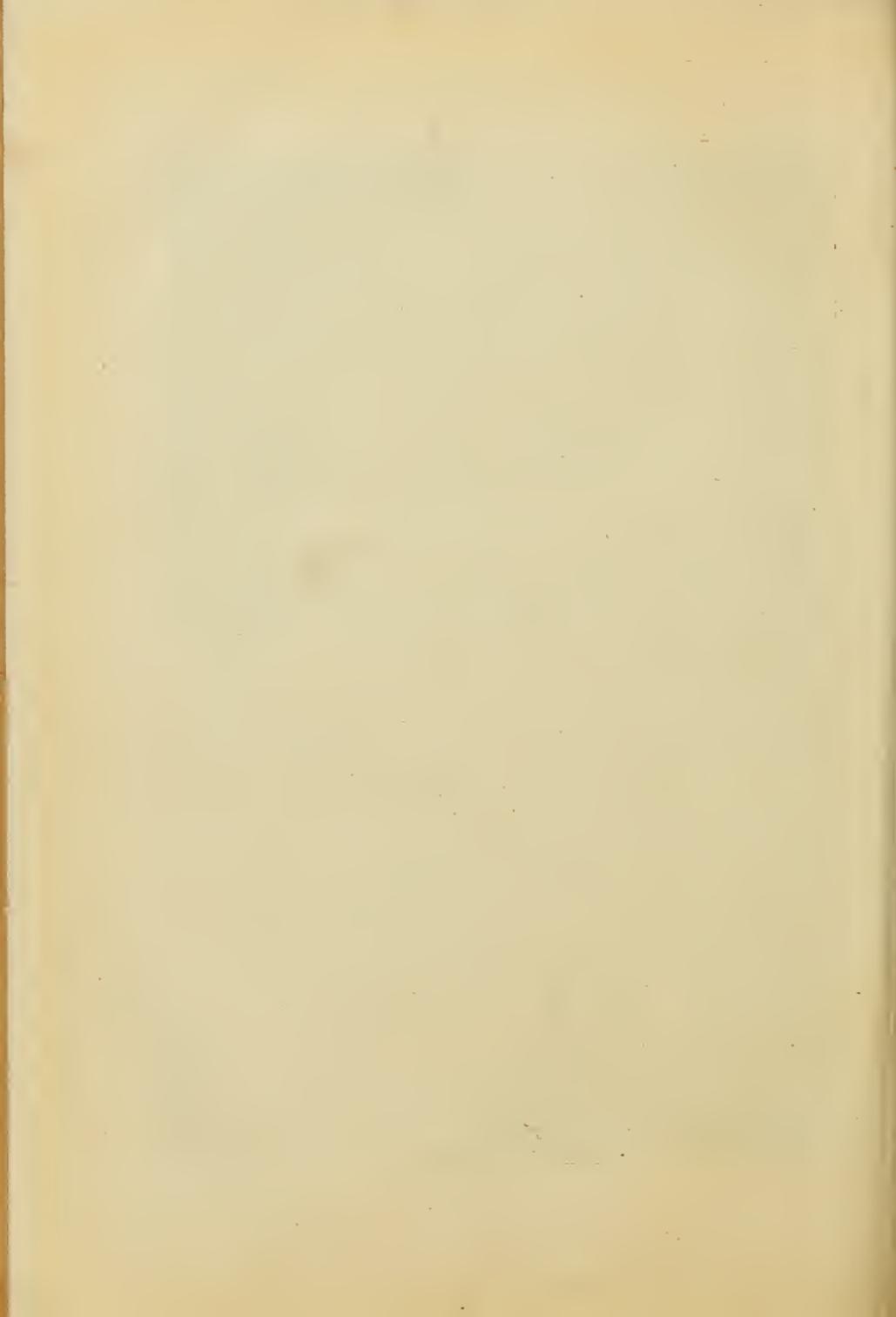


Pelo Decreto-lei n.º 193, de 18 de setembro do ano passado, o Governo autorizou a Repartição dos Serviços Elétricos a contrair um empréstimo no valor de 1.700:000\$000 para execução de um plano de melhoramento constando o mesmo da aquisição de oito bondes, 6.000 metros de linhas férreas no perfil "VIGNOLE" de 28 Kgs-métros, 6.000 metros de fio para "TROLLEY" este para o Diesel "Sulze" e outros serviços.

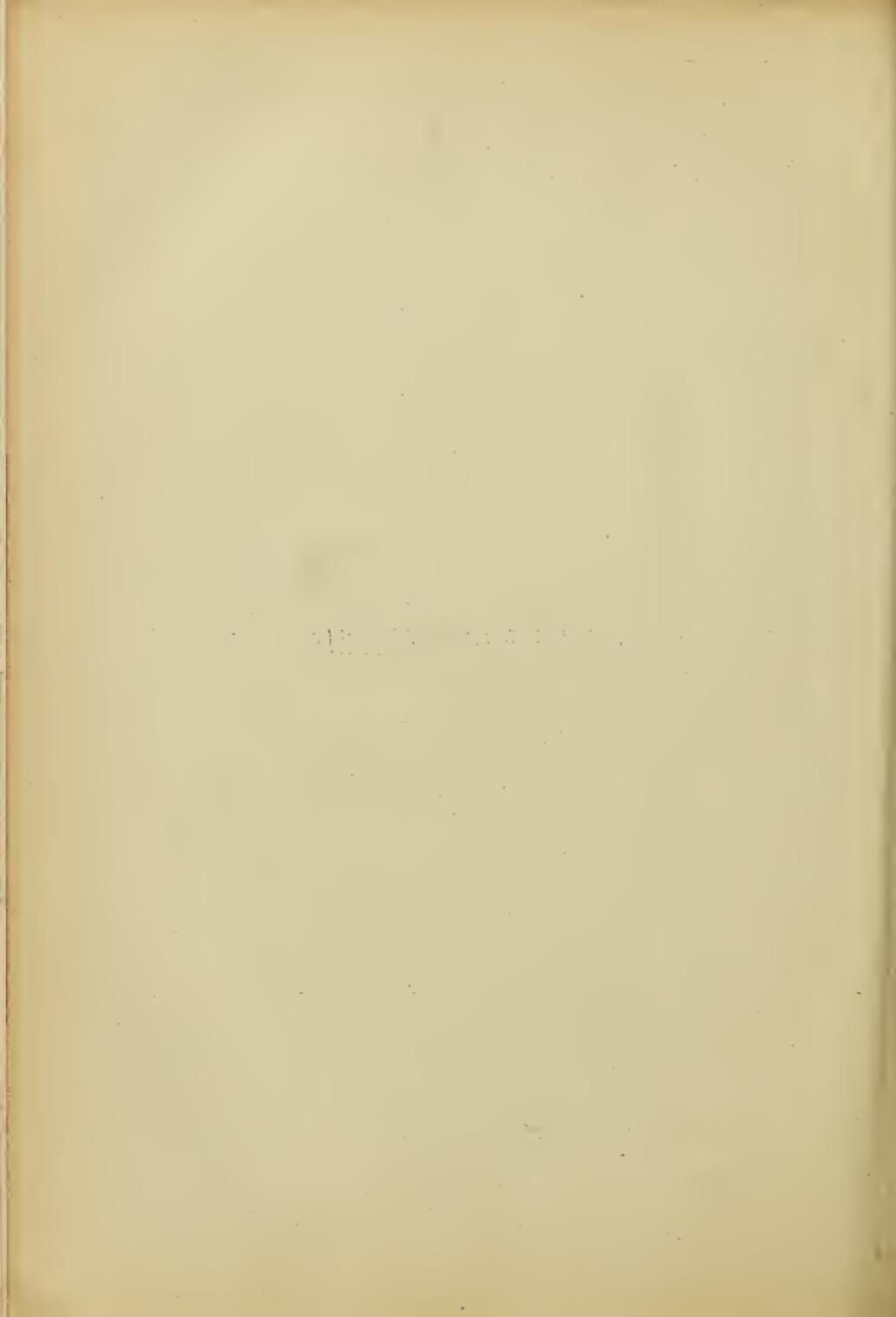
Com esse material terão os serviços Elétricos do Estado uma maior ampliação que possibilitará o seu melhor desenvolvimento dentro das diretrizes traçadas para os trabalhos que lhes são vinculados.



Reparação dos Serviços Elétricos da Paraíba — Oficinas (Bonde em construção)



COOPERATIVISMO



O meu govêrno vem dando ao cooperativismo a amplitude possível dentro das possibilidades econômicas do Estado.

No ano de 1941, mediante o auxílio técnico prestado através do departamento especializado, fiz incentivar as entidades existentes como também determinei reorganizar velhas cooperativas, que passaram a operar no setor do crédito ágro-pecuário, com grandes benefícios para os pequenos agricultores.

No setor da produção, procurou-se amparar sob moldes cooperativos os banguzeiros, proprietários de carcaças e produtores de côco, cujas organizações dependem hoje mais do espírito associativo dessas classes do que do amparo oficial.

* * *

Conta o Estado com cooperativas de vários tipos, as quais estão em franco funcionamento, graças ao auxílio técnico e financeiro que vem sendo prestado.

E' o seguinte o quadro demonstrativo das entidades existentes:

Cooperativas de 1.º grau :

De Crédito

Agrícola Resp. Ltda.	21	
Resp. Ltda. (Raiffeisen)	15	36
Banco Luzzatti	6	42

Mistas

Produção Vegetal	6	
Produção Animal	1	7

Consumo

Individual	5	
Eseolar	21	26
		—
Compras em Comum		1
		—
Total		76

Cooperativas de 2.º grau :

CAIXA CENTRAL DE CRÉDITO AGRÍCOLA DA PARAÍBA

Fôram regularizadas e devidamente registradas oito cooperativas e ainda encaminhada ao Serviço Federal a documentação de cinco novas entidades.

* * *

O movimento global dessas organizações acusa a cifra de Rs. 168.988:342\$100. O capital subscrito dessas pequenas células da economia paraibana ascende a 4.949:044\$000 para um capital realizado de Rs. 4.407:648\$300.

Os valores patrimoniais das cooperativas paraibanas é de Rs. 1.166:000\$500; os fundos de reserva se elevam a 1.018:430\$500 e dispõe de fundos diversos no valor de Rs. 469:569\$300.

Tenho a ressaltar o valor dos depósitos recebidos que vai a 91.230:430\$200, enquanto que houve um movimento de operações de crédito ativo no valor de Rs. 32.091:854\$500.

Conta ainda o Estado com uma cooperativa de segundo grau — a Caixa Central de Crédito Agrícola da Paraíba, que vem agregando cooperativas e associados singulares.

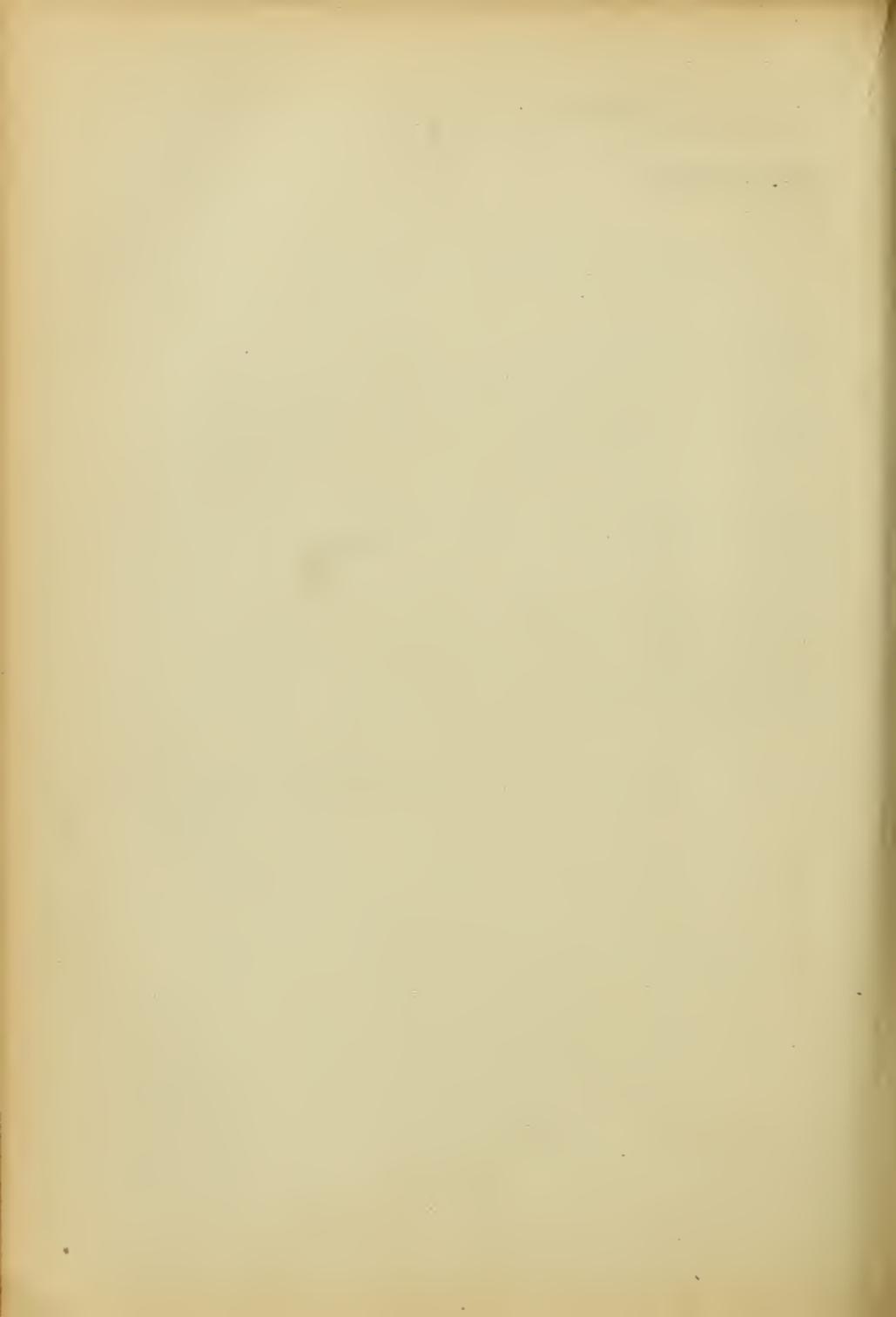
Mantém o Estado o capital fixo de 2.000 contos, afora outros depósitos feitos nêsse estabelecimento para aumentar o financiamento de cooperativas.

Só aos associados singulares emprestou essa organização uma soma de Rs. 2.910:742\$000, para um total de 1.890 operações, o que representa em média 1:540\$000 por empréstimo.

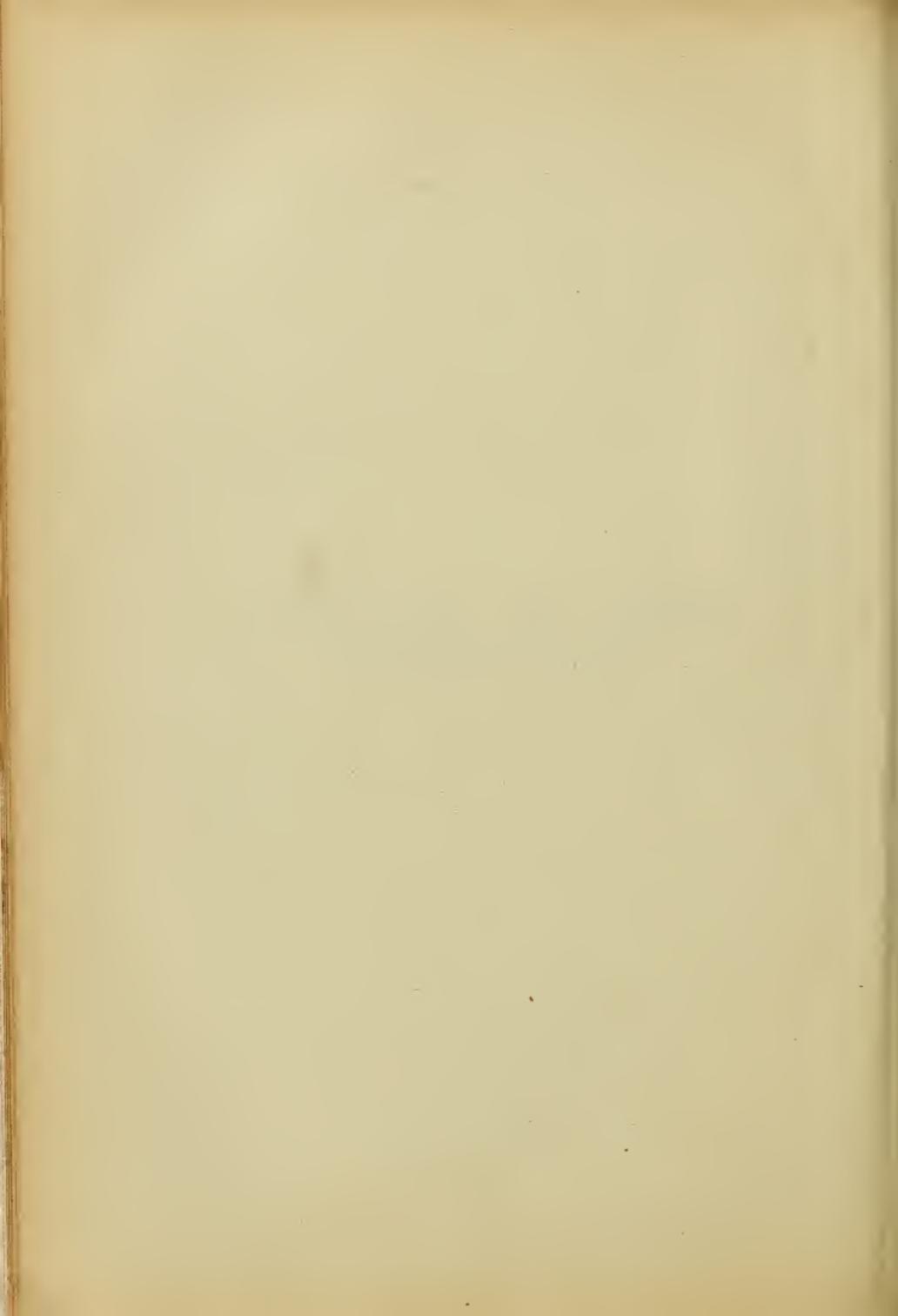
Cooperativismo Escolar

No sentido de criar uma mentalidade objetiva dentro dos ditames da escola moderna, fiz desenvolver também o movimento cooperativista escolar, colocando em funcionamento 22 cooperativas escolares, que estão prestando os benefícios que eram de se esperar, quer no setor econômico, proporcionando aos pequenos cooperados material didático abaixo do preço, quer no setor educacional, preparando gerações ciósas do espírito associativo e das responsabilidades que terão de assumir na vida prática.

Devo ressaltar o auxílio que vem sendo prestado, graças ao acôrdo assinado com o Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura que proporcionou ao Estado os meios de conduzir eficientemente os serviços do Departamento, quer na parte de Assistência, quer na parte da fiscalização. Com êsse objetivo pleiteei e consegui do Govêrno de V. Excia., o auxílio de 50:000\$000 que teve aplicação condizente com a elevada finalidade do Departamento.



**ESCOLA DE AGRONOMIA
DO NORDÉSTE**



A ESCOLA de Agronomia do Nordeste, desde sua fundação, vem prestando, nesta zona do país, assinalados benefícios, os quais poderão ser comprovados por quem quer que se demore a observar os frutos de seu ensino metódico e eficiente.

As turmas se sucedem, compostas de jovens de quasi todos os Estados do Norte, demonstrando praticamente, no contacto com os problêmas do sólo, o seu gráu de aproveitamento e o valor dos mestres que encontraram naquêle educandário.

A localização da Escola trouxe a vantagem de preparar técnicos para a região, pois é sabido que a técnica agrícola não pôde ser aplicada indistintamente sob climas diferentes. O profissional titulado numa escola do sul encontrará sempre grandes dificuldades em adaptar os conhecimentos aí obtidos á natureza setentrional, cheia de incertezas e caprichos, só familiares aos que aqui vivem e mourejam.

Eis porque, para o Nordeste, é de inapreciável vantagem possuir técnicos cuja formação intelectual se haja processado em seu ambiente.

FREQUÊNCIA — De acôrdo com o Regulamento da Escola é obrigatória a frequência mínima dos alunos a 75% das aulas ministradas e essa percentagem foi largamente atingida.

E' digna de nota a percentagem crescente á medida que aumenta a homogeneidade das turmas.

Em 5 de dezembro de 1941, procedeu-se á colação de gráu de nove agrônomos e nove técnicos agrícolas que concluíram os cursos.

A Escola funcionou regularmente, tendo a matrícula alcançado o número mais elevado até então.

Foi o seguinte o movimento durante os últimos seis anos:

1936 — 17

1937 — 71

1938 — 68

zados no Departamento de Zootecnia constaram, além dos habituais de conservação de pastos e alimentação, do seguinte:

a) — Construção de um grande cercado, o que veio perfazer o total de cinco.

b) — Aquisição de novilhas de raça Zebú, que serão cruzadas com raças nobres, para obtenção de mestiços;

c) — Renovação dos animais do aviário, por outros de alta linhagem, provenientes da granja "São Rafael", da Diretoria de Fomento da Produção do Estado; e

d) — Instalação da Secção de Agrostologia, com diversas variedades de canas forrageiras (Kassoer, P. O. J. 213) e capim.

Na Secção de Suinocultura, processou-se a criação da raça "Duroc-Jersey" em estado puro e encruzamento com o tipo "meia perna" para obtenção de mestiças produtores de carne.

Na estação de monta anéxa ao Departamento de Zootecnia, fôram feitas as seguintes pedreações:

Bovinos — 120

Equinos — 20

Suinos — 52

Os reprodutores utilizados foram: Bovinos das raças Gyr, Schwitz, Holandês, Môcho Nacional, Caracú e Devon; Suinos da raça Duroc-Jersey e Equinos das raças Agib árabe e Crioulo do Rio Grande.

O Serviço de Veterinária atendeu a 160 consultas, sendo 80 o número de animais tratados.

DAPARTAMENTO DE HORTICULTURA

Secção de Olericultura — Na Secção de Olericultura fôram cultivadas diversas espécies e variedades de hortaliças, sendo produzidos cerca de 4.000 quilos de verdura.

Secção de Fruticultura — A Secção de Fruticultura manteve os seus diversos pomares e realizou os seguintes serviços novos:

Plantio de um bananal com 200 mudas;

Plantio de côco anão;

Construção de 500 metros de terraço em que serão plantadas, no ano corrente, mudas de Citrus e Persea;

Instalação de um viveiro de laranja amarga com 20.000 mudas selecionadas que serão enxertadas no ano em curso.

Secção de Silvicultura — A Secção de Silvicultura continuou os trabalhos de instalação, sendo semeadas diversas espécies para reflorestamento. Fez-se o reflorestamento de cerca de um hectare, sendo 4.000 metros de terreno desnudos e 6.000 de terrenos de capoeira em que se fez um corte das espécies de menos importancia econômica. As espécies usadas foram *Eucalyptus alba*, *tereticornis* e *robusta*.

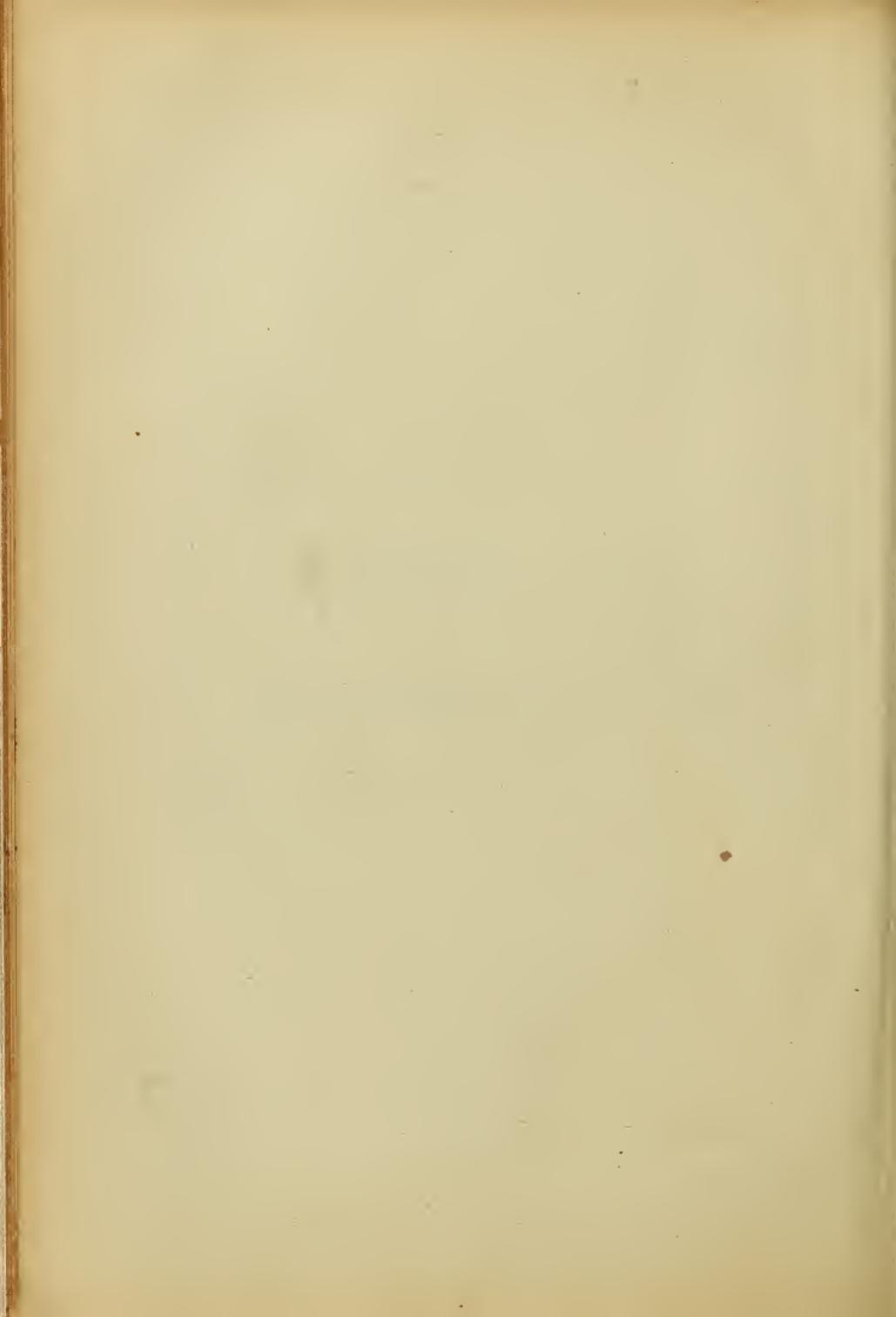
Existem em sementeira 20.000 mudas de diversas espécies florestais.

Secção de Cruzamentação — Esta Secção manteve todos os serviços a seu cargo, distribuindo grande número de mudas e plantas ornamentais principalmente: roseiras de que dispõe de uma coleção de noventa variedades.

DEPARTAMENTO DE ENTO-FITOPATOLOGIA — Este Departamento manteve em boas condições sanitárias todas as culturas da Escola e executou grande trabalho de extinção de Saúva. O apiário continua em prosperidade, sendo de cinquenta o número de colmeias existentes.

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA RURAL — O Departamento de Engenharia Rural, além dos serviços normais de conservação dos prédios da Escola, iluminação, serviço d'água, e transporte, realizou novos serviços.

JUNTA COMERCIAL
E
PÔSTO DE COMBUSTIVEL



DECORRERAM normalmente os serviços atribuídos a essa Corporação no período de que trata o presente relatório.

No curso do ano fôram proferidos 944 despachos nos requerimentos dos processos julgados nas 90 sessões realizadas, sendo 89 ordinárias e 1 extraordinária.

Receitas — Por intermédio da Junta Comercial, apurou o Tesouro Nacional a importância de 77:378\$050 e o estadual a de Rs. 45:751\$600, importâncias essas que fôram arrecadadas por meio de sêlos apostos nos requerimentos, processos e por verbas nos livros em transitio pela Junta.

Libros Rubricados — Para a devida rubrica, de acôrdo com o Código n.º 187, de 15 de janeiro de 1936, deram entrada na Junta 808 livros com 101.331 fôlhas.

Fôram, ainda, em 1941, registradas 185 firmas comerciais e 5 falências.

Saliento, prazerosamente, que tais resultados se obtiveram devido ao bom desempenho que, de suas funções, deram não só o presidente da Junta Comercial como também todos os funcionários que integram o seu quadro burocratico.



O Pôsto de Combustível do Estado, destinado ao abastecimento dos carros oficiais, usinas das Repartições de Saneamento desta Capital, Campina Grande e Serviços Elétricos, funcionou regularmente durante todo o ano de 1941.

Nesse período foram adquiridos 24.105 1/2 litros de óleo lubrificante; 35.075 quilos de óleo combustível e 181.000 litros de gasolina, registrando-se o consumo de 11.009 1/4 litros de óleo lubrificante, 9.672 quilos de óleo combustível e 149.688 litros de gasolina.

O pequeno consumo de óleo combustível, no ano em apre-

ço, foi devido ao fato de somente em outubro ter o Pôsto começado a fornecê-lo. As repartições interessadas compravam-n'o diretamente.

O stock que passou para o corrente ano ficou bastante valorizado pela alta de 20 a 40%, verificada nos combustíveis líquidos.

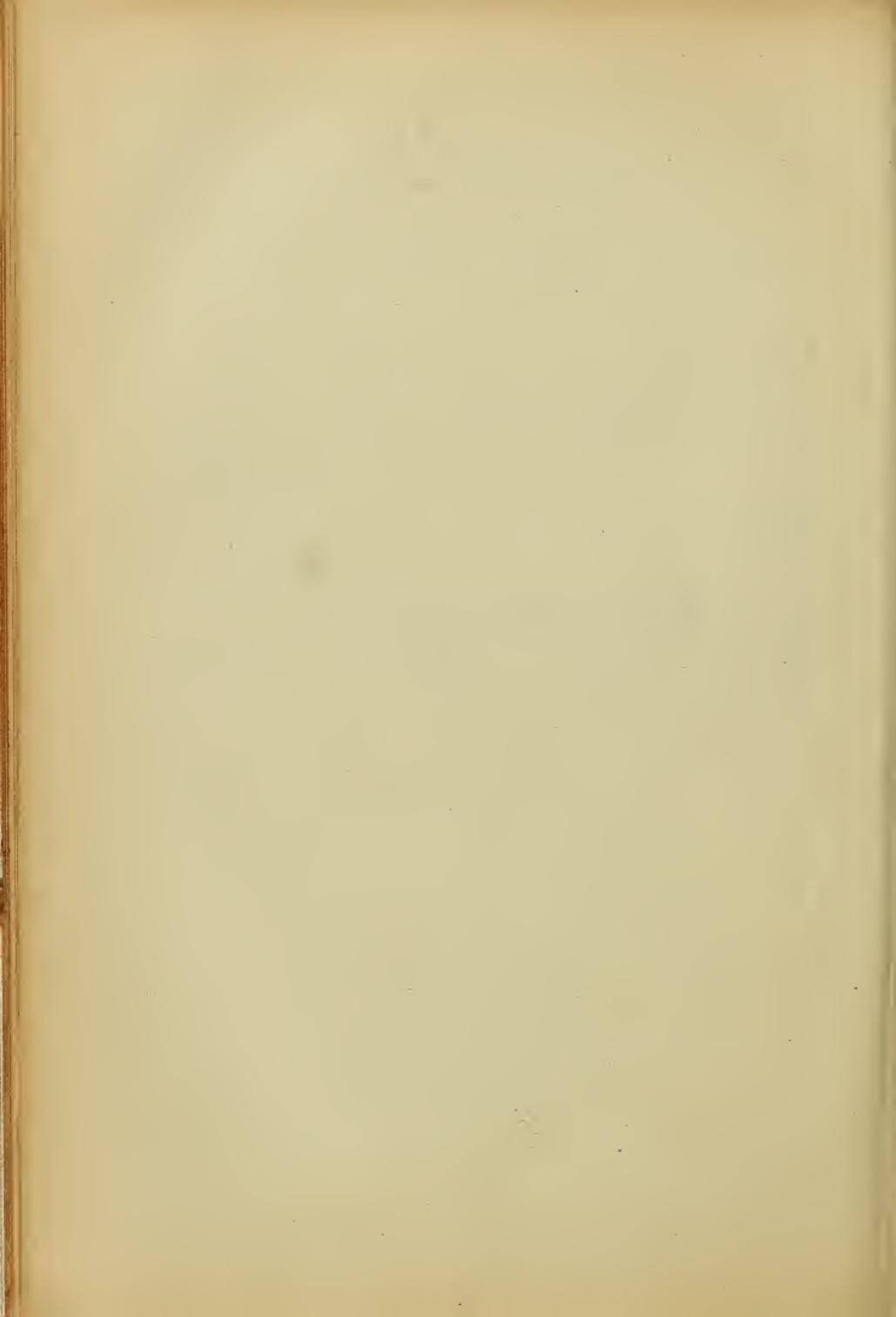
A manutenção do Pôsto só tem trazido vantagens ao Estado.

Logo que assumi a Interventoria procurei restringir o uso dos veículos do Estado ás necessidades imprescindíveis do serviço público, estabelecendo o racionamento do combustível destinado aos carros oficiais.

A medida teve como resultado uma sensível economia confrontadas às estatísticas de consumo anteriores e posteriores a essa orientação moralizadora.

Tenho a satisfação de registrar que a Paraíba, nesse particular, se antecipou de muito tempo nas medidas de racionamento impostas êste ano pelo C. N. P. ao consumo de carburante importado, embora a nossa atuação, como era natural, se tenha circunscrito aos veículos oficiais.

INDÚSTRIAS NOVAS
(FIBRAS E MINÉRIOS)



PROCURANDO animar a exploração de novas indústrias no Estado, concedemos, com a superior aprovação de Vossa Excelencia, isenção de impostos por cinco anos, ressalvado o de vendas e consignações, ás emprêsas de industrialização do caroá, abacaxi, côco e agave.

Essa medida e a pronta colocação encontrada nas fábricas nacionais e estrangeiras para as fibras nordestinas — principalmente a agave e o caroá — impulsionaram numerosas iniciativas nas zonas de produção. Nativa na região do carirí, o caroá passou a concorrer vantajosamente com a juta indiana, cuja importação cessará em virtude da guerra. Multiplicaram-se as instalações de máquinas desfibradeiras, proporcionando á gente póbre daquela zona sêca oportunidade para sua subsistência, nos trabalhos de colheita e beneficiamento.

A cultura da agave, por sua vez incrementou-se em extraordinárias proporções, atingido a produção de suas fibras, em 1941, o duplo do volume que até então se vinha registrando.

A fibra do abacaxi, cuja utilidade econômica nunca pesára sequer nas cogitações da indústria, passou a ser objeto de aproveitamento. Pudesse a iniciativa particular dispôr de capitais e crédito bancário para largos investimentos na exploração das fibras e contasse, por outro lado, com facilidades de escoamento para a produção, teria a Paraíba estabilizado nessas indústrias uma fonte de riqueza de largas possibilidades.

A existencia de extensos coqueirais na zona litoranea do Estado, apesar da farta produção de frutos, nunca despertára a iniciativa para o aproveitamento das variadas utilidades que podem ser extraídas dêsse vegetal.

Por isso, procuramos interessar na sua industrialização

uma empresa organizada com essa finalidade, á qual foi também concedida isenção de impostos, por 5 anos, com o compromisso de manter na vila de Cabedêlo uma fábrica com a capacidade para o beneficiamento mínimo de 500.000 frutos mensais. Conhe essa concessão á Sociedade Anônima Indústrias do Côco A. Tourinho, que, obtendo do Banco do Brasil um empréstimo de 600:000\$000 para financiamento da exploração, iniciou a montagem do aparelhamento.

*

**

De alguns anos a esta parte vinha se desenvolvendo no município de Picuí a exploração, em pequena escala, de vários minérios, abundantíssimos naquela região.

Em 1941, tomou impulso extraordinário o movimento de garimpagem, em consequência da guerra, pelo aumento do volume de exploração do minério em seu estado natural. As espécies predominantes nessas explorações empíricas fôram a colômbita, o berilo, a mica, cristal de rocha, o bismuto.

Estudos de prospecção, feitos anteriormente, reconheceram também a existência de minério de cobre, cuja exploração útil está, entretanto, a depender de uma organização industrial adequada.

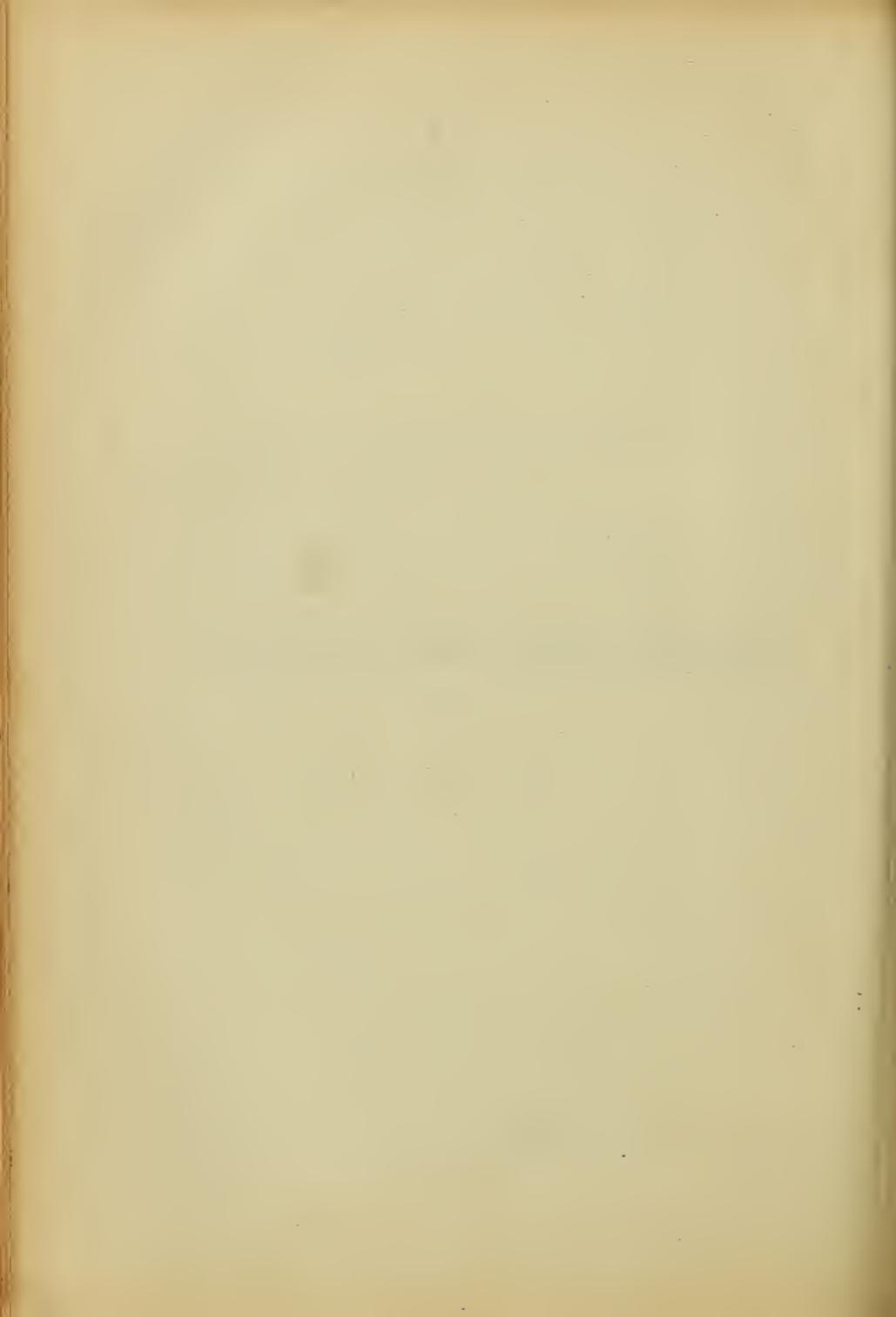
No município de Joazeiro, vizinho áquele, tomou vulto a exploração de uma jazida de cassiterita. O estanho obtido revelou uma percentagem média de 70 por cento, demonstrando a sua análise as melhores qualidades inerentes a êsse metal.

Outra riqueza mineralógica, que tomou vulto apreciável, foi o ouro encontrado nos municípios de Teixeira e Piancó, principalmente neste último.

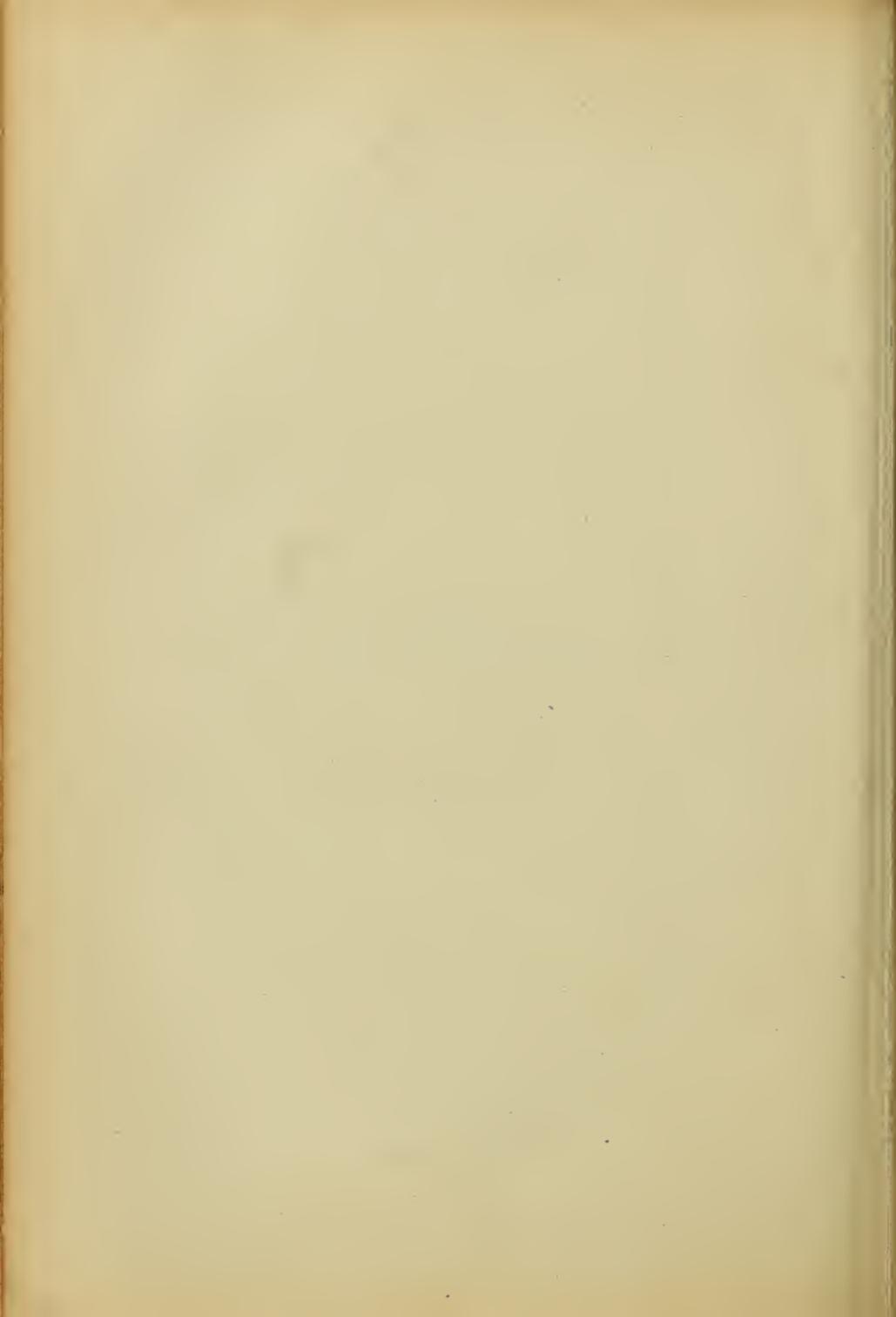
A despeito dos métodos rotineiros empregados, os trabalhos de pesquisa atraíram capitais e avultado número de operários, obtendo-se elevada quantidade do minério, cuja aquisição foi feita pelo Banco do Brasil.

Essas atividades compensaram, até certo ponto, as dificuldades do pequeno produtor da zona sertaneja onde em 1941 fôram reduzidas as culturas agrícolas, em face da irregularidade das chuvas.

SECRETARIA DA FAZENDA



FINANÇAS



QUANDO assumi o Governo, foi apurada em agosto de 1940, uma dívida total na importância de 20.199:689\$000. A essa importância deve-se acrescentar a de 6.898:837\$500, dos saldos de contas especiais indevidamente incorporados ao Tesouro.

Elevavam-se deste modo os compromissos do Estado á cifra de 27.098:526\$500.

O balanço mandado proceder a-fim-de, com os elementos objetivos de apreciação, ser elaborado um plano racional das providências de alcance imediato, demonstrou a importância dessa dívida, assim discriminada:

Dívida flutuante	13.387:151\$900
Dívida fundada interna	5.231:523\$500
Dívida de outras espécies	8.479:851\$100

TOTAL 27.098:526\$500

Pelo exposto, é bem de ver, que a reconstrução financeira do Estado se impunha como medida inadiável na série de cogitações superiores do Governo.

Instituiu-se como norma administrativa o regime da mais rígida economia e sistematizaram-se todas as medidas indispensáveis á maior compressão dos gastos públicos.

E tanto mais indicadas e oportunas essas restrições se faziam quanto a Paraíba se via a braços com uma queda vertical nas exportações, em consequência da guerra que fechara os principais mercados do exterior ao consumo da nossa produção algodoeira — *pièce de resistance* da economia paraibana.

EXERCÍCIO DE 1940

O decreto-lei n.º 24, de 19 de Dezembro de 1939, estimara a receita do Estado, para o exercício financeiro de 1940, em

37.286:982\$000. A receita arrecadada, porém, atingiu a
37.381:003\$300, registrando um aumento de 94:021\$300.

A despêsa para o mesmo período foi fixada em
37.286:982\$000, mas se elevou para 39.630:606\$900, em virtude dos créditos adicionais abertos durante o exercício.

Graças às medidas de cautelosa prudência e, sobretudo, de cunho econômico, foi possível imobilizar a despêsa do exercício na quantia de 36.066:628\$300. Em relação ao total das despêsas autorizadas houve o saldo de 3.563:978\$600.

Postas em confronto as despêsas realizadas e a receita arrecadada, verifica-se a existência do "superavit" de
1.314:375\$000 com que foi encerrado o exercício financeiro de 1940.

PLANO ADMINISTRATIVO

Ao iniciar-se o exercício de 1941, depois de mobilizar e ordenar economicamente os recursos de que dispunha e estabelecer e policiar os gastos necessários á manutenção, conservação e aperfeiçoamento dos serviços públicos, empreendeu o govêrno, confiado nas reações de economia paraibana, a obra comum de restauração econômica e financeira do Estado.

Esforçando-se no sentido de conquistar novos mercados para compensar a perda sofrida com o fechamento dos mercados consumidores dos nossos produtos de exportação e submentendo as despêsas de pessoal e de material ao contrôle de um órgão especializado — o Departamento do Serviço Público — o Govêrno procurou manter-se dentro dos limites estabelecidos pela lei de meios, orientando-se pela política de compressão de despêsas que adotára, tendo em vista eliminar o "deficit" e restabelecer o equilíbrio financeiro.

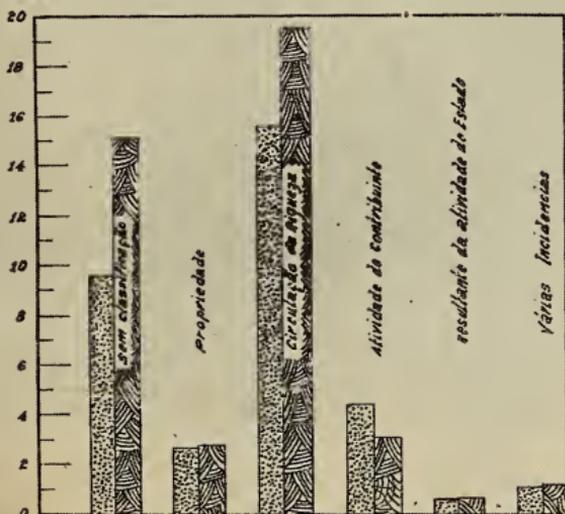
Vale notar que essa norma de ação se vem processando sem prejuizo do desenvolvimento dos serviços públicos em correspondência com as atuais necessidades econômico-sociais do Estado moderno.

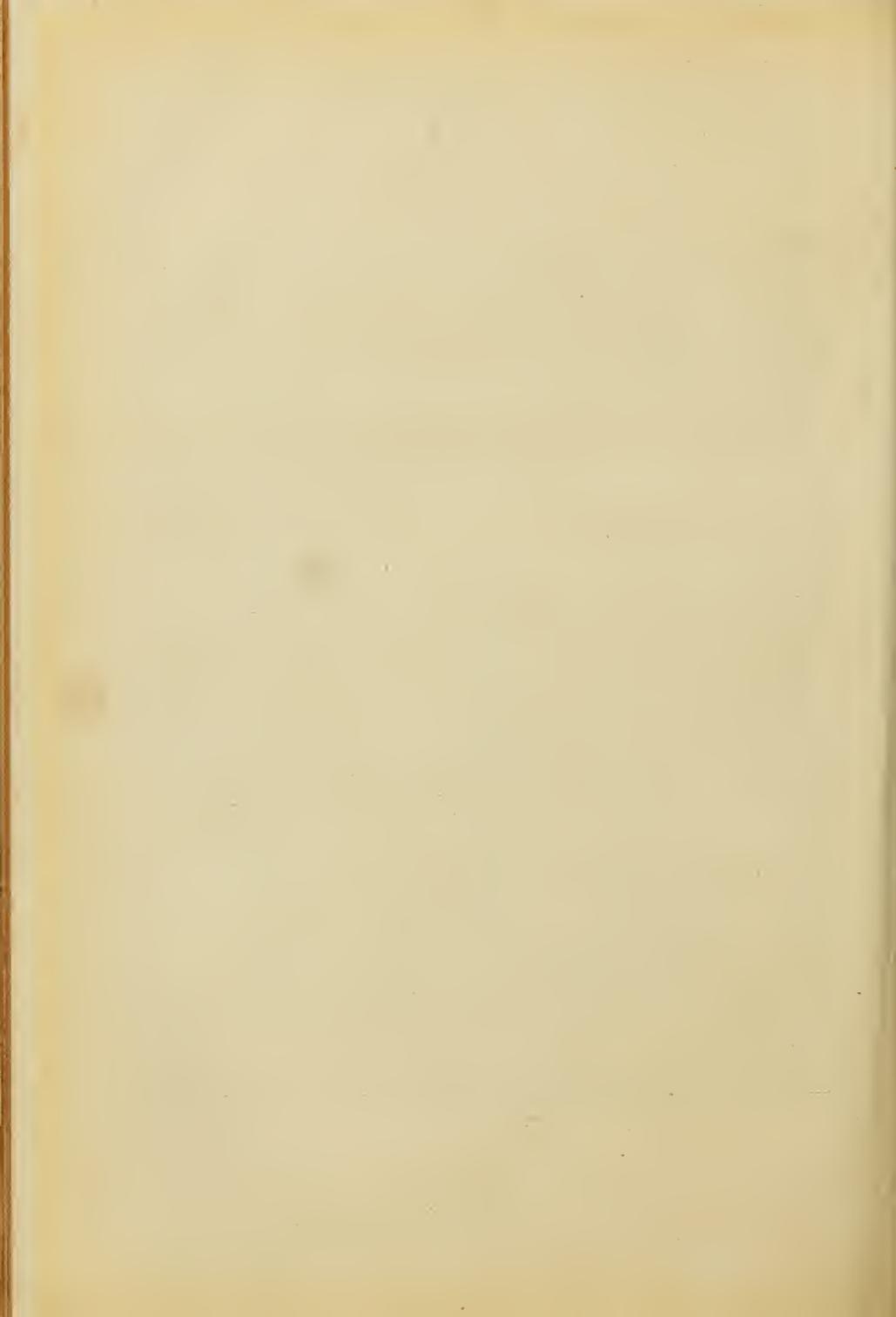
Por outro lado, não cogitou o govêrno da majoração ou criação de impostos e taxas; antes procurou extinguir as que não

RECEITA

PREVISTA 
ARRECADADA 

MIL CONTOS





assentavam em bases constitucionais ou eram simples adicionais de outros impostos. Foi o que ocorreu com a taxa de fiscalização e serviços diversos, a de assistência social, a de expediente e a de comércio e registro de armas, extintas pelo decreto-lei n.º 94, de 20 de setembro de 1940.

Isentou-se do imposto territorial a pequena propriedade, quando trabalhada pelo próprio dono e procurou-se dar forma mais justa ao imposto sobre indústrias e profissões.

A arrecadação é feita sem vexames para o contribuinte, por processos mais racionais e econômicos, sem o emprego de meios para forçar a elevação das receitas.

O aumento das rendas públicas tem que ser proporcional ao desenvolvimento das fontes econômicas do Estado e isto requer, antes de tudo, tranquilidade, ordem, garantia e justiça.

EXERCÍCIO DE 1941

O orçamento para o exercício de 1941 reflete em seus algarismos a anormalidade da época em que foi elaborado.

Não só as cogitações do governo relativas á amortização da vultosa dívida passiva, como as perturbações de ordem econômica oriundas da perda de mercados externos em consequência da guerra, de tão funesta repercussão na economia nacional, situaram o governo do Estado na contingência de reduzir o seu orçamento para o exercício financeiro de 1941.

Com efeito, o decreto-lei n.º 132, de 25 de Novembro de 1940, apresenta para 1941 uma receita com a previsão de 34.640:000\$000 e uma despesa fixada em 36.939:630\$000, com o "deficit" previsto de 2.299:330\$000.

O "deficit" orçamentário admitido para 1941 traduz o reflexo da intensa crise financeira, que assediava o Estado e ao mesmo tempo o espírito de previdência que anima os atos da atual administração.

Dentro do plano estabelecido para conseguir a redução ou eliminação do "deficit" e, por outro lado, estimulando as nossas fontes produtoras e perquirindo meios para facilitar o escoamento da nossa produção, teve a administração do Estado a felici-

dade de ver o encerramento do exercício financeiro de 1941 com o registro de mais um "superavit", desta vez na importância de 3.711:835\$700.

Esse ingente trabalho fôra afinal recompensado por um auspicioso resultado.

Os efeitos convergentes desses desígnios conseguiram não só restabelecer o equilíbrio orçamentário como permitiram a amortização parcimoniosa de parte da vultosa dívida flutuante.

Orçada em 36.939:630\$000, a despesa sofreu um reforço de créditos especiais com recursos orçamentários, de que resultou uma fixação total de 43.430:025\$000.

A despesa realizada porém, foi de 39.483:389\$400, ficando em 3.946:635\$600 aquém da fixação, donde resulta que fôram empregados 90,91% do total autorizado.

Não obstante haver previsto a receita inferior a 35 mil contos, conseguiu o Estado arrecadar 43.195:225\$100, ou seja uma maior receita de 8.555:225\$100, que representa o percentual de 19,80 sobre a previsão.

O fato de se ter verificado excesso da receita orçamentária, a despeito das condições desfavoráveis atuais, atrai a atenção para o crescimento das rendas tributárias do Estado, o que será mais adiante apreciado através de dados numéricos.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Como já ficou demonstrado, a despesa para o exercício de 1941 foi fixada em	36.939:630\$000
A receita foi orçada em	34.640:000\$000
	<hr/>
ficando previsto o "deficit" de	2.299:630\$000
	<hr/>

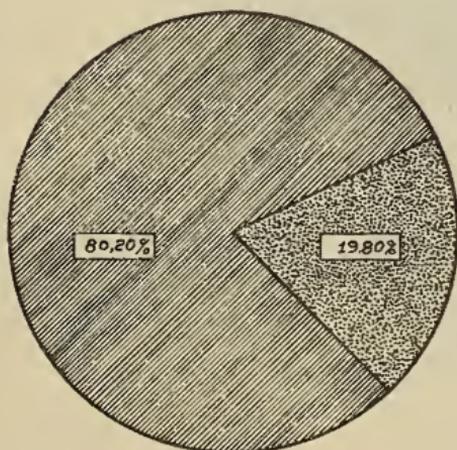
Durante o exercício, com recursos orçamentários, fôram abertos créditos, os quais adicionados à fixação orçamentária elevaram o total das despesas autorizadas a	43.430:025\$000
A despesa realizada atingiu a	39.483:389\$400
	<hr/>

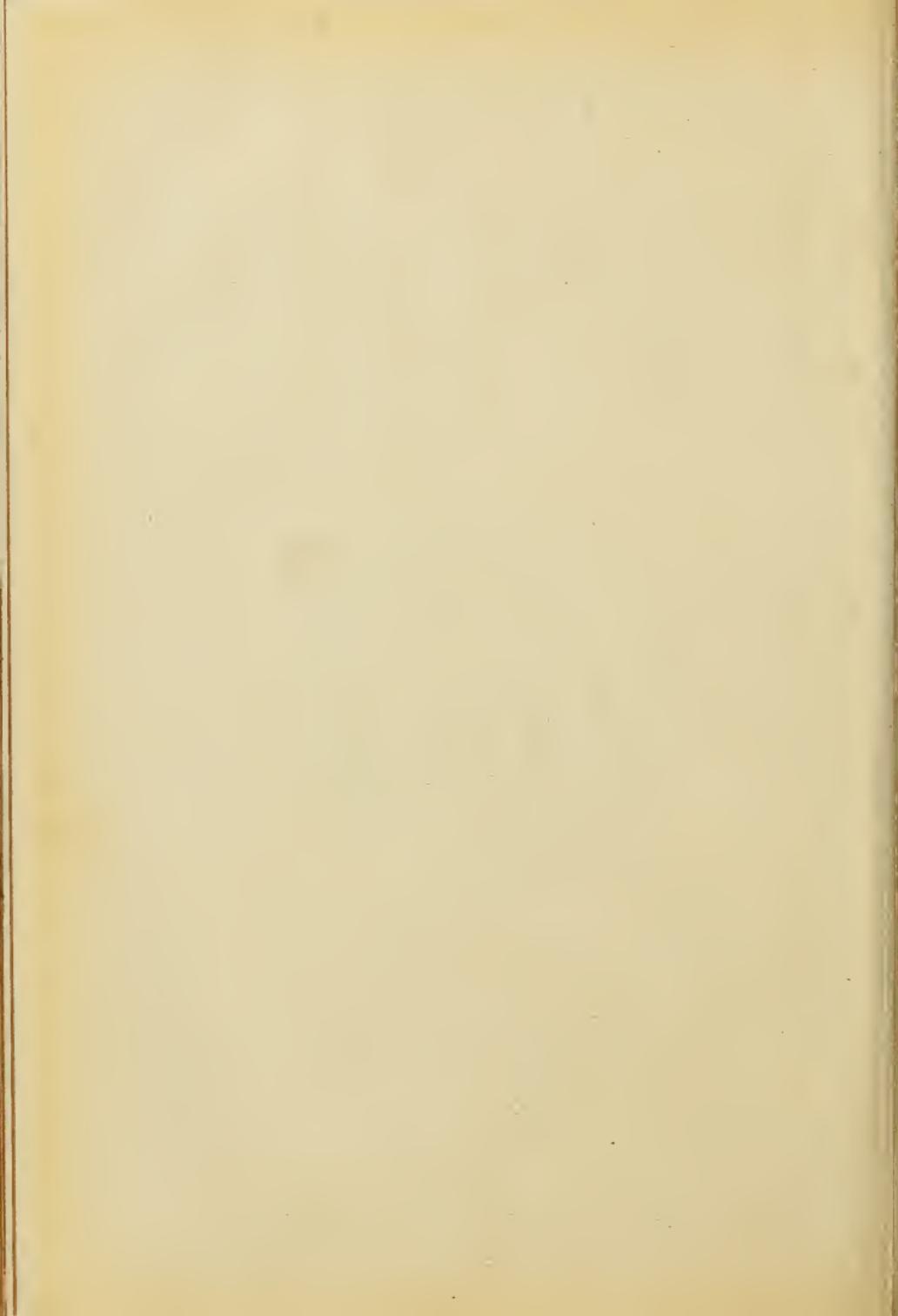
RECEITA ARRECADADA
1941

Receita Orçada



Excesso





Houve, portanto, um saldo de autorizações não aplicado de 3.946:635\$600, assim distribuído:

Despesa orçamentaria:

Fixada 39.939:630\$000
Realizada 36.644:132\$500

Saldo 295:497\$500

Créditos adicionais:

Abertos 6.490:395\$000
Utilizados 2.839:256\$900

Saldo 3.651:138\$600

Total 3.946:635\$600

A receita foi orçada em 34.640:000\$000

A arrecadação atingiu a 43.195:225\$100

Verificou-se um excesso de arrecadação sobre a previsão, de 8.555:225\$100

Confrontando-se a receita de 43.195:225\$100
com a despesa realizada de 39.483:389\$400

verifica-se o "superavit" de 3.711:835\$700

RECEITA

No quadro seguinte tem-se a comparação da receita prevista e arrecadada no exercício de 1941:

TÍTULOS DA RECEITA	ORÇADA	ARRECADADA	+ ou - RECEITA
<i>ORDINÁRIA</i>			
<i>TRIBUTÁRIA</i>			
Imposto territorial .. .	1.500:000\$000	1.140:366\$800	— 359:633\$200
Imposto s/transmissão de prop. "causa-mortis" .	350:000\$000	258:605\$600	— 91:394\$400

TÍTULOS DA RECEITA	ORÇADA	ARRECADADA	+ ou - RECEITA
Impôsto s/transmissão de prop. "inter-vivos" . . .	1.100:000\$000	1.547:522\$700	+ 447:522\$700
Impôsto s/vendas e consignações	8.000:000\$000	11.094:243\$200	+ 3.094:243\$200
Impôsto sobre exportação	7.000:000\$000	7.349:270\$000	+ 349:270\$000
Impôsto s/indústrias e profissões	4.000:000\$000	2.959:273\$600	- 1.040:726\$400
Impôsto do selo	1.100:000\$000	1.214:381\$300	+ 114:381\$300
Impôsto s/tranização e inversão de capitais . . .	100:000\$000	98:567\$200	- 1:432\$800
Impôsto s/a exploração agrícola e industrial . .	600:000\$000	1.244:137\$700	+ 644:137\$700
Impôsto sobre jogos e diversões	500:000\$000	283:994\$800	- 216:005\$200
Taxa de serviço de trânsito	300:000\$000	334:099\$200	+ 34:099\$200
Taxa de estatística	200:000\$000	222:775\$800	+ 22:775\$800
Taxa para fins hospitalares	140:000\$000	180:475\$500	+ 40:475\$500
PATRIMONIAL			
Renda imobiliária	150:000\$000	169:129\$000	+ 19:129\$000
Renda de capitais	50:000\$000	63:290\$600	+ 13:290\$600
INDUSTRIAL			
Transporte — Pôrto de Cabedêlo	500:000\$000	1.034:025\$400	+ 534:025\$400
Serviços urbanos:			
Serviços elétricos	3.000:000\$000	3.748:123\$800	+ 748:123\$800
Saneamento de João Pessoa	1.300:000\$000	1.310:248\$700	+ 10:248\$700
Saneamento de Campina Grande	450:000\$000	470:402\$200	+ 20:402\$200
Estabelecimentos e Serviços Diversos:			
Imprensa Oficial	600:000\$000	649:732\$500	+ 49:732\$500
Classificação de produtos agro-industriais . .	800:000\$000	1.199:752\$200	+ 399:752\$200
Venda de gêneros	50:000\$000	1:685\$900	- 48:314\$100

RECEITA PELA INCIDENCIA
1941

Sem Classificação

Atividade do Contribuinte

Atividade do Estado

Circulação da Riqueza

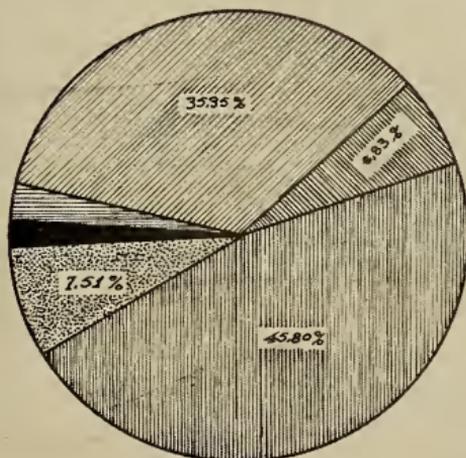
Propriedade

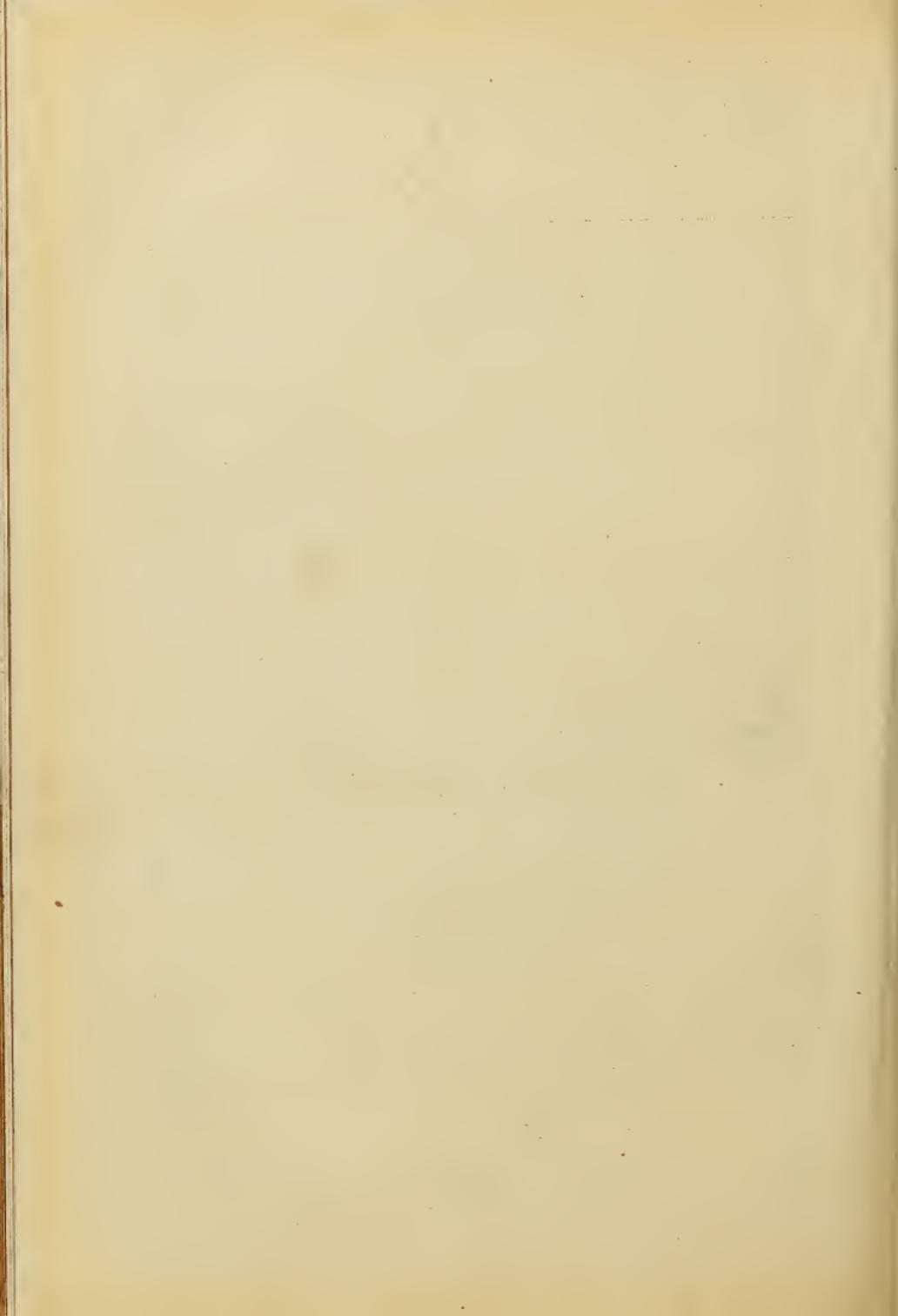
Varias Incidências



2.81%

1.70%





TÍTULOS DA RECEITA	ORÇADA	ARRECADADA	+ ou - RECEITA
RECEITAS DIVERSAS			
Receita de combustível e lubrificante	1.300:000\$000	1.307:094\$300	+ 7:094\$300
<i>EXTRAORDINÁRIA</i>			
Alienação de bens patrimoniais	50:000\$000	2.054:472\$000	+ 2.004:472\$000
Cobrança da dívida ativa	350:000\$000	338:607\$700	- 11:392\$300
Receita de exercícios findos	10:000\$000	173:831\$700	+ 163:831\$700
Indenizações e restituições	80:000\$000	40:310\$700	- 39:689\$300
Quotas de fiscalizações diversas	20:000\$000	91:434\$200	+ 61:434\$200
Contribuições da União	250:000\$000	1.200:000\$000	+ 950:000\$000
Contribuições dos Municípios	600:000\$000	1.045:858\$700	+ 445:858\$700
Multas	80:000\$000	137:843\$100	+ 57:843\$100
Eventuais	100:000\$000	231:669\$000	+ 131:669\$000
	<u>34.640:000\$000</u>	<u>43.195:225\$100</u>	<u>+ 8.555:225\$100</u>

A seguir, tem-se, em quadros distintos, expressa em algarismos e em números percentuais, a visão da receita quanto às suas fontes e incidência:

RECEITA EM RELAÇÃO ÀS SUAS FONTES

RECEITA	PREVISTA	%	ARRECADADA	%
Ordinária	33.090:000\$000	95,50	37.882:054\$800	87,70
Extraordinária	1.550:000\$000	4,50	5.313:170\$300	12,30
Total	<u>34.640:000\$000</u>	<u>100,00</u>	<u>43.195:225\$100</u>	<u>100,00</u>

NOTA — Na receita extraordinária acha-se incluída a parcela de 1.200:000\$000 recebida da União como auxílio para a execução de diversas obras de utilidade pública.

Demonstração pela incidência da receita realizada

INCIDÊNCIA	TOTAL	%
Sem classificação	15.267:511\$700	35,35
Sobre a propriedade	2.946:495\$100	6,83
Sobre a circulação da riqueza	19.786:218\$100	45,80
Sobre a atividade do contribuinte	3.243:268\$400	7,51
Resultante da atividade do Estado	737:350\$500	1,70
Várias incidências	1.214:381\$300	2,81
	43.195:225\$100	100,00

QUADRO COMPARATIVO DA RECEITA PELA INCIDÊNCIA

INCIDÊNCIA	PREVISTA	%	ARRECADADA	%
Sem classificação	9.750:000\$000	28,15	15.267:511\$700	35,35
Propriedade	2.950:000\$000	8,51	2.946:495\$100	6,83
Circulação da riqueza	15.700:000\$000	45,32	19.786:218\$100	45,80
Atividade do contribuinte	4.500:000\$000	12,99	3.243:268\$400	7,51
Resultante da atividade do Estado	640:000\$000	1,85	737:350\$500	1,70
Várias incidências	1.100:000\$000	3,18	1.214:381\$300	2,81
Total	34.640:000\$000	100,00	43.195:225\$100	100,00

DESPESA

A despesa geral do Estado, fixada e realizada no exercício de 1941, assim se distribue pelos órgãos da administração:

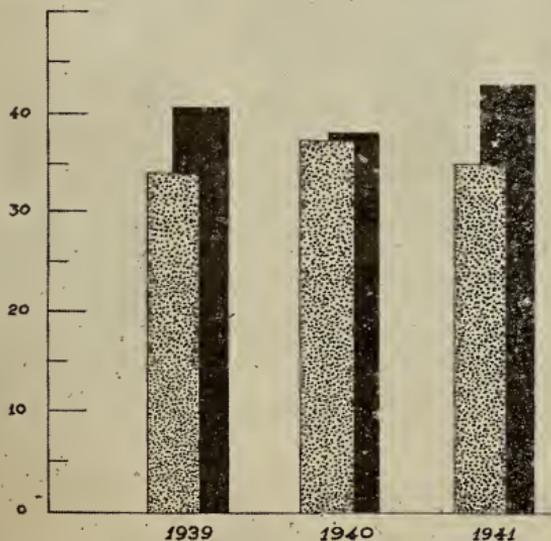
TÍTULOS DA DESPESA	FIXADA	REALIZADA	MENOR DESPESA
Governo do Estado	296:732\$000	262:835\$600	33:896\$400
Departamento Administrativo do Estado	118:795\$000	106:990\$500	11:804\$500
Departamento do Serviço Público	77:200\$000	77:195\$100	4\$900
Secretaria do Interior e Segurança Pública			
Gabinete do Secretário	550:428\$000	539:677\$300	10:750\$400
Justiça	1.561:888\$000	1.486:936\$600	74:951\$400
Departamento de Educação	4.496:620\$000	4.290:075\$100	206:544\$900

RECEITA

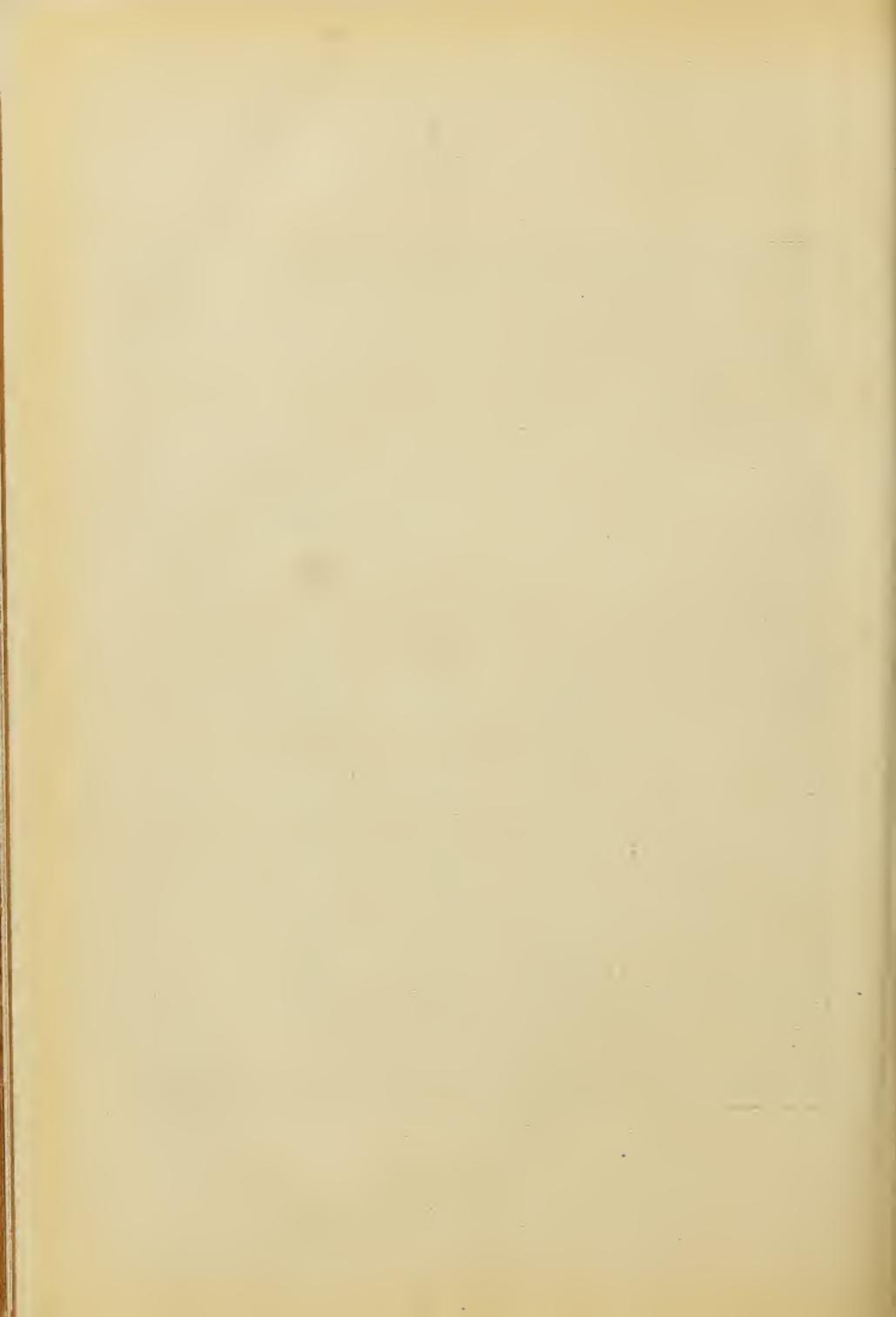
TRIENIO DE 1939-1941

Orçada 
Arrecadada 

MIL CONTOS



D. S. P. DIVISÃO DE ORGANIZAÇÃO E ORÇAMENTO



TÍTULOS DA DESPESA	FIXADA	REALIZADA	MENOR DESPESA
Escola Profissional "Pres. João Pessoa"	172:340\$000	168:973\$100	3:366\$900
Polícia Civil	1.625:418\$000	1.556:508\$800	68:909\$200
Fôrça Policial	3.236:837\$700	3.149:879\$800	86:957\$900
Companhia de Bombeiros	187:388\$000	182:688\$800	4:699\$200
Diretoria Geral de Saúde Pública	1.862:201\$300	1.834:965\$100	27:236\$200
Imprensa Oficial	1.403:720\$000	1.398:040\$800	5:679\$200
Arquivo e Biblioteca Pú- blica	77:020\$000	70:869\$200	6:150\$800
Abrigo de Menores "Jesus de Nazareth"	202:600\$000	201:581\$500	1:018\$500
Departamento Est. de Es- tatística	443:160\$000	411:578\$900	31:581\$100
Serviço de Rádio-Difusão	194:283\$000	193:385\$300	895\$000
Funções Diversas	26:400\$000	26:400\$000	—
Créditos Especiais	1.562:535\$000	48:229\$200	1.514:305\$800
<i>Secretaria da Agricultura, V. e Obras Públicas</i>			
Gabinete do Secretário ..	275:152\$000	258:557\$300	16:594\$700
Diretoria de V. e O. Pú- blicas	2.595:880\$000	2.551:691\$100	44:188\$900
Repartição do Saneamento de João Pessoa	1.076:800\$000	1.065:686\$800	11:113\$200
Repartição do Saneamento de Campina Grande . . .	981:000\$000	949:115\$600	31:884\$400
Repartição dos Serviços Elétricos	3.267:440\$000	3.236:023\$500	31:416\$500
Pôrto de Cabedêlo	1.020:340\$000	985:537\$000	34:803\$000
Diretoria de Fomento da Produção	2.048:640\$000	2.018:673\$800	29:966\$200
Escola de Agronomia do Nordêste	672:100\$000	636:252\$900	35:847\$100
Serviço de Classificação de Produtos Agro-Pecuários	953:400\$000	854:528\$800	98:871\$200
Junta Comercial	26:790\$000	26:658\$200	131\$800
Depart. de Assistência ao Cooperativismo	89:220\$000	80:146\$300	9:073\$700
(*) Cooperação com o Go- vêrno Federal	—	—	—
Créditos Especiais	3.300:500\$000	2.791:027\$700	509:472\$300
<i>Secretaria da Fazenda</i>			
Gabinete do Secretário ..	236:200\$000	236:200\$000	—

TÍTULOS DA DESPESA	FIXADA	REALIZADA	MENOR DESPESA
Contadoria Geral do Estado	102:330\$000	102:234\$800	125\$200
Tesouro do Estado	322:600\$000	322:920\$000	680\$000
Recebedoria de Rendas de João Pessoa	303:552\$000	301:998\$700	1:353\$300
Recebedoria de Rendas de Campina Grande	307:860\$000	307:850\$000	10\$000
Repartições Fiscais do In- terior	2.261:320\$000	2.261:320\$000	—
Inspetoria de Vendas e Consignações	223:460\$000	222:985\$200	474\$800
Procuradoria da Fazenda	30:000\$000	29:911\$800	88\$200
Patrimônio do Estado	63:400\$000	63:026\$800	373\$200
Créditos Especiais	950:000\$000	—	950:000\$000
<i>Encargos Diversos</i>			
Subvenções, contribuições e auxílios	677:500\$000	655:950\$000	21:550\$000
Iluminação da Capital	400:000\$000	381:847\$000	18:153\$000
Caixa Econômica	34:800\$000	34:192\$400	607\$600
Reposições e Restituições	9:000\$000	9:000\$000	—
Dívida Pública	121:000\$000	117:984\$300	3:015\$700
Funcionários em disponi- bilidade	190:000\$000	190:000\$000	—
Inativos	1.875:883\$000	1.875:883\$000	—
Pensões Diversas	83:465\$000	83:465\$000	—
Publicações Oficiais	150:000\$000	149:999\$800	\$200
Serviços Urbanos Oficiais	180:000\$000	180:000\$000	—
Fiscalizações Diversas	100:000\$000	100:000\$000	—
Fundo de Previdência	30:000\$000	26:659\$900	3:340\$100
Desapropriações	100:000\$000	99:514\$100	485\$900
Evertuais	274:000\$000	269:736\$900	4:263\$100
	43.420:025\$000	39.483:389\$400	3.946:635\$600

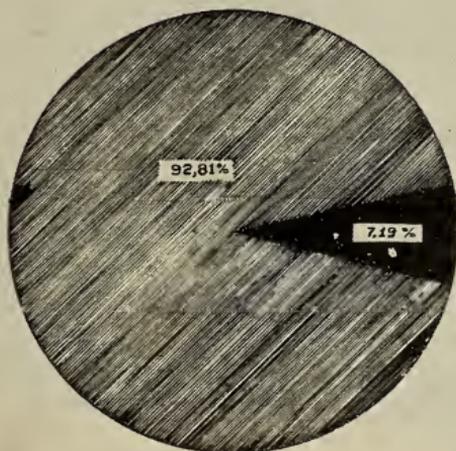
(*) — NOTA: — Os serviços de Cooperação com o Governo Federal foram incorporados aos da Diretoria do Fomento da Produção.

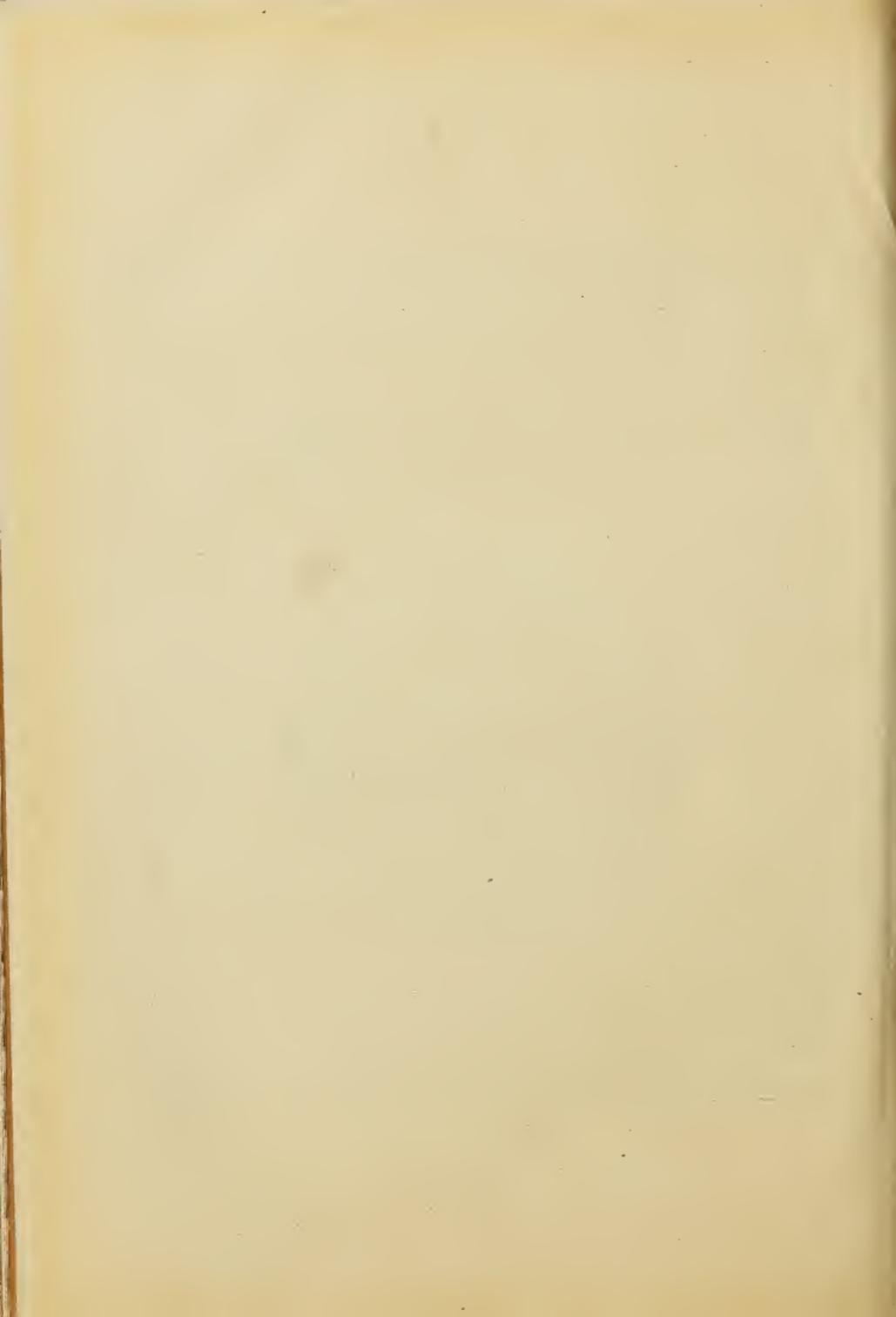
O total das despesas pelos órgãos administrativos, com os respectivos algarismos percentuais, foi o seguinte:

DESPEZA REALIZADA

1941

Despesa Orçamentaria 
Créditos Especiais 





ÓRGÃO ADMINISTRATIVO	Despêsa	%
	realizada	
Governo do Estado	262:835\$600	0,66
Departamento Administrativo	106:990\$500	0,25
Departamento do Serviço Público	77:195\$100	0,19
Secretaria do Interior e Segurança Pública	15.559:789\$500	39,49
Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas	15.453:899\$000	39,20
Secretaria da Fazenda	3.848:447\$300	9,63
Encargos Diversos	4.174:232\$400	10,63
	<u>39.483:389\$400</u>	<u>100,00</u>

Classificada por serviços, a despêsa realizada apresenta o seguinte resultado:

SERVIÇOS	Despêsa	%
	realizada	
Administração Geral	3.663:010\$600	9,20
Exação e Fiscalização Financeira	3.443:985\$700	8,78
Segurança e Assistência Social	5.270:658\$900	13,36
Educação Pública	5.493:015\$300	13,93
Saúde Pública	2.082:905\$100	5,28
Fomento	2.953:348\$900	7,48
Serviços Industriais	10.425:431\$400	26,41
Dívida Pública	152:156\$700	0,38
Serviços de Utilidade Pública	3.033:052\$200	7,65
Encargos Diversos	2.959:744\$600	7,50
Total	<u>39.483:389\$400</u>	<u>100,00</u>

O total das despêsas autorizadas distribue-se em:

Despêsa orçamentária	36.644:132\$500	—	92,81%
Créditos especiais	2.839:256\$900	—	7,19%
Total	<u>39.483:389\$400</u>	—	<u>100,00</u>

Classificada por elementos, em números totais e percentuais, a despesa realizada foi a seguinte:

ELEMENTOS	Despesa realizada	%
Pessoal Fixo	17.365:641\$900	43,99
Pessoal Variável	8.254:330\$000	20,90
Material Permanente	3.981:033\$400	10,08
Material de Consumo	5.159:438\$400	13,07
Despesas Diversas	4.722:945\$700	11,96
	39.483:389\$400	100,00

QUADRO COMPARATIVO DA DESPESA

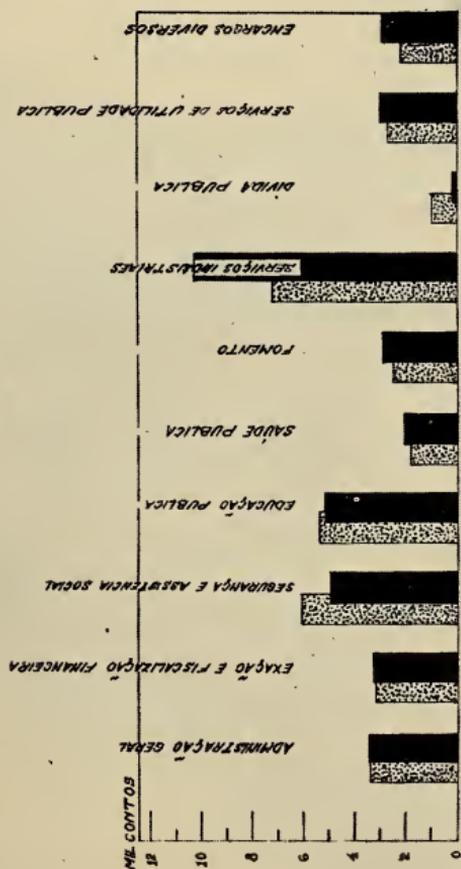
SERVIÇOS	FIXADA	%	EFETUADA	%
Administração Geral Exação e Fiscalização	3.661:750\$000	9,91	3.663:010\$600	9,20
Financeira	3.303:392\$000	8,94	3.446:985\$700	8,78
Segurança Púb. e As- sistência Social	6.014:708\$000	16,29	5.270:658\$900	13,36
Educação Pública	5.619:040\$900	15,21	5.496:015\$300	13,8
Saúde Pública	1.973:952\$000	5,34	2.082:965\$100	5,28
Fomento	2.714:260\$000	7,35	2.953:348\$900	7,48
Serviços Industriais	7.460:960\$000	20,20	10.425:431\$400	26,41
Dívida Pública	920:000\$000	2,49	152:156\$700	0,38
Serviços de Utilidade Pública	2.882:220\$000	7,80	3.033:052\$200	7,68
Encargos Diversos	2.329:348\$000	6,47	2.959:744\$600	7,50
Total	35.939:630\$000	100,00	39.483:389\$400	100,00

CRÉDITOS ADICIONAIS COM RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

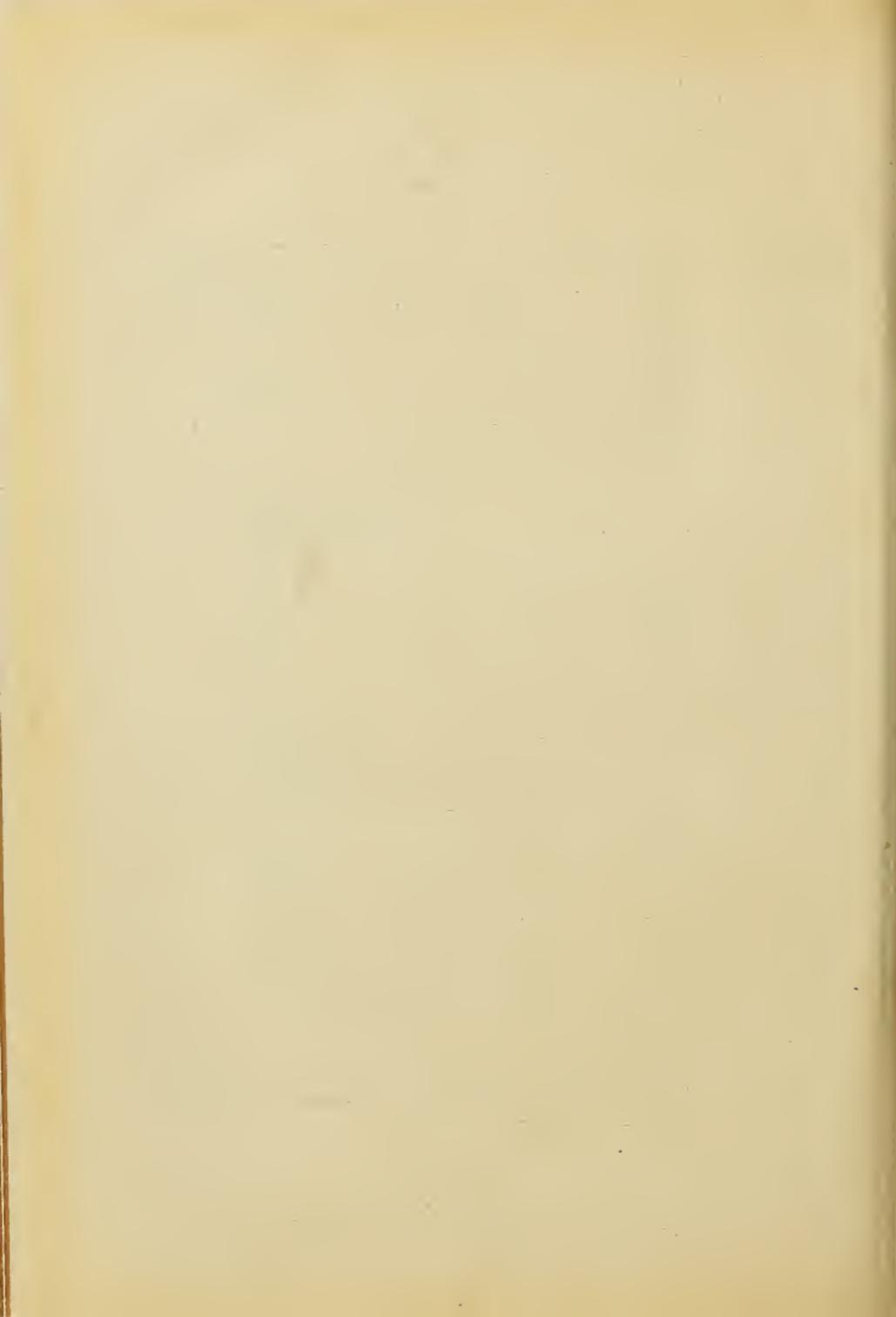
Por conta do saldo apurado no exercício de 1941 foram abertos créditos adicionais para o pagamento de dívidas de outros exercícios, arroladas e reconhecidas e bem assim para custear

DESPESA

 PLANEJADA
 EFETUADA



D.S.P. DIVISÃO DE ORGANIZAÇÃO E ORÇAMENTO



a construção de obras públicas, das quais destacam-se o Manicômio Judiciário, o Grupo Escolar de Cabedêlo, ampliação e reparação nos edifícios da Cadeia da Capital, Escola Profissional "Presidente João Pessoa", em Pindobal, Colônia de Férias de Tambaú, etc.

Incluiu-se nos créditos em referência, uma parcela destinada à construção da Maternidade desta capital, empreendimento para o qual vem o Governo Federal emprestando valioso e eficaz auxílio.

DÍVIDA PÚBLICA

Segundo o exposto linhas atrás, em agosto de 1940, ao iniciar-se este período governamental, os compromissos do Estado elevavam-se a 20.199:689\$000, sem incluir os saldos de contas especiais indevidamente incorporados ao Tesouro.

Dêstes compromissos fôram pagas na administração atual diversas importâncias, no total de 7.170:333\$000, achando-se o montante atual da dívida reduzido a 13.029:353\$000.

Os saldos de contas especiais são da Conta Especial do Pôrto de Cabedêlo, na importância de 3.743:091\$500 e o da Caixa de Fomento da Agricultura, na de 3.155:743\$000.

Estas contas constituíam fundos destinados a aplicação especial. Da segunda destas ainda se chegou a fazer empréstimos a agricultores por intermédio da Caixa de Fomento da Agricultura e Caixa Central de Crédito Agrícola. Por motivos não explicados fôram êsses fundos incorporados á receita comum do Estado, desviados assim da sua finalidade.

Ocorre notar que as despesas efetuadas por esta administração são pontualmente liquidadas, visto como são realizadas rigorosamente dentro dos limites orçamentários do Estado.

O quadro a seguir expõe a situação em que se encontra a dívida em aprêço:

DÍVIDA em agosto de 1940		Pago na administração atual	Saldo atual
PROCEDÊNCIA	IMPORTANCIA		
Fornecimentos:			
Em moeda racional ..	8.189:078\$600	4.696:809\$500	3.492:269\$100
Em moeda estrangeira	3.739:358\$600	200:000\$000	3.539:858\$800
Contribuições atrasadas de Caixas de Pensões, Montepio, Sentenças do Tribunal e Depósitos Diversos .. .	2.016:530\$600	212:000\$000	1.804:530\$600
Desapropriações	1.022:697\$700	20:000\$000	1.002:697\$700
Banco do Brasil	2.041:523\$500	2.041:523\$500	—
Governo Federal	3.190:000\$000	—	3.190:000\$000
Soma	20.199:689\$000	7.170:333\$000	13.029:356\$000

REGIME TRIBUTÁRIO

Não cabe aqui um estudo sobre o regime tributário paraibano que, aliás, não integra o plano desta exposição.

Assunto pendente da Conferência Nacional de Legislação Tributária, em cuja primeira reunião se fez o Estado representar, será, oportunamente, objeto de estudo, em harmonia com a orientação que vier a ser adotada pelo poder central.

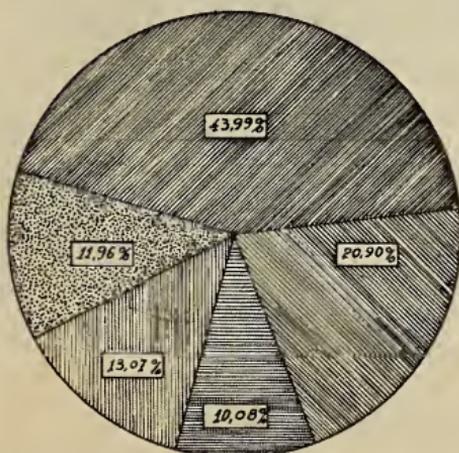
Não vem a propósito, portanto, indagar da estrutura do regime e se este repousa em princípios científicos ou sequer em conveniência de ordem prática. A sua crítica, sob o ponto de vista econômico, demanda o exame de índices apurados mediante tratamento de dados estatísticos, no momento inexistentes.

Como estudo comparativo, porém, não se deve deixar de pôr em evidência o ritmo ascensional que se vem verificando, de um modo geral, nas rendas tributárias do Estado.

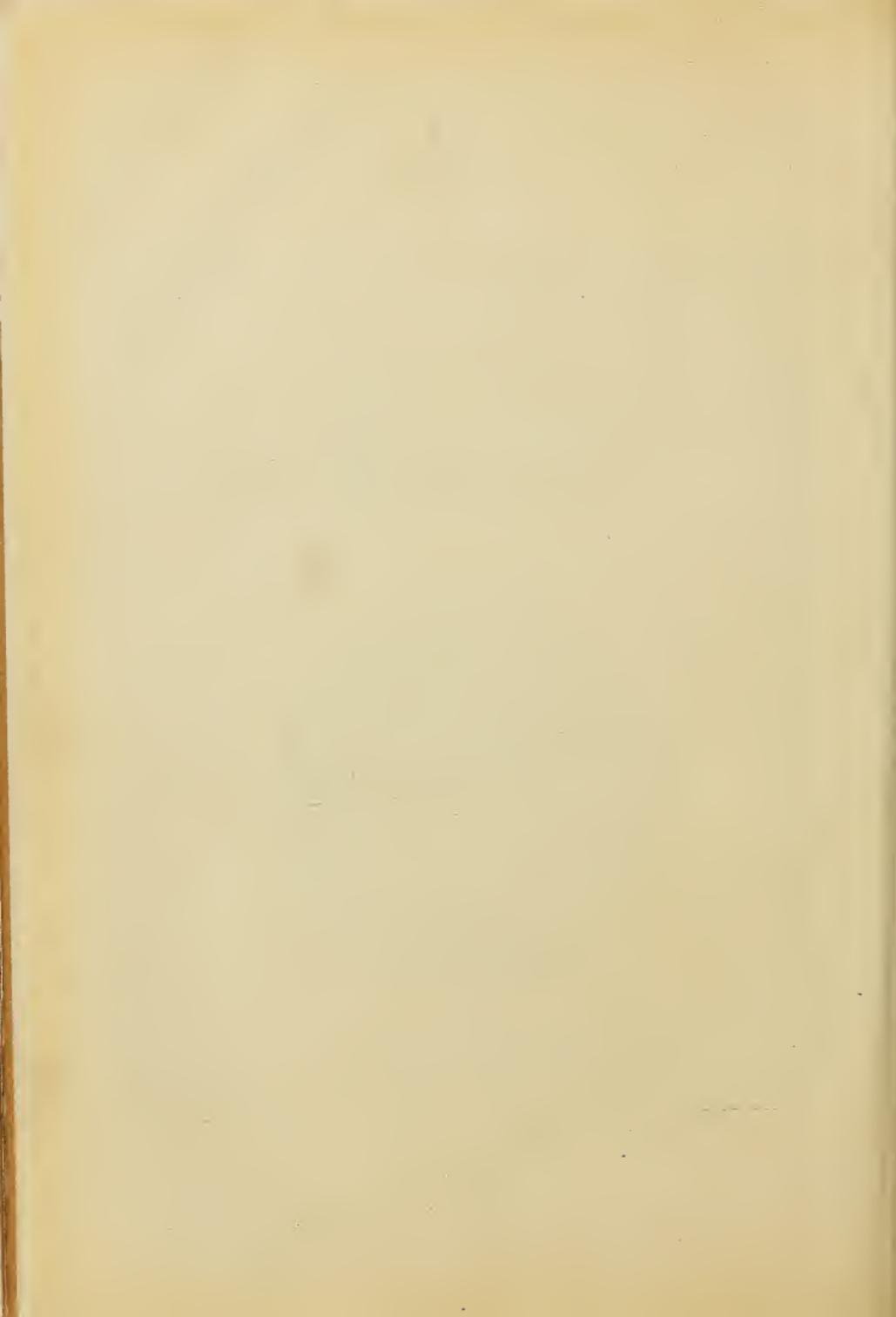
Poder-se-ia dizer que o gravame fiscal não está em correspondência com a capacidade do contribuinte e que sobre este pesam as consequências de uma política orçamentária orientada no sentido da majoração progressiva dos orçamentos. Basta mencionar que de 15.976:930\$000, em 1935, o orçamento paraibano elevou-se, em 1940 a 37.286:982\$000.

DESPEZA POR ELEMENTOS

Pessoal Fixo 
Pessoal Variavel 
Despesas Diversas 
Material Permanente 
Material de Consumo 



D.S.P. DIVIÃO DE ORGANIZAÇÃO E ORÇAMENTO



Entretanto, um dos fatores do crescimento das nossas rendas é o desenvolvimento natural da economia que, apesar de tudo, não pôde deixar de se processar, tanto no setor da produção como no da circulação.

Com exceção do impôsto sôbre exportação, que vem declinando acentuadamente, os demais tributos revelam, em maior ou menor intensidade, índices de crescimento, na sua quasi totalidade.

Com referência ao exercício de 1941, dos impostos integrantes das rendas tributárias destacam-se, pela ordem de importância, em algarismos totais e percentuais, os seguintes:

Vendas e consignações	11.094:043\$200	— 25,68 %
Exportação	7.349:270\$000	— 17,01 %
Indústrias e profissões	2.959:273\$600	— 6,85 %
Transmissões “inter-vivos” ..	1.547:522\$700	— 3,58 %
Exploração agrícola e industrial	1.244:137\$700	— 2,87 %

VENDAS E CONSIGNAÇÕES E EXPORTAÇÃO

Analizando-se o comportamento dêsses tributos evidencia-se que o que maior renda produziu foi o impôsto sôbre vendas e consignações. A partir de 1936, ano da sua incorporação ao sistema tributário do Estado, até o presente, tem êle aumentado progressivamente a sua contribuição e é atualmente o que revela maior vitalidade.

Um fato, pois, de relevo ocorrido nas finanças do Estado é sem dúvida o forte crescimento dêsse imposto. Destacada a brusca elevação verificada em 1938, em virtude do aumento da sua taxa, de acôrdo com decreto federal, o movimento da referida renda assumiu dêse o início um sentido francamente ascensional, consequência do aumento do movimento comercial e industrial em todo o Estado.

Comparativamente, o impôsto de exportação vem percorrendo escala inversa. Êsse tributo, que desempenhou a função de canalizar para o Tesouro, durante anos, a quota principal das nossas rendas tributárias, veio, afinal, ceder ao impôsto sôbre vendas e consignações essa preponderância.

Invertendo a posição que ocupava em nosso quadro tributário, o impôsto sôbre exportação vem decaindo, sensível e gradativamente, dêsde o ano de 1935. Entretanto, em 1941 acusa uma reação, apresentando apreciável acréscimo, naturalmente devido á alta de prêços em virtude da guerra e da maior procura das nossas matérias primas.

Através do quadro abaixo, póde-se acompanhar o ritmo dêsses movimentos:

A N O S	Vendas e consigrações	Exportação
1935	—	15.143:328\$800
1936	2.823:457\$300	14.072:554\$500
1937	3.295:855\$600	15.570:386\$900
1938	7.249:962\$900	10.988:171\$000
1939	8.431:504\$700	9.825:668\$000
1940	8.570:847\$700	6.792:806\$100
1941	11.094:043\$200	7.349:270\$000

A deficiência do impôsto de exportação, vale anotar, não é, como á primeira vista poderá parecer, o reflexo da quêda persistente das nossas estatísticas de exportação, se bem que as dificuldades do instante presente as hajam grandemente comprometido, a ponto de impôr medidas para a recuperação de mercados, nias, principalmente, a consequência da redução progressiva das tarifas anualmente verificada, por imposição legal, no que concerne á exportação para as unidades do País.

Analisando-se o valor das nossas exportações nos últimos anos, em comparação com a receita do respectivo impôsto, temos o seguinte resultado:

DESPEZA POR SERVIÇOS

Administração Geral

Educação e Fiscalização
Financeira

Segurança Pública e
Assistência Social

Educação Pública

Saúde Pública



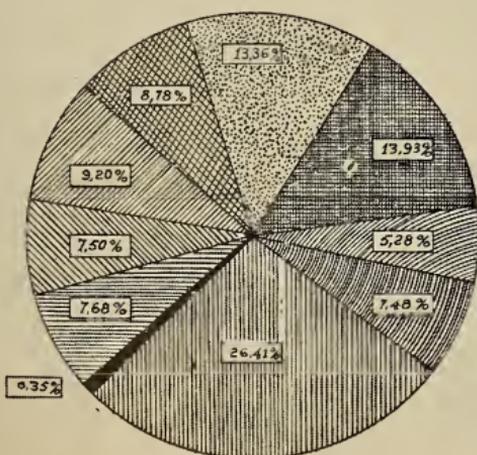
Fomento

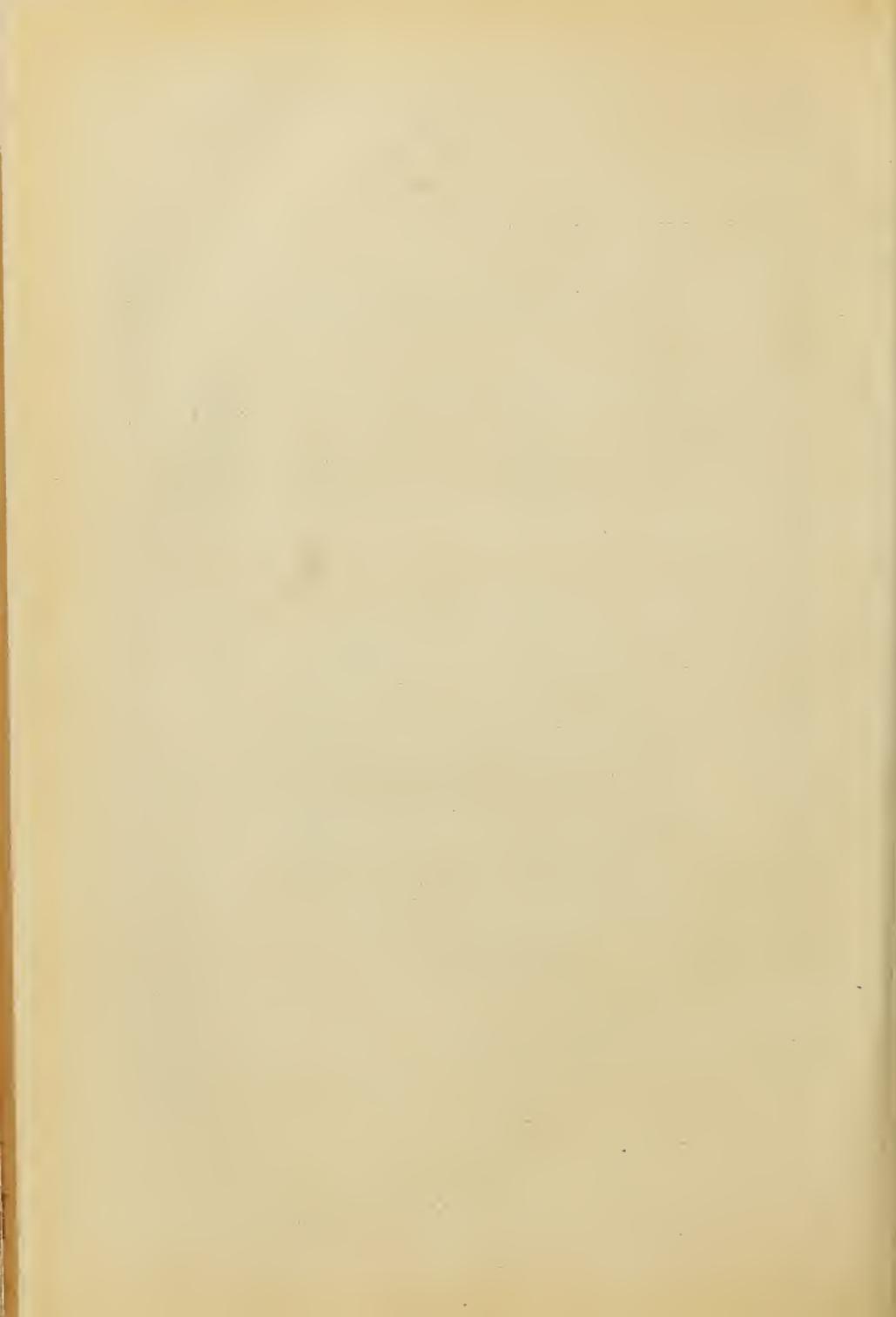
Serviços Industriais

Dívida Pública

Serviços de Utilidade Pública

Encargos Diversos





A N O S	Valôr das exportações (em contos de réis)	Valôr do impôsto (em contos de réis)	%
1935	167.565	15.143	9,04
1936	180.914	14.072	7,77
1937	205.367	15.570	7,58
1938	173.666	10.988	6,32
1939	196.869	9.825	4,99
1940	164.819	6.792	4,12
1941	250.260	7.349	2,93

INDÚSTRIAS E PROFISSÕES

Sobre êste impôsto vale a pena um registro especial.

No curso do quinquênio anterior acusa êle o seguinte índice de crescimento:

A N O S	Arrecadação	Aumento sôbre o ano anterior	
		Absoluto	Percentual
1936	1.460:532\$000	—	—
1937	1.514:668\$000	54:136\$000	3,70
1938	1.865:237\$000	350:569\$000	23,14
1939	2.078:423\$000	213:186\$000	11,42
1940	4.088:034\$000	2.009:611\$000	96,68

Na realidade êsse aumento foi devido á majoração sucessiva das tabélas e ao regime da cobrança do impôsto, que proporcionava aos agentes do fisco extremas providências de vexames aos contribuintes.

Êsse regime, baseado no arcaico sistêma de tabélas fixas, aplicáveis ao arbitrio do lançador, foi substituído por outro, mais racional e equitativo. Pelo decreto-lei n.º 137, de 26 de dezembro

de 1940, passou a ser o imposto cobrado percentualmente, na razão direta do movimento comercial, reservando-se as tabelas fixas apenas para as profissões liberais e ambulantes.

Produzindo em 1940 uma renda de 4.088:034\$000 para o Estado, não incluída a quota atribuída aos municípios, o imposto sobre indústrias e profissões foi orçado para o exercício de 1941 em 4.000:000\$000, tendo apresentado o rendimento de apenas 2.959:273\$600, com o percentual de 6,85 sobre as rendas arrecadadas.

E' evidente, portanto, que a nova modalidade da cobrança veio beneficiar o contribuinte atingido pela incidência do imposto em cerca de 26% da contribuição prevista.

IMPÔSTO TERRITORIAL — PROTEÇÃO AO PEQUENO PRODUTOR

O índice médio do crescimento dêste imposto é representado por 3,25%.

Atentando para a situação do pequeno proprietário, o governo do Estado, pelo decreto n.º 150, de 10 de fevereiro de 1941, isentou do imposto territorial as propriedades de valor venal até 3:000\$000, desde que os respectivos proprietários não possuam outro imóvel na circunscrição fiscal e trabalhem a terra com o esforço próprio e de membros de sua família. Ao mesmo tempo cancelou todas as dívidas provenientes do imposto territorial, vencidas até 31 de dezembro de 1940, inferiores a 50\$000.

Extendendo essas medidas de amparo a outros setores da produção, em decreto n.º 122, de 2 de maio de 1941, foi regulada a inscrição dos pequenos produtores, comerciantes e industriais, para efeito do imposto sobre vendas e consignações, que passou a ser "ex-officio", ficando isento do imposto aqueles cujo movimento fôr inferior a 3:000\$000.

São, estas, medidas de finalidade relevante, que não demandam maior apreciação.

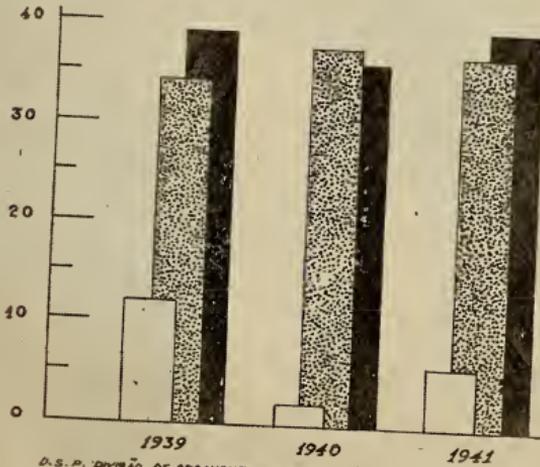
Basta salientar, exemplificadamente, que em um Estado como a Paraíba, compreendendo uma extensão territorial de 55.920 quilômetros quadrados acham-se disseminadas 73.000

DESPESA

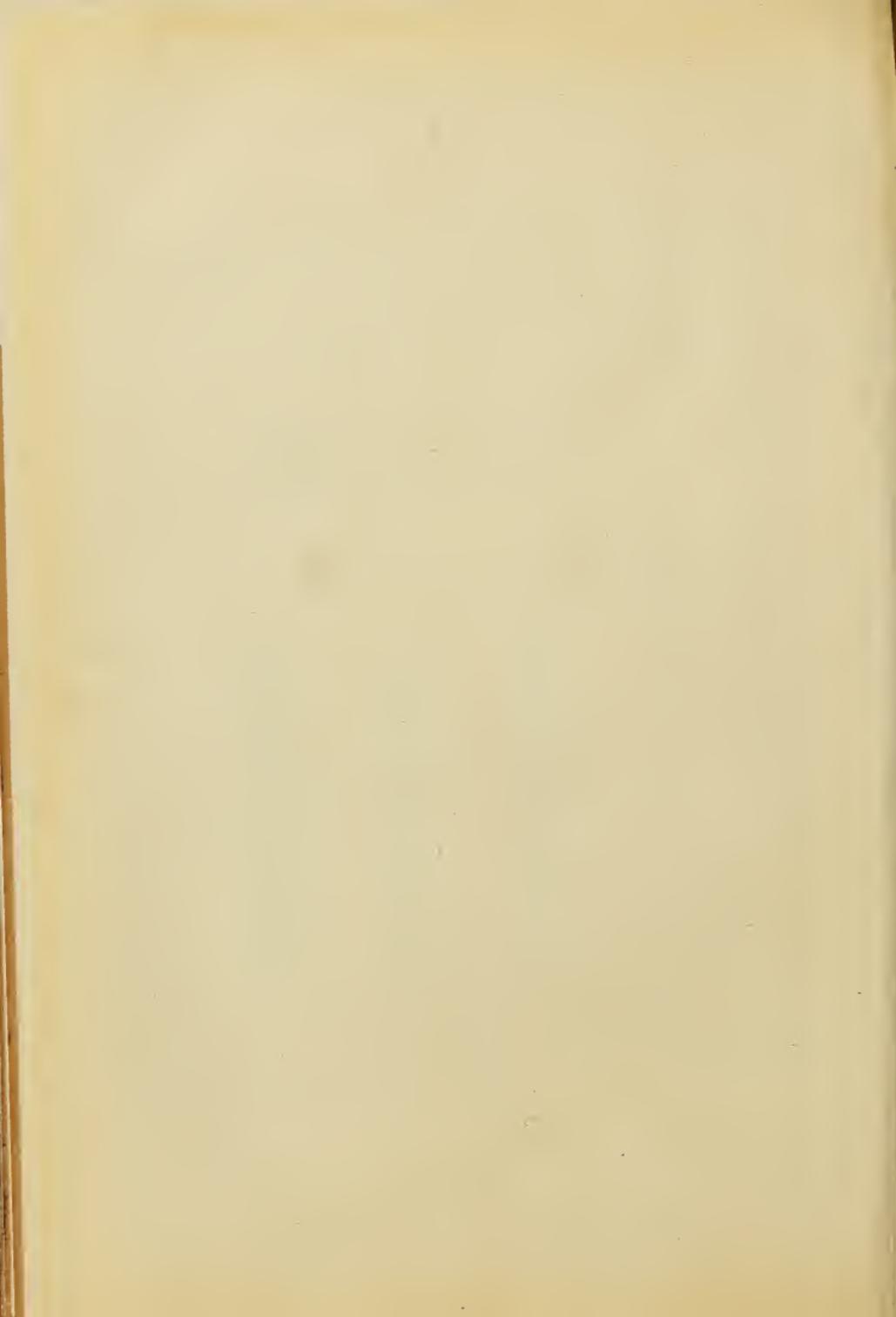
TRIENIO DE 1939-1941

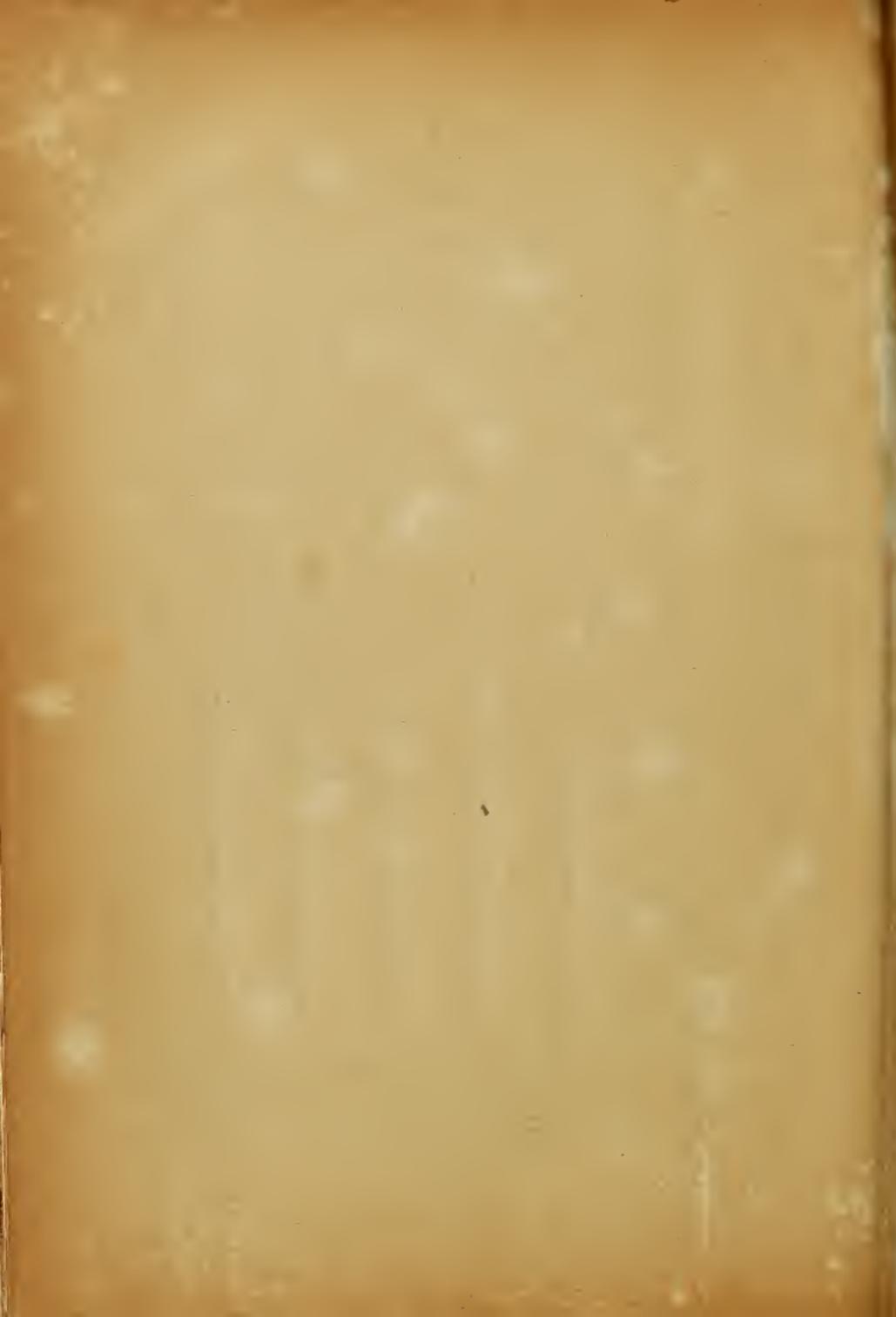
Despesa Fixada 
Despesa Realizada 
Créditos 

MIL CONTOS



D. S. P. DIVISÃO DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO

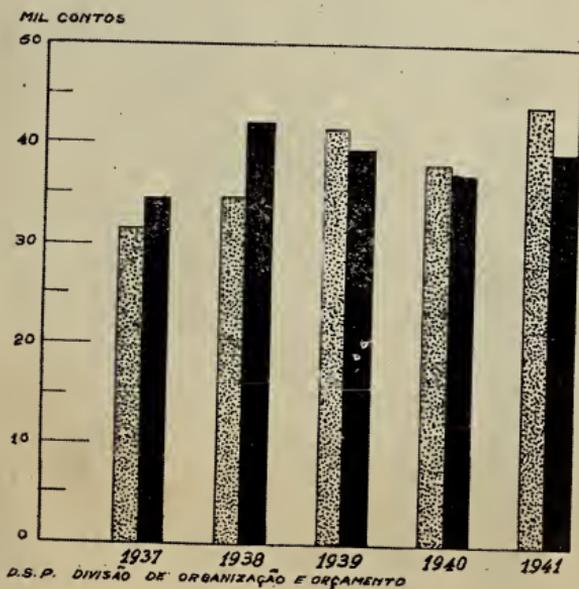


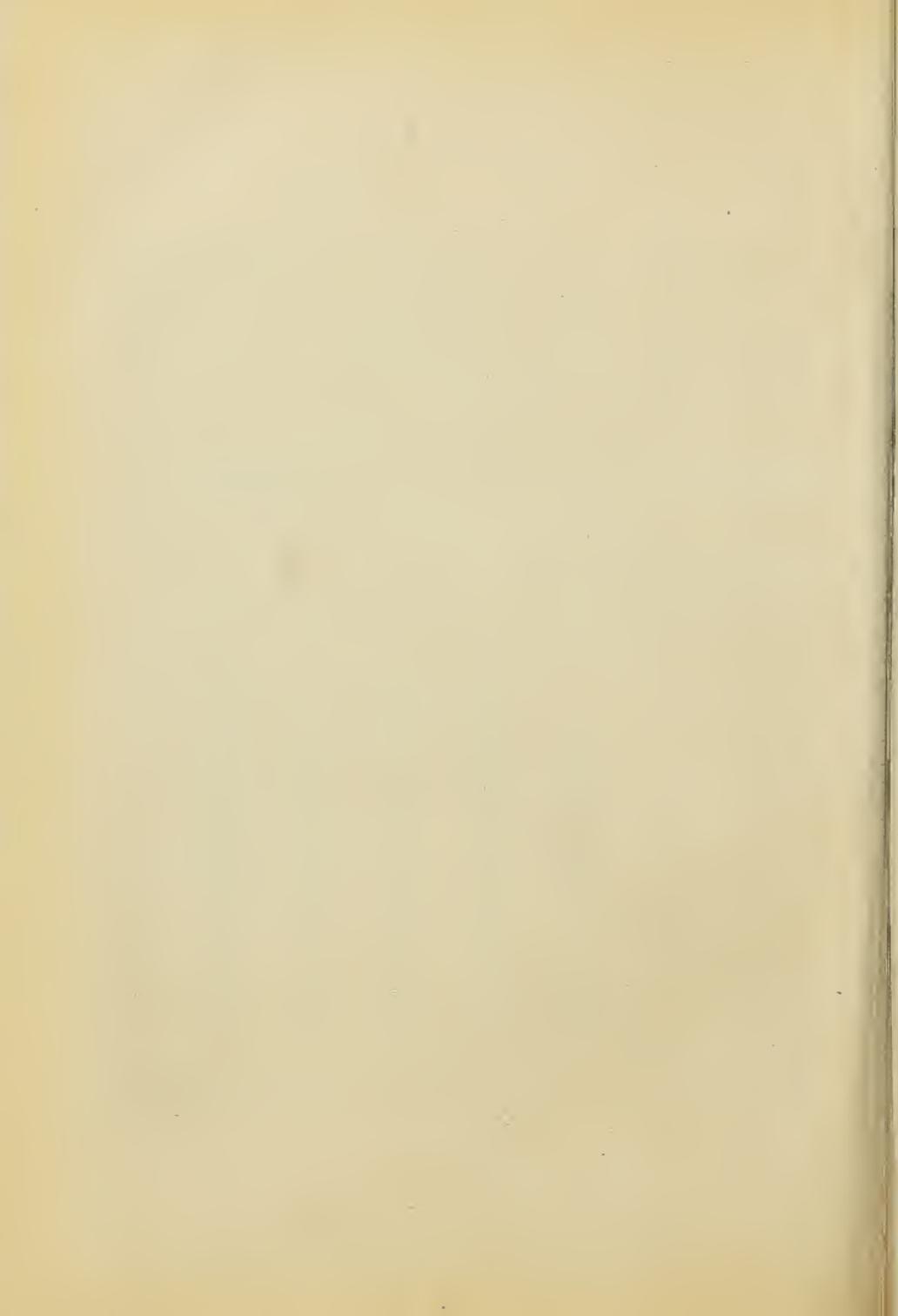


RECEITA E DESPESA

1937-1941

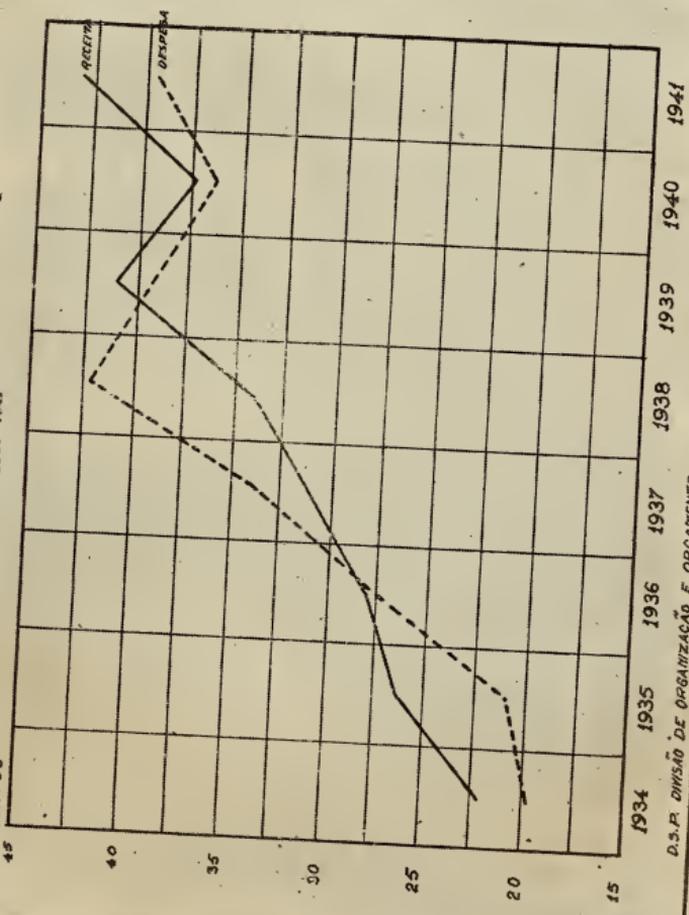
Receita 
Despesa 



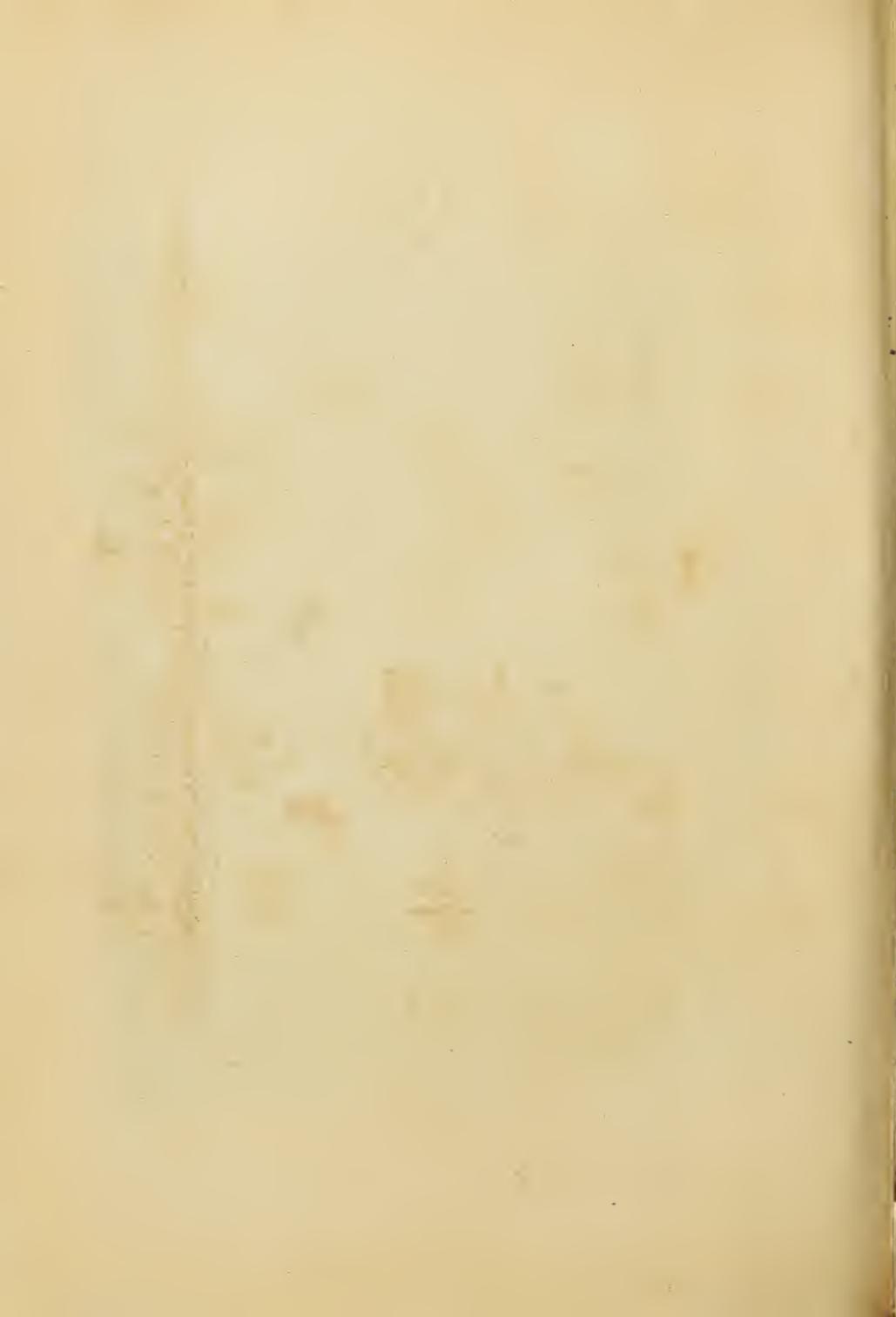


RECEITA E DESPESA
1934 - 1941

MIL CONTOS
45



D.3.P. DIVISÃO DE ORGANIZAÇÃO E ORÇAMENTO



A

RECEITA C

POR

Sem classifi
 Propriedade 00
 Circulação 00
 Atividade d
 Resultante 00
 Várias incid 00
 00
 00
 00
 00
 00
 00
 00

36.644:132\$500

RECEITA E

Restos a Pa 00
 Depósitos . 00
 Diversos .. 00
 00

Soma 00

2.839:256\$900

39.483:389\$400

00

00

00

12.161:366\$800

12.161:366\$800

51.644:756\$200

SALDO D
RIOR

Em Caixa 00

Em Bancos 00

Diversos .. 00

10.324:573\$600

10.324:573\$600

61.969:329\$800

BALANÇO FINANCEIRO

EXERCÍCIO DE 1911

RECEITA

DESPESA

RECEITA ORÇAMENTARIA

POR INCIDENCIA

Sem classificação	15 267.511\$700
Propriedade	2.946.495\$100
Circulação da riqueza	19 788 218\$100
Atividade de contribuintes	3 243.268\$400
Resultante da atividade do Estado	737.350\$500
Várias incidências	1 214.381\$300

43 195 225\$100 43 195 225\$100

RECEITA EXTRAORÇAMENTARIA

Restos a Pagar	1 724 245\$600
Depósitos	6 122 537\$200
Diversos	2 721 493\$200

10 568 276\$000 10 568 276\$000

Soma da Receita

53 763 501\$100

SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Em Caixa	26 702\$400
Em Bancos	2 788.176\$500
Diversos	5.390.949\$800

8 205 828\$700

61 969 329\$800

DESPESA ORÇAMENTARIA

ORDINARIA

Por serviço:	
Administração Geral	3 661 960\$600
Execução e Finalização Financeira	3 446 985\$700
Despesa de Seg. Pública e Assistência Social	3 243 658\$800
Serviços de Educação Pública	475 835\$100
Serviços de Saúde Pública	2 082 965\$100
Fomento	2 953.348\$900
Serviços Industriais	7 634 403\$700
Obriga. Pública	152.176\$700
Serviços de Utilidade Pública	3 033.052\$200
Encargos Diversos	2 959 744\$600

36 644 132\$500

CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINARIOS

Por serviço:	
Administração Geral	1 050\$000
Serviços de Seg. Pública e Assistência Social	27 000\$000
Serviços de Educação Pública	20.176\$200
Serviços Industriais	2 791 027\$700

2 839 256\$900 39 483 389\$400

DESPESA EXTRAORÇAMENTARIA

Restos a Pagar	3 636 716\$600
Depósitos	6 379 529\$900
Diversos	2 145 120\$300

12 161 366\$800 12 161 366\$800

Soma da Despesa

51 644 755\$200

SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE

Em Caixa	51.057\$800
Em Bancos	5 168.419\$200
Diversos	5 105 096\$600

10 324 573\$600 10.324 573\$600

61 969 329\$800

S I V O			
ATIVO F			
	—	3.748:943\$100	
Dispo			
Na Tesou			
Em Banc	597:762\$700		
Em poder	216:964\$200		
	113:810\$500	1.928:537\$400	5.677:480\$500
Realiz			
Valôres p			
	—	3.330:000\$000	
ATIVO P			
	—	228:033\$500	
	—	53:882\$800	
Bens	—	3.117:225\$800	
Bens	—	3.743:091\$500	
Bens			
Diver	—	1.700:000\$000	12.232:233\$600
	—	—	17.909:714\$100
Soma			
	—	—	106.485:431\$200
ATIVO C			
	—	155.435:392\$700	
Valôres e			
Valôres c	—	18.830:244\$000	174.265:636\$700
			298.660:782\$000

DESPESA

REC									
	:145\$500								a-
	:765\$900								de
	:770\$800								e
	:065\$600								de
Sem	:076\$500								e-
Pro	:211\$600								m
Circ	:065\$500								es
Ativ	:697\$100								
Res	:103\$200								lo,
Vár	:664\$900	34.944:571\$600							00,
									300
REC	:417\$400								600
	:259\$100								600
	:756\$300								200
	:054\$000								
Res	:588\$000								000
	:381\$900								000
Dep	:000\$000								000
Div	:000\$000	1.122:656\$700	36.066:628\$300						000
									300
	---		3.870:214\$900						000
	---		6.068:884\$910						600
	---		964:490\$436						200
	---					46.970:218\$546			---
	---								100
SAI						46.970:218\$546			
									pa-
	---		26:702\$400						o
	---		2.788:176\$500						re-
	---		5.390:949\$783			8.205:828\$683			
						55.173:047\$229			

SECRETARIA DA FAZENDA

BALANÇO FINANCEIRO

EXERCÍCIO DE 1940

RECEITA

DEPESA

RECEITA ORÇAMENTARIA

Por incidência:

Sem Classificação
Propriedade
Circulação da Riqueza
Atividade de Contribuintes
Resultante da Atividade do Estado
Várias Incidências

10.324.778\$316
3.118.810\$100
17.612.632\$00
4.000.000\$00
1.000.000\$500
1.000.000\$00 37.311.033\$316

RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA

Restos a Pagar (contra-partida da despesa a pagar)
Depósitos
Diversos

512\$800
14\$523
459.105\$400 10.992.958\$430

SOMA

47.673.961\$746

DEBIDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Em Caixa
Em Bancos
Diversos

91.875\$200
551.700\$700
358.509\$503 7.502.085\$483

55.176.047\$229

DESPESA ORÇAMENTARIA

Ordinária
Por Serviço

Administração Geral
Exação e Fiscalização Financeira
Serviço de Segurança Pública
Assistência Social
Serviço de Educação Pública
Serviço de Saúde Pública
Fomento
Serviço Industrial
Serviço da Dívida Pública
Serviço de Utilidade Pública
Encargo Diversos

3.628.145\$500
3.450.765\$900
6.009.770\$800
1.008.065\$600
5.200\$000
1.900.115\$000
6.973.063\$000
17.000\$000
154.103\$000
2.350.000\$000 29.993.571\$600

CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS

Administração Geral
Exação e Fiscalização Financeira
Serviço de Segurança Pública
Assistência Social
Serviço de Educação Pública
Serviço de Saúde Pública
Fomento
Serviço de Utilidade Pública
Encargo Diversos

126.417\$400
67.000\$000
11.706\$300
7.000\$000
9.000\$000
5.000\$900
70.000\$000
3.000\$000 204.571\$600

DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA

Restos a Pagar (pagamento no exercício)
Depósito
Diversos

3.870.214\$900
6.068.884\$910
964.490\$436 46.971.218\$546

SOMA

46.971.218\$546

DEBIDOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE

Em Caixa
Em Bancos
Diversos

26.702\$400
2.788.176\$500
5.390.949\$783 8.201.828\$683

55.176.047\$229

Contadoria Geral do Estado em João Pessoa 15 de abril de 1941

VISTO
FRANCA SOBRINHO
Contador

FREDERICO DA GAMA CARRAI
Contabilista classe "L"

S I V O

ATIVO FI

Dispon 9:715\$700
 7:460\$136
 1:123\$500
 Na Tesour 3:786\$100
 Em Banco 8:231\$300
 Em poder 0:584\$600
 Em poder 0:512\$800

5.661:414\$136

Realiza

Valôres pe 1:594\$200
 4:351\$181
 9:584\$705

2.185:530\$086

7.846:944\$222

ATIVO PE

Bens Móve 0:000\$000
 Bens Imóv 0:000\$000
 Diversos 3:091\$457

de
 e
 de

re-
 em
 ões

lo,
 00,

300
 600
 600
 200

000
 000
 000

300
 000
 600
 200
 100

pa-
 o
 re-

SECRETARIA DA FAZENDA

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIO DE 1940

ATIVO				PASSIVO			
ATIVO FINANCEIRO				PASSIVO FINANCEIRO			
Disponível:				Resto a Pagar			
Na Tesouraria Geral	26 702\$400			De 1934	9 715\$700		
Em Bancos	2 788 176\$500			De 1935	17 460\$136		
Em poder de Exatores	2 335 483\$252			De 1936	221 123\$500		
Em poder de Agentes Pagadores ..	3 055 466\$531	8.205 828\$683		De 1937	103 786\$100		
				De 1938	598 231\$300		
				De 1939	460 584\$600		
				De 1940	4 250 512\$800	5.661.414\$136	
Realizável:				DEPÓSITOS.			
Valores pertencentes ao Estado ..	—	3.823 476\$400	12.029.305\$083	Caixa Econômica	561 594\$260		
				Montepio do Estado	404 351\$181		
				Diversas Origens	1 219 584\$705	2 185.530\$086	7.846.944\$222
ATIVO PERMANENTE				PASSIVO PERMANENTE			
Bens Móveis	—	11 903 419\$900		Dívida não consolidada			
Bens Imóveis	—	95 621 542\$300		Governo Federal — C Empréstimo	3 336 000\$000		
Diversos	—	3.288 141\$136	110.811.103\$336	Conta Especial do Porto de Cabe- dulo	3 743 091\$457		
				Caixa Geral de Socórros aos Fla- gelados	53 882\$792		
				Caixa do Fomento da Agricultura ..	3 168 856\$200		
				Lanço do Brasil — C Empréstimo de 6 000 000\$000	1 994 027\$900		
				Governo Federal — C Acórrdos da Agricultura	228 033\$500	12 517.893\$849	12.517.893\$849
SOMA DO ATIVO			122.840:408\$419	SOMA DO PASSIVO			
					—	—	20.364:838\$071
ATIVO COMPENSADO				SALDO ECONOMICO			
Valóres em Poder de Terceiros:				Patrimônio líquido			
Estampilhas ..	170 076 867\$800				—	—	102.475:570\$348
Papel Selado ..	21\$000			SOMA			
Formulas e Impressos ..	87 607\$100				—	—	122.840:408\$419
Responsáveis por adiantamentos ..	11 121:500\$853			ATIVO COMPENSADO			
Banco do Brasil — C Caução ..	2 000:000\$000			Contra-partida de Valóres em poder de Terceiros:			
Sociedade Cooperativa de Vendas de Fumo — C Garantida ..	27.900\$000	183 313 896\$753		Estampilha	170.076 867\$800		
				Estampão de Papel Selado	21\$000		
				Imprensa Oficial — C Formulas e Impressos	87 607\$100		
				Adiantamentos a Classificar	11.121:500\$853		
				Apólices em Garantia	2.000:000\$000		
				Garantia do Estado	27.900\$000	183 313:896\$753	
Valóres de Terceiros:				Contra-partida de Valóres de Ter- ceiros.			
Caixa de Depósitos e Cauções ..	381 148\$600			Depósitos e Cauções	381:148\$600		
Bens e Garantias	111 900\$000			Flanças e Garantias	111:900\$000		
Responsabilidades Reconhecidas ..	3.689:146\$000	4 182 194\$600		Direitos de Terceiros	3.689:146\$000	4.182:194\$600	
				Diversos:			
DIVERSOS:				Substituições de Apólices	121:300\$000		
Caixa de Apólices	121:300\$000			Resgate de Apólices	1 144:700\$000		
Caixa de Apólices Resgatadas ..	1 144 700\$000			Consignatários	461\$900	1 266 461\$900	188.762:553\$253
Consignantes	461\$900	1 266 401\$900	188 762 553\$253				
							311 602 961\$672
							311 602 961\$672

Patrimônio do Estado

Repartição diretamente subordinada á Secretaria da Fazenda, figura o Patrimônio do Estado como um dos serviços de finalidade as mais significativas, mantendo sob seu controle e guarda, todos os bens móveis, imóveis e semoventes, além dos de natureza industrial, pertencentes ao Estado.

No decorrer de 1941 tiveram os seus trabalhos a maior regularidade, sendo mantidos todos os registros competentes em dia, bem assim, vários outros serviços vinculados ás atribuições que lhe são inerentes.

O valor dos bens incorporados ao Patrimônio do Estado, até 31 de dezembro de 1941, atingiu a cifra de 110.506:773\$700, assim distribuídos:

Imóveis	95.798:306\$300
Móveis e semoventes	13.202:987\$600
Bens de natureza industrial	1.376:341\$600
Diversos	129:138\$200

Durante o exercício fôram alienados bens no total de 336:076\$600 a saber:

Imóveis	74:255\$000
Móveis e semoventes	168:390\$000
Diversos	93:431\$000

Em consequência, o Patrimônio do Estado, em 31 de dezembro de 1941, apresentava o acervo seguinte:

Imóveis	95.724:051\$300
Móveis e semoventes	13.034:597\$000
Bens de natureza industrial	1.376:341\$600
Diversos	35:707\$200

110.170:697\$100

Crédito Bancário

O fortalecimento do crédito bancário foi uma das preocupações do Governo, convencido das vantagens que resultam para o comércio e as indústrias dêsse sustentaculo, sobretudo numa re-

gião como a nossa onde as organizações de financiamento não se acham, á excepção do Banco do Brasil, aparelhadas a um programa de fecundos resultados.

O capital particular disponível não sai da guarda pessoal dos detentores mais afortunados, que, na maioria dos casos, preferem o expediente seguro e condenável da agiotagem, fonte aliás do empobrecimento da clientela acoçada pela necessidade e do esgotamento das classes pobres.

Por outro aspectó, nas épocas de crise, acentua-se o retraimento dos organismos financiados, temerosos da insolvência e do discredito, dada a exiguidade de suas próprias reservas.

Voltei as vistas para o Banco do Estado da Paraíba, que na administração passada sofreu grave crise e da qual conseguiu salvar-se graças á assistência financeira e técnica do Banco do Brasil.

Dirigido por funcionário dêsse grande instituto de crédito, o Banco do Estado não dispunha ainda de capital suficiente para atender aos reclamos da praça de João Pessoa e outras do interior.

A diretoria do estabelecimento muito se esforça pelo plano de aumento de capital e de depósito, tendo cumprido resultados apreciáveis nesse particular.

A êsses esforços a Interventoria correspondeu prestigiando a ação do Banco, do qual é o Estado o principal acionista.

Para isso, o depósito a prazo fixo de 649:662\$000 que ha vários anos vinha o Estado mantendo no referido instituto, foi convertido em depósito especial para aumento de capital. Logo que sejam cobertas as subscrições para o aumento de capital previsto, serão preenchidas as formalidades legais relativas á reforma dos estatutos.

Por outro lado, procurei atrair o interêsse do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários para aquela organização.

O ilustre diretor do I. A. P. I., dr. Plinio Cantanhede,, acudiu a êsse apêlo, autorizando depósitos que, em 1941, prefizeram o total de 450:000\$000.

O Instituto dos Industriários deve assim em testemunho de sábia orientação, atento ao justo critério de favorecer, por intermédio do crédito bancário, as regiões donde arrecada regular volume de contribuições de seus associados.

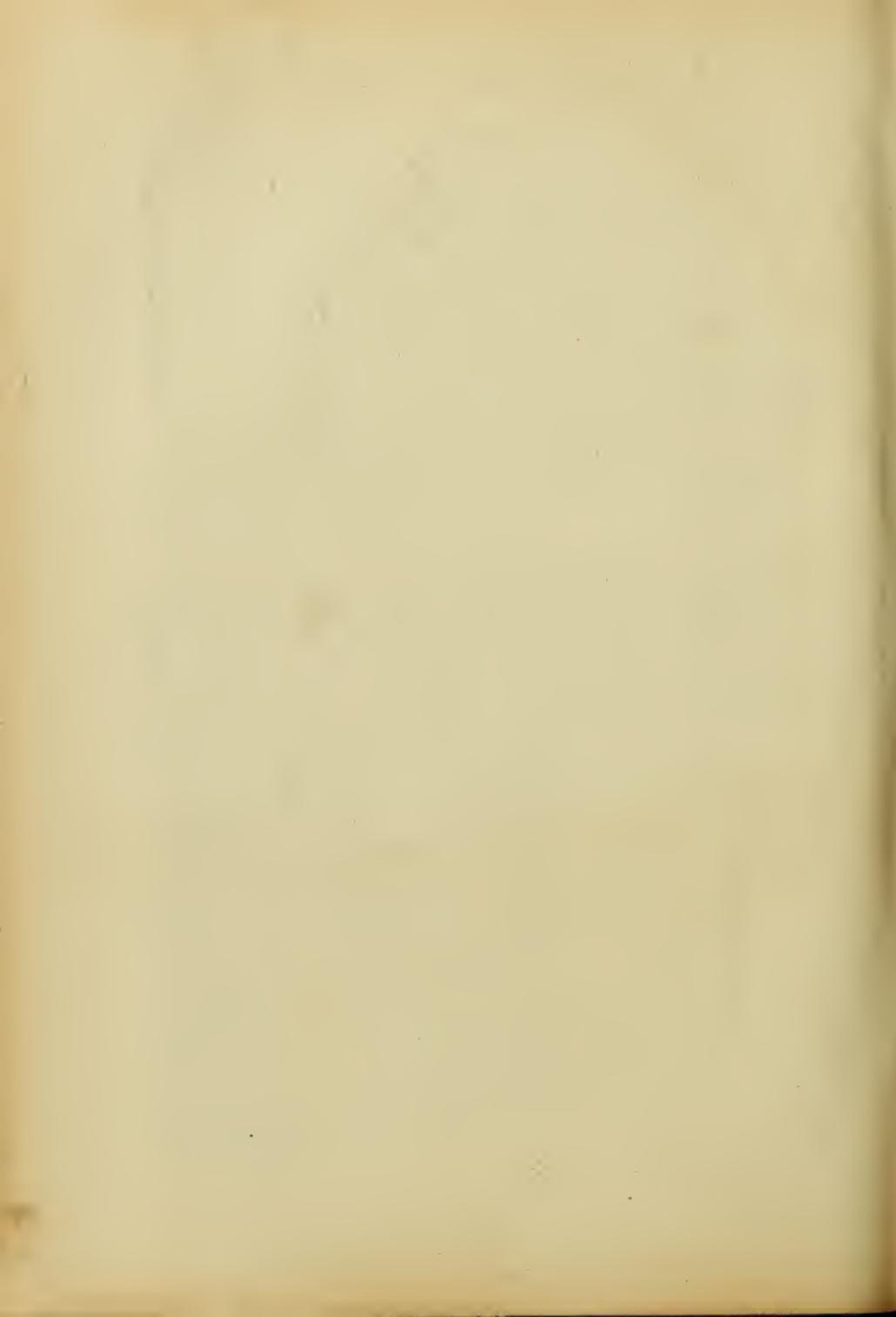
Os esforços da diretoria do Banco do Estado, o apóio do Governô e desafoço ás iniciativas econômicas estimuladas pelo incremento das atividades da administração pública, produziram excelentes resultados no movimento da referida organização, que ponde no ano relatado distribuir dividendos aos acionistas, o que de ha bastante tempo se não verificava.

Noutros estabelecimentos e Tesouro distribuiu depósitos, em dinheiro.

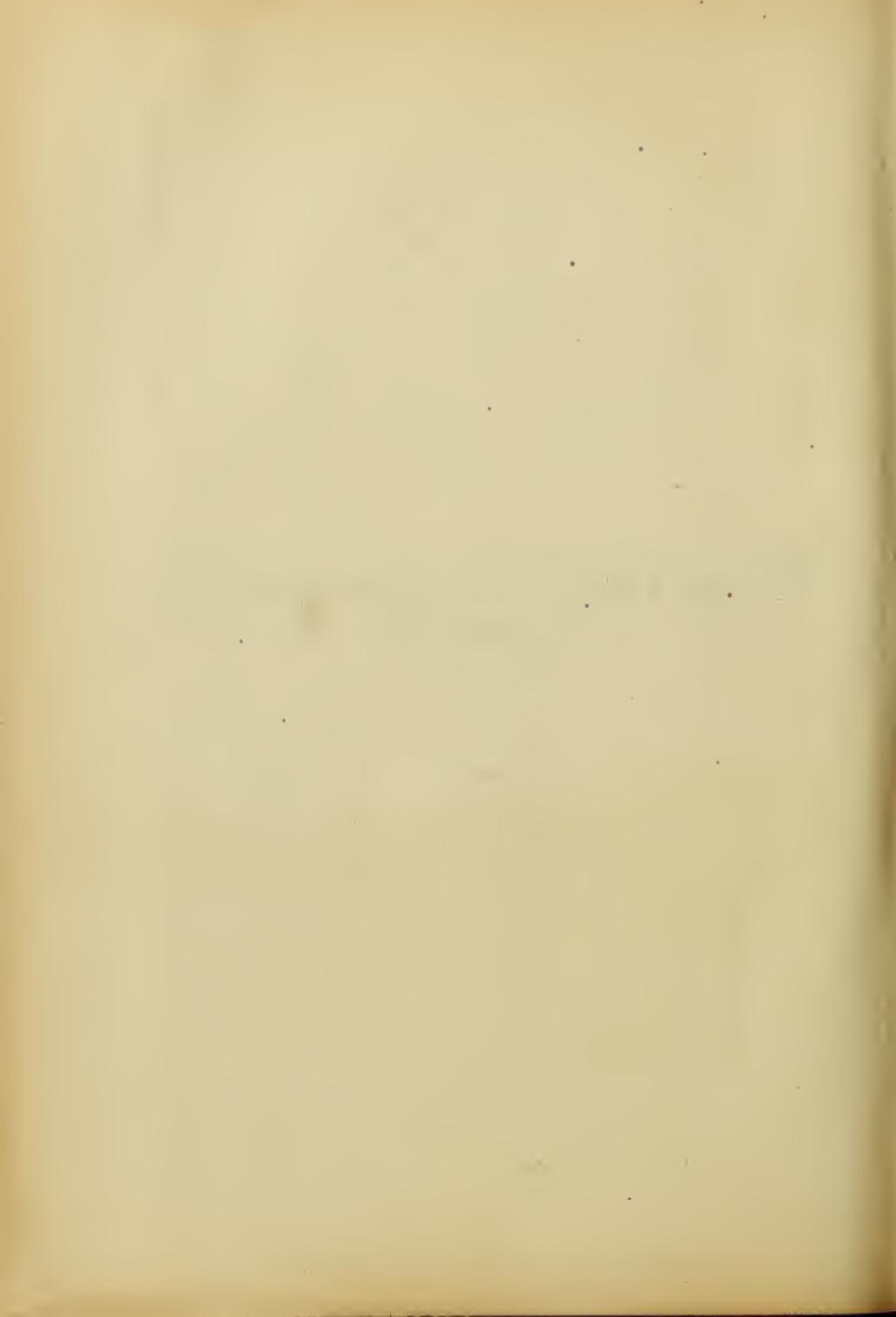
Em 31 de dezembro de 1941 os depósitos bancários feitos pelo Estado acusava o saldo de 4.538.061\$800, assim discriminados:

Banco do Brasil — C/Movimento	791:741\$500
Banco do Estado — C/Movimento	3.058:615\$900
Banco Auxiliar do Comércio — C/Movimento . .	23:464\$400
Banco dos Proprietários — C/Movimento	154:446\$300
Banco Central — C/Movimento	50:000\$000
Caixa Rural e Operária — C/Movimento	4:740\$400
Caixa Central Crédito Agrícola — C/Movimento . .	1:796\$300
Caixa Central Crédito Agrícola — C/Fom. Agricult. ent.	90:472\$000
Caixa Central Crédito Agrícola — C/Praso Fixo	220:000\$000
Caixa Central Crédito Agrícola — C/Aviso Prévio	1:099\$400
Cooperativa de Pesca da Paraíba — C/Sem Juros	20:000\$000
Banco dos Funcionários Públicos — C/Sem Juros	10:000\$000
Caixa Rural de Serraria — C/Fom. Agricultura . .	10:000\$000
Caixa Rural de Cabaceiras — C/Fom. Agricult. . .	25:000\$000
Cooperativa de Crédito Agrícola Esperança . .	5:000\$000
Banco do Comércio de Campina Grande	21:000\$000
Coop. Crédito Agrícola Campina Grande	50:685\$600

4.538:061\$800



**DEPARTAMENTO DO SERVIÇO
PÚBLICO**



A integração da maquinária administrativa do Estado no espírito de reforma que visa o aperfeiçoamento crescente do Serviço Civil Brasileiro, era medida que se impunha na ordem de iniciativas e realizações que, em última análise constitue um dos mais importantes objetivos do programa de atividades que o Governo tencionava abraçar.

De fato, uma completa transformação na aparelhagem burocrática do Estado — eivada de vícios tradicionais e, fortemente, cristalizados — deveria preceder á solução dos múltiplos problemas exigidos pelo Serviço Público.

Uma diversidade de fatores prejudiciais, antes de mais nada, ao interêsse coletivo, derivados de uma velha rotina — que lhes oferecia ambiente propício — emperrava o funcionamento dos órgãos da administração, dificultando, sumamente, a atividade do Poder Executivo.

Assim é que os trabalhos realizados nas repartições públicas careciam de metodo e uniformidade. Com relação aos serviços de pessoal e material, nada existia de positivo. Em matéria de legislação, dominava o tumulto.

A variedade de leis que regulavam instituições administrativas vigentes exigia unidade e sistematização, tal a falta de flexibilidade e espírito político-social.

Fazia-se mister, sem dúvida, implantar as vigas mestras do plano de remodelagem administrativa dentro dos principios adotados pela União

Considerando a revolução pacífica e construtiva que se vem operando na Administração Federal, através do Departamento Administrativo do Serviço Público, o Governo solicitou ao presidente daquele órgão a vinda de uma comissão integrada de funcionários especializados para cooperar na execução da reforma dese-

jada, sugerindo, dessarte, as medidas que se afigurassem mais aconselháveis e adaptáveis ao meio.

Atendendo, de pronto, a êsse apêlo, o Doutor Luiz Simões Lopes determinou, primeiramente, a vinda do dr. Moacir Briggs, diretor da Divisão de Organização e Coordenação, que, depois de haver realizado um cuidadoso estudo na administração, em que as condições e as necessidades peculiares do Estado fôram minuciosamente auscultadas, traçou e entregou o plano de ação á Comissão aludida, constituída de técnicos do DASP.

Em seguida são destacados os aspéctos mais importantes da reforma empreendida:

a) Instituição dum Quadro Único para os funcionários;

b) Uniformização da nomenclatura dos cargos públicos e ajustamento dos padrões de vencimentos valendo ressaltar nêsse setor o fato de ter sido respeitada, *intransigentemente*, a situação anterior do funcionário, porquanto não houve quaisquer reduções, equiparações ou melhoria de vencimentos;

c) Ante-projéto dos regulamentos de promoções, da lei básica do extranumerário, lei de aquisição e distribuição de material, da lei de reorganização dos quadros de funcionários, e de vários outros trabalhos sôbre seleção e aperfeiçoamento do pessoal.

Decorrente da reorganização administrativa do Estado foi criado o Departamento do Serviço Público, com atribuições coordenadoras das atividades gerais da Administração.

Cumprindo as finalidades que lhe fôram atribuídas, o Departamento do Serviço Público já objetivou resultados positivos, altamente vantajosos para o cumprimento do vasto programa imposto á nova organização administrativa do Estado.

Assim é que devem ser focalizados dentre os aspéctos de maior relevancia, a realização de grande número de promoções, sob as normas estatuídas pelo novo regulamento.

Merece destaque, nêsse empreendimento, a oportunidade da centralização, no D. S. P. de todo o serviço de Pessoal e con-

sequente levantamento dos elementos que, em última análise, constituem o ASSENTAMENTO INDIVIDUAL DO FUNCIONÁRIO, o qual, completamente normalizado, permitiu, sem maiores dificuldades, êsse grande número de promoções. Convém salientar, no que respeita a promoções, ter sido a Paraíba, um dos primeiros Estados a adotar a ordem preferencial de proteção á família, ressaltando com essa iniciativa o interesse do Estado em inaugurar medidas tão salutares quanto a de colocar seus servidores em situação de melhor atender aos encargos de família, reconhecendo nêle não só um elemento funcional, mas um valor humano cujas atividades privadas devem ser amparadas em pród do bem estar comum.

Foi seguindo o exemplo da União que a Paraíba adotou êsse critério de amparo á família, instituído no Decreto-lei Federal 3.264. Objetivando os múltiplos esforços do Govêrno Nacional no sentido de impulsionar o progresso do Brasil, êsse decreto deu forma definitiva ás medidas mais salutares sôbre essa proteção, focalizando em particular, e com real alcance, a situação dos funcionários casados em relação aos solteiros.

Destaca-se, ainda, entre as realizações do D. S. P. a efetivação do seu primeiro concurso de provas sob os princípios mais atualizados de seleção que norteiam o ingresso para os cargos públicos.

Esse concurso que teve a mais ampla divulgação marcou o início de uma nova fase de trabalhos com o recrutamento pela competição intelectual daquêles que irão constituir um novo contingente de funcionários, apto a colaborar com o Estado para o seu melhor desenvolvimento e progresso. Vale salientar nêsse setor a valiosa colaboração do DASP sem a qual não seria possível obter êsse fator indispensável de sucesso, caracterizado pela mais absoluta unidade de critério na realização e julgamento das provas.

Entre as inúmeras realizações que vêm afirmar o largo programa preestabelecido, imprimindo ao serviço público uma feição inteiramente nova, avulta em importância, a elaboração e promulgação do Decreto-lei 202 — ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO. Realmente, a extensão

da obra já realizada exigia o aparecimento duma lei que refletisse, de maneira bem explícita, a harmonia entre a administração e seus agentes.

O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado deixou bem claro o primado do interesse coletivo sobre o individual, supriu lacunas, assegurou vantagens positivas aos funcionários, ultrapassando os que lhes eram reconhecidos na legislação anterior.

Antiga aspiração dos servidores do Estado, o Estatuto foi promulgado a 28 de outubro, dia consagrado ao Funcionário Público.

Não resta dúvida, que esse diploma dada a unidade de sua contextura, reflete, a obra que, sob os melhores auspícios, vem sendo executada pelo D. S. P.

**

Outra iniciativa relevante foi empreendida em relação ao pessoal extranumerário, existente no Estado.

A situação lamentavelmente obscura dessa categoria de servidores públicos, admitidos e dispensados sem critério legal, reclamava, por isso mesmo, uma construção legislativa adequada que viesse regularizar, definitivamente, a sua atividade no serviço público.

O Decreto-Lei 148 sanando essa deficiência ditou os princípios básicos que vêm disciplinando a vida funcional do extranumerário.

**

Cumpre ainda ressaltar vários outros empreendimentos que em sua esfera se nivelam, em importancia, áqueles já mencionados.

E' assim que, por intermédio de sua Divisão de Organização e Orçamento, o D. S. P. vem realizando, nas diversas repartições públicas do Estado, estudo pormenorizado no que diz respeito ao ponto de vista de economia e eficiência, a-fim-de que possam ser introduzidas as modificações necessárias á sua progressiva racionalização. Em vias de conclusão acha-se também um trabalho definitivo atinente á lotação e relotação das repartições públicas do Estado.

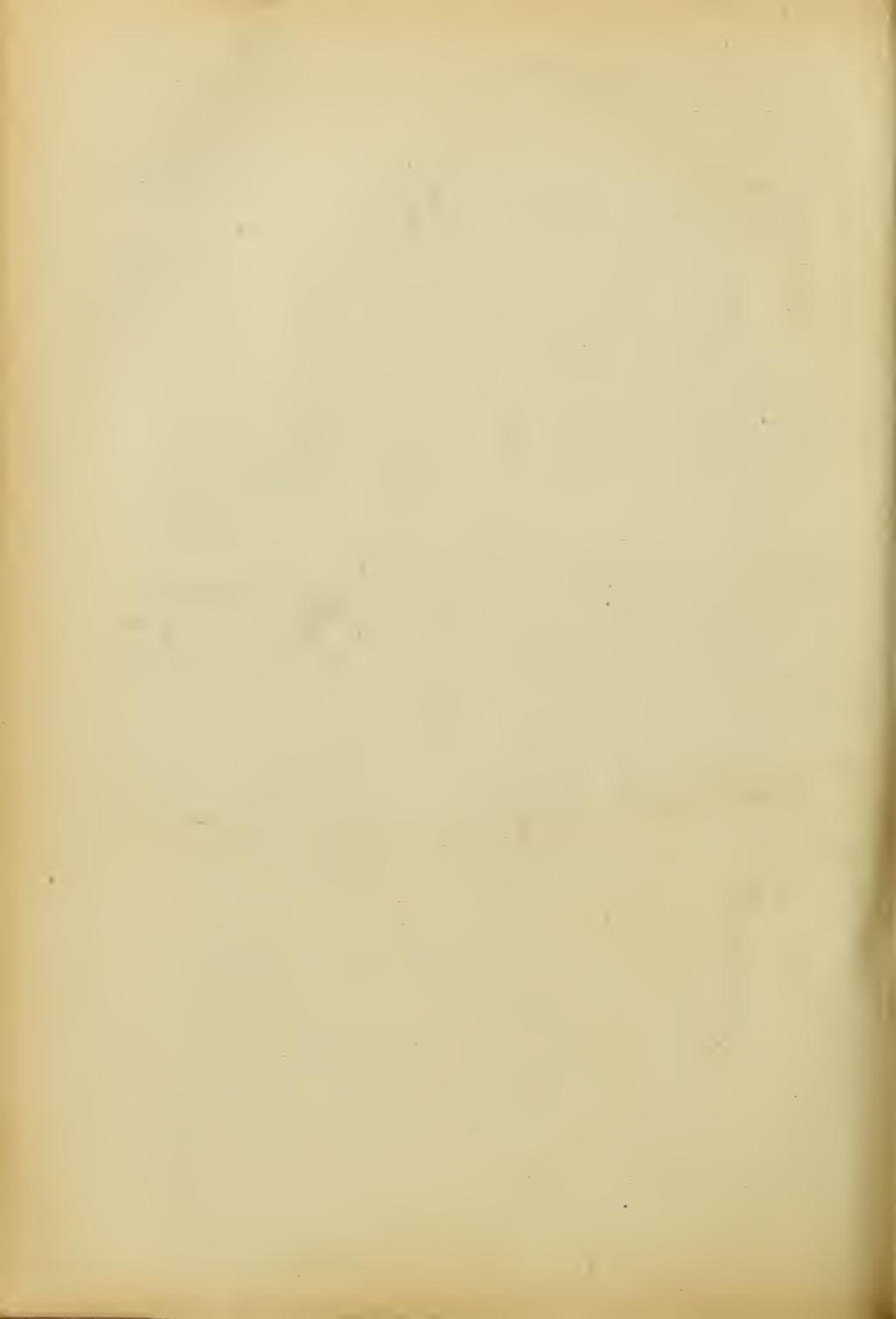
* * *

A nova política administrativa, no sentido de racionalização dos serviços diretamente executados pelo Estado, não podia deixar de atender ao problema específico do material.

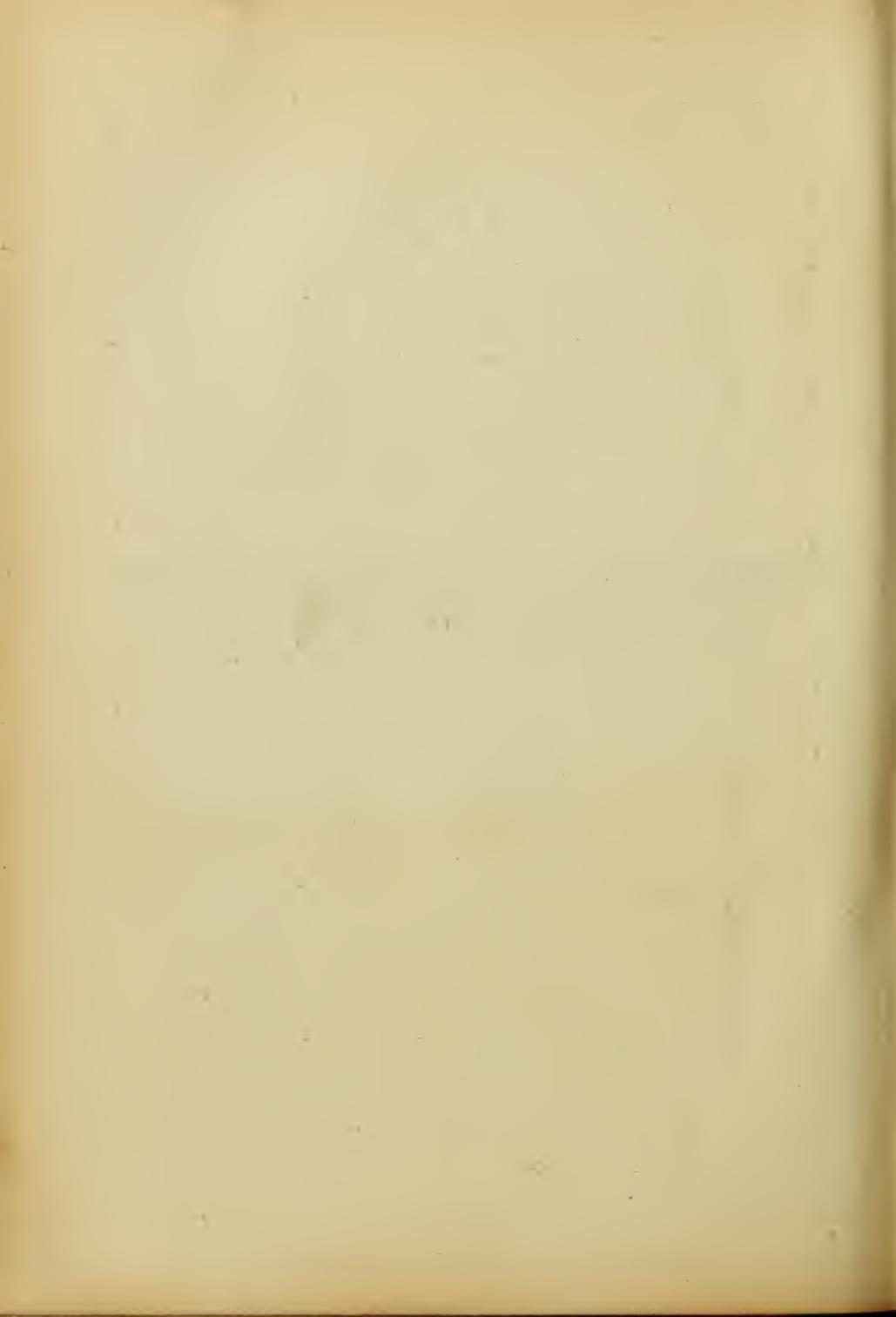
Duas questões de indiscutível relevância têm constituído o "pivô" dos estudos e providências do D. S. P. em relação ao material: uma, a da padronização e especificação; outra, a do sistema geral de aquisição e abastecimento às repartições públicas.

A Divisão de Material do D. S. P. não tem poupado esforços para que seja dada solução imediata a êsses problemas, decorrendo daí benefícios altamente vantajosos, dentro dos princípios básicos de racionalização, destacando-se como fator decisivo para a economia do Estado, a centralização, nessa Divisão, de todo o serviço de fornecimento do material de consumo e permanente destinado às repartições e procedido por meio de concorrências administrativa e pública e coleta de prêços.

E' assim que, por meio de tabélas comparativas entre os anos de 1940 e 1941, já se evidencia progressiva diminuição das cifras relativas àquelas aquisições, numa diferença verdadeiramente significativa para os cofres públicos, assinalando-se ainda reais vantagens quanto á espécie do material adquirido, como uma decorrência lógica de cuidadoso exame do que até então se utilizava nas repartições públicas, o que possibilitou as modificações necessárias á melhor eficiência e economia de seu emprêgo, assim como á fixação e especificações dos padrões respectivos.



**MONTEPIO DOS FUNCIONARIOS
PÚBLICOS DO ESTADO**



O Montepio dos Funcionários Públicos do Estado, organização autárquica fundada em 1913, mereceu a atenção do Governo logo ao assumirmos a Interventoria da Paraíba. Trata-se de Instituição paraestatal, sobre a qual o Estado exerce certa interferência, legislando e nomeando parte da sua Diretoria, o Presidente inclusive, além de caber ao Tesouro a arrecadação dos prêmios de seguro e diversas consignações.

Por outro lado, tivemos de levar em consideração o fato de contar o Montepio cerca de dois mil e quinhentos associados, com obrigação de pagar auxílio e pensão a mais de seis mil beneficiários inscritos. Isso reclamava verificar se a promissôra situação econômico-financeira revelada pelos balanços comerciais, estava em correspondência com os encargos que lhe cabia cumprir no futuro. Determinámos, por isso, a administração do Montepio nos apresentasse relatório minucioso e os resultados da exposição foram animadores. Contudo, tivemos de nomeada providências imediatas no sentido de corrigir certas irregularidades cometidas por parte do Estado e que consistiam na retenção das importâncias arrecadadas pelo Tesouro e resultantes de contribuições descontadas dos vencimentos do funcionalismo residente no interior. O valor das importâncias descontadas e retidas se elevava a 404:251\$000.

O Montepio contava também com um depósito de perto de 580:000\$000 na Caixa Econômica anexa ao Tesouro do Estado.

Ambos êsses encargos procediam da administração anterior e como providência inicial, determinámos que a partir daquela data nenhuma arrecadação pertencente ao Montepio deixasse de ser recolhida em dia, e se fôsse amortizando a dívida encontrada, á medida que a situação do Estado o permitisse. E foi possível, dentro da política de economia que instituímos no Estado, reduzir o débito para 42:623\$700.

Não se liquidou, é verdade, até agora, o depósito existente na Caixa Econômica, mas a Caixa paga juros de 6% a/a, de modo que nenhum prejuízo decorre para a Instituição, continuando ali aquêle depósito.

Como Instituto de Previdência que é, o Montepio não se encontra dentro do plano de seguro social seguido por entidades con gêneres. Adóta o regime do seguro privado, mas nenhum estudo se fez para verificar a exatidão dos calculos nem pôde merecer confiança a própria estabilidade da Instituição, sem que se proceda, antes, a necessária avaliação atuarial.

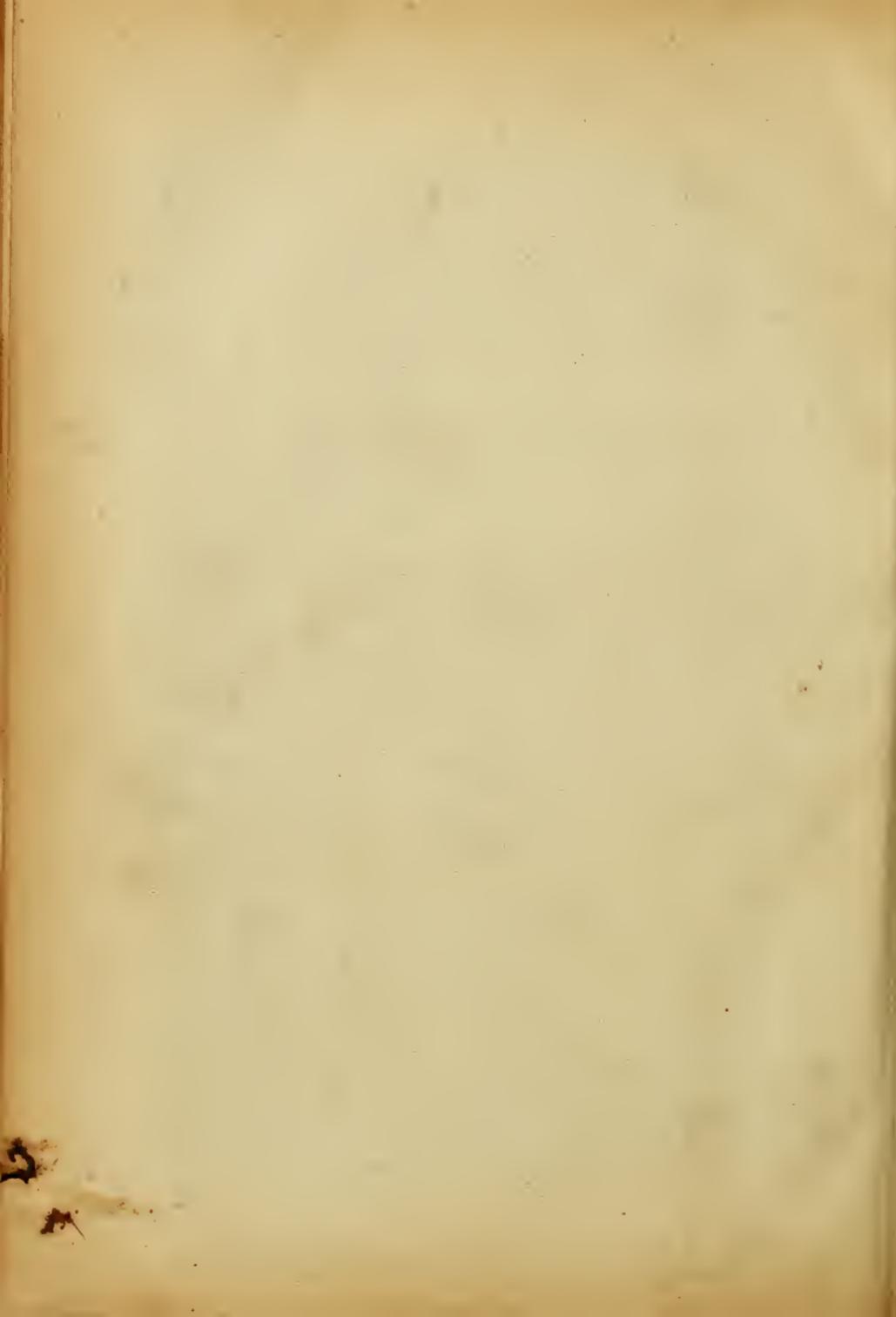
Como resultado dessas observações, procurámos examinar o acôrdo que a Instituição firmára com o dr. Paulo da Câmara, para a realização de estudos e apresentação de um plano que melhor atenda á necessidade da massa segurada, possibilitando pensão á familia que varie na razão dos salários sôbre os quais o segurado paga prêmio, e ao número de beneficiários inscritos, evidenciando que o contrato estava em termos. No Rio de Janeiro continuámos os entendimentos sôbre o assunto e já agora estamos tranquilos conhecendo os resultados lisongeiros obtidos pelo dr. Paulo da Câmara.

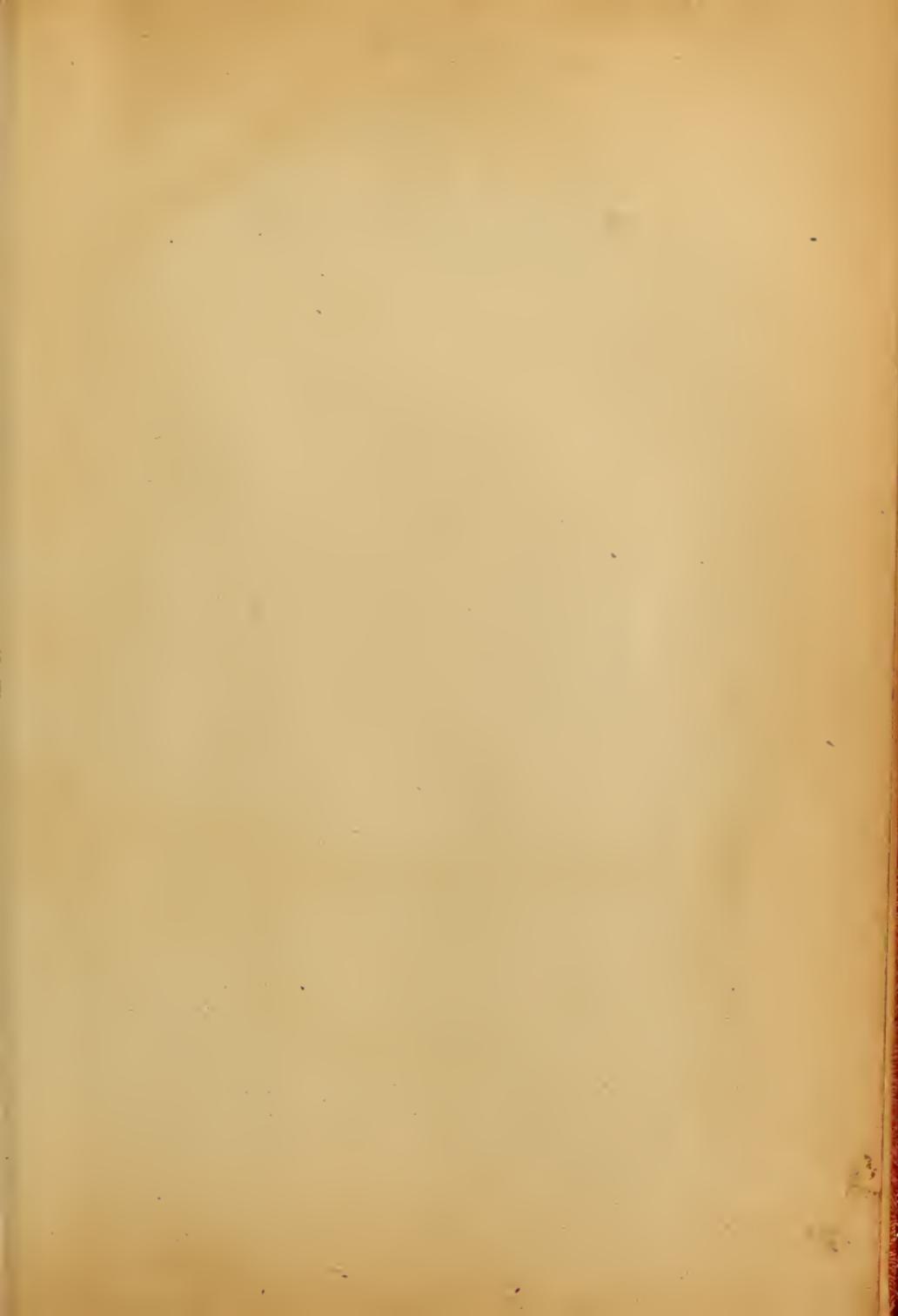
A situação do Montepio, segundo as conclusões a que acima nos referimos, é de super-equilíbrio, tanto que se quizesse, poderia a Instituição encerrar a sua atividade, vedando a admissão a novos segurados, e mesmo assim estaria possibilitada a liquidar todos os seus compromissos, mesmo que tivesse de pagar, pelo duplo, as pensões.

O balanço encerrado em 31 de dezembro de 1941 revela que o Patrimônio do Montepio é de cêrca de seis mil e quinhentos contos e as contas de resultado apresentam um saldo credor superior a 500 contos. A Instituição se encontra em dia com os seus compromissos e a Carteira Imobiliária, por exemplo, que financia a construção de casas residenciais para os seus segurados, vem correspondendo, a contento, a essa alta finalidade. Basta considerar que a metade do Patrimônio da Instituição é representado por bens imóveis construídos, adquiridos e liberados para os associados.

ERRATA

Além de alguns erros tipográficos, registaram-se neste relatório vários lapsos de revisão. Assim,
á página 71, penultima linha, em lugar de Licêu Industrial, leia-se Escola Industrial;
á pag. 114, soma da receita arrecadada pelos municipios, envês de 13.034:905\$700, leia-se 13.034:909\$700;
á pag. 219, em lugar de "despêsa orçamentária, fixada: 39.939:630\$000" leia-se 36.939:630\$000;
á mesma página, em lugar de "créditos adicionais, saldo: 3.651:138\$600" leia-se 3.651:138\$100.

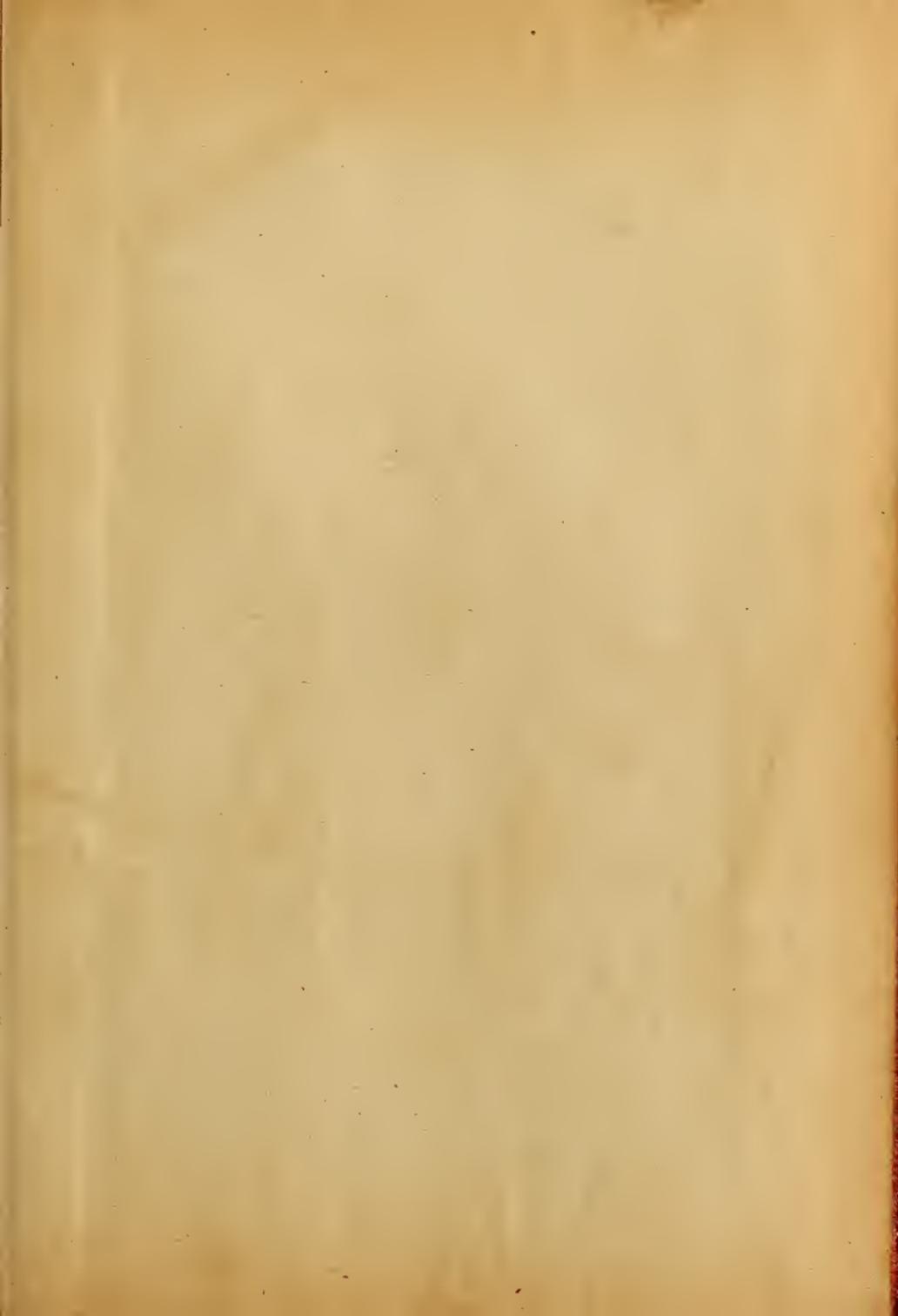




M. FAZENDA
D.A - NRA - CB

20000

COM. INVENTARIO
PORT. 114/73



Biblioteca do Ministério da Fazenda

12747-48

382.98133

M548

Paraíba Governadores.

AUTOR

Mensagem... 1941

TÍTULO

Devolver em

NOME DO LEITOR

12747-48

382.98133

M 548

